UNILEÃO
Centro Universitário

ANAIS II SIMPÓSIO DE SERVIÇO SOCIAL

POLITICAS SOCIAIS E O CONTEXTO NEOLIBERAL

Juazeiro do Norte-Ce,
Março de 2017

ISBN 978-85-65221-29-0

APRESENTAÇÃO

A proposta do evento em discutir as Políticas Sociais no Contexto Neoliberal, compreendendo a atual conjuntura no cenário brasileiro foi impactante tanto para os alunos participantes do Curso de Serviço Social, bem como para todos os outros de áreas afins que estiveram presente durante os dias de evento.

Enfatizar a atual conjuntura em que vivemos se faz necessário na medida em que observamos fenômenos como a globalização que por um lado permite o intercâmbio mundial por meio da maior interação entre os povos, por outro, tem trazido uma série de contradições e divergências.

Compreendendo contexto neoliberal apresentado nos dias atuais pelas diversas formas de vulnerabilidade e exclusão social, onde as políticas públicas perdem a sua característica universal apresentada outrora na Constituição Federal de 1988 e passa a se exibir seletiva, focalista, redistributiva, dentre outros, é que se sente a pressão de uma crise com características globais.

As políticas focalizadas, sob a perspectiva neoliberal, visam amortecer as tensões sociais, assim como, funcionaliza a pobreza mantendo em estado permanente a insegurança, indigência e dependência possibilitando a manipulação política, uma vez que não tem mecanismo para incidir na estrutura de reprodução da pobreza. (DRUCK; FILQUEIRAS, 2006).

Na visão neoliberal as políticas focalistas estariam dando respostas à suposta "nova questão social", porém, para Netto (2006), o que existem são novas expressões da "questão social", pois de acordo com Montaño (2007) a "questão social" expressa a contradição entre capital e trabalho, portanto, a "questão social" continua inalterada, o que há, para Montãno, reiterando as idéias de Netto, são "novas manifestações da velha questão social".

Observa-se o aumento do desemprego estrutural, a exclusão social, o aumento da pobreza, guerras políticas e religiosas e outros, ratificando a lógica do capital, que trazem a concentração da riqueza nas mãos dos setores monopolizados e o acirramento da desigualdade social, assim afirma PIANA (2009).

Esse cenário, foi o palco dos intensos debates ocorridos no evento e aprofundados mediante pesquisa e socialização de conhecimento nos grupos temáticos de pesquisa.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

DISCENTES:
Wallacy Meneses de Moraes Tavares
Emilly Karísia Barbosa Torres Calheiros
Caique Monteiro Rocha
Erica Ricardo da Silva
Ângela Pereira de Lima
Arioneide Farias Bento
Cícera Andreia Lima
Paula Natalice Gomes Costa
Samara Amaro de Souza
Suely Vital da Silva
Vanessa Silva Lemos
Tamiris de Lima Feitosa
Demilia Juliana Costas Seixas
Jayne dos Santos Alencar
Isabela Feitosa Quirino

DOCENTES:
Marcia de Sousa Figueiredo Teotonio
Jácsa Vieira de Caldas
Jamille de Lima Vieira (Preceptora)
Sheyla Alves Dias
Rita Fabiana Arraes do Nascimento
Pedro Adjedan David de Sousa
Pautilia Ferraz Araruna
Aldair Péricles Bezerra Monteiro
Cecília Bezerra Leite
Maridiana de Figueiredo Dantas
Maria Dalva Silva Ribeiro
Maria Clara de Oliveira Figueiredo
Francisca Helaide Leite Mendonça
Rúbia Aurenívea Lóssio
Cristovão Maia Filho
Adjalmo Pereira Filho

COORDENAÇÃO GERAL:
Jácsa Vieira de Caldas

LISTA DE ARTIGOS

1) **IMPLICAÇÕES E REBATIMENTOS NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**: um estudo acerca da realidade dos supervisores e as consequências para o processo de formação profissional.
   Bianca Geraldo Noronha
   Denise Furtado Alencar Lima
   (Orientadora)

2) **ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INTERVENÇAO DO SERVIÇO SOCIAL**
   Suzana de Alencar Cavalcante Lima
   Maria Das dores Gonçalo Costa
   Maria Leidiane Alves Gomes

3) **O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**
   Maria Cleomar Fernandes
   Yrismeiry Pereira da Cruz
   Antonia Gildevannia Pereira Oliveira
   Maria Lucivania Daniel Macedo
   Maria Clara de Oliveira Figueiredo (orientadora)

4) **O COMPROMISSO ETICO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL**
   Maria Naiane Pereira Damasceno
   Damiana Deuzulene Gonçalves Saraiva
   Angélica Cruz Lino
   Marlete Soares Alves
   Tamiris de Lima Feitosa
   Vanessa Silva Lemos
   Erika Ricardo da Silva
   Aline Araújo Rocha

5) **O SERVIÇO SOCIAL E O PODER JUDICIÁRIO: Abordagem da atuação profissional do/a Assistente Social frente o poder coercitivo do Estado.**

6) **DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTÂNCIAS PÚBLICAS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO**
   Eliziane de Sales Pinto
   Luana Bezerra Costa
   Monica Ivo de Oliveira (Orientadora)

7) **IMPACTOS DO ABSENTEÍSMO DA ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL E SUA IMPLICAÇÃO NAS RESPOSTAS ÀS DEMANDAS.**
   Aparecida Patrícia Gonçalves Lima
   Luana Pereira Rangel
   Maria da Conceição Monteiro da Costa
   Maria Raquel Simeão de Oliveira
   Rubia Aurinivea Ribeiro Lóssio (orientadora)

8) **O PROJETO ÉTICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL SOB OS REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL**
   Francisca Clara Evangelista Fernandes
   Cícera Honório dos Santos
   Thamires Nunes Rodrigues Souza

9) **A ALIENAÇÃO PARENTAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO**
   Francisca Clara Evangelista Fernandes
   Maria Neuriany Fernandes Alencar
   Vanessa Lima de Oliveira
   Vanessa Silva Lemos

10) O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.	Cícera Honório dos Santos Airene Rodrigues de Mendonça
11) SAÚDE MENTAL E O TRABALHO REALIZADO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AS FAMÍLIAS	Maria Dálete Alves Lima
12) FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: Estereótipo do profissional no Brasil	Kate Santos Miranda Francisco Daniel Coelho Viana
13) SALA DE SITUAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: um relato de experiência	Maria Dálete Alves Lima
14) SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: TECENDO ALGUMAS REFLEXÕES	Janaina Brito Alves Carmelita Maria Silva Sousa Daniela Ferreira da Costa
15) A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA REGIÃO NORDESTE NO BRASIL	Maria Luciana Bezerra Sousa
16) A IDEIA DE ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O SUJEITO DE DIREITOS	Luana Bezerra Costa Aldair Péricles Bezerra Monteiro (Orientador)
17) A RELAÇÃO PÚBLICA X PRIVADO NA POLÍTICA DE SAÚDE EM JUAZEIRO DO NORTE – CE	Magna Cardoso Martins
18) A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO EDUCACIONAL: refrações na a ética profissional	Aurea Mylene da Costa Alves Ana Carolina do Nascimento Rodrigues Séfora Lis Batista Sena
19) AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRÁTÉGIA DE CONTROLE SOCIAL.	Jéssica Laiane de Sousa Eliza Souza
20) A POLITÍCA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DIREITO SOCIAL OU ASSISTENCIALISMO?	Maria Nicaele Nogueira Santana Natalia Rodrigues da Silva
21) ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL COM FOCO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL	Erlânia Alves Lopes Caique Monteiro Rocha Emilly Karísia Barbosa Torres Calheiros Daniel Cortez Marques
22) NEOLIBERALISMO E DESMONTE DE DIREITOS SOCIAIS: discussão sobre impactos do Estado Mínimo nas políticas assistenciais	Brennda Martinelli Pinho Silva Isaura Caroline Abrantes Silva Raul Max Lucas da Costa (orientador)
23) MOVIMENTOS SOCIAIS, TRABALHO E	Natanael Marcolino De Brito

REDES DE MOBILIZAÇÕES: A economia solidária na região metropolitana do Cariri	Carliana Carvalho Fonteles (Orientadora)
24) **MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS**: a relação do GRUNEC – Movimento Negro do Cariri com as tecnologias de informação e comunicação	Yrismeiry Pereira da Cruz Antonia Gildevannia Pereira Oliveira Maria Cleomar Fernandes Carliana Carvalho Fonteles (Orientadora)
25) **MOVIMENTOS SOCIAIS DECORRENTES DE QUESTÕES RELIGIOSAS**	Manoel Nailson Teixeira De Carvalho Kaline Lacerda Tavares Carliana Carvalho Fonteles (Orientadora)
26) **O GRUNEC EM OPOSIÇÃO AO SISTEMA SOCIAL RACISTA**: o movimento em cena	Poliana Machado Gomes da Silva Séfora Lis Batista Sena Alice Farias Silva Jayne dos Santos Alencar
27) **A ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**	Alice Farias Silva Jayne dos Santos Alencar Poliana Machado Gomes da Silva.
28) **EXCLUSÃO SOCIAL A USUÁRIOS DO CAPS III DE JUAZEIRO DO NORTE – CE**: um relato de experiência	Ítalo Pereira Coelho David Sebastião Barbosa da Silva Helloara Alves da Costa Luiz Diêgo Farias Santos Alex Figueiredo da Nobrega (Orientador)
29) **DIVERSIDADE DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A "TRANS-FORMAÇÃO" E (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSEXUAL**	Erinaldo Gualberto Da Silva Ticiane Gualberto Sidrim Diniz Dayanne Nicolau Cruz Roselândia Gomes Da Silva Leda Mendes Pinheiro (Orientadora)
30) **CORPO, SEXO E GÊNERO**	Antoniel Dos Santos Gomes Filho
31) **PROGRAMA MULHERES MIL: POLÍTICA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**	Carmelita Maria Silva Sousa Janaina Brito Alves Daniela Ferreira da Costa
32) **EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**: história de negação de direitos e luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	Gilmara Pereira da Silva Cicera Maria dos Santos Maria Pia Denizia Tavares Dantas Wallacy Meneses de Moraes Tavares
33) **UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO**: Um estudo acerca da importância do grupo de convivência para as mulheres acompanhadas pelo CRAS João Cabral em Juazeiro do Norte-CE	Elis Regina Lóssio Feitosa Suelen Saraiva da Cruz Alexandre Luciana Bessa Silva (Orientadora)
34) **A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO E A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ENFRENTAMENTO DESSA REALIDADE NO BRASIL**	Daniel Cortez Marques Caique Monteiro Rocha Emilly Karísia Barbosa Torres Calheiros Erlânia Alves Lopes
35) **ATUAÇÃO PROFISSIONAL**	

INTERDISCIPLINAR ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL: o contexto da violência contra a mulher — Isaura Caroline Abrantes Silva, Brennda Martinelli Pinho Silva, Larissa Maria Linard Ramalho (orientadora)

36) A ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL — Maria Raquel Simeão de Oliveira, Maria da Conceição Monteiro da Costa, Tamiris Ines Pereira, Maria Nicaele Nogueira Santana

IMPLICAÇÕES E REBATIMENTOS NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: um estudo acerca da realidade dos supervisores e as consequências para o processo de formação profissional

Bianca Geraldo Noronha
Denise Furtado Alencar Lima
(Orientadora)

RESUMO

A pesquisa em questão trata do estudo das implicações e rebatimentos na Supervisão de Estágio em Serviço Social partindo da análise da realidade dos supervisores e as consequências para o processo de Formação Profissional do assistente social com o objetivo de compreender e problematizar o verdadeiro significado dessa atividade. O estudo possui natureza qualitativa e bibliográfica e se utilizou da pesquisa de campo. A partir disso, obteve-se um resgate analítico e algumas reflexões que sugerem mudanças e revisões para garantir um salto de qualidade na supervisão.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional, Supervisão de Estágio em Serviço Social, Supervisores.

ABSTRACT

The research in question deals with the study of the implications and repercussions on Oversight Training in Social Work starting from the reality of the analysis of the supervisors and the consequences for the process of vocational training of social workers in order to understand and discuss the true meaning of this activity The study has qualitative and bibliographical and used the field research . From this , we obtained an analytical rescue and some reflections that suggest changes and revisions to ensure a quality leap in supervision.

KEYWORDS: Vocational Training , Supervision Training in Social Work Supervisors.

INTRODUÇÃO

O presente estudo almeja discutir as implicações e rebatimentos na Supervisão de Estágio em Serviço Social a partir da realidade dos Supervisores e as consequências para o processo de Formação Profissional dentro dos limites da instituição de ensino Leão Sampaio, abordando aspectos conceituais, históricos e reais. Para tanto, foi discutido a Formação Profissional do Assistente Social e sua relação com as novas configurações do trabalho e com a precarização do Ensino Superior no Brasil que trazem rebatimentos negativos para esse processo formativo; o processo de supervisão em Serviço Social e as problemáticas que lhe

envolvem e partir disso foi investigado a partir da coleta de dados com os sujeitos da pesquisa os entraves sofridos na operacionalização dessa atividade.

No primeiro capítulo da pesquisa, discutiu-se o histórico da formação profissional em Serviço Social no Brasil, desde sua gênese em meados da década de 1930 no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial até às novas configurações da profissão na contemporaneidade, que vem requerendo do assistente social total conhecimento sobre a realidade e da questão social para a formulação de respostas e propostas de trabalhos eficientes para atuar na realidade.

No Segundo capítulo, partindo da concepção que o estágio supervisionado é integrante estrutural e essencial na formação de profissionais assistentes sociais, discutiu-se todo o processo de supervisão, desde seus elementos legislativos e normalizadores, de suas origens dentro da profissão, perpassando pelo entendimento de todo o seu funcionamento, até a compreensão das problemáticas que envolvem essa atividade.

Por último, a partir do estudo em campo, o terceiro capítulo aborda o resultado da pesquisa junto aos supervisores e mostra os entraves apontados pelos mesmos correlacionando com o material bibliográfico contidos nos capítulos anteriores.

A pesquisa se constitui num trabalho de natureza qualitativa e se utilizou da perspectiva crítico-dialética para a apreensão da totalidade e do real. E através da pesquisa de campo, colheu informações junto dos profissionais através de uma entrevista, tendo ao final da análise do material colhido, um resgate analítico e algumas reflexões que sugerem mudanças e revisões para garantir um salto de qualidade na supervisão.

No âmbito dessas considerações, delimitou-se o objetivo da pesquisa: a compreensão e a problematização do verdadeiro significado do processo de supervisão em Serviço Social, tomando por referencia a realidade dos supervisores e as consequências para a formação profissional. Para alcançar o objetivo principal analisou-se a Formação Profissional no Brasil ante às novas configurações do trabalho, da mercantilização do ensino e as exigências contemporâneas da profissão; especificou-se toda a atividade de supervisão: seus aparatos legais e normativos, suas primeiras práticas no Serviço Social, as implicações e rebatimentos que complexificam e dificultam este momento; identificou-se dentro da realidade dos supervisores problemáticas que desafiam e influem na qualidade do processo formativo de assistentes sociais e por fim, indicou-se a partir da análise da pesquisa de campo, elementos viabilizadores de mudanças que apontam na direção do fortalecimento do compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão e com uma formação competente e hegemônica avessa a qualquer forma de precarização, comprometida com os direitos sociais, com uma nova sociabilidade e realmente capaz de qualificar profissionais para atuarem frente às novas demandas impostas à profissão.

Em tempos de precarização da educação básica e superior no Brasil e das novas configurações impostas pela contrarreforma que incidem negativamente na formação profissional sob diferentes ângulos, se torna amplamente necessária tal discussão, levando

em consideração a pouca produção teórica apontada pelos autores que discutem essa temática. A presente reflexão é importante uma vez que o estágio supervisionado é uma atividade intrínseca ao processo formativo não só do Serviço Social como no ensino de todas as profissões, sendo que seu debate sempre apontará para novas abordagens através de novas perspectivas.

De acordo com os autores que discutem estágio supervisionado, esse é um tema que vem ganhando relevância nos espaços de debate, mas ainda permanece esquecido e desconsiderado por grande parte dos profissionais e estudantes, fato este que se traduz num grande equívoco quando grandes nomes da profissão como Marilda Iamamoto e Yolanda Guerra, verificam que a reflexão e sistematização desse tema deve ser atividade permanente dos profissionais e dos alunos em formação na luta pela defesa do projeto ético-político. Portanto, o estudo é relevante para trazer à tona a reflexão sobre a prática do Serviço Social, que cotidianamente é esquecida e visualizada de forma errônea e equivocada.

Neste ponto, a pesquisa visa propiciar subsídios sobre a supervisão de estágio e ao mesmo tempo compreender os rebatimentos dessa atividade no cotidiano profissional dos supervisores, apontando elementos reais e críticos à todos aqueles que se fazem sujeitos nesse processo.

Discutir essa temática é discutir a profissão no presente, estimulando pesquisas para que a categoria se apodere de elementos teóricos e práticos a partir da realidade social para que se façam propostas profissionais eficazes. Tal estudo aponta caminhos e elementos reflexivos para todos aqueles que pretendem percorrer na pesquisa sobre Supervisão de Estágio/Estágio Supervisionado em qualquer curso e a todos aqueles que a querem reclamar.

1. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010, o estágio supervisionado encontra-se nas modalidades de curricular obrigatório e não-obrigatório constituindo-se como um processo didático pedagógico que se referencia na indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional.

Na modalidade de obrigatório está vinculado ao projeto profissional, ao Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e à resolução 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Nesta modalidade a supervisão será realizada pelo professor supervisor e pelo assistente social do campo de estágio, tendo com estratégias pedagógicas a reflexão, o acompanhamento e a sistematização com base nos planos de estágio elaborados em conjunto com as Unidades de Formação Acadêmica (UFA) e unidades campo de estágio. O aluno deverá cumpri-lo de acordo com a carga horária exigida pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da UFA como requisito de aprovação e obtenção do diploma.

Nesse estudo nos atentaremos à reflexão do estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social.De acordo com a PNE (2010), o estágio é instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando na sua atual crise financeira e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. Assim,o estágio bem como a formação profissional, devem garantir o entendimento do significado sócio-histórico do Serviço Social, das condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, das conjunturas, das instituições, e das políticas sociais, exigindo para tanto domínio teórico e conhecimento prático, além do reconhecimento do compromisso profissional com as classes trabalhadoras.

2. IMPLICAÇÕES E REBATIMENTOS NO PROCESSO DE SUPERVISÃO

O estudo sobre esta atividade, de acordo com Buriolla (2008), se dá numa perspectiva geral da profissão que envolve reflexão, teoria, prática e as relações da categoria com a sociedade em seus diversos contextos históricos.

O processo de supervisão se configura como um momento ímpar na formação profissional dos assistentes sociais considerado por Oliveira(2004) como um “divisor de águas” no processo formativo profissional, em que é desvelado ao aluno estagiário diversas maneiras e possibilidades de apreender a dinâmica do trabalho profissional. Seu estudo e compreensão constituem como um desafio permanente para que o mesmo se consolide e se efetive e se consolide como lugar de construção da identidade profissional do aluno.

Todavia, tem-se observado por parte dos estudiosos algumas questões conjunturais que complexificam e dificultam este momento. A começar pela concepção que geralmente se tem por parte dos próprios profissionais que o estágio é um momento de realização de ações e de operacionalização em que se treinam comportamentos e habilidades. Tal concepção denominada por Guerra (2009) de instrumental tem levado os profissionais a referenciar o estágio como uma prestação de serviços não a entendendo em seu real significado de momento privilegiado na formação profissional.

Neste entendimento o estagio tende a se restringir a: execução de tarefas conferidas ao aluno, execução de atividades com fim de solucionar problemas institucionais; momento em que se aplica a teoria na prática; espaço de repetição das atividades executadas pelo profissional de campo; ações semelhantes a de um secretário. (GUERRA, 2009)

Tal situação é percebida como contraditória por Guerra (2009), uma vez que não se tem constatado um movimento hegemônico por parte da categoria de estudantes e profissionais que resista a tal lógica. A autora relata que vem sendo recorrente por parte dos

próprios alunos, o princípio da iniciativa da procura do próprio estágio, ocorrendo a partir daí uma concorrência acirrada entre eles pelos campos de estágio.

É frisado também, a pouca atenção voltada às diretrizes acadêmicas e políticas bem como as políticas e instrumentos normativos referentes à profissão, como também a pouca articulação entre universidade e campo de estágio. Buriolla (2008) ainda vem observar a existência de um número significativo de práticas supervisoras inadequadas, o que supõe a desarticulação e a fragilidade do exercício de supervisão que necessita de mais atenção e revisão.

Por Oliveira (2004), é percebida a dificuldade na identificação dos papéis desempenhados pelos sujeitos no processo de formação profissional que tem gerado equívocos na materialização da supervisão.

Neste ínterim, acostumou-se a ver na figura do estagiário um profissional da instituição de campo de estágio e utilizado como mão de obra barata, responsável pelo encaminhamento de atividades que muitas vezes não lhe competem enquanto sua condição de aluno-estagiário.

A autora ainda observa que à figura do supervisor de campo é atribuída equivocadamente a função do "ensino da prática" e em alguns casos a supervisão por esse profissional é executada de forma intuitiva, resultado da falta de capacitação continuada dos profissionais.

Ao supervisor acadêmico é conferida a imagem do "detentor de saber", responsável por ensinar a prática para ser aplicada no estágio.

De acordo com esse entendimento, analisa-se que tais equívocos impõem limites na correta operacionalização do estágio e consequentemente ao processo formativo do assistente social. A solução apontada é a superação dessa perspectiva através da busca de compreensão da posição ocupada pelos sujeitos e suas diferentes áreas de competência, até mesmo para impor diante de funções inadequadamente atribuídas.

Ao contrário do que se tem comumente entendido, o aluno supervisionado, deve ser percebido como sujeito inserido num processo de ensino, a quem se deve garantir conhecimentos e experiências que adensem sua qualificação profissional. (OLIVEIRA, 2004)

Quanto ao supervisor de campo, este tem como principal característica supervisionar o estagiário na dinâmica do cotidiano do campo de estágio constituindo, nas palavras de Oliveira (2004), o "elo" privilegiado entre prática profissional e o processo de ensino acadêmico.

À pessoa do supervisor acadêmico, Buriolla (2008) acredita que esta tarefa não pode ser assumida por qualquer tipo de profissional. Para tal função, requer-se um profissional competente e dominador das particularidades e habilidades inerentes à ação supervisora.

Assim, Oliveira (2004) reconhece que supervisor acadêmico e supervisor de campo devem ter uma ação integrada capaz de discutir as diretrizes e a metodologia que orientam o processo de ensino com o objetivo comum de capacitar o aluno supervisionado.

O estágio supervisionado em Serviço Social tem peso privilegiado no processo de aprendizagem da profissão e, portanto, não pode ser restringido apenas como um momento a

mais na formação profissional, pois é como vem sendo tratado. Apesar disso, nota-se através de pesquisas, dificuldades em sua operacionalização.(Oliveira, 2004).

Podemos dizer de acordo com Oliveira (2004), que essas dificuldades se encontram principalmente, na fragilidade da discussão do estágio no interior do debate acadêmico ou nos foros de Serviço Social que não tem merecido o mesmo destaque e reconhecimento atribuídos às disciplinas entendidas como “teóricas”. Também ocorre o entendimento equivocado de que o estágio no processo formativo é um momento de aplicação de conhecimentos teóricos, na realidade concreta, pois, por mais amplo e abrangente que este momento seja, não seria possível “colocar em prática” todo o conhecimento adquirido.

Algumas medidas implementadas com o fim de superar esses limites e assim construir uma proposta de estágio realmente eficaz dentro das requisições de formação merecem destaque aqui. Para Oliveira (2004), uma estratégia viável seria a reorganização curricular, proposta esta que tem por finalidade adequar conteúdos teóricos à realidade social concreta através de laboratórios de prática, oficinas pedagógicas e campos experimentais.

Amicucci (2011) também reclama a urgência em se realizar debates, seminários e encontros principalmente articulados com as entidades nacionais da categoria: CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO na perspectiva de refletir a atividade de supervisão de estágio em conjunto do movimento do Serviço Social. Nesta perspectiva, Guerra (2009) sugere também a realização de fóruns de Supervisores na contribuição com a organização coletiva da categoria de assistentes sociais na defesa da formação profissional e para o intercâmbio de conhecimentos e para a qualificação do exercício da supervisão, concordando também com a necessidade de articulação entre os CRESS de cada região específica com as UFA’s no o objetivo de enfrentar os desafios que barram a operacionalização de supervisão de qualidade.

Assim a Política Nacional de Estágio deve:

> ser fortalecida com a realização de ações que envolvam a formação/capacitação permanente de supervisores, a articulação de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários Integrados com demais disciplinas e com temas transversais que perpassam diferentes campos e temáticas, seminários e atividades preparatórias para estudantes que antecedam a inserção nos campos de estágio, o fluxo permanente com as demais atividades do curso e da Universidade/Faculdade por meio do ensino, pesquisa e extensão da Unidade, bem como o fortalecimento dos vínculos do curso com o CRESS, dentre outras ações pertinentes às diferentes realidades. (PNE, 2010, p. 35)

Nesta perspectiva, a PNE (2010) aponta para a criação e o fortalecimento do Fórum de Supervisores, que tem sido experimentado por algumas instituições de ensino no intuito de reunir supervisores e alunos em torno de questões referentes ao estágio, como estratégia de fortalecimento e continuidade do debate.

No estudo do significado do estágio supervisionado, concordando com Oliveira (2004), considera-se que o mesmo tem papel fundamental na construção da identidade profissional do aluno, uma vez que lhe proporciona contato direto com o exercício profissional, com a natureza interventiva do Serviço Social e dessa maneira lhe permite a apropriação da

profissão. Dessa maneira deve ser entendido como lócus de construção da identidade profissional do aluno.

Enfim, correlacionam-se o estudo realizado no início deste trabalho a respeito da formação profissional em Serviço Social e a operacionalização do estágio supervisionado. Ambos não devem se limitar ao ensino de uma grade curricular que capacite um profissional para responder minimamente às exigências do mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, o estágio nas considerações de Oliveira (2004) tem sentido concreto, lógico, histórico e processual no ensino superior, que não pode ser apreendido como estático, determinado e voltado a atender minimamente aos interesse mercadológicos.

Dentro do estudo dos entraves que acometem a atividade de Serviço Social, destacou-se alguns elementos que impossibilitam a sua correta operacionalização refletidos na realidade dos supervisores que serão abordados a seguir.

3. SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E A REALIDADE DOS SUPERVISORES

Primeiramente, é importante que se ressalve as condições de trabalho do assistente social supervisor, que na presente análise se constitui como ponto nodal nesta discussão.

A partir desse estudo, compreende-se que trabalhar na perspectiva de discutir e mostrar as implicações e os rebatimentos da supervisão de estágio com o objetivo de enfrentar e superar as dificuldades e problemáticas que lhe atravessam e consolidando as conquistas alcançadas, significa lutar pela defesa de uma formação profissional realmente eficaz e de qualidade, tendo-se como consequência uma supervisão de estágio eficiente. Significa reafirmar o compromisso com a luta pela educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade e com o projeto ético-político do Serviço Social.

A análise em questão almeja discutir as implicações e rebatimentos na Supervisão de Estágio em Serviço Social a partir da realidade dos supervisores e as consequências para o processo formativo profissional dentro dos limites da Faculdade Leão Sampaio através de entrevista realizada com profissionais acadêmicos da instituição de ensino e profissionais de campo conveniados com espaços ocupacionais distintos.

Durante a pesquisa, identificou-se que apenas os supervisores acadêmicos tiveram ou tem capacitações contínuas para o exercício da supervisão. Neste propósito, considera-se que tal processo é um instrumento singular no processo formativo do assistente social, desvelando-se assim diversas maneiras e possibilidades de apreender a dinâmica do trabalho profissional ao mesmo tempo em que aguça no aluno sua capacidade interventiva, propositiva e investigativa, devendo garantir o entendimento sócio-histórico do Serviço Social.

Também foi relatada a dificuldade em receber novos alunos-estagiários em campo pelo fato das diversas atribuições que os profissionais tem em seus espaços sócio-ocupacionais,

eu que para Oliveira (2004), pode levar o exercício da supervisão ser relegado como tarefa de segundo plano, podendo deixar em alguns casos enormes lacunas durante o processo.

Somado a isso, tem-se o sentimento de imposição vivenciado pelo profissional de campo em receber o estagiário pelo fato de não haver os diálogos necessários entre as unidades de campo e os profissionais acadêmicos.

> A ausência de relação mais intrínseca entre os campos de estágios e unidades de ensino encontra-se expressa nos problemas: desconhecimento das diretrizes por parte dos assistentes sociais supervisores, ausência de capacitação e prevalência da visão de supervisão como uma prática volitiva, ou seja, de que sua realização está vinculada à (boa) vontade do assistente social. (GUERRA, 2009, p. 547)

Outro ponto relevante na pesquisa foi a compreensão dos supervisores de campo de que o recebimento de alunos-estagiários é uma favor prestado à instituição de ensino e não como uma apropriação do Código de Ética e dos princípios normativos do estágio, como por exemplo, o compromisso com a formação profissional.

Admitiu-se entre os profissionais a tênue relação entre supervisores acadêmicos e supervisores de campo. Podemos então correlacionar tal questão com a precarização das relações de trabalho que tomam boa parte do tempo do trabalhador. No caso, o tempo é restrito para professores e técnicos estreitarem vínculos e compartilhar conhecimentos. Guerra (2009), elucida que as modificações nas condições e nas relações de trabalho, no cotidiano profissional e na formação, adentram os espaços de estágio e debilitam o processo educativo da supervisão, transformando-a numa prática muitas vezes controlista, gerencial, administrativa e burocrática.

Em seguida foi abordada a baixa frequência de visitas aos campos de estágio, merecendo máxima atenção, pois tal fato revela que a supervisão de estágio se revela em tal realidade como um processo ainda frágil que necessita de reformulação, revisão e reflexão conjunta entre os sujeitos envolvidos.

Buriolla (2008), considera que a sobrecarga de tarefas, funções e atribuições delegadas aos supervisores, refletem diretamente na qualidade da supervisão e nas condições físicas e psíquicas dos supervisores, levando esta a ser preocupação de segundo plano.

Neste sentido Guerra (2009, p. 550) ainda acrescenta:

> As Unidades de Formação Acadêmicas devem ter uma relação articulada com o CRESS de cada região, especialmente com a Comissão de Fiscalização e os agentes fiscais, visando à construção coletiva de enfrentamentos dos desafios presentes na implementação com qualidade dos estágios supervisionados e no desempenho da Supervisão Direta de Estágio, como atribuição privativa. Também, os sujeitos envolvidos devem participar efetivamente das discussões promovidas pelos órgãos representativos da categoria profissional.

Então, sabendo que o principal objetivo do trabalho consiste na análise das implicações e dos rebatimentos da supervisão na realidade dos supervisores, as respostas acima elucidam a maneira em como vem se dando esse processo entre os profissionais relacionados à instituição de ensino da Faculdade Leão Sampaio, mostrando os pontos mais preocupantes do ponto de vista dos próprios profissionais.

A pesquisa deixa explícito que a maneira como vem se dando esse processo é deficiente, falha e apresenta lacunas, pois o trabalho coletivo com as partes envolvidas não vem acontecendo, as mesmas se responsabiliza cada qual pelo seu, esquecendo-se de contribuir para o todo e o resultado acaba sendo a saída de profissionais despreparados da instituição tanto para o recebimento de alunos-estagiários, quanto para atuar nas demandas contemporâneas da profissão.

Vale ressaltar também o fortalecimento desses instrumentos, que vem sendo "atropelados" desde a implantação da contrarreforma do Ensino Superior preconizados pelos organismos multilaterais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desse estudo, há que se ressalvar que os capítulos iniciais dessa pesquisa foram essenciais para o desvelamento e problematização do contexto de formação profissional relacionado à Supervisão de Estágio, identificando os entraves que permeiam essa dimensão e alcançando de fato os objetivos desse trabalho.

A Supervisão compõe as atribuições sócio profissionais e por isso deve ser tema de investigações sistemáticas e produções teóricas, não podendo ser ignorada e/ou banalizada.

A conquista de um processo de estágio supervisionado de qualidade está ligada à luta contra a precarização do trabalho e da formação profissional, que requer a luta contra a mercantilização e aligeiramento que acometem o atual panorama do ensino superior no Brasil.

A partir desse estudo visa-se a construção de uma proposta de formação profissional com bases culturais fortalecidas, crítica, competente, mais ampla e representativa do Serviço Social brasileiro, mas que só será possível através de amplos debates nessa perspectiva.

Urge organização coletiva e radical para que o espaço de supervisão seja realmente espaço de formação e capacitação permanente. Portanto, considera-se que para chegar a essas análises, o suporte teórico-metodológico viabilizado pelos autores que discutem formação profissional e supervisão de estágio, bem como as contribuições dos profissionais em concederem a entrevista foram de suma importância para a conclusão desta pesquisa, para focalizar as deficiências dignas de mudanças e para reforçar a importância do fortalecimento e materialização do Projeto Ético-Político voltado para uma formação crítica e capaz de direcionar os rumos da profissão no caminho social que escolhemos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2009.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: tempos atuais e velhos desafios. Franca, SP: 2011. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Univarsidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e eus papéis. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: Ensaios Críticos. 7. ed. São Paulo. Cortez, 2004.
KONNO, Cristiane Carla. **A formação profissional na consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 2º Seminário Nacional estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste: outubro, 2005. Disponível em: < http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS40.pdf>
_____.**O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
OLIVEIRA. Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**: desvendando significados. In: Revista Serviço Social e Sociedade. nº 80. Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A INTERVENÇAO DO SERVIÇO SOCIAL

Suzana de Alencar Cavalcante Lima
Maria Das dores Gonçalo Costa
Maria Leidiane Alves Gomes

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar para o leitor uma análise sobre Economia Solidária e a Intervenção do Serviço Social, como variáveis na promoção de emprego e renda e no empoderamento dos sujeitos envolvidos nesses empreendimentos coletivos. Justifica-se pela necessidade de fomentar a Economia Solidária como um meio de desenvolvimento, solidário e sustentável, e também ampliar o mercado de trabalho do Assistente Social. O procedimento utilizado foi de cunho bibliográfico tendo como propósito a construção de novos referenciais teóricos com vista à busca de alternativas sustentáveis que priorize as questões ambientais e assegure o bem estar social.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Serviço Social. Desenvolvimento Sustentável. Solidariedade.

ABSTRACT

The present study aims to present to the reader an analysis on economic solidarity and Social Service intervention, as variables in the promotion of employment and income and in the empowerment of the subjects involved in these collective enterprises. Is justified by the need to promote solidarity economy as a means of solidarity and sustainable development, and also to expand the job market of the Social worker. The procedure used was bibliographical nature having as purpose the construction of new theoretical references in order to search for sustainable alternatives that prioritize environmental issues and ensure social welfare.

Keywords: solidarity economy. Social Service. Sustainable Development. Solidarity.

1 INTRODUÇÃO

Segundo LAVILLE (2009),

> A Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.

A Economia Solidária pode intervir de forma direta ou indireta nas condições de vida da população brasileira e, considerando que os projetos desenvolvidos visão a emancipação

da população menos favorecida, torna-se imprescindível promover a autogestão de grupos coletivos buscando autonomia política, ou seja, formas de representações sociais próprias.

Compreendendo a Economia Solidária como um empreendimento coletivo e, analisando a importância do desenvolvimento das pessoas e vocações em um mesmo projeto, faz-se necessário agregar a intervenção do profissional do Serviço Social.

Como diz Souza (1984) *apud* Goerck (2006), o Assistente Social surge:

> Para a realização de um trabalho que desvende a compreensão da realidade dos empreendimentos coletivos, (...) poderá decifrar nessas experiências os seguintes elementos: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação entre a conjuntura e a estrutura. (Souza, 1984)

O Serviço Social é uma profissão técnico-científica que tem, entre seus objetivos ético-políticos, a ampliação e consolidação da cidadania, garantindo os direitos sociais, civis, políticos da classe trabalhadora (Código de Ética, 1993). É nesse contexto de direitos e relações sociais que o Assistente Social se propõe a atuar, desenvolvendo juntamente com uma equipe multidisciplinar, uma proposta para geração de renda, através de sua *práxi*, realizando atividades de assessorias, capacitações, mediações dentre outras que possam vir a promover a emancipação dos sujeitos envolvidos em propostas de empreendimentos coletivos.

A presente pesquisa denominada **Economia Solidária e a Intervenção do Serviço Social** tem como objetivo analisar a economia solidária e a contribuição das ações utilizadas na instrumentalidade do Serviço Social para promoção de geração de renda, de forma sustentável e solidária, bem como, do empoderamento dos sujeitos envolvidos nessa nova proposta de trabalho.

Na prática a pesquisa se justifica, visto a necessidade pungente de fortalecimento da Economia Solidária, através de sua contextualização e, a intensificação da intervenção do Assistente Social nesse espaço ocupacional a fim de efetivar os direitos dos sujeitos e mediar às relações sociais como uma estratégia para impulsionar essa outra economia.

Dessa forma, a construção desse referencial teórico contribuirá de forma efetiva no crescimento da Economia Solidária, que surge como uma solução viável e eficaz contrária ao individualismo instituído pelo capitalismo dominante, como também, para efetivação do Serviço Social nesse espaço de trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Economia Solidária

As relações de trabalho estabelecidas pela sociedade contemporânea apontam a necessidade da promoção de alternativas que possibilitem o desenvolvimento sustentável e a autonomia da classe trabalhadora. Dentro desse cenário, a economia solidária ganha destaque em suas dimensões, econômica, cultural e política, desenvolvendo ações, específicas e transversais, voltadas para uma classe historicamente excluída e vulnerável, ou

seja, promove a emancipação e a sustentabilidade dos trabalhadores. Podendo ser definida como:

> O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e solidariedade entre seus partícipes (Cruz, 2006, p. 69)

A Economia Solidária se apresenta também como uma forma de sensibilização sobre a organização e conscientização do consumo responsável, fortalecendo diversas relações sejam elas: entre campo e cidade, produtores e consumidores, e possibilitando nos consumidores o desenvolvimento de uma consciência sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

No campo conceitual das Políticas Públicas se contextualiza como uma política que tem como papel a identificação, elaboração e fomentação políticas de desenvolvimento de Economia Solidária, considerando: intersetorialidade, articulação de integração entre as federações e exercendo o controle social. Desta forma, entendendo que a Economia Solidária pode ser interpretada como uma forma justa e igualitária de obter o crescimento econômico proporcionando o desenvolvimento social é possível visualizar a intensa ligação entre as políticas públicas sociais e a PPES como elementos fundamentais no processo de mudança de dada realidade.

A origem da Economia Solidária é dada no século XVII, através das experiências de cooperativismo geradas em Rochdale, na Inglaterra. Foi um plano, lançado por Robert Owen com o objetivo de minimizar a pobreza gerada pela Revolução industrial. A proposta tinha como pano de fundo a criação de uma aldeia de cooperativas para que as pessoas pudessem viver em comunidade, ou seja, segundo Singer (2000, p.23) “assim o estado e as paroquias, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção de indigentes ociosos, deveriam fornecer capital para que estabelecessem em Aldeias e pudessem prover seu próprio sustento”. (BRASIL, 2010)

A Economia Solidária surge no Brasil em período de profunda crise econômica e social no século passado, decorrente dos dois choques do petróleo ocorridos em 1974 e 1979, respectivamente. A baixa disponibilidade de petróleo na maioria dos países industrializados somada a uma demanda impassível foi propulsor e inevitável para o aumento de seu valor no mercado mundial em até cinco vezes após cada um dos choques. Como o Brasil e outros países não eram autossuficientes em petróleo e, ao mesmo tempo, não podiam deixar de importar, tiveram de se endividar para pagar pelo petróleo. Assim, o corte de gastos públicos provocou desestabilidade do mercando interno, desencadeando uma série de problemas, principalmente o desemprego.

A Economia Solidária ressurgi no Brasil através da Cáritas/Igreja Católica com os chamados Projetos Alternativos Comunitários – PACs destinados aos desempregados sejam do campo ou da cidade. Inicialmente organizados em associações de trabalhadores para produzir bens e serviços que atendessem as necessidades emergentes, os quais também tiveram apoio de sindicatos e universidades.

Nesse contexto a Economia Solidária no Brasil vem se expandido através de esforços governamentais e de movimentos de democratização da sociedade contemporânea, visto que em 2002 mediante projeto de lei cria-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Com o conjunto de esforços, governo e entidades de fomento, registra-se nos anos de 2006, 2010 e 2014 a realização de Conferências Públicas que possibilitaram a formulação e avaliação de políticas públicas nessa área. A construção do Plano Nacional de Economia Solidária, instrumento de orientação, foi realizada durante a 3ª Conferência Nacional em 2014, porém, esse avanço ainda é primário devido, principalmente, as questões orçamentárias.

Nesse sentido, analisando os pontos fortes e as ameaças da Economia Solidária, com base em seu Plano Nacional é possíveis destacar, como fortaleza, as conquistas de leis, aprovação da Política Nacional de Economia Solidária, intercâmbio entre as esferas de governo, a participação das discussões em movimentos sociais, a capacidade de funcionar em rede, entre outros. Como ameaça e fraqueza a Economia Solidária não possui adesão política necessária para sua expansão, não há possibilidade de atender em produção em larga escala, existe uma grande dificuldade de articulação em suas organizações, a hegemonia do sistema capitalista que interfere diretamente no crescimento de economias que surgem em contramão do sistema vigente e as políticas neoliberais.

O conceito de Economia Solidária é regido por dez princípios: autogestão; democracia; cooperação; centralidade do ser humano; valorização da diversidade; emancipação; valorização do saber local; justiça social na produção; cuidados com o meio ambiente. Nesse contexto de princípios, vale ressaltar a anteposição da solidariedade sobre a individualidade como motriz no agir coletivo dessa economia.

2.2 A Solidariedade como expressão da Economia Solidária

A sociedade moderna é regida, majoritariamente pela: concorrência; exploração; mais-valia; competição, entre outros adjetivos que classificam morfologicamente a economia capitalista, porém, em contraponto a esse curso natural surge o conceito da “outra economia” pautada na solidariedade, na sustentabilidade, na inclusão e emancipação social.

Esses princípios, de acordo com CATTANI, et al (2009) “(...) não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro”.

A Solidariedade que vai além do âmbito da fraternidade e da filantropia, mas como um direito constitucional, para além do direito individual ou coletivo, garantindo condições para as gerações futuras se desenvolverem em uma sociedade equilibrada, como também, como o novo conceito que se desmembra em dois projetos, ambos, ligados a economia solidária.

Esse conceito se ramifica em dois contextos: o primeiro destaca uma solidariedade filantrópica que baseia numa sociedade ética, onde os cidadãos voluntariamente cumprem deveres uns com os outros, esse projeto é regido por ações paliativas em busca de resolver necessidades emergenciais, tendo apenas como contrapartida a gratidão do indivíduo beneficiado. A solidariedade filantrópica no século XIX atestou várias formas de patronato e paternalismo, que foi capaz de estabilizar as desigualdades sociais.

O outro viés da solidariedade é regido pelo princípio da democratização societária, baseada na ajuda mútua e na igualdade de direitos entre os atores envolvidos, perpassando pelo direito instituído na Constituição Federal como princípio da solidariedade, ou seja, baseia-se na igualdade de direito mediante a uma democracia social e econômica, oriunda da expressão reivindicatória que se engajam na auto-organização dos movimentos sociais.

No contexto atual, a solidariedade surge com uma proposta de reconceituação dos projetos inicialmente fundados, ou seja, a reatualização da versão filantrópica e uma adaptação da vertente democrática.

A reatualização da versão filantrópica, as questões sociais e ambientais são pontuadas como externalidades, ou seja, esses indicadores somente serão internalizados mediante oferta monetária, induzindo as empresas a modificarem seus modos de produção e consumo.

Os setores públicos e sociais se alinham as empresas privadas, mediante a adoção de crédito de mercado, mas, as ações são limitadas centrando seu domínio nas populações empobrecidas, a assistência prestada pelo serviço público é deficiente devendo ser completada pelas associações de caráter privado.

Já na outra concepção, propõe-se o fortalecimento de uma economia plural, com o papel de desempenhar a justiça social e a sustentabilidade ecológica, com nível de atuação local e internacional a fim de garantir os direitos dos mais necessitados e entre as gerações.

A solidariedade democrática, nessa vertente, se baseia na luta pelo desenvolvimento sustentável, de avanços constatáveis pela ótica das esferas não mercantis e não monetária articulada por mercados regulados, ao contrário da versão anterior.

O desenvolvimento sustentável tem condições de fundar e discutir evolução econômica em prol de uma economia plural como um vetor indispensável para instaurar um desenvolvimento mais justo e solidário. Em uma economia plural, tanto os princípios econômicos, quanto as formas de propriedade e, a pluralidade das riquezas é valorizada.

Para legitimar os serviços públicos democráticos e seu funcionalismo é preciso uma economia social estabilizada, cujo seus componentes dinâmicos sejam criados para inserir na economia normas sociais e ecológicas.

Esses preceitos assumem a liderança nas questões de prioridades, não podendo ser mais apenas um fator somente externo ou interno, e sim uma questão ética de cunho prático, ou seja, como uma responsabilidade cidadã.

Na economia solidária, segundo Laville e Gaiger (2009, p.162)

> A solidariedade é ainda estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum. O fato conduz à criação de espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta. (CATTANI, LAVILLE, GAIGER, 2009)

2.3 Economia Solidária X Desenvolvimento Sustentável

Os primeiros conceitos de desenvolvimento Sustentável começaram a surgir em 1972 durante uma conferência da Organização das Nações Unidas – ONU em Estocolmo, na Suécia. Inicialmente o termo utilizado era ecodesenvolvimento, justificando a referência direta feita ao meio ambiente quando se fala desse desenvolvimento, embora, não seja essa a sua única área de abrangência.

Em 1987, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, foi apresentado Relatório de Brundtland, definindo Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. A evolução desse conceito de sustentabilidade possibilitou a necessidade de reflexão obre os modelos de desenvolvimento, como também, dos conceitos econômicos, da garantia dos direitos, da promoção e exercício da cidadania, ou seja, surge a necessidade de compreensão da realidade com um todo, um sistema, interligado em redes.

Compreendendo o Desenvolvimento Sustentável e realizando uma análise sobre a contextualização da Economia Solidária é possível perceber a simbiose que existe entre esses dois conceitos. Segundo Lechat (2009, p. 138),

> (..) o movimento da economia solidária, o qual vem se revelando como uma nova dinâmica de enfrentamento da pobreza e das desigualdades de todo tipo. Ele abrange práticas econômicas associadas à produção e serviços, à comercialização e troca e a finanças e consumo solidários. Assim como o movimento do comércio justo, baseia-se nos princípios da autogestão, cooperação, justiça social, desenvolvimento sustentável e humano e da igualdade de gênero, raça e etnia. (CATTANI, LAVILLE, GAIGER, 2009)

A filosofia da Economia Sustentável não apenas perpassa como também contribui, de forma direta e qualitativa, com o desenvolvimento sustentável, ou seja, o homem é cerne de um mapa conceitual onde as conexões com as relações sociais, econômicas, produtivas, com o meio ambiente, autogestão, interdisciplinaridade, compõe uma rede de valores em contradição a economia de mercado hegemônica.

Dessa forma, é possível identificar a necessidade de profissionais que possam estabelecer estratégias de intervenção fazendo com que essa economia, solidária e social, possa ser protagonista na sociedade contemporânea.

2.4 O Serviço Social e a sua intervenção ético-política

> O Serviço Social é uma profissão reconhecida na sociedade na medida em que é socialmente necessária e exercida por um grupo social específico, uma categoria profissional que compartilha um sentimento de pertencimento e possui uma identidade profissional. (FRAGA 2010. p. 43*apud* GOMES, DINIZ)

A formação profissional qualificada permite a realização de uma leitura totalizante da realidade social em que o usuário está inserido viabilizando uma melhor utilização dos conhecimentos teóricos, como também, a melhor forma de articulação com a prática. As condições impostas pela sociedade capitalista como o desemprego, a violência, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, como todo o conjunto de expressões impostas pela sociedade e que definem desigualdades sociais, fazem parte das situações que necessitam da intervenção do Assistente Social.

O Assistente Social tem sua prática pautada no seu Projeto Ético-Político, que se materializa no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da profissão, nas Diretrizes curriculares e nas demais resoluções que determinam sua atuação.

No mundo globalizado, onde a hegemonia do capital financeiro em aliança com o capital bancário mostra novos modos de produzir e geri o trabalho usando como base as revoluções técnicos científicas e a microeletrônica, o Assistente Social é desafiado a organizar a classe trabalhadora a fim de garantir meios de sobrevivência seja no campo ou na Cidade.

O desenvolvimento das forças produtiva do trabalho social e o agravamento das múltiplas expressões da questão social de base sócio histórica, requisita do profissional que atua nas manifestações inscritas no âmbito da produção e reprodução da vida social, uma visão totalitária da dinâmica da vida social. A sociedade contemporânea requer que esse profissional possa decifrar e participar da criação das novas formas de viver através de um futuro que está sendo germinado.

O conceito de economia solidaria e sustentabilidade, em processo de formação e constituição, está sendo expandido através de esforços dos movimentos sociais e governamentais, atestando o Serviço Social, como uma profissão que pode contribuir de foram significativa na consolidação da Economia Solidária.

Dessa forma, compreendendo os princípios da Economia Solidária em contradição com uma ideologia de subalternidade enraizada na classe trabalhadora, o profissional do serviço social deverá realizar uma atuação, moderada e significativa, transformando os sujeitos envolvidos através de conceitos de coletividade, solidariedade, auto gestionário, entre

outros conceitos que comungam com essa “outra economia”, sem desconsiderar as diversidades culturais.

A inserção do Assistente Social em Empreendimento de Economia Solidária possibilitará o fortalecimento dos grupos podendo ser trabalhado às relações sociais em contraponto as relações de trabalho existente; o engajamento com outros segmentos de luta de classes como os sindicatos, as organizações não governamentais, movimentos sociais; a representatividade em espaços comunitários.

Enfim, é possível compreender que o campo da Economia Solidária é um espaço rico para a realização da intervenção do Assistente Social uma vez que se configura como uma iniciativa de luta contra as forças do capitalismo operante a favor classe trabalhadora.

2.5 Metodologia

A construção do trabalho se dará através de um estudo exploratório de natureza qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica. Conforme Marconi e Lakatos (2002, p.185) a pesquisa bibliográfica abrange toda a literatura compartilhada no meio público através de publicações em revistas, sites acadêmicos ou nos meios de comunicação orais como filmes e jornais televisivos, tem como finalidade aproximar o pesquisador do que já foi escrito, filmado ou dito sobre tal questão referida.

Para viabilizar esse estudo foi realizada uma coleta de dados por meio da seleção de literaturas científicas, visando à obtenção de conhecimentos dos teóricos e suas principais ideias sobre a temática escolhida, desta forma, pretende-se contribuir com a compreensão sobre Economia Solidária e sobre a intervenção do Serviço Social nesse espaço ocupacional.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa ora proposta é fundamental para que ocorram ações reflexivas direcionadas ao fortalecimento da Economia Solidária, partindo da interação efetiva do Assistente Social, representado por um sentimento de que não seja exclusivamente a população menos favorecida, mas toda a sociedade incluída nesse contexto.

Assim, a análise de uma série histórica caminha para um processo de internalização de outra realidade possível, desde que, seja incorporado o sentimento de pertencimento necessário ao contexto do bem viver.

Desta forma, a busca do inovar no cotidiano, perpassa os muros das unidades de atuação e cria espaços privilegiados de formação e construção de saberes para promoção de mudança de atitudes, influenciando diretamente os atores sociais a compreender o cenário atual e uma projeção futura, dentro de uma visão harmônica e sustentável entre o homem, a natureza e o econômico.

A partir dessa premissa, considera-se, sem dúvida, uma proposta de integração das diversas áreas do conhecimento e de vivências, com vista à busca de alternativas sustentáveis que priorize as questões ambientais e assegure o bem-estar social.

A conclusão desta proposta construtivista é que o referencial teórico seja uma prática de trabalho sistêmico, cujo fator crucial concerne à contribuição factual dessa outra economia, alternativa ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Economia Solidária.** Disponível em http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf. Acesso em 24/10/2016.

BRASIL. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192. Acesso em: 10.11.2016

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; *et al*. **Dicionário Internacional da outra economia.** Almedina. 2009.

GAIGER, Luiz Anácio G.; KUYVEN, Patrícia Sorgatto; OGANDO, Cláudio Barcelos. *et al*. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

GOERK, Caroline. **Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

GOMES, Nilvania Alves; DINIZ, Camila Adriana Silva. **Teoria e prática no serviço social: uma reflexão sobre a identidade Profissional do assistente social e os desafios contemporâneos.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em: < http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/teoria%20e%20pr%c3%81tica%20no%20servi%c3%87o%20social%20uma%20reflex%c3%83o%20sobre%20a%20identidade%20profissional%20do%20assistente%20social%20e%20os%20desa.pdf>. Acesso em: 04/11/2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTEIRO, Fabíola. **A inserção do Assistente Social na equipe multidisciplinar do programa saúde da família**. Disponível em: < http://www.fmc.br/tcc15.pdf>.

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Maria Cleomar Fernandes
Yrismeiry Pereira da Cruz
Antonia Gildevannia Pereira Oliveira
Maria Lucivania Daniel Macedo
Maria Clara de Oliveira Figueiredo
(Orientadora)

RESUMO:

O artigo tem como objetivo discutir o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, buscando traçar elementos que influenciaram e o contexto em que se desenvolveu. É fruto de uma construção coletiva da turma de Serviço Social (367-4) do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como pré-requisito para a avaliação na disciplina de Fundamentos III. A metodologia para a construção foi traçada sob orientação da professora Maria Clara. Onde foi possível detectar que o processo Social Latino Americano, Renovação do Serviço Social no Brasil possui relações diretas com o contexto em que se desenvolveu a partir de influências do Serviço.

Palavras-chave: Renovação. Serviço Social. Ditadura.

ABSTRACT:

The article aims to discuss the process of renewal of Social Service in Brazil, seeking to trace elements that influenced and the context in which it developed. It is the result of a collective construction of the Social Work class (367-4) of the Doutor Leão Sampaio University Center, as a prerequisite for evaluation in the discipline of Fundamentals III. The methodology for the construction was drawn under the guidance of Professor Maria Clara. Where it was possible to detect that the Latin American Social Process, Renewal of Social Service in Brazil has direct relations with the context in which it developed from influences of the Service.

Keywords: Renewal. Social Service. Dictatorship.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é resultado da síntese dos projetos político-econômicos, operando no desenvolvimento econômico, reproduzindo-se de maneira material e ideológica, a partir de estratégias da classe hegemônica, inserida no contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado toma para si a responsabilidade das precariedades inseridas na compreensão da “questão social”. Sua gênese, portanto, não é meramente uma evolução das antigas formas de

ajuda, da caridade e da filantropia, que se encontra, há certo tempo, atrelada à "questão social" e sim é fruto das contradições capital x trabalho.

É razoável supormos, portanto, que, nesse processo, a profissão sofre inflexões do modo de produção capitalista nas diversas etapas dos seus 80 anos de história no Brasil. Nesse sentido, buscando discutir uma fase bastante peculiar da sua história, buscaremos discutir o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, buscando traçar as suas particularidades, elementos que influenciaram e o contexto em que se desenvolveu.

Foi construído pela turma de Serviço Social da UNILEÃO como pré-requisito para avaliação na disciplina de Fundamentos III. O desenho do artigo envolve, portanto, os principais elementos discutidos na disciplina na ocasião da primeira Unidade Temática.

Para a elaboração, seguimos as etapas descritas a seguir:

Etapa	Procedimento
Divisão dos grupos	Foram divididas cinco equipes e distribuídos os tópicos, conforme os momentos constitutivos dos debates em sala
Palavras-chave	Nessa etapa a turma juntamente com a professora elencou as palavras-chave que caracterizava o debate de cada tópico. Cada grupo ficou com um elenco de palavras-chave.
Produção dos textos	Cada equipe elaborou um texto articulando as palavras-chave sob sua responsabilidade, realizando um diálogo com vários autores.
Avaliação e elaboração de pareceres	As equipes avaliaram e colaboraram com os textos produzidos pelas outras equipes, mediante parecer avaliativo
Versão final para apreciação	A professora reuniu os textos em forma de artigo obedecendo a sequência acordada em sala de aula e, mediante apreciação individual dos autores, finalizou-se o processo de construção do artigo.

Quadro 1 - Etapas de construção do Artigo
Fonte: Produzido pelos autores

2. A EROSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: QUESTÕES PRELIMINARES

O processo de erosão do Serviço Social tradicional no Brasil ocorre por processos históricos e metodológicos da profissão, dentre os quais processos foi o impacto da autocracia burguesa, ocorrendo assim no Serviço Social fortes mudanças. Mas vemos que este processo por questão de compreensão se configura como anacrônico. Na obra de José Paulo Neto, o

processo de renovação do Serviço Social tem no período da ditadura militar os seus elementos precipitadores.

Esse processo vem tendo acúmulos desde os anos 50 no Brasil e nos anos 1960 na América Latina podem ver também a profissão girar em torno dos questionamentos ao Serviço Social tradicional. Esses elementos preliminares, que estão para além do contexto de ditadura que tentaremos capturar nessa fase de exposição do nosso artigo. Vejamos:

Os anos 1950 e a sinalização da erosão com o Serviço Social Tradicional

Nos anos 50 o Brasil iniciava-se o seu processo de industrialização pesada no governo de Juscelino Kubitschek, isto quer dizer que a sociedade brasileira passaria por transformações econômicas e sociais. A Questão Social, decorrente deste processo iria passar a se manifestar na sociedade de forma muito acirrada, principalmente no que tange as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

> O capitalismo chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral (LÊNIN, 1985, p. 25).

A industrialização pesada começou a insurgir modificações no trabalho do assistente social, isto seria um preludio para grandes transformações no Serviço Social em décadas seguintes, onde em especial seria a derrocada aos poucos, de um Serviço Social tradicional. A ascensão da autocracia burguesa na segunda metade da década de cinquenta, estabelece a conjuntura histórica e social impulsionadora do processo de crise que culmina na queda das bases das formas tradicionais do profissional do Serviço Social. Forçando-o a seguir um novo direcionamento no desempenho de suas atividades.

Ao final dos anos cinquenta, a intensificação da industrialização pesada trouxe novas demandas de intervenção da questão social, que expunham a obsolescência das práticas profissionais realizadas até então pelos assistentes sociais brasileiros e que consistiam basicamente nos processos ratificados de abordagem individual e grupal. Surge assim, esforço para criar outras formas de intervenção, voltadas para a abordagem comunitária que contextualiza um processo profissional diferenciado (NETTO, 2006, P. 136- 137).

O Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimentos das amarras imperialistas, de lutas pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora. A problemática do Serviço Social tradicional entre nós e que não encontramos em outras versões com o mesmo relevo. Vinculada ao circuito sociopolítico latino – americano da década de sessenta: a questão que comanda é a superação do subdesenvolvimento.

2.1 A crise do Serviço Social na América Latina

A crise do sistema capitalista nos anos de 1960 aumenta a tensão das estruturas sociais criando um ambiente propício para a mobilização das classes subalternas em defesa dos seus interesses.

Era clara a insatisfação da categoria com sua forma de intervir, como também as demandas da época pressionavam por modificações na profissão. Diante disso, esse contexto atinge também o interior da categoria influenciada principalmente por três vetores:

1- As Ciências Sociais que forneciam pressupostos teórico-metodológico;
2- O deslocamento sociopolítico das igrejas, em especial a católica através da encíclica rerun novarun, trazendo grande mobilidade e atuação da igreja; e,
3- O movimento estudantil com todas suas ideias revolucionárias levando a categoria a aderir a um processo de conceituação do Serviço Social tradicional que atingiu toda a América Latina.

A expressão desse processo erosivo, se explicitou na América latina a partir de 1965, e que teve sua curva ascendente por quase uma década: o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

A reconceituação é parte integrante do processo internacional da erosão do Serviço Social tradicional e está intimamente vinculada ao circuito sócio-político latino americano da década de 60: a questão que originalmente acomoda a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. Iremos aqui pontuar as urgências e necessidades de uma mudança no Serviço Social.

A primeira questão diz respeito ao encontro que o Serviço Social teve com as Ciências Sociais. Por essa questão, colocava-se em questionamento a sustentação teórica metodológica do Serviço Social, que se fazia sempre mais imbricado com as disciplinas sócias.

Segundo, temos o afastamento sociopolítico de instituições- a igreja católica em especial. Isto se configurou como um avanço porque deslocou qualquer interpretação teológica de fatos sociais.

Por fim, o movimento estudantil entrou neste cenário de erosão colocando pautas do Serviço Social no interior dos campos de formação. O movimento estudantil sem resíduos de dúvida, foi um grande protagonista de novas interpretações do Serviço Social. Segundo Neto: “É por esses condutos e sujeitos principais que a problemática própria de contestação social dos anos sessenta e internaliza no Serviço Social, metamorfoseando-se em problemática profissional” (NETTO, 2006, P. 145).

2.2 O Desenvolvimento de Comunidade

Posto que havia no Brasil e em nível internacional, principalmente na América Latina, um desejo de superar o subdesenvolvimento, o Serviço Social esteve atrelado a este projeto e, dessa maneira o Serviço Social se desenvolveu diluído nesta aspiração através de processos

metodológicos. A visão que os assistentes sociais criam da realidade social será mudada, decorrente do contato com as Ciências Sociais e veem a sociedade de uma maneira macroscópica, tendo como metodologia o Desenvolvimento de comunidade. Esta metodologia irá fazer do assistente social um ator social imbricado com o Estado a partir do golpe militar. O assistente social passa a ser membro de uma equipe multidisciplinar, sendo mais racional e burocrático. O Desenvolvimento de comunidade passa a ser legitimamente compreendido como o método mais adequado para o que se aspirava tanto a nível nacional, quanto internacional, quando:

> (...) efetivamente entronizou a intervenção do profissional inscrita no Desenvolvimento de Comunidade como aquela área do Serviço Social a receber dinamização preferencial, situada como a ponta da profissão e a mais compatível com o conjunto de demandas da sociedade brasileira. (NETTO, 2006, P. 137).

O Desenvolvimento de Comunidade como técnica irá trabalhar de maneira muito próxima com cada comunidade e o trabalhador. A ideologia desenvolvimentista será a maior e principal pauta do desenvolvimento de comunidade.

A Renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa

Inúmeros vetores desenvolveram-se a partir da segunda metade de 1960 indiciavam um processo de crise que se efetivaram e acabaram por destruir as bases das formas tradicionais do exercício profissional (NETO, 2005). Porém, antes de adentrarmos a esse processo nos seus elementos caracterizadores faz-se necessário discutirmos os significados desse contexto.

3. A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR: CARACTERÍSTICAS GERAIS

O processo de renovação do serviço social ocorreu em virtude da erosão do serviço social tradicional, levando-o a um movimento de reconceituação do serviço social latino-americano de ruptura. O contexto histórico de ditadura militar em que se apresenta, traz incontáveis situações de mazelas históricas que perpetuam até nossos dias.

Nesse sentido, a Ditadura Militar dentro do processo de construção social de um país foi marcada por um contingente de problemas que desencadearam fortes indícios de ruptura dos direitos humanos. A rigidez e a formulação de mecanismos institucionais de controle por meio de reformas constitucionais fortaleceram os ideais militares.

3.1 O significado do golpe de abril de 1964

A ditadura militar brasileira pode ser contextualizada abrangendo diferentes óticas, que juntas, facilitam a nossa compreensão do verdadeiro significado da autocracia burguesa. Dentre elas, as particularidades históricas do Brasil, como agentes facilitadores nesse

processo, as influências imperialistas em escala internacional, junto com todas as suas ações preventivas e expansivas de seus ideais, o surgimento do movimento comunista, e o governo de Goulart.

A ditadura brasileira sucede-se de uma série de outros golpes de Estado no mundo todo, articulados pelos monopólios norte-americanos e centros imperialistas, em meio à propagação dos novos moldes da divisão do trabalho, em função da reorganização do Estado para proceder a uma enorme intervenção imperial e a privação do país, junto com controle das massas através de forças coibidoras que visava o domínio. E para a garantia de tudo isso, derrotar as forças revolucionarias das massas e impor um regime controlador era essencial.

O surgimento da contrarrevolução preventiva se deu em escala planetária, com uma maior atuação nos países de terceiro mundo, onde se desenvolviam amplos movimentos de libertação nacional e social. Existiam três princípios fundamentais que eram:

1- Adequar o padrão de desenvolvimento dos estados aos interesses imperialistas,
2- Imobilizar protagonistas sociopolíticos que estivessem comprometidos com projetos populares; e por sua vez,
3- Bloquear ideais socialistas

Porém, o motor principal dessa contrarrevolução e que responde pelo seu êxito no Brasil é sua particularidade já muito conhecidas. A primeira delas se refere ao fato de que já desde o período colonial as atividades econômicas são voltadas para o mercado externo. A segunda a de que o desenvolvimento econômico nacional não ocorre mediante ruptura com o estatuto colonial, o que significa dizer que seus traços coloniais são mantidos no interior do capitalismo. Por fim, uma burguesia sem fundamento político econômico para confrontar-se com o latifúndio e tocar um desenvolvimento nacional autônomo.

Essas particularidades históricas demonstram que a revolução burguesa no Brasil se deu sem que acontecessem as transformações necessárias, o capitalismo operou-se de forma atrasada, a socialização da política na vida brasileira nunca se concluiu, nem houve socialização do poder as forças que levantaram bandeira para as classes subalternas sempre foram neutralizadas coercitivamente com a ajuda do estado que atuou desestruturando essas forças através da repressão da desfiguração do seu discurso, impedindo assim que emergisse a vontade coletiva.

Durante o Governo de Goutarl houve a possibilidade de superação desse fio histórico em dois sentidos.

O primeiro deles, no que se refere a participação de setores sociais e políticos ligados as classes subalternos no interior do Estado. O governo deu espaço aos protagonistas comprometidos com as classes subalternas que mesmo enfrentando resistência conseguiram diminuir as tentativas de repressão institucional. Com isso as classes subalternas se mobilizaram, acumulando reservas e politizando o sindicato para colocar em questão o funcionamento do capitalismo e a exclusão que as classes subalternas sofriam. Vale ressaltar

que esta situação era uma novidade no país, porem não ameaçava o funcionamento do capitalismo, apenas colocavam em questão os rumos que ele estava tomando no país, não se tratava de uma revolução, apenas um reordenamento do funcionamento da sociedade daquela época, mas que tinha sim seu caráter pré-revolucionário.

O segundo, do ponto de vista econômico, cria-se uma conjuntura que põe a possibilidade de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira. A solução econômica articulada para a consecução do plano de metas viu-se vulnerabilizado particularmente (NETTO, 2015). Nesse sentido, o Governo Goulart a continuidade do padrão de desenvolvimento iniciado anos antes colocava as seguintes alternativas: 1. O capital nacional privado concentrava com o Estado um esquema de acumulação que lhe permitisse tocar a industrialização pesada; e, 2. Privilegiar os interesses imperialistas que se sustentassem o padrão de desenvolvimento do curso (quase ausência de riscos).

Na situação em que o Brasil se encontrava, esse acontecimento mostrava a possibilidade de haver uma reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e também uma possível democratização do estado, isso tudo não ameaçava o capitalismo como já foi dito aqui, mas, abriu as possibilidades das lutas sociais conquistarem políticas populares e democráticas o que estava evidente nisso, era a possibilidade de uma reversão das particularidades históricas do país.

O desfecho de abril foi solução política imposta pela força que derrota o campo da democracia. O golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico social e politica que era a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira. O movimento cívico-militar de abril foi reacionário e resgatou principalmente os piores tradicionais da sociedade brasileira (NETTO, 2015).

3.2 Cenário do Serviço Social: antes e depois da ditadura

O Serviço Social que antecedeu a ditadura era acrítico, homogêneo, tendo uma prática baseada nas diretrizes da igreja católica. Era uma profissão que não se envolvia com questões políticas, desprovido de qualquer autonomia e não gerava seu próprio conhecimento apenas reproduzia de outros países.

Segundo Konno (2005)

> Neste contexto, é colocada a necessidade de qualificação dos profissionais, diante da demanda apresentada à profissão internamente, e pelo mercado de trabalho. Assim, o Serviço Social - caracterizado então por práticas sob orientação de instrumentos e técnicas tradicionais - inicia na década de 1960, um movimento interno na categoria que constrói os fundamentos, para o que vem a ser na década de 1970 o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ou seja, o movimento de intenção de ruptura com o viés tradicional e conservador, que será alavancado por um amplo debate da categoria, polarizado por disputa de diferentes projetos profissionais.

A modernização conservadora e a modificação na sociedade durante o período ditatorial e sua relação com o poder autocrático burguesa sob o comando do grande capital, atingiu o Serviço Social em sua prática de atuação e sua formação profissional. Na prática houve então diversas transformações no âmbito em que empregavam os assistentes sociais com uma reforma organizacional e funcional, o Estado impõe essas determinações com enfoque no mercado de trabalho para os mesmos.

Assim há uma ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais que agora teriam também que se responsabilizar pelo controle social e planejamento de políticas públicas. As exigências eram em torno de um profissional "moderno", com o sentido de se adequar ao modo vigente da sociedade, onde os traços e métodos tradicionais deveriam ser substituídos por ações funcionais e racionais.

A autocracia burguesa atingisse seu objetivo de produzir profissionais aptos a atender as demandas modernizadoras, ou seja: seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes precisamente um vetor de erosão do Serviço Social tradicional: implicou um dimensionamento teórico-racional quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua conduta.

Para produzir esse profissional "moderno" exigiu do Estado mudanças, apontando principalmente ao mecanismo usado na formação dos assistentes sociais, formação ficou a cargo da política educacional da ditadura a partir disso o Serviço Social ingressa na universidade, se interligando com disciplinas vinculadas as ciências sociais.

Segundo NETTO (2015), a construção desse perfil moderno tem suas bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissional pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante.

Esse processo apontava para o distanciamento entre o Serviço Social e a igreja católica, resultando em uma diferenciação da categoria profissional em todos os níveis, fazendo surgir uma heterogeneidade de pensamentos e propostas, consequentemente uma disputa pela hegemonia. Esse acontecimento foi importante porque a partir do momento em que houve o rompimento com os incentivos religiosos, alterou-se a metodologia utilizada pelo Serviço Social contribuindo para o surgimento de uma criticidade, que fez com que o Serviço Social fosse além das exigências da autocracia burguesa.

> A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.37)

A partir das observações feitas acerca do cenário do Serviço Social antes e depois da ditadura, fica um pouco mais claro o que consideramos por processo de renovação profissional, que aponta para um conjunto de características novas que durante a Ditadura Militar burguesa, o Serviço Social associou a base de suas tradições e ao pensamento moderno procurando dessa forma se institucionalizar através da legitimação prática dando

respostas a demandas através das teorias e disciplinas sociais. Essa renovação tratou-se de um processo global que envolveu a profissão como um todo.

Os profissionais, diante do reconhecimento de intensas contradições ocorridas no exercício profissional, se apoiavam na corrente filosófica positivista, de Augusto Comte, questionavam seu papel na sociedade, buscando levar a profissão a romper com a alienação ideológica a que se submetera. Suas expectativas e desejos voltavam-se, para a busca da identidade profissional do Serviço Social e sua legitimação no mundo capitalista. Para tanto, uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares. Quando o modelo filosófico elaborado por Karl Marx, passou a embasar o referencial teórico-metodológico do Serviço Social, o chamado materialismo Histórico Dialético. É no marco desse movimento que o Serviço Social, abertamente, apropria-se da tradição marxista e o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho no universo profissional (Netto, 2001, p.148).

Esse processo de renovação do Serviço Social que teve como base a laicização, deixou traços significativos para a profissão, como exemplo, a instauração de perspectivas diversificadas que implicaram em um pluralismo profissional, em uma crescente diferenciação das concepções profissionais sobre natureza, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social , a interlocução do Serviço Social na vida acadêmica e cultural da modernidade, fazendo surgir um profissional protagonista que tenta cortar a subalternidade imposta através dos movimentos estudantis e esse processo também constituiu segmentos voltados para a investigação e pesquisa.

Contextualizando esses traços no envolver do Serviço Social, percebe-se como foi importante o Movimento de Reconceituação para o Serviço Social, pois trouxe consigo a transformação, a renovação dos conceitos e do agir profissional, que buscava uma formação qualificada, com técnicas precisas, fundamentação teórica e cientificidade para a profissão.

4 - APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Ate este ponto foi possível identificar as relações entre o processo de renovação e o contexto pré-golpe de 1964 com ênfase já nos anos de 1950, período em que a profissão já vem acumulando alguns questionamentos às suas bases tradicionais, bem como a relação dessa renovação com os anos de ditadura no Brasil, sem perdermos de vista as relações intrínsecas desse processo com o contexto internacional.

Podemos considerar que as características mais gerais desse processo na profissão durante a autocracia já são conhecidas: laicização, pluralismo, aproximação aos movimentos sociais (em especial ao movimento estudantil) e à tradição marxista (ou se quiserem ao pensamento contemporâneo das ciências sociais).

Nesse passeio pudemos identificar também elementos contraditórios que servirão para compreender como a profissão historicamente, envolvida em um emaranhado de correlação de forças, responde aos diversos contextos construindo uma direção para sua atuação.

Desse modo, o Movimento de Reforma Sanitária trouxe para o mesmo uma visão crítica nas intervenções profissionais e respostas dadas as expressões da Questão Social, bem como a compreensão do significado dessa categoria e o reconhecimento pela profissão de sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora.

Para finalizar, “conhecido o caminho, como notou lúcida e desesperadamente o jovem Lukács, novo paradoxo: o caminho acabou, a viagem apenas começa. ” (NETO, 2015, p. 391)

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

KONNO, Cristiane Carla. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do serviço social. 2 **Seminário nacional estado e políticas sociais no Brasil**, Unioeste – Cascavel, Outubro de 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas A Propósito da “Questão Social”. In: Revista **Temporalis**. Brasília: Grafiline, Ano II, nº 3, 2001.

_____, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Socia**l. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64** / José Paulo Netto. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

]

O COMPROMISSO ETICO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Maria Naiane Pereira Damasceno
Damiana Deuzulene Gonçalves Saraiva
Angélica Cruz Lino
Marlete Alves Soares

RESUMO

Este artigo sugere de maneira breve o relato e a análise do compromisso ético na formação dos profissionais de serviço social, diferenciando o compromisso ético e sua consciência moral, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica de caráter descritiva e qualitativa. E tem como objetivos compreender a concepção de Ética no Serviço Social; discutir a sua origem na profissão de serviço social; entender a importância do Projeto Ético-Político para a profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Ética, Profissão, Sociedade, Serviço Social.

ABSTRACT

.

This article suggests briefly the report and the analysis of ethical and moral behavior in the training of social service professionals, differentiating ethical behavior and their moral conscience, with the methodology the literature is descriptive and qualitative character. And it aims to understand the concept of Ethics in Social Work; discuss their origin in the profession of social work; understand the importance of the Political Ethics Project for the profession.

KEYWORDS: Ethic, Profession, Society, Social Service.

1.INTRODUÇÃO

Segundo Barroco (2008), a ética é entendida como modo de ser socialmente determinado e tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: Ele é autor e produtor de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem. Para Rios (2008), a ética faz parte do nosso cotidiano já que podemos perceber que os conceitos de ética e de moral se confundem ou se identificam. Não sem razão. Se recorrermos à origem etimológica das palavras, vamos encontrar os vocábulos ethos (grego) e mores (latino) que significam costume, jeito de ser.

Desta maneira, a ética se ponha como uma ação prática dotada de uma moralidade que extrapola *o dever-ser* instituindo-se no espaço do *vir a ser* isto é, na teleologia inscrita nas

decisões que objetivam ações práticas voltadas à superação dos entraves à liberdade, à criação de necessidades livres. A ética se coloca, então, como uma práxis: Supondo, portanto, uma prática concreta e uma reflexão ética crítica,pois ela reflete as nossas condutas e comportamentos morais. A práxis é a ética colocada em pratica. Pratica social que pode transforma a realidade.

Partindo desse contexto, o objeto de estudo é fazer um breve estudo do compromisso ético, no do serviço social brasileiro.

Os objetivos utilizados como base para a pesquisa são: compreender a concepção de Ética no Serviço Social; discutir a sua origem na profissão de serviço social; entender a importância do Projeto Ético Político para a profissão. Para a realização desse estudo teremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, qualitativa, onde serão adquirindo conhecimentos através de material disponibilizados na internet, livros e revistas. A metodologia da produção de um trabalho científico consiste na identificação do caminho a ser delineado com todos os instrumentos necessários para o estudo de um determinado objeto. Torna-se relevante pontuar que cada ciência ou área de conhecimento possui procedimentos específicos na análise da realidade. No estudo em questão, trata-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem descritiva, conforme será pontuado no tópico seguinte.

Conforme Figueiredo (2010), a pesquisa descritiva tem por características descrever a determinada população ou fato. Ela descreve com riquezas de detalhes explicativas de que forma o fenômeno esta acontecendo na realidade. Essa pesquisa permite que o pesquisador possa conduzir o trabalho em busca de dar resposta ao seu objeto de estudo e assim alcançar seu objetivo. A pesquisa bibliográfica contempla ao pesquisador uma leitura informatizada e atualizada é uma modalidade de estudo e análise de documentos científicos, tais como: artigos, livros, leis, decretos, entre outros; e tem como sua principal finalidade levar o pesquisador a entrar em contato direto com obras, documentos, artigos do tema em estudo, tendo a certeza de que o conteúdo pesquisado já é reconhecido como produção científica. (Severino 2010).

A técnica de coleta de dados constituiu-se em leitura e observação sistemática sobre o contexto atual da realidade. Onde na visão de Marconi e Lakatos (2005:195), “a observação sistemática também recebe várias designações: estruturada, planejada, controlada”, utiliza instrumentos para a coleta dos dados ou fenômenos observados.

Procedendo-se ainda, a pesquisa documental, as mesmas foram colhidas através de vários artigos, livros, entre outros. Marconi e Lakatos (2005:176) ressaltam que: “é que a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Esta análise continua ativa, uma vez que a vida cotidiana nos favorece cada vez mudanças significativas na nossa sociedade. Deste modo, o campo de estudo apresenta-se como uma opção possível de nos aproximarmos do nosso objeto, para conhecê-lo podendo

assim estudá-lo a partir do seu contexto histórico e da sua realidade existente. Em resposta as questões e aos objetivos, teve-se também a consulta de um referencial teórico constituído na busca de conceitos relacionados à problemática.

Portanto, destaca-se, então que a ética e as ações ético-morais não pertencem a uma esfera Social em particular, mas são mediações entre as relações sociais dos homens, ou seja, estão presentes em toda a vida cotidiana da humanidade. Porém pode haver variações de acordo com a vida social. A escolha dessa temática deu-se por se tratar de uma questão relevante para a o Serviço Social e vivenciado no nosso cotidiano de formação e exercício profissional. Além disso, desperta a curiosidade das pesquisadoras que serão futuras profissionais da área.

2. DIFERENCIANDO ÉTICA E MORAL

A palavra ética e moral, apesar de serem confundidas como sinônimos, possuem conceitos diferentes.

Ética segundo Motta (1984), é a forma como o homem deve se comportar no seu meio social, ou seja, o conjunto de valores que guia a maneira que o homem se comporta em relação aos outros na sociedade em que vive.

Moral é a consciência que nos leva a distinguir o bem do mal o certo do errado, todo ser humano possui essa consciência. Assim, VASQUEZ (1998) diz que moral é:

> "Sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico social, sejam acatadas livres e conscientemente por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. " (VASQUEZ 1998, p.84)

Deste modo, podemos afirmar que moral e ética são indissociáveis, uma completa a outra de modo que haja uma inter-relação entre ambas. No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

2.1 O projeto ético-político (PEP) do serviço social

O Projeto Ético Político (PEP) do serviço social não foi construído de maneira passageira. Sua origem se da na segunda metade da década de 70 e teve como marco o III CBAS, conhecido como "Congresso da Virada". Esse mesmo projeto avançou nos anos 80, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional ainda presente no Serviço Social brasileiro. Assim, o PEP emerge exigindo uma nova postura ética, no contexto de reorganização política dos movimentos sociais partidos e entidades dos/as trabalhadores/as e de organização político-sindical da categoria profissional. (Abramides; CabraL,1995)

A construção dessa nova postura ética se evidencia no interior da intenção de ruptura, vertente que surgiu permitindo a negação e buscando a ruptura com o conservadorismo profissional. (Netto,1999)

Deste modo, pode-se afirmar que existem projetos individuais, coletivos e societários na vida social, que ao tratar dos projetos profissionais Netto (1999) diz que:

> Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais." (NETTO, 1999: p.95)

Neste caso, o projeto profissional implica muitas condições. Devendo atender às necessidades sociais e produzir resultados objetivos que ao atingir ao social cause impactos éticos políticos. A coesão dos profissionais requer valores e finalidades comuns.Portanto, o indivíduo que tem ética profissional cumpre com todas as atividades de sua profissão, seguindo os princípios determinados pela sociedade e pelo seu grupo de trabalho.

Sabendo-se que cada profissão tem o seu próprio código de ética, para nortear o profissional diante dos seus direitos e deveres, e do que pode ou não ser vetado, ficando claro que pode variar ligeiramente, devido a diferentes áreas de atuação. No entanto, há elementos da ética profissional que são universais e por isso aplicáveis a qualquer atividade profissional, como a honestidade, responsabilidade, competência e etc. Assim, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais tem como principal objetivo garantir a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais de Serviço Social. Para assegurar uma prática segundo os princípios fundamentais na profissão.

2.2 A importância da ética no serviço social

As primeiras formas de organização social dos valores surgem nas comunidades primitivas com o objetivo de integrar socialmente a coletividade. E dentro do convívio social, dos grupos de que faz parte que as pessoas desenvolvem suas potencialidades.

Segundo Barroco (2007), a reflexão ética é construída historicamente no âmbito da filosofia, tendo por objeto a moral. Na perspectiva que nos orienta, ela tem sentido ontológico-social-materialista. Ou seja, como reflexão ontológica, a ética possibilita a elevação dos valores humanos-genéricos.

Barroco (2007) afirma ainda que o serviço social é um fenômeno surgido a partir da sociedade capitalista através das necessidades monopolista. O desenvolvimento de sua ética adquire sua objetividade, se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritas em meio as relações sociais. Em caráter das demandas e em respostas éticas que se constrói a partir deste marco, a ética se objetiva e se solida como uma das dimensões específicas da ação profissional.

Neste contexto, Barroco (2007) declara também, que ao inserir-se na profissão nos dá a oportunidade de escolher e nos comprometer com a ética, pois surge a necessidade de nos posicionar em face do significado e das implicações da ação profissional e a responsabilidade diante das escolhas.

Ainda sobre ética profissional, BARROCO (2007) explana que:

> Dentre as determinações da ética profissional encontra-se o conhecimento, dado pela base filosófica, incorporada pela profissão. Esse aspecto também é contraditório e conflituoso, uma vez que a formação profissional, mediante a qual se adquire um conhecimento filosófico capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional; somam-se a eles as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais, etc. (BARROCO:2007, p. 68, 69)

Ao analisar o ethos profissional como um modo de ser construído a partir das necessidades sociais surgidas das demandas postas à profissão. Criando assim respostas ético-morais dadas a partir das várias dimensões que compõem a ética profissional.

2.3 A formação profissional e o serviço social

Sabe-se que o mercado de trabalho cada vez mais exige profissionais bem qualificados e capazes no desempenho de suas funções. Ao ingressar no curso, o acadêmico em Serviço social deverá ao longo do tempo, construir um pensamento crítico, tomando para si a consciência de que sua raiz está plantada por princípios éticos e políticos, direcionando, assim, a edificação de uma sociedade em que prevaleça a "[...] justiça social e a emancipação humana, em que a razão técnica não predomine e não subestime a consciência crítica de sujeitos dotados de desejo e de conhecimentos, capazes de refletir sobre seus atos" (Fernandes, 2009p.527).

Dentro deste contexto, A formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige deciframento cotidiano dessa realidade social, buscando assim, romper com as raízes tradicionais e conservadoras, e se firmar como uma profissão posicionada à favor da classe trabalhadora:

> A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.(IAMAMOTO,2008 P.452)

Deste modo, Iamamoto (2008) defende que, uma universidade plural e democrática deve formar cidadãos que participem e tenham consciência dos direitos civis, políticos e sociais, mas também que cuidem de suas qualificações pessoais acadêmicas. E busquem permanentes aperfeiçoamentos, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais voltados aos horizontes do amanhã.

Neste contexto, pode-se considerar que o acadêmico enquanto profissional de serviço social em formação, deve ser capaz de agir eticamente, ou seja, ele tem capacidade de escolher de maneira racional e consciente entre alternativas de valor, de projetar

teleológicamente essas escolhas, para agir objetivando-as. Enquanto profissional, deve entrar em ação interferindo na realidade social diante dos termos valorativos, de acordo com princípios, valores e projetos éticos políticos.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se fazer um breve relato sobre ética, moral e sua relação com as profissões, enfatizando o serviço social. O objetivo foi relatar de forma prática e resumida acerca do assunto, tendo como fundamento uma concepção filosófica do homem enquanto ser social. E para nos dar uma visão ampla e crítica do assunto. Buscou trazer para o debate, os conceitos os quais se devem seguir, dando ênfase na gênese das relações sociais na polis (sociedade organizada) ou seja, onde se inicia as relações humanas organizadas em sociedade.

Procurou também explanar que no contexto filosófico, ética e moral possuem diferentes significados. A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o compromisso humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade.

Portanto, conclui-se o quão é importante fazer uma reflexão critica a respeito da Ética e da Moral no nosso cotidiano como um todo. E compreender a importância das ciências sociais para a formação crítica dos acadêmicos diante desse novo contexto em que se aplica a fundamentação do novo projeto ético político. Que do ponto de vista profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, mediante formação acadêmica qualificada o que inclui a preocupação investigativa, fundamentada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social. NETTO, 1999)

Sobre o compromisso ético, podemos destacar que ao nascer, já nos deparamos com regras de comportamento. Em nossas famílias, aprendemos as primeiras lições de valores morais com nossos pais. Cada indivíduo possui cultura, costumes e características distintas. A ética questiona nossa possibilidade de realizar o comportamento moral. Por isso, conhecer a ética vai além da questão acadêmica, pois se faz necessário para nossa vida em sociedade.

Muitas vezes, nos deparamos com perguntas do tipo: Quero? Devo? Posso? Tais dilemas éticos respondem se a ação está ligada ao individualismo extremo e se os valores morais serão preservados ao realizar o ato. Temos a liberdade para fazermos muitas coisas na vida, mas o nosso compromisso sempre deve ser regido pelos princípios da ética. Devemos considerar de que maneira a ação tomada irá impactar na vida dos demais indivíduos da sociedade. Concluindo-se que o compromisso ético é esperado tanto na vida pessoal, quanto na profissional, devemos entender que o modo de agir pode prejudicar ou edificar a imagem profissional do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. e CABRAL, M. do S. R. O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lucia Silva, ética e serviço social: Fundamentos Ontológicos. Cortez, 2007

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. (Re) valorização da educação permanente. In Direitos, Ética e Serviço Social. Revista Serviço Social & Sociedade nº 99 Jul/Set São Paulo: Cortez Editora 2009. p. 518 a 539.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.5.ed.São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo do capital fetiche; capital financeiro trabalho e questão social. Ed. São Paulo: cortez, 2008

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - . ed. - São Paulo 2005

MOTTA, Nair de Souza. Ética e vida profissional. Rio de janeiro: âmbito cultural, 1984.

NETTO, J.P. Capitalismo e serviço social. São Paulo, Cortez, 1992

RIOS, Terezinha Azevêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim, – Metodologia do Trabalho Científico / Antônio Joaquim Severino. – . Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez 2010.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez, Ética.18.ed.Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1998

O SERVIÇO SOCIAL E O PODER JUDICIÁRIO: Abordagem da atuação profissional do/a Assistente Social frente o poder coercitivo do Estado.

Tamiris de Lima Feitosa:
Vanessa Silva Lemos
Erika Ricardo da Silva
Aline Araújo Rocha

RESUMO:
O presente artigo tem como objetivo abordar o desafio do fazer profissional do/a Assistente Social frente o poder impositivo do Estado. Em um primeiro momento aborda o conceito de Estado e poder judiciário, após repassa particularidades do serviço social e o campo jurídico, e em seguida aponta a importância da categoria mediação para sua atuação profissional. Na elaboração deste, utilizou-se a pesquisa qualitativa do tipo explicativa e descritiva, assim como também a técnica da pesquisa bibliográfica. Apontamos que o poder jurídico criminaliza a questão social, o/a Assistente Social está envolto em um espaço repleto de contradições e para contorna-las necessita enxergar a realidade em sua totalidade, de modo propositivo e reflexivo, tendo como base a categoria mediação e o seu projeto profissional.
Palavras-chave: Poder Judiciário; Serviço Social; Mediação.

ABSTRACT:
The purpose of this article is to address the challenge of the Social Worker's professional vis-a-vis the state's tax power. In a first moment it approaches the concept of State and judiciary, after reviewing particularities of the social service and the legal field, and next it points out the importance of the category mediation for its professional performance. In the elaboration of this, we used the qualitative research of the explanatory and descriptive type, as well as the technique of bibliographic research. We point out that the legal power criminalizes the social question, the Social Worker is enveloped in a space full of contradictions and to circumvent them needs to see reality in its totality, in a propositional and reflective way, based on the category of mediation and Your professional project.
Keywords: Judiciary; Social service; Mediation.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe realizar uma correlação entre o Serviço Social e o Poder Judiciário, na perspectiva da análise do fazer profissional do assistente social com interface a existência do poder coercitivo do Estado.

Assim, esse artigo tem como objetivo geral abordar o desafio do fazer profissional do/a Assistente Social frente o poder impositivo do Estado, e como objetivos específicos tem a intenção de apontar o poder judiciário como agente criminalizador da Questão Social, definir a importância do Serviço Social nessas instituições onde há a imposição aos direitos sociais e abordar a dialética da categoria mediação na atuação profissional do/a Assistente Social no jurídico.

A composição da área sociojurídica se dá por profissionais que ocupam as instituições que formam o Sistema de Justiça, o Ministério Público, Procuradorias de Justiça, Sistema

Prisional, Sistemas de Segurança Pública, Sistemas de cumprimento de medidas socioeducativas, os Núcleos de Práticas Jurídicas de Universidades e Faculdades, e todas as instituições e organizações que são abrangidas pelo Sistema Jurídico. (BIORGIANNI, 2014).

A inserção do Serviço Social no sociojurídico é histórica, data-se a década de 1930, quando o profissional é inserido no Juizado de Menores como forma de contornar o problema da criminalidade entre crianças e adolescentes, anteriormente denominados de menores infratores, buscando a ordem e o controle. Mesmo sendo esse uma das primeiras áreas de atuação do Serviço Social, só apenas em 2001 é dado ênfase em sua atuação no âmbito jurídico com o 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. (FAVERO, 2003)

O Estado direcionado pela classe hegemônica dominante, e legitimador de seus interesses, predispõe de um conjunto de instituições e mecanismos coercitivos e repressivos, com o propósito de conservar a ordem social. Através do poder judiciário as mazelas sociais atribuídos as classes subalternas são naturalizadas e criminalizadas pelo poder jurídico. (CFESS, 2014)

A inserção profissional do/a Assistente Social no campo jurídico contribui para minimizar as desigualdades sociais, o Serviço Social passa a ser encarado como uma profissão necessária nas presentes demandas judiciarias, relacionadas ao direito, já que tal tem como propósito atenuar à realidade social dos usuários, e participar da ampliação da cidadania.

É através da categoria mediação, que o profissional consegue enxergar a realidade em sua totalidade, em torno de uma visão crítica e propositiva, e está é essencial para sua atuação profissional no jurídico, já que o/a Assistente Social também é atribuído como perito social.

2. O Estado e o Poder Jurídico

De acordo com Azambuja (2008), “o Estado tem por fim assegurar ao homem o desenvolvimento de suas aptidões físicas, morais e intelectuais, e para isso lhe impõe certas normas, sancionadas pelo costume, a moral ou a lei” (p.17)

Dallari (2012), conceitua o Estado como a institucionalização do poder, e coloca que o Estado não só *tem* um poder, mas *é* um poder, e este é irresistível, por ser um poder dominante. Para ele o poder atribuído ao Estado já se acha contido no conceito de ordem jurídica, pois sendo este poder dominante sobre os indivíduos, possui caráter de poder jurídico. Assim, resume o Estado como a “ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em um determinado território.” (p.122).

Sobre o Estado, Engels (1984), afirmou:

“O Estado é a classe dominante economicamente mais poderosa, que por seu intermédio se converte também em classe politicamente mais forte e adquire novos meios para submeter e explorar a classe oprimida.” (p.196)

Nesta mesma linha, Foucault (1973) afirma que “esse controle moral vai ser exercido pelas classes mais altas, pelos detentores de poder, pelo próprio poder sobre as camadas mais baixas, mais pobres, as camadas populares.” (P.94).

A instauração do poder judiciário sobre o Estado se dá a partir da necessidade de controle da população em torno das pequenas manifestações contrárias que ameaçavam o sistema burguês da época, assim pequenos grupos passam a dominar grande parte da população, denominadas como “perigosas” ou “ameaçadoras” a reprodução do sistema. (FOUCAULT, 1973)

O Estado conduzido pela classe dominante, dispõe de um conjunto de instituições e mecanismo coercitivos, que são acionados quando se faz necessário a manutenção da ordem social, e esses preceitos são postos mediante ao direito positivado, em forma de leis e normas jurídicas. A legitimidade do Estado através do universo burguês se dá a partir das inúmeras formas de dominação e opressão. (CFESS, 2014)

Segundo o CFESS (2014), as demandas que aparecem como ‘jurídicas’ são fetichizadas e ideologizadas pelo campo do direito e se convertem em demandas de preservação da paz e ordem, pela seguinte necessidade de controle, disciplinamento, normalização de condutas e manipulação da realidade.

Segundo Fávero (2007), o poder “natural” da organização judiciária é exercido pela aplicação de leis. O Judiciário detém poderes formais para submeter indivíduos, grupos ou o conjunto da sociedade, às suas decisões e determinações.

Por meio do Judiciário, a violação de direitos está sujeita a sanções pelo Estado, pois como coloca Fávero (2007, p.160), “por meio dos seus agentes, ele examina, classifica, pune, recompensa, enquadra.”, tudo segundo as suas normas ordenadas legalmente e legitimadas socialmente. Assim, mediante as inúmeras expressões da questão social, o Estado através do poder judiciário, criminaliza a pobreza e naturaliza a “questão social”, agindo inúmeras vezes de forma descontextualizada e em oposição aos Direitos Humanos.

O processo de criminalização de diversas práticas sociais, consideradas ameaçadoras para a ordem do capital, requerem a mobilização dos mecanismos coercitivos do Estado. A criminalização da classe subalterna se converte como uma das principais formas de controle da “questão social”, pois ao criminalizar amplia-se as diversas formas de práticas punitivas, mobilizando essas instituições que são a expressão máxima do poder impositivo estatal. (CFESS, 2014)

2.1 O Serviço Social e o campo jurídico

O Serviço Social tem sido identificado no campo jurídico como uma área de trabalho especializado, que atua diretamente nas mais variadas expressões da questão social, relacionando-a com a área do direito e da justiça na sociedade. O processo de trabalho dos/as

Assistente Sociais neste campo contribuem para o fortalecimento da cidadania e a garantia de direitos humanos. Segundo Chuairi (2001):

> O Trabalho do assistente social no campo sóciojurídico se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça. Além disso, esse espaço profissional permite a reflexão e a análise da realidade social, da efetivação das leis e de direitos na sociedade, possibilitando desenvolvimento de ações que ampliem o alcance dos direitos humanos e a eficácia da ordem jurídica em nossa sociedade. (CHUAIRI, 2001, p.139)

Assistentes Sociais que atuam no âmbito jurídico devem ter clareza que o Direito Positivo impõe a defesa dos interesses da classe dominante, com esse consentimento, supõe-se uma perspectiva singular para sua atuação profissional, pois percebe o direito como um complexo carregado de contradições, possibilitando ações que busquem um novo sentido para as relações sociais, na direção da realidade emancipatória e diferente da pura reprodução da ordem estabelecida. (CFESS, 2014)

Por isso, o Serviço Social vem legitimando-se como uma prática fundamental no campo jurídico e a importância de seu trabalho vem se ampliando com a política de universalização e a crescente discussão dos direitos humanos e sociais, que cresceram mediante ao plano de políticas sociais inseridas na Constituição Federal de 1988, e parte também da necessidade de maior compreensão dos processos em que se expressam as práticas e as relações sociais. (CHUAIRI, 2001)

É importante enfatizar que mesmo que o/a Assistente Social esteja inserido nessa relação hierarquizada e autoritária, este profissional detém uma relativa autonomia, em torno do seu saber teórico-metodológico, dos seus compromissos ético-políticos e em suas habilidades técnico-operativa, assegurado pelo seu projeto profissional. (CFESS, 2014)

2.2 A categoria mediação e a atuação profissional

A categoria mediação é embasada na teoria dialética de Marx, e possui caráter reflexivo e ontológico, e essa favorece uma apreensão mais profunda da totalidade social. O profissional do Serviço Social atua com e nas mediações, sendo um articulador e potencializador nas relações sociais. (PONTES, 2007)

Atuar em instituições como o Judiciário, onde as forças conservadoras, burocratizadas e alienadoras, estão presentes no cotidiano profissional exige-se que os profissionais do Serviço Social atuem criticamente e embasados ontologicamente, para assim ter uma práxis transformadora, já que esta é uma profissão interventiva que atua na realidade humano social.

A mediação realizada pelos Assistentes Sociais no campo jurídico acontece em meio a uma contradição profunda, pois são feitas duas requisições ao profissional: manter a ordem e garantir direitos. Tal realidade desafia a categoria, e demonstra que fora da particularidade do projeto ético-político profissional, o Serviço Social tende a ser identificado como mera

tecnicista ou com intervenção recheada de cientificidade na compreensão da realidade. (CFESS, 2014)

A prática profissional do/a Assistente Social no âmbito jurídico não pode abrir mão da realização de mediações entre as demandas postas no seu cotidiano profissional, tendo como base a compreensão da questão social e suas expressões na vida dos usuários, pois apenas embasado ontologicamente poderá contribuir para levar aos processos judiciais percepções da totalidade da realidade social, entendendo o sujeito como possuidor de direitos e possibilitando que através da justiça possam ter acesso aos mesmos. (CFESS, 2014)

A categoria mediação aqui discutida, não se refere à técnica no sentido de mediar conflitos e problemas como uma intermediação, embora muito utilizada no campo sociojurídico, mas sim uma categoria explicativa do ser social, fundamentada através da teoria crítica de Marx, que é alcançada através do método dialético da análise da realidade, enquanto categoria práxis. Para que ocorra esta compreensão do ser social, enquanto totalidade deve-se buscar as mediações que perfazem e estruturam o movimento do real e a forma metodológica do pensamento dialético a partir da tríade categorial: singular, universal e particular.

Dentro da categoria mediação no Serviço Social, a *singularidade* vai de encontro com a realidade e expressão da questão social trazido pelo usuário. A partir da *universalidade* o profissional enxerga as contradições existentes na realidade Social, a compreende que as leis e relações sociais interferem nos fenômenos ou problemas, assim na *particularidade* é onde ocorre o/a Assistente Social mediará todo esse processo, através do seu olhar crítico, permitindo a reconstrução do real, rompendo com uma visão imediatista. (PONTES, 2007)

Instituições como o Judiciário buscam a todo custo criminalizar a questão social e culpabilizar o sujeito pela suas reais condições, o profissional do Serviço Social está inserido nesse meio como um profissional mediador entre as classes e tem como um dos seus principais objetivos garantir direitos.

Uma das suas principais requisições pelo poder judiciário à profissionais do Serviço Social é a realização de Estudos Sociais, e este serve como base para decisões judiciais, assim cabe ao profissional atuar de modo que a sua análise do cotidiano desconstrua ideias desmoralizantes da realidade social do usuário, mas para isso o/a Assistente Social necessita perceber pela análise do cotidiano as mediações que o tornam capaz de conhecer a realidade em uma perspectiva de totalidade.

À vista disso é necessário compreender os fenômenos, fazer a sua abstração, analisá-los e posteriormente transcendê-los, transformá-los. É necessário que o profissional se aproprie da categoria mediação com o objetivo de clarificar as articulações categoriais da negatividade e da totalidade, para que se materialize o fazer profissional de forma ampla e profunda. (PONTES, 2007)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto ao que foi visto, retomamos a ideia do Estado e do poder judiciário como um mecanismo coercitivo do Estado, onde através desse mecanismo o Estado impõe regras e sanções para efetivar o controle social, naturalizando a questão social e criminalizando o sujeito. Dessa forma, o Serviço Social no campo jurídico atua em um meio cheio de contradições, tem a missão de contribuir com o controle buscado pelo judiciário, e tem como princípio garantir direitos, e para gerar uma práxi transformadora esse profissional necessita de uma percepção de totalidade da realidade social na qual está inserido, enxergando o cotidiano de modo reflexivo e ontológico, se reconhecendo como profissional propositivo, pois só assim poderá ir de encontro com a ideologia conservadora e criminalizante do poder judiciário.

4. REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado.4 ed, revisada e ampliada. São Paulo: Globo, 2008

BORGIANNI, Elisabete. Prefácio, in: “Serviço Social e Temas Sociojurídicos. Rio de Janeiro: Lumens Jurís, 2014. (p. 15-17)

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência Jurídica e Serviço Social: Reflexões interdisciplinares, in: “Serviço Social e Sociedade”, número 67. São Paulo: Cortez, 2001. (p.124-144)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atuação do Assistente Social no Sociojurídico: Subsídios para reflexão. Brasília: 2014

DALLARI, Dalmo de Abreu.Teoria Geral do Estado. 31 ed.São Paulo: Saraiva, 2012.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

FÁVERO, Eunice Terezinha. As práticas judiciárias no âmbito da Justiça da infância e juventude – proteção e controle, in: Questão Social e Perda do Poder Familiar. São Paulo: Vera Editoras, 2007.Cap 5, p.157-169.
]
_____. O Estudo Social: Fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária, in: CFESS (org). “O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social”. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCALT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau,2013.
PONTES, Reinaldo Pontes. Mediação e Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTÂNCIAS PÚBLICAS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO

Eliziane de Sales Pinto
Luana Bezerra Costa
Monica Ivo de Oliveira (Orientadora)

RESUMO

A discussão acerca do trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais se mostra de grande relevância no que compete à atuação dos mesmos, considerando-se a sua articulação na sociedade, essencialmente pelas transformações históricas que atribuíram novos contornos ao mercado de trabalho ao gerarem novas demandas. Discute-se também a ampliação da esfera pública, o fortalecimento desses espaços de controle e a garantia de direitos. Destacou-se como dificuldade principal a participação social como desafio aos profissionais, assim como a falta de informação e conscientização a respeito da importância da participação e controle social.

Palavras-chave: Assistente social. Controle Social. Desafios. Participação.

ABSTRACT

The discussion about the social worker working in the socio-occupational areas show great importance in what refers to the performance of them, considering their articulation in society, essentially for the historical transformations that gave new dimensions to the labor market while generating new demands. It is also discussed the expansion of the public sphere, the strengthening of these control areas and the guarantee of rights. The social participation as a challenge to professionals stood out as the main difficulty, as well as the lack of information and awareness about the importance of social participation and control.

Keywords: Social Worker. Social Control. Challenges. Participation.

1 INTRODUÇÃO

Posto em pauta a discussão sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social e a sua atuação nos mesmos, necessita-se que se considere o processo histórico no qual se inscreve a sua “expansão e metamorfoses” como destaca Iamamoto (2009).

Segundo Raicheles (2012) é no contexto das transformações político-econômicas (especificamente com a adoção do neoliberalismo nas sociedades) que se aprofundaram as desigualdades sociais, níveis de pobreza e exclusão social, e o encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, bem como o debate sobre políticas sociais ganham relevância mediante as demandas sociais e a necessidade de resposta por parte do estado.

> Essa conjuntura favorece a redefinição das relações entre democratização e representação dos interesses populares nas decisões políticas. É importante notar que, embora os anos 80 sejam um período de aprofundamento das desigualdades sociais, é simultânea e contraditoriamente palco de avanços democráticos dos mais significativos na história política brasileira. (RAICHELIS, 2012, P.5).

É com esse entendimento que a autora explicita que a partir da conquista estabelecida com a constituinte daquele período redefinem-se as relações do Estado com a sociedade no sentido de criar uma nova institucionalidade democrática que permita essa aproximação e interação da população no que competem as decisões de cunho social.

Nesse sentido de participação da população para planejar e fiscalizar a gestão das políticas públicas seja em órgãos, agências ou serviços do Estado[1], o controle social no sentido de participação da sociedade civil é previsto em duas instâncias de participação: os conselhos e as conferências.

Com efeito, o presente estudo pretende debater os assuntos acerca da ação profissional dos assistentes sociais nos âmbitos de controle democrático. Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, recorrendo-se as técnicas de pesquisa descritiva e explicativa.

Tal discussão acerca desses espaços se faz de grande relevância no que compete a atuação dos profissionais, considerando sua articulação na sociedade, essencialmente pelas transformações históricas que atribuíram novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e possibilitando surgir novas requisições e demandas a essa profissão, assim como novas habilidades, competências e atribuições (Iamamoto, 2009), e a própria abertura de espaço para a participação da sociedade civil mediante a gestão pública.

2 INSTÂNCIAS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO

No cenário de mundialização do capital como regulador do sistema e relações sociais, os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social se ampliam e se diversificam no mercado de

[1] Embora o Brasil tenha iniciado seu processo de redemocratização no fim da década de 80, a adoção do sistema neoliberal no país durante a década de 90, impulsionou uma intensa privatização e comercialização dos bens e serviços sociais, ou seja, os direitos instituídos na constituição de 1988 foram fetichizados pela lógica do consumo mundial, nesse sentido sendo a saúde, educação, habitação, e outros direitos conquistados transferidos para esfera privada, o Estado configurado como mínimo, teve de responder no “alivio da pobreza extrema” num cenário cuja realidade destacava de forma crescente as desigualdades sociais, o desemprego, o aprofundamento da “questão social”, as disparidades de gênero e etnia, além das tensões sociais. (IAMAMOTO, 2009, P.2).

trabalho a partir das novas demandas[2] que se geraram com a revitalização da acumulação do capital durante a crise mundial (Iamamoto, 2009).

Conforme Iamamoto (2009) considerando o processo histórico que move a profissão e seus espaços de atuação mediante as "inéditas requisições e demandas sociais" a ela atreladas, e até aqui mencionadas, o assistente social, como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho especializada, enquanto profissional comprometido com os interesses da massa e seu Projeto Ético Político Social, se insere nas instituições empregadoras para atender e implementar os programas, projetos e ações institucionais/empresariais, seguindo também a política interna de tais âmbitos.

Com efeito, interessa aqui pontuar brevemente que a realidade empregatícia na qual se insere o assistente social, de acordo com a discussão da autora anteriormente citada, se dá de forma majoritária nas instâncias públicas[3], seguida posteriormente nas empresas privadas.

Posto isso, mediante a esse amplo espaço de requisição da atuação profissional, sobre as instâncias públicas de controle democrático, como os conselhos, Bravo (2009), afirma que os assistentes sociais tem uma dupla possibilidade de se inserir nesses âmbitos, seja participando como conselheiro (tomada a essencialidade política), seja prestando assessoria (aos conselhos, ou alguns segmentos como usuários, trabalhadores e poder público).

A esse respeito, ela afirma que diante das condições apresentadas de fragilização das lutas coletivas é notória a estratégia de fortalecimento da organização popular, tendo como exemplo deste os conselhos, conferências e movimentos sociais, objetivando o questionamento da cultura política, ocasionada pelo grande capital.

A reflexão sobre os conselhos é pautada pela mesma como uma das novas demandas da profissão, e concentrada em como o assistente social pode "contribuir para o fortalecimento e organização política dos mesmos através da defesa da democracia e dos direitos humanos e sociais". Haja vista que, os assistentes sociais tem a possibilidade de atuar em tal instância, é interessante que se explane sobre esta, para que assim, se compreenda a importância da inserção dos profissionais na mesma.

Como se pode observar nessa discussão, tais espaços surgiram com a garantia de direitos sociais, mediante as precárias condições de vida da população subalterna, como direitos adquiridos através de mobilizações e organizações de sujeitos da sociedade civil, desta forma fora criado nesse contexto a então concepção de *participação social* e *controle social*.

[2] As transformações decorrentes da ampliação das desigualdades nos vários foros sociais e a demanda crescente nos contornos do mercado profissional de trabalho, são relações indissociáveis da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas do poder de classe, que mediante o crivo da privatização, das políticas focalistas e da descentralização, reorientaram o gasto público em favor do capital financeiro, em detrimento da economia política do trabalho, refratando as particulares condições e relações de trabalho, representando um resultado regressivo no âmbito das conquistas dos direitos dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p. 2-3).

[3] O perfil dos assistentes sociais no Brasil, segundo o CEFESS – Conselho Federal de Serviço Social, constata que no nível nacional, 78,16% atuam em instituições públicas de natureza estatal (predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais), o segundo maior âmbito empregador é área privada com 13,19%, seguido do Terceiro Setor com 6,81% (IAMAMOTO, 2009, P.5).

> A concepção de participação social, defendida nos anos 1980, [...] Está relacionada à ampliação dos sujeitos sociais na democratização do Estado brasileiro, tendo no horizonte uma nova relação Estado-Sociedade com ampliação dos canais de participação direta. (BRAVO, 2009, p. 3).

Os órgãos de controle democrático[4] são espaços paritários em que a sociedade e os prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos podem discutir, elaborar e fiscalizar as políticas sociais das várias áreas da sociedade, tais como saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idosos, e outras, promovendo assim essa participação social.

> O debate sobre os conselhos como instrumento de exercício da democracia esteve presente entre setores liberais e da esquerda (em seus diferentes matizes). A diferença é que eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, pelos liberais; e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda. (GOHN, 2000, P.176).

A afirmação anterior sobre o debate social dos conselhos destaca a lógica atrelada ao seu surgimento, a autora informa que nos finais dos anos de 1970 à 1980, as "experiências conselheristas", tais como conselho comunitário (atuando junto as administrações municipais) e os conselhos populares, partiram dos propósitos dos que se opunham à intervenção militar ou dos setores esquerdistas, centralizando a organização do movimento popular para que houvesse essa aproximação dos mesmos nas deliberações e execuções relacionadas aos interesses destes.

Para Gohn (2000) a novidade advinda no contexto neoliberalista ao logo dos anos 90, foi essa concepção aqui discutida sobre os conselhos que atribui o caráter institucional enquanto órgãos deliberativos e paritários. Indo além da perspectiva participativa, essas instâncias são, portanto, importantes na sociedade porque se inscrevem na qualidade de instrumentos de expressão e representação popular.

> As novas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força da Lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao poder executivo, voltados para políticas públicas específicas; sendo responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. (GOHN, 2000, P.178).

Tal mecanismo de controle social segundo Bravo (2009) mesmo que tenha sido pensado no calor de manifestações e forjado junto com outros direitos constitucionais, só foram implementados no decorrer dos anos 1990, num cenário de regressão dos direitos e contradições sociais.

O que se pode assimilar disso na realidade prática é que o fato da constituição Federal adotar um princípio cidadão, possibilitou que Leis orgânicas específicas regulamentassem o direito de participação social por meio de tais instâncias para mediar as relações entre estado e sociedade (GOHN, 2000).

[4] "Os conselhos devem ser visualizados como lócus do fazer político, como espaço contraditórios, [..] tendo no horizonte a construção da democracia de massas." (BRAVO, 2009, P. 4).

> Apesar da legislação incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, e constitui-los como novos atores deliberativos e paritários, vários pareceres oficiais tem assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação. (GOHN, 2000, p. 179).

De acordo com a autora os conselhos mesmo sendo instâncias vinculadas ao poder executivo dos municípios, como órgãos auxiliares da gestão pública, "por lei, devem ser também um espaço de decisão. Mas, a priori, são apenas espaços virtuais." (GOHN, 2000, p. 171), não exercendo assim na prática cotidiana seu caráter deliberativo. Nesse caso, os conselhos tornam-se pontos estratégicos de controle representativo superficial, sendo procurado muitas vezes para a consulta e aconselhamento tão somente, fugindo de sua principal função, que é pesar nas decisões tomadas pelos gestores públicos, sejam estes da ordem municipal, estadual ou nacional.

3 A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS ORGÃOS DE CONTROLE DEMOCRÁTICO E AS DIFICULDADES EXISTENTES

Segundo Bravo (2009) a ampliação da esfera pública, o fortalecimento desses espaços de controle e a garantia de direitos na Constituição Federal de 1988, representa um dos desafios à atuação profissional voltado para uma nova perspectiva e projeto societário[5].

Como discorrido ao longo desse artigo, desde os anos 80 os assistentes sociais incorporam a temática dos movimentos sociais em sua formação, e é compreendendo esse processo histórico da articulação do trabalho do Serviço Social com esse debate, que a autora enfatiza que dentre as dificuldades encontradas tomar a decisão de se inserir frente aos movimentos sociais como trabalho reflete a influência dos órgãos que assessoram a organização popular.

Posto isso, conforme a autora acima, quando o Serviço Social se desloca para atuar nas instâncias de controle social, diante da desarticulação dos movimentos sociais, e incorporação ou aproximação destes junto ao Terceiro Setor[6], ao se implementar os conselhos é preciso considerar os estudos e as intervenções relacionadas a esses mecanismos, promovendo de tal forma uma articulação conjunta ao debate dos assuntos sociais com tais movimentos. Isto por que:

> Nas frações de classe com baixo poder de organização, as dificuldades são ainda mais complexas. Para que o controle democrático se efetive, é necessário que os representantes da sociedade civil possam organizar-se institucionalmente e nas suas bases e que tenham consciência dos seus direitos e a quem reclamá-los. (BRAVO, 2009, P. 10).

[5] "O Serviço Social nos seus diversos documentos legais que fundamentam o seu projeto ético-político ressalta a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social, universalização do acesso às políticas sociais, bem como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais para todos." (Bravo, 2009, p. 9).

[6] A questão da inserção dos A.S. em tais espaços e as dificuldades a ela atreladas "também se expressa pela falta de reflexões sobre a influência das instituições assessoras na organização dos movimentos sociais." (Duriguetto, 1996, 145, Apud Bravo, 2009; p. 10).

A esse respeito, em determinados municípios sem tradição organizativa-associativa, esses órgãos exercem apenas uma realidade jurídico-formal, servindo de instrumento político em função dos interesses do gestor municipal e da elite, sem atender o mínimo dos objetivos de controle e fiscalização dos negócios públicos como preza a Lei (GOHN, 2000).

Nesse sentido, é possível perceber que "existe pouca integração entre os conselhos e as organizações da sociedade civil, uma vez que as ações do primeiro acontecem de forma isolada em relação às organizações que compõem a segunda." (DURIGUETTO, 2013, p. 341).

Sobre as dificuldades encontradas nessa instância Gohn (2000, p.180) afirma que "a disparidade de condições de participação entre os membros do governo e os advindos da sociedade civil é grande.", considerando a necessidade de que os representantes da população tenham as mesmas condições de participar do conselho quanto os representantes da elite, quando posto à necessidade de capacitação para todos os membros do conselho ter uma "visão geral da política e da administração[7]" é essencial.

Na pesquisa realizada por Duriguetto (2013) destaca que 41% de profissionais revelam que essa distância da relação dos conselheiros não-governamentais e os segmentos populares se deve pela falta de conhecimento ou superficialidade das informações obtidas sobre esse espaço, demonstrando que além disso, muitos não se sentem representados pelos conselheiros, o que atrapalha ainda mais esse relacionamento é a inexistência de comunicação entre tais instâncias.

Não bastasse o fato mencionado anteriormente, o assistente social tem encontrado nesse espaço ocupacional dificuldades em desenvolver suas ações decorrentes da não participação da sociedade e dos próprios conselheiros das demais instâncias, e entre eles e a população representada.

> Aos conselhos gestores coloca-se o desafio de constituir espaço democrático destinado a alcançar três objetivos essenciais: promover a construção da cidadania e a educação política; viabilizar a identificação e captação permanente das demandas da sociedade; e exercer controle social sobre o governo. (GOMES, 2003, p. 5).

Esses três objetivos anteriormente pontuados compõe essencialmente a ação do profissional de Serviço Social em tais espaços, seja como conselheiro, seja como assessor técnico.

Desenvolver tais objetivos, assim como os demais desafios mencionados, implica superar as dificuldades decorrentes da conjuntura social no cotidiano para que assim estes se efetivem, além de reconhecer a necessidade da organização popular para que a participação social exerça a consolidação de seus direitos e ampliação das ações dos conselhos.

[7] "A participação para ser efetiva precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas estatais. Não se trata, em absoluto, de integrá-las, incorporá-las à teia burocrática. Elas têm o direito de conhecer esta teia para poderem intervir de forma a exercitarem uma cidadania ativa e não regulada, outorgada, passiva." (GOHN, 2000, P. 185).

Com efeito, Bravo (2009) afirma que a atuação do assistente social se identifica em duas direções, em que os profissionais ao darem suporte aos conselhos devem exercer como atividades: “a elaboração da pauta e de relatórios da reunião, convocação das reuniões, organização da documentação.”, e que essas atividades tem sido exercidas por funcionários da prefeitura e que, muitas vezes, “ocupam o lugar de secretário executivo dos conselhos”. Dentre as ações técnico-políticas, há de se desenvolver junto aos conselhos e/ou de seus segmentos, “a democratização e socialização da informação, realização de pesquisas, e ação socioeducativa” (p.406-407).

Além de tais práticas, também compete aos conselhos garantir a efetivação das políticas, mediar a aprovação de orçamento para que se obtenha serviços de qualidade na assistência, capacitar os conselheiros e incentivar o seu comprometimento com a instância no sentido de participação.

Quanto a isso, Bravo (2009, p. 406) destaca que essas “atividades necessitam de reflexão, pois a atuação profissional está reduzida à atividade administrativa, de suporte legal aos conselhos”, não estabelecendo a relação com o seu projeto ético-político. Outro aspecto importante de se ressaltar conforme ela é que as ações técnico-políticas da assessoria não são pontuais, e se articulam com muitas outras, a investigação universitária é essencial para que se discuta a autonomia destes espaços em relação às políticas sociais.

Como se observa, a atuação dos assistentes sociais nesses âmbitos é crucial, considerando que este é apto a mediar e realizar ações nos mesmos, no sentido de efetuar as políticas e demandas referentes ao orçamento público, além de intermediar a relação entre os integrantes da sociedade civil e os governamentais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa discussão compreender a concepção referente a temática foi fundamental. Perceber o processo histórico atrelado a categoria profissional e entender o porquê desta profissão interessar-se pelas causas populares e trabalhadoras, além de estar inserida em vários espaços sócio-ocupacionais importantes na sociedade, tais como os órgãos de controle democrático, é tarefa que requer dedicação e atenção no que compete a possibilidade de atinar tudo aquilo que envolve ela em sua cotidianidade.

Com efeito, é interessante que se enfatize continuamente que o Serviço Social por se comprometer em seu Projeto Ético-Político em promover com sua práxis a transformação social, a igualdade, justiça social e universalização ao acesso às políticas públicas, posto nas instâncias de controle social, vê-se limitado a realizar seu trabalho conforme a sua formação teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política.

Das dificuldades pontuadas aqui como principais, verificou-se que a autonomia dos conselhos, e mesmo dos profissionais que neles atuam, a relação que se percebe é de dependência quanto ao sentido de atuação na sociedade. Esses espaços e os profissionais inseridos nele tem em sua ação relativa dependência no que compete a sua efetivação, essa é

uma relação que está atrelada a um tripé participativo (no sentido crítico) entre Estado, sociedade civil e instâncias sociais.

Tal dependência conotada aqui se faz em sentido político, ou seja, da capacidade dos cidadãos em se envolver na discussão dos assuntos públicos, de se informar e de informar os demais civis, de possuir senso de cidadania em termos práticos tal como postula a Lei, e saber desta forma não simplesmente eleger seus representantes em tais instâncias, como principalmente poder ser decisivo, propor melhorias e fiscalizar juntamente com esses mecanismos públicos os gastos realizados pelos gestores, de ter a consciência de cobrar também propostas que visem o investimento adequado dos impostos cobrados na sociedade.

Esse pensamento, essa consciência cidadã é crucial primeiramente para que haja a efetivação dos espaços de controle e para que os profissionais tenham êxito em suas ações. Contudo, é ilusão considerar que isso há de acontecer tão logo se almeje, como num piscar de olhos. A complexidade conexa a teia do sistema social é muita mais vasta do que se deseja, e isso também se representa como um desafio a se superar na prática do assistente social seja em qualquer âmbito que ele atue.

A Constituição Federal brasileira de 1988, sendo uma conquista cidadã e conseguida por meio da organização popular garante muitos direitos aos brasileiros, dessa forma a instituição de uma instância de controle democrático foi assegurada e regulamentada pela Lei, e assim como a população tem direitos, também tem deveres, é dever do cidadão conhecer o que está sendo feito na sociedade quando o assunto é saúde, educação, assistência e seguridade social, entre outros.

De fato, é preciso que se torne mais pública as coisas públicas, ou seja, é preciso que a população se envolva mais nesse debate, seja atraída e incentivada a aproximar-se desses órgãos de controle de forma a reconhecer a importância dos mesmos para a possível transformação social. Vê-se que os fóruns comunitários podem ser bastante positivos no que compete a necessidade de socialização do papel dos conselhos e conferências na sociedade, visto que além de socializar sobre a existência destes e sua importância também viabilizam empoderamento e legitimação da atuação dos conselhos em relação às políticas públicas.

Bem como a valorização dos profissionais que atuam nos espaços públicos, inclusive nos próprios conselhos, seja como conselheiros ou não, também permite estes sejam reconhecidos como importante no processo de garantia de direitos e evita que estes acabem sendo institucionalizados no cotidiano de trabalho.

Os conselhos são espaços que garantem o controle das políticas públicas que efetivam direitos e que podem emancipar em suas deliberações ao pressupor a participação da cidadania ativa. A população quando articulada e organizada é mais atuante no cenário social, reivindicando mais pelas melhorias necessárias. Quando não se tem uma sociedade manifestante de seus interesses fica complicado de se atuar em prol da garantia dos direitos sociais, haja vista que só esta tem a possibilidade de se fazer visível e “temida” dentro de um sistema capitalista como o atual.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, Edição: CFESS/ABEPSS, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Conselhos de direitos e intervenção profissional do Serviço Social**. In: Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e conselhos. 2ª ed. São Paulo. Cortez editora, Cap. 13. P. 344, 2013.

_____. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, Edição: CFESS/ABEPSS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **O papel dos conselhos gestores na gestão urbana**. Biblioteca Clacso. p.176, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930071318/10gohn.pdf> Acesso em: Novembro de 2014.

GOMES, Eduardo Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/eppgg/producaoacademica/dissertacao_eduardogranha.pdf>. Acesso em: Novembro de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, Edição: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil.** In: MOTA, Ana E. S.; BRAVO, Maria I. S. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez editora, p.5, 2012. Disponível em: <http://servicosocialesaude.xpg.uol.com.br/texto1-4.pdf>. Acesso em: Novembro de 2014.

IMPACTOS DO ABSENTEÍSMO DA ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL E SUA IMPLICAÇÃO NAS RESPOSTAS ÀS DEMANDAS.

Aparecida Patrícia Gonçalves Lima[1]
Luana Pereira Rangel[2]
Maria da Conceição Monteiro da Costa[3]
Maria Raquel Simeão de Oliveira[4]
Tamiris Ines Pereira[5]

RESUMO: Este artigo busca mostrar os fatores que levam o/a Assistente Social a abster-se da ética profissional em sua atuação, em posicionamento contrário ao projeto profissional da categoria, visando compreender a causa do fenômeno no contexto da atual conjuntura e seus impasses na sociedade. Para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Espera-se, portanto obter uma análise sobre a atuação do/a Assistente Social que está configurada de forma inviesada na atual conjuntura societaria, e por fim ressaltar os desafios que o mesmo vem enfrentado para colocar em prática o que esta posta no Código de Ética Profissional.

Palavras-Chave: Ética. Serviço Social. Demandas

ABSTRACT: This article seeks to show the factors that lead the Social Worker to refrain from professional ethics in their performance, in a position contrary to the professional project of the category, aiming to understand the cause of the phenomenon in the context of the current conjuncture and its impasses in society. For the accomplishment of this work the bibliographic research was used. It is hoped, therefore, to obtain an analysis on the performance of the Social Worker, which is configured in a way that is unheard of in the current corporate context, and finally to highlight the challenges that the same is faced to put into practice what is put in the Code of Ethics Professional.

Keywords: Ethic. Social Service.Demands

1- Aluna do 6º semestre do Curso de Serviço Social e-mail: (gonpatricia21@gmail.com)
2- Aluno do 6º semestre do Curso de Serviço Social e-mail: (luana_lvn@hotmail.com)
3- Aluna do 6º semestre do Curso de Serviço Social e-mail: (monteiroconceicao33@gmail.com)
4- Aluno do 6º semestre do Curso de Serviço Social e-mail: (siol.8541@gmail.com)
5- Aluna do 6º semestre do Curso de Serviço Social e-mail: (tamirisines931@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Para compreensão da ética profissional devem ser levadas n consideração as contradições existentes tanto nas instituições onde o profissional atua como seu posicionamento frente à realidade existente das mesmas. Partindo desse pressuposto, o presente artigo visa compreender a causa do fenômeno no contexto da atual conjuntura e seus impasses na sociedade. Nesse processo traçamos os seguintes objetivos: estudar os fatores da ocorrência do fenômeno no Brasil; analisar a

atuação do/a profissional de Serviço Social nos espaços ocupacionais; apontar a fragilidade da ética profissional na contemporaneidade.

Na elaboração do referente material utilizou-se a pesquisa bibliográfica; para realização da mesma é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, uma vez que esse tipo de pesquisa requer alto grau de vigilância epistemológica, de observação e de cuidado na escolha e no encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Estes, por sua vez, necessitam de critérios claros e bem definidos que são constantemente avaliados e redefinidos á medida que se constrói busca por soluções ao objeto do estudo proposto (MIOTO E LIMA, 2007).

Logo, escolhemos essa temática por sermos acadêmicas do curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, por ela nos proporcionar um olhar crítico e amplo da prática da profissão nos espaços de atuação do mesmo.

Através das reflexões em torno dos estudiosos apontaremos os fundamentos éticos que permeiam a profissão, como também as complexidades e/ou contradições existentes em torno do cotidiano profissional e suas possibilidades de superação através da própria realidade inserida. Para tanto, abordaremos concepções frente à postura ética e suas implicações no processo de garantia do direito social do cidadão. Sendo assim, esse debate se faz relevante para tornar o mesmo compreensível tanto para os profissionais como para os estudantes em formação.

1. DEFINIÇÃO DE ÉTICA

Para abordar sobre essa temática, é importante ressaltar que a Ética sempre existiu nas sociedades desde a antiguidade, a partir de alguns filósofos que propunham um sistema éticocriticando a moral vigente. Nesse percurso em torno das relações sociais ampliam-se o conceito de Ética e possibilita novas posturas e sistematização de ações.

Destarte, a Ética é um ramo da filosofia que trabalha com o que é moralmente certo ou errado. Nesse sentido à ética nunca pode deixar de ter como fundamento à concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social histórico e criador. Uma série de definições com os quais a ética trabalha de

uma maneira particular, como de liberdade, indispensabilidade, consciência, entre outros; isso pressupõe uma prévia explanação filosófica. Partindo disso as questões éticas primordiais devem ser abordado partindo de pressupostos básicos, como o da dialética da necessidade e da liberdade. Em síntese, a história da ética se envolve com a da filosofia, e é nesta que ela busca alicerce para equilibrar o desenvolvimento histórico-cultural da humanidade em suas conjunturas.

No tocante a ética, Barroco 2008, p.20 traz que:

> A ética-entendida como modo de ser socialmente determinado –tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem.

Assim consonante a Ética, faz-se necessário destacar que a mesma está diretamente ligada aos hábitos e costumes, e que esses mudam de acordo com o tempo e a localização. Sendo assim, o que é considerado ético hoje, pode mudar enão ser amanhã e o que é considerado certo em determinado país ou localidade, pode não o ser em outro. Os grandes pensadores da ética buscaram uma globalização dos princípios éticos, mas a grande diferença entre costumes e culturas, tornou-se difícil essa universalização.

Partindo do exposto, a ética surgiu na Grécia Antiga em meados do século IV a. C.,os filósofos gregos foram os primeiros a discutirema definição de ética, dentre eles encontrasse Sócratesque viveu entre 470 e 399 a.C. o qual se destacou por ter desafiado a cidade-estado, questionando as leis, mesmo obedecendo-as, o mesmo foi considerado o criador da moral, por tentar compreender a justiça através do seu convencimento.

Decerto, Sócrates não deixou nada escrito,mas os seus ensinamentos foram observados por outros discípulos, podendo destacar Platão que viveu entre 427 e 347 a.C., esse acreditava que todos os seres humanos estavam em busca da felicidade, mas, sempre questionava, onde estaria essa tal felicidade. Platão mostrava acreditar em uma vida após a morte, apresentando em seus diálogos a espera da felicidade

especialmente depois da morte, acreditava ainda que a vida deveria ser de contemplação de ideias.

Assim como Sócrates, Platão também teve seus discípulos, dentre eles, Aristóteles, que viveu entre 384 e 322 a.C., pensador que observava e analisava depoimentos sobre a vida das pessoas e das diferentes cidades gregas. Também comparava o ser e o bem, remitindo as diferenças de ambos e enfatizando que cada substância terá o seu ser em busca do seu bem, para que o homem atinja a felicidade. Aristóteles entendia que o homem não necessitava de um único bem supremo, mas necessitava de vários bens, formando um conjunto.

A partir das transformações da época em torno da ética alguns filósofos se destacaram culminando com novos pensamentos no que tange a ética. Immannuel Kantque viveu entre 1724 e 1804 destacou-se como principal filosofo da ética moderna, numa perspectiva de abertura para um sujeito pensante crítico da realidade. Esta por sua vez traz a tona o conceito de que os seres humanos devem ser tratados sempre com fim da ação e nunca como o meio para alcançar seus interesses. Explana também sobre a questão de o homem centralizar sua razão humana como um princípio ético da ação, mesmo tendo em vista o senso comum.

Baseado no exposto a ética sofre transformações de acordo com cada período histórico, como também traz o significado da palavra liberdade e nessas transformações sofridas em cada conjuntura a ética passa a se preocupar com as formas humanas de resolver as contradições entre as necessidades e as possibilidades de cada individua. Nesse sentido seria útil destacar a importante contribuiçãoadvinda de Karl Marx.

> K.Marx, (1818-1883) interpretou a história da humanidade como a história de uma luta constante com a natureza. A ação humana se define então como trabalho, como técnica. Tentando dominar a natureza, pelo trabalho, para humanizá-la, o homem encontra sempre a resistência do material, mas, ao tentar transformar a matéria ao redor dele, ele também se transforma: ao trabalhar, ele se faz trabalhador, se especializa, se adapta aos segredos do material, se produz.(VALLS,1994, p.57).

Nessa perspectiva o ser humano cria alternativas na ação transformadora da natureza, começa a ter escolha de valores na medida em que em passa a conhecer a dinâmica da natureza, transformando o homem e a natureza. Ética na perspectiva

Marxista é embasada em uma práxis, por que ela tem que transformar a realidade se materializando nas relações dos sujeitos.

Assim, a ética hoje tem como grandes problemas éticos três momentos, esses problemas estão relacionados à família, sociedade civil e Estado. No que concerne a família coloca-se de maneira muito profunda as questões das determinações éticas do amor. Em relação à sociedade civil significaria a forma histórica da sociedade burguesa, referindo-se ao trabalho e a propriedade privada, os problemas da atualidade continuam os mais urgentes, em uma sociedade de valorização de posse e de alienação dos sentidos e capacidades. E por ultimo no que diz respeito ao Estado os problemas éticos são complexos e ricos ao mesmo tempo. A classe dominante conquista o Estado para usá-lo como instrumento de poder, para exploração e dominação dos desprivilegiados.

2. A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DOS ESPAÇOS SÓCIOS OCUPACIONAIS.

As características do trabalho do assistente social nos espaço sócio ocupacional passam por um longo processo de análise de ampliação e transformação da história, considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial.

O reconhecimento profissional e legitimidade especificamente vinculada ás instituições públicas e privadas, sob o apoio do capital estas instancias ao longo da trajetória da profissão garantiram sua materialidade das relações sociais nelas contidas.Segundo Braverman (1981, p.55) que tem inicio o processo de trabalho mediante “[...] um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador”.

Por isso o/a Assistente Social enquanto profissional passa a ser caracterizado como trabalhador a partir do momento em que vende sua força de trabalho em troca de um salário ao se inserir na divisão social e técnica do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2001) torna-se responsável por uma utilidade social que permite

ao profissional vender sua força de trabalho numa relação mercantilizada e, portanto, assalariada. Não queremos com isso defender a tese do Serviço Social como trabalho, apenas destacar a sua utilidade enquanto espaço sócio-ocupacional.

Sendo um profissional comprometido com uma atuação de qualidade, a mesmo ainda esta sobre dilemas de alienação, estando ele em um processo de reprodução da ordem burguesa, condicionando a sua autonomia e o seu projeto profissional.

O desafio do/a Assistente Social então é romper com as suas bases tradicionalistas e fatalistas ancorada em suas raízes históricas. Na atualidade a atuação do/a Assistente Social nesses âmbitos perpassa por muitos desafios, enfrentando fortes impasses contidos nos espaços sócio ocupacionais, a precarização do trabalho aponta como viés a forma como se remete a profissionalização dos/as Assistentes Sociais.

O/A Assistente Social surge para intermediar as demandas da população e as expressões da questão social, sendo ele o principal difusor entre as esferas públicas e os direitos sociais,para atuar de forma técnica em decorrência da multiplicidade de fatores que se apresentam sobre o processo de exclusão e desigualdades sociais.

O profissional tem a função de articular as três dimensões que são teórico-metodológico, ético-politica e técnico-operativo, tendo um compromisso com o seu projeto profissional.Há múltiplos espaços em que o profissional pode atuar; diversas expressões se manifestam a partir da questão social em suas muitas faces e fragmentos. Estas devem ser analisadas e estudadas, uma vez que é a partir destas expressões que o assistente social desempenhará seu processo de trabalho com vista às políticas sociais na esperança de amenizar os problemas e encontrar soluções. (GRANEMANN, 1999).

Cabe ao profissional do serviço social conhecer a instituição que presta serviço; entender os processos e relações internas e externas existentes no campo de atuação; os desafios, as demandas e potencialidades apresentadas; identificar a natureza e as dimensões institucionais; porque é a partir do conhecimento do objeto a ser trabalhado que o/a Assistente Social passa a exercer seu processo de trabalho de forma investigatória, adequando-se as necessidades do local e utilizando seus

instrumentais mais específicos para buscar a resolução dos conflitos e interesses individuais e coletivos (GRANEMANN, 1999).

O/A Assistente Social inserido em diferentes espaços sócio ocupacionais deve está atento às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o qual exige um profissional dinâmico, atento as informações e de como utilizá-las como ferramenta de trabalho, entendendo como a qualidade de vida e a capacitação influência na produtividade e seu reflexo na imagem organizacional.

Na contemporaneidade, é fundamental uma atuação que preze pelos princípios éticos morais, defendendo a sociedade das diversas injustiças, como também, relevando as definições aos princípios expostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a exemplo da liberdade e igualdade; os quais se apresentam de acordo com os princípios do Código utilizado pela categoria dos/as Assistentes Sociais.

Há uma tentativa dos profissionais para elaborar um discurso renovado de acordo com os preceitos defendidos pelo Código de Ética. Contudo, mesmo com valores e modelos tradicionais que permanecem em alguns profissionais, os Assistentes Sociais precisa de uma prática profissional destituída de preconceitos que, de fato, contribua para a igualdade de direitos sociais.

3. A FRAGILIDADE DA ÉTICA PROFISSIONAL NA COMTEPORANEIDADE

Abordar essa temática se faz necessário a princípio explanar que pelo o Código de Ética Profissional traz uma gama de normas e princípios norteadores de uma categoria profissional, isso acarreta em permitir que o mesmo não fuja de sua missão e contribua na qualificação contínua do seu exercício profissional. Sendo assim, estas normatizações é que dão materialização ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista que os/as Assistentes Social não se limitam a este, mas tomam ele como norte para defender e garantir a efetivação dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

No que tange ao foco da temática; nesta temos um leque de elementos que respondem à mesma. A princípio devemos nos atentar que os últimos momentos que

norteiam a profissão são bastante conflituosos conduzindo muitos profissionais a se posicionarem com juízos e posicionamentos inadequados na contemporaneidade. Por essa perspectiva, se faz necessário situar e/ou sintonizar os/as Assistentes Social nos novos tempos. Partindo disso, Iamamoto (2005), explicita sobre alguns pressupostos que nos auxiliam das intervenções na realidade social e as respectivas em torno das fragilidades que ocorridas em todo espaço de atuação da profissão. Os pontos ressaltados pela autora dizem respeito ao rompimento da profissão com a visão endógena e focalista, tendo em vista o rompimento com nossos limites internos; o outro seria o/a Assistente Social como uma categoria especializada e por fim as condições de trabalho desse no momento atual.

Essa perspectiva implica fomentar que esse ponto de vista da autora nos possibilita perceber que os enfrentamentos de nossa categoria profissional são diversos e complexos, pois o capitalismo traz consigo a vasta precarização dos serviços públicos. Sobre a realidade frente ao sistema vigente, suas contradições são os fatores principais para a fragilização da ética na contemporaneidade. Isso vem afirmar claramente os desafios que os profissionais que executam as políticas sociais enfrentam, pois teem que decifrar a realidade cotidianamente em torno das demandas na garantia da efetivação dos direitos destas (IAMAMOTO, 2005).

Ainda em Iamamoto (2005, p. 32), ela afirma que,

> O Serviço Social de hoje sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que deles se possa ser contemporâneo. Para isso é necessário um novo perfil do profissional; que deve ser afinado com a análise dos processos sociais, criativo, inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens, a vida contribuindo para moldar os rumos de sua história.

Partindo desse âmbito podemos afirmar que muitos são os desafios postos aos profissionais de Serviço Social, mas cabe a este se apropriar de seus valores norteadores e muito conhecimento sobre seu objeto de intervenção e dos papeis institucionais, pois este traz uma complexidade imensa e para tanto exige-se uma resolutividade também complexa. Isso traz a necessidade de uma reflexão crítica que possibilite o equilíbrio entre teoria e prática no enfrentamento dos vários desafios a ser enfrentados. E assim, a partir da propositividade na atuação do profissional é que será possível seu distanciamento com as fragilidades e carências de seus princípios éticos no seu posicionamento frente às respostas dadas a questão social.

Nessa lógica se faz pertinente afirmar que a profissão surge numa perspectiva de facilitar o direito para os menos favorecidos, contudo é evidente que a mesma não deixa de ser um instrumento de estratégia do sistema capitalista, no desejo de manter sua ordem. Contudo, isso não significa dizer que tal profissão atenda apenas as necessidades da burguesia, mas ele busca um equilíbrio atendendo ambos os lados na utilização de estratégias eficazes que possibilite a harmonização, mas ao mesmo tempo garanta a efetivação do direito e a emancipação humana dos menos favorecidos (MARTINELLI, 2000).

Diante das reflexões postas anteriormente, podemos afirmar e deixar mais uma vez pertinente que manter e implementar os princípios éticos da categoria de Serviço Social é uma tarefa árdua e em muitas situações dificultosa, pois essa é uma questão que não depende apenas do/a profissional, mas de vários elementos e fatores que juntos podem propiciar ou não a efetivação e materialização da ética na contemporaneidade. Isso nos permite concluir que os caminhos que são visualizados para efetivação da mesma não estão se tornando favoráveis, tendo em vista a fragmentação contínua dos direitos sociais e em alguns casos poucos esforços são dados ao compromisso ético-político resultando em algo abstrato e fora da visão do/a profissional como algo indispensável ao exercício da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou como tema central a ética profissional na conteporeneidade nos espaços socio ocupacional dos assitente social. Ao finalizarmos esse trabalho, conclui-se e considerar-se de extrema importancia a contribuição do mesmo para o conhecimento sobre a atuação do/a Assistente Social nos dias atuais e de como os profissionais vem atuando diante dessas grandes tranformações socias.

Levando em consideração a contribuição do processo de construção da ética, que trouxe consigo transformações ocorridas no mundo social e no mundo do trabalho nas quais afetam todas as profissões não sendo diferente com o serviço social.

Dentre as tranformações ocorridas foi considerável enfatizar a atuação do profissional e como o mesmo vem enfrentando os desafios das tranformações na atualidade. Vê-se por um lado à qualificação desse trabalho em tentar garantir os

direitos e por outro uma combrança ocasionada pelas mudanças, mas ao memso tempo sendo barrado pelo processo do capitalismo, dando ao mesmo uma pouca liberdade e assim o impedido de utilizar seus poucos instrumentos de trabalhos.

É vasta e bem fácil de indentificar as dificuldades que afetam essa atuaçao, no entanto esse trabalho ainda vem se superando e se construindo nos dias atuais. Mesmo com o capitalismo que o leciona a ética profissional que foi apresentada na formação acadêmica da profissão e conquistada com lutas por um reconhecimento na sociedade enquanto profissão, o capitalismo ainda vem sendo pertinete nas ameaças da conduta profissional, e tendo o pápel de enfrentar as contraverssias do dia a dia responsável.

Por fim é relevante salientar a importancia do Código de Ética Profissional no campo de atuação profissional. Destarte, a fragilidade da ética não está apenas nos profissionais de Serviço Social, mas também nos campos de atuação, nas políticas que são celetistas dificultando a execução do trabalho e a viabilização dos direitos, são muitos os fatores que fragilizam a ética profissional, mas cabe ao profissional está empoderado de conhecimento, só assim poderá exercer a profissional com coerência e por em prática o que está posto no Código de Ética Profissional sem está fragilizando a ética.

REFERÊNCIA

ÁLVARO,L .M.Valls**O QUE É ÉTICA**.editora brasiliense. 22° reimpressão, 2006.
BARROCO,M. L. **Fundamentos sócio-históricos**. –São Paulo:Cortez,2008.
CONCEITOS DE ÉTICA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE ÉTICA DE EMPREGADOS. EM UMA MULTINACIONAL . Disponível em: <www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/9/erica.pdf> Acesso: 31/10/2016 às 15:20.
Definição de Ética. Disponível em: <http://pcmetodista.blogspot.com.br/2012/09/definicao-da-etica-pelos-tres-maiores.html> Acesso em: 30/10/2016 às 13:30.
FARIAS, Patrícia Maria Bispo. **Ética E Serviço Social: Reflexões Sobre A Vivência Profissional.**Aracaju – Sergipe Revista Eletrônica Da Fanese – Vol 1 – Nº 1 – Dezembro 2012.
GREIK, M. C.; Vale T. Do.**História da Ética**.Salvador, 2002. Disponível em:<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATMYAG/historia-etica> Acesso em: 30/10/2016 às 13:40.
GRANEMNN, Sara. **Processos de Trabalho e Serviço Social I**: um caminho em debate. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: módulo 2. Brasília: CEAD/ UnB/ CFESS, 1999. p. 153-165.
IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo. Editora Cortes. 6ª edição, 2000.

O PROJETO ÉTICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL SOB OS REFLEXOS DA CRISE DO CAPITAL

Francisca Clara Evangelista Fernandes
Cícera Honório dos Santos
Thamires Nunes Rodrigues Souza

Resumo: O presente artigo reúne reflexões em torno da construção e afirmação do Projeto Ético Político do Serviço Social sob os reflexos de crises do capital e seus impactos na profissão. A escolha da temática deu-se em virtude da preocupação das autoras em refletir aspectos relevantes para a prática do Assistente Social no contexto atual. Assim objetivamos refletir sobre o processo de construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, como também relatar aspectos de crises do capital partido do pressuposto de que trata-se de uma crise estrutural da qual se derivam as demais crises e suas implicações para o Serviço Social na contemporaneidade. Esperamos compreender esse processo histórico de suma importância para formação e exercício profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social. Crises Capitalistas. Projeto Ético Político.

Abstract: This article brings together reflections about the construction and affirmation of the Social Service Political Ethical Project under the reflexes of capital crises and their impacts on the profession. The choice of the theme was due to the concern of the authors to reflect aspects relevant to the practice of the Social Worker in the current context. Thus we aim to reflect on the process of construction of the Social Service Political Ethical Project, as well as to report aspects of crises of the split capital of the assumption that it is a structural crisis from which the other crises are derived and their implications for the Social Service In contemporary times. We hope to understand this historical process of paramount importance for training and professional practice.

Key – words: Social Service. Capitalists crisis. Political Ethical Project.

1. INTRODUÇÃO

A vida humana em sociedade desde seus primórdios exige uma organização societária que permita viver coletivamente e assegurar o suprimento das necessidades dos sujeitos. Ao

longo da história vários modelos de sociedades ascenderam até chegarmos ao sistema do atual vigente. O capitalismo é um sistema econômico implantado mundialmente no século XV que permeia os âmbitos social, político, econômico e cultural e se configura a partir das relações entre duas classes principais antagônicas (burguesia e proletariado) marcadas pela exploração do trabalho para possibilitar a acumulação de riquezas existente desde a implantação do sistema até os tempos atuais. Elucidamos que deste processo exploratório da força de trabalho do homem surge o Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão constituída historicamente cujo objeto de trabalho são as expressões da Questão Social entendidas como advindas do antagonismo entre burgueses e proletários. Anteriormente à sua institucionalização, suas práticas aparecem ligadas aos interesses da Igreja Católica, à filantropia e à caridade. Posteriormente, face a sua legitimação profissional, o Serviço Social é vinculado ao Estado como executor das políticas públicas que surgem para responder as demandas dos trabalhadores e amenizar as lutas de classes fomentadas por estes, além da função de difundir a ideologia capitalista. Ressaltamos que essas funções foram questionadas e repensadas a partir dos anos 1960 no país no contexto da Ditadura Militar no movimento de Reconceituação que permitiu ao Serviço Social adotar uma postura crítica e desveladora da realidade pautada no Materialismo Histórico e Dialético da Teoria Social Crítica de Karl Marx e mais ainda, possibilitou a construção do Projeto Ético político que norteia e dá o aporte teórico para a profissão.

É necessário compreender que o Capitalismo tem apresentado várias crises desde sua ascensão, crises estas que provocam transformações sociais, econômicas, culturais e políticas mundiais que demasiadamente afetam o mundo do trabalho e despontam novas facetas das expressões da Questão Social ainda mais agravadas. É nesse contexto histórico que os profissionais do Serviço Social se encontram inseridos e realizam seu fazer profissional.

Dadas as considerações supracitadas, este trabalho tem é centralizado em discussões sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social sob o reflexo da crise do Capital.

Diante do exposto compreende-se que a reflexão aqui elucidada é de extrema relevância para o Serviço Social tendo em vista que a dinâmica conjuntural contemporânea solicita profissionais capazes de superar os desafios impostos pelo Capital para realizar uma práxis social que direciona a profissão através do Projeto Ético Político. Acreditamos ser de imperial importância ampliar os debates e reflexões a respeito do assunto em questão para a possível construção de superação da realidade.

Assim objetivamos refletir sobre o processo de construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, como também relatar aspectos de crises do capital partido do pressuposto de que trata-se de uma crise estrutural da qual se derivam as crises e suas implicações para o Serviço Social na contemporaneidade.

2. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS

O modo de Produção Capitalista é um sistema econômico adotado pelas sociedades doravante o século XV, caracterizado por relações de produção entre duas classes antagônicas marcadas pela exploração desmedida da classe que detém os meios d produção sobre a classe que vende sua mão de obra. Sua expansão é direcionada pela acumulação de capital. Ao passo que identificamos os desdobramentos do Capitalismo verificamos suas falhas e as contradições existentes em sua estrutura.

> O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente - e deve sempre usurpar - o poder de tomar decisões. Este antagonismo prevalece em todo lugar, do menor "microcosmo" constitutivo ao "macrocosmo" abarcando as relações e estruturas produtivas mais abrangentes. (MESZÁROS, 2000, p. 5)

É necessário compreender que as crises cíclicas do capitalismo vivenciadas desde que este foi implantado se dão devido aos pontos contraditórios em sua estrutura, principalmente a contradição central entre o capital e o trabalho, e pela necessidade do capital de ampliar a exploração do trabalho para expandir o sistema e para que este perdure. Posto isso, vemos que essas relações resultam em um sistema onde as frações em conflito (promovido pelo seu antagonismo) estão inseridas em uma dinâmica com fundamentos expansionistas cruéis – aumento da pobreza, desemprego, precarização do trabalho, exploração do trabalho, política de austeridade - que decorrem das crises e culminam em consequências negativas para a classe que vive do trabalho à medida que o capital se renova. Nesse contexto o mundo tem vivenciado a implantação de estratégias do capital (as crises cíclicas) que visam propiciar o irreprimível avanço capitalista, considerando que essas crises são estruturais, por tanto, não deixarão de acontecer.

> O capital, do século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a "hibridização" - sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, para a viabilidade do sistema. (MESZÁROS, 2000, p. 3).

Toda essa lógica de crescimento (e não desenvolvimento) tem acarretado para a maior parte da população mundial transformações societárias, econômicas, culturais e políticas que afetam principalmente e de forma negativa o mundo do trabalho, ao passo que os trabalhadores têm sofrido demasiadamente com o desemprego em massa e as condições precárias de trabalho que tendem a piorar. Santos (2011) afirma que os parâmetros do desemprego tem sido agravados pela crise estrutural do capital gerando assim outros problemas econômicos e sociais, como a pobreza, a flexibilização do trabalho, o aumento da violência e a precarização do trabalho e do padrão de vida dos trabalhadores com a intensificação da exploração da força de trabalho.

Os reflexos da crise estrutural capitalista marcam profundamente as sociedades e ampliam as expressões da Questão Social que as práticas deste modo de produção aplicam nas mesmas.

> (...)verificamos que o capital subordina todas as esferas da vida social, por conseguinte, traz consequências para a "questão social" em nível mundial a partir do aumento significativo da fome; dos conflitos geracionais entre jovens e velhos; da liberação das mulheres para uma maior exploração; e do desemprego, que acarreta na

> redução do padrão de vida e na flexibilidade e precarização do trabalho, ou seja, na maior exploração daqueles que estão inseridos no exército ativo de trabalhadores. (SANTOS, 2011, p. 4)

Assim, podemos dizer que a crise desse sistema é estrutural e para dar continuidade ao expansionismo incontrolável e a dominação global do mesmo têm sido adotadas medidas que aderem a uma lógica cruel que tem determinado condições historicamente desastrosas que impossibilitam o bem estar social a nível macro para todos sem muito se importar com essas resultantes apenas com o seu prolongar.

2.1 A Ditadura Militar, o Neoliberalismo e a Financeirização do Capital como estratégias de reversão da crise estrutural do capital.

Na contemporaneidade estamos vivenciando mais um desdobramento da crise capitalista marcada pela intensificação da exploração da classe trabalhadora e pela redução significativa de seus direitos. Em 1929 passamos por um período de crise considerada como uma das piores já vivenciadas que acarretou dentre seus rebatimentos a quebra da Bolsa de Nova Iorque e desequilibrou a economia dos Estados Unidos e por consequência a economia mundial, quando a produção superou a capacidade de consumo das pessoas. Na década de 1970, posteriormente a época conhecida como os “anos gloriosos do capital” em que o Estado de Bem Estar Social (Welfare State) foi implantado, houve a crise fiscal, contextualizada pela impossibilidade do Estado em manter os investimentos no social justificada pela explicação de que este estava recebendo um valor de impostos que não supria os gastos com a sociedade, crise esta que deu espaço para o ajuste neoliberal. Em 2008, mais uma vez o capital demonstrou a problemática de sua estrutura, sendo deflagrada a crise do sistema financeiro imobiliário, em que instituições financeiras de importância mundial faliram e desestabilizaram a economia global, crise esta cujos acontecimentos decorrentes ainda estão presentes no mundo até os dias atuais.

> Ao analisar a crise estrutural do capital que vivenciamos desde a década de 1970, Mészáros afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos, quais sejam: possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”. (MÉSZÁROS, 2009 apud SANTOS 2011 p. 3)

Esses aspectos se referem a maneira como essas crises vem sendo organizadas na sociedade através de suas heranças deixadas pelo seu passado que ainda reflete no presente.

Atualmente o capitalismo encontra-se pautado na doutrina neoliberal, modelo iniciado desde os anos 1970 que visa o corte de gastos com o social que sofre com a diminuição das políticas públicas repassadas pelo Estado que entra em recessão, transfere boa parte de sua responsabilidade para a sociedade civil e registra suas ações a favor dos interesses capitalistas. Além disso, em tempos neoliberais vemos a privatização crescente, a terceirização, precarização e flexibilização do mercado de trabalho. NoBrasil, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o país teve sua tentativa mais próxima do Estado de Bem Estar Social. Todavia sua concretização foi e ainda é impelida pelo ajuste

neoliberal impõe uma política de austeridade que afeta em proporções até desumanas o setor social. O Estado neoliberal desdobra uma intervenção muito pequena e se mostra ausente para os interesses da população que não tem acesso aos frutos do capital.

> Desde 1980 até o período atual, isto é, nos tempos de vigência do capital financeiro no movimento do capital e do neoliberalismo, não foi possível identificar a retirada do Estado da Economia, mas ao contrário, assistiu-se a uma particular forma de sua "presença". Particularmente, nessa presente crise do capitalismo, estamos assistindo a adoção de políticas austeras por parte do Estado, com redução dos direitos sociais (...). (MENDES, 2015, p. 1)

Observamos que as estratégias para as crises do capital sempre sujeitam os menos favorecidos a condições de exploração gritantes e deprimentes, impedindo estes sujeitos de terem acesso aos direitos que lhes são garantidos constitucionalmente.

A respeito do que chamamos de financeirização do capital, uma das estratégias aqui apontadas como usadas para a resolução das fraturas do capitalismo, temos que esta tem sido dita como a ampliação do setor financeiro para a superação das contradições do capital.

Todo esse processo desenvolvido pelo sistema do capital para que ele possa perdurar – fato que ocorre desde seu primórdio e, provavelmente se estenderá até que este seja substituído por outro sistema – tem promovido mudanças no nível global que arquitetam uma estrutura social, econômica e política que sinaliza impactos destrutivos que geram crises ainda piores, principalmente na atualidade.

> Em relação à segunda tendência de acumulação capitalista nos últimos 35 anos, que contribui para o entendimento da crise do capitalismo contemporâneo, destaca-se o crescimento da esfera financeira, por meio do comando do capital portador de juros (capital financeiro) no movimento geral do capital. Esse crescimento da órbita financeira denominado por "financeirização", pode ser entendido como resposta dos capitalistas e de alguns estados sem procurarem oportunidades do investimento para além da economia produtiva e não lucrativa. (MENDES, 2015, p. 6)

Essa lógica de reversão não tem demonstrado ser a mais apropriada para o desenvolvimento humano e nem para o bem estar social, posto que historicamente ela tem gerado ciclos mais desastrosos a cada nova estratégia desenvolvida.

> Para Marx, a solução que o próprio sistema capitalista fornece a essa problemática decorre da própria crise, principalmente por meio de três estratégias: o aumento da taxa de exploração – obrigando os trabalhadores a aceitar uma diminuição dos salários, e condições de trabalho precárias; a reorganização de novas linhas de produção; e a desvalorização e destruição de parte do estoque acumulado de capital, isto é, se não ocorrer uma desvalorização de capital suficiente, por meio de falências, baixas e afins, o resultado é a contínua superacumulação. (MARX, 1985 apud MENDES, 2015, p. 4)

Vemos que as expressões da questão social se tornam mais visíveis mediante cada nova "fórmula mágica" desenvolvida pelo capital para reverter suas crises. A arquitetura do capital tem funcionado de uma maneira que evidencia sua deficiência estrutural e expande suas consequências que com o decorrer dos anos se mostram mais severas. Assim, o Neoliberalismo e a Financeirização do Capital denotam-se como alternativas que priorizam a acumulação do capital e de resolução temporária, mas que têm projetado transformações que estão deixando marcas extremamente negativas para a vida em sociedade e para a própria humanidade.

3. CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO E OS DESAFIOS PARA SUA AFIRMAÇÃO NO ATUAL CONTEXTO.

O Serviço Social passou por diversas transformações para se chegar as configurações que conhecemos hoje. Para a construção de um Projeto Ético Político o Serviço Social passa pelo processo de renovação que seria um conjunto de novas características, que apesar de não romper totalmente com as antigas práticas, aparece como um avanço para a profissão. Um elemento desse processo é a laicização, ou seja, a desvinculação do Serviço Social com a igreja católica. Essa laicização rompe com homogeneidade da profissão, resultando no pluralismo, junção de várias ideias que com o diálogo propicia a entrada de uma nova postura ético política trazendo para a profissão condições novas de atuação.

A crise do Serviço Social tradicional ocorrida no contexto do final da década de 1950 e início da década de 1960 trouxe como um dos elementos centrais o desenvolvimentismo que passava uma ideia de que as expressões da Questão Social presentes na sociedade poderiam ser resolvidas via desenvolvimento econômico que arquitetaria o equilíbrio social. Em um contexto pré–golpe, buscava se encontrar respostas referentes às demandas sociais que só aumentavam, fator que corroborou para que no final da década de 1950 e início da década de 60 o Serviço Social repensassem seus posicionamentos éticos e políticos. Nesse período o Serviço Social passa por uma renovação que originam novas praticas e característica que o categoriza como uma profissão renovada, crítica, propositiva e não meramente executora das políticas públicas, expandindo de uma massa crítica que não mais atendia prioritariamente ao Estado defensor dos interesses da classe.

> É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. Este movimento não se deve unicamente à requalificação da prática profissional (graças à acumulação de massa crítica e ao redimensionamento da formação), mas, também e, sobretudo, à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – assim, por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, idosos etc.) só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal.(NETTO, 1999, p. 13-14)

Esse processo teve consequências para o esforço pela validação teórica, os/as Assistentes Sociais passaram a ter um grau maior de abrangência das discussões, ampliaram sua área de atuação e intervenção, passaram a promover um maior diálogo entre os profissionais. O processo de renovação possibilitou a expansão de uma massa crítica, que não mais atendia prioritariamente aos caprichos da burguesia e da igreja, ainda atendia os interesses da burguesia, mas não só a ela, nesse momento os profissionais do Serviço Social passam a intervir nas demandas da classe trabalhadora. Não podemos deixar de abordar o caráter contraditório dessa renovação tendo em vista que a Autocracia Burguesa não a planejou, entretanto criou o contexto em que a mesma aconteceu. Nesse mesmo contexto histórico iniciou-se a construção do Projeto Ético Politico do Serviço Social.

> (...)a própria construção deste projeto no marco do Serviço Social no Brasil – tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político. (NETTO, 1999, p. 1)

Netto (1999, p. 9) nos diz que as reflexões acerca da denúnicia do conservadorismo ainda latente no Serviço Social advém do Movimento de Reconceituação que trouxe muita efervescência no Serviço Social na América Latina, elucidando que esse conservadorismo há muito já era um objeto de problematização, sendo que esta visão situou-se de forma atenuada no decorrer dos anos setenta aos anos oitenta, em plena conjuntura da Ditadura Militar no Brasil, que se engendrou pela autocracia burguesa a serviço do capital.

Diante de tais características, o/a Assistente Social, é chamado a viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, se vê tolhido em suas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para as políticas e serviços sociais públicos. Com a expansão desse novo modelo capitalista altera-se a demanda de trabalho do/a Assistente Social, modifica-se o mercado de trabalho, alteram-se os processos e as condições de trabalho nos quais os/as Assistentes Sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do exercício profissional que ele se efetiva pela mediação do trabalho assalariado. E todos esses fatores propiciam a formação de um norte profissional ético-político.

> Neste sentido, a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 (à que Ulisses Guimarães chamou de Constituição Cidadã) – um movimento democrático e popular que, inclusive apresentando-se como alternativa nacional de governo nas eleições presidenciais de 1989, forçou uma rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias. (NETTO, 1999, p. 18)

Dessa maneira temos que o Projeto Ético Político do Serviço Social começou a ser construído numa conjuntura de crise do capital, em um momento que o país estava vivendo e desenvolvendo demandas que precisavam de respostas mais audaciosas e menos conservadoras para que estas fossem resolvidas de maneira propícia. Este foi desenvolvido para orientar uma prática profissional debruçada sobre uma visão de mundo mais humanizada.

> A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p. 16)

É evidente que a orientação proposta pelo projeto mencionado tem um cunho revolucionário, uma vez que claramente se coloca a favor da superação do sistema capitalista

por uma sociedade considerada comunista, tendo em vista que o principal referencial teórico norteador do mesmo é marxista e por isso deve ser considerado anticapitalista.

> Esquematicamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p. 15 – 16)

O maior desafio na atualidade do projeto profissional que engloba não só o projeto ético político, teórico-metodológico e até mesmo a formação e o exercício profissional é torná-lo efetivo para o exercício profissional, principalmente porque para que este seja aplicado como foi concebido mostra-se necessário uma articulação coletiva.

> Por isso, a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo6 , não pode inibir a luta de idéias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de idéias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas. (NETTO, 1999, p. 6)

Diante de tal afirmação, percebemos que para que o Projeto Ético Político do Serviço Social seja afirmado e posto em prática é preciso que os profissionais estejam unidos enquanto categoria profissional e em consonância com a classe dos trabalhadores respeitando e sintonizando harmonicamente o pluralismo que os permeia de maneira em que os profissionais sintam-se parte de uma classe e lutem pelos interesses dessa classe.

Na contemporaneidade vemos que o Serviço Social se encontra também desafiado pelas problemáticas sociais advindas da crise do capitalismo que por promover transformações em todos os âmbitos da vida social (principalmente no mercado de trabalho) exige dos/as profissionais do Serviço Social metamorfoses em seus processos de trabalho para que estes/as consigam reafirmar o disposto no seu Projeto Ético Político a fim de construir sua concretização, tarefa esta que não é fácil.

> Como reforçar e consolidar este projeto político profissional em um terreno profundamente adverso; como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios éticos políticos que o norteiam. Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO, 2000, p.113-114)

A própria essência do projeto ético-político é centrada na tradição marxista e no materialismo histórico e dialético que visualiza os acontecimentos históricos como dialéticos, posto isso, os/as Assistentes Sociais possuem esse caráter de desvelador/a da realidade social para que seja possível intervir sobre ela. para que se materializa o projeto ético politico é preciso que o/a profissional seja critico e reflexivo e que veja a demanda numa totalidade. Em tempos de crise torna-se imperativo compreender as novas facetas que as expressões da Questão Social assume dadas as condições que o Capital transforma a sociedade durante os

acontecimentos dessa crise, principalmente através dos ajustes neoliberais, dos quais decorre o sucateamento das políticas públicas, a ampliação da exploração do trabalho, a tendência a implementar legislações impopulares (consideradas não democráticas), a adoção da política de austeridade, com o discurso ideológico de que estas medidas são imprescindíveis para a superação da crise.

> O neoliberalismo é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda da rentabilidade e da governabilidade, que enfrentou durante a década de 1970 (Soares, 2003). O projeto neoliberal se expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como no desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa de sua crise fiscal. O desmonte do sistema público de proteção social consiste na expressão política das respostas construídas pelo capital mundializado no enfrentamento de sua crise de acumulação. (CEOLIN, 2014, p. 252)

Essas configurações decorrentes da crise do Capital requerem profissionais do Serviço Social comprometidos que se atualizem ante a conjuntura sem se desvincular do Projeto Ético Político da profissão e enfrentem a dinâmica da crise capitalista que tende a estreitar o acesso aos direitos pelos/as cidadãos/as e a ampliar a exploração do trabalho para aumento da lucratividade do capital.

> Mas, na medida em que, no Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc. -, nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população. (NETTO, 1999, p. 19)

Ceolin (2014, p, 253) enfatiza que em tempos hegemônicos para o capital financeiro, há uma forte ampliação da centralização e concentração do capital com o intuito de expandir o domínio deste, o que amplia consideravelmente as expressões da questão social – desigualdade, desemprego, pauperização, estreitamento e seletividade das políticas públicas, falta de acesso a saúde e educação, etc - e acarretam o agravamento destas a um nível alarmante, principalmente através da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Assim, é possível perceber que a crise do capital tem forte impacto no processo de trabalho dos/as Assistentes Sociais que nas conjunturas de acentuação da crise são desafiados a superar os impactos da crise e criar estratégias para realizar a práxis social da profissão e dar respostas as demandas dos/as usuários/as, defendendo e praticando de forma estratégica os princípios da profissão na defesa intransigente dos direitos humanos com competência, habilidade e atitude pautados nos direcionamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social para desenvolver alternativas para um exercício profissional condizente com o Projeto Ético Político da categoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de tudo que foi discutido aqui podemos perceber que as crises do capital que temos vivido são ramificações de um problema na estrutura do sistema em vigência que não tem resolução definitiva e, portanto, gera crises cíclicas que aparentemente vão sendo resolvidas a medida que culminam. Todavia, é impossível ignorarmos que factualmente têm ocorrido crises cada vez piores na história do Capitalismo. A crise que estamos vivenciando nesse momento desencadeará outras crises, pois a crise está fincada na base do sistema.

Os impactos dessas crises são muito prejudiciais para a classe menos favorecida que sofre com o desemprego, a fome, a falta de habitação digna, a exploração trabalhista desmedida e cruel, a precarização do trabalho, a pauperização, entre tantas outras expressões da questão social decorrentes de toda essa problemática.

Mediante a uma realidade em que os direitos (mesmo garantido constitucionalmente) não são viabilizados para a maior parte da população e as politicas sociais assim como a própria minoria estão em último plano, vivenciar na prática a realização do projeto ético político é uma tarefa árdua (para alguns até utópica) para os assistentes sociais, tendo em vista que sua realização é um processo a ser vivenciado diariamente e que depende também de terceiros.

Assim, concluímos que a dificuldade para a afirmação do Projeto ético Politico do Serviço Social na atualidade se dá por vários fatores dos quais destacam-se: a da falta de harmonia no pluralismo existente na profissão, posto que mesmo com o avançar dos anos ainda existem assistentes sociais tradicionalistas ligados às antigas praticas assistencialistas, caritativas e filantrópicas e que ignoram o projeto que guia esta profissão; a ausência de recursos e aparatos para que a prática profissional possa ocorrer da forma como é prevista e almejada; o descomprometimento por parte de muitos profissionais, seja pela alienação ou pelo comodismo; pelo enfraquecimento do sentimento de classe e de pertencimento a esta classe; e pelo fato de que o próprio sistema do capital que não tem permitido o êxito de alternativas que possam prejudicar sua lógica. Todavia, acreditamos ser possível a (re) afirmação do Projeto Ético Político do Serviço Social, a partir do comprometimento dos/as profissionais com este e sua realização.

5. REFERÊNCIAS

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf > Acesso em 17/10/15.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MENDES, Áquila. **O Subfinanciamento da Saúde Pública Brasileira no Capitalismo Contemporâneo em Crise.** 2015. Disponível em: < http://seminariomarx.com.br/wp-content/uploads/2016/08/O-subfinanciamento-da-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-brasileira-no-

capitalismo-contempor%C3%A2neo-em-crise-%C3%81guilas-Mendes.pdf> Acesso em 16/10/16.

MESZÁROS. István. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro. 2000. Disponível em: < http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf > Acesso em: 14/10/2015.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**.1999. Disponível em: <http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf> Acesso em 15/10/2015.

SANTOS, Debora Rodrigues. **A crise estrutural do capital na atualidade**. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_CRISE_ESTRUTURAL_DO_CAPITAL_NA_ATUALIDADE.pdf > Acesso em: 14/10/15.

A ALIENAÇÃO PARENTAL COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO

Francisca Clara Evangelista Fernandes
Maria Neuriany Fernandes Alencar
Vanessa Lima de Oliveira
Vanessa Silva Lemos

Resumo: O presente artigo reúne reflexões em torno da alienação parental enquanto objeto de intervenção profissional do Serviço Social no campo Sociojurídico. A escolha dessa temática é direcionada pela compreensão da importância das discussões a respeito da intervenção dos/as Assistentes Sociais nesses casos judiciais de maneira a contribuir para ampliação dos conhecimentos do assunto em questão. Assim, objetivamos conceituar e elencar aspectos da Plienação Parental e refletir a respeito da prática do Serviço Social no Sóciojurídico tendo como objeto de intervenção a Alienação Parental.
Palavras-chave: Alienação Parental. Serviço Social. Sóciojurídico

Abstract: The present article brings together reflections about the parental alienation as object of professional intervention of the Social Service in the Socio - juridical field. The choice of this topic is guided by the understanding of the importance of the discussions about the intervention of the Social Assistants in these judicial cases in a way that contributes to the expansion of the knowledge of the subject in question. Thus, we aim to conceptualize and list aspects of Parental Plienation and to reflect about the practice of Social Service in the Socio - juridico, having Parental Alienation as its intervention object
Key words: Parental Alienation. Social service. Juridical partner

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social tem suas protoformas ligadas à caridade, assistência, filantropia e aos interesses da igreja católica. Historicamente constituída por um processo que superou a visão somente conservadora, a laicizou e instaurou o pluralismo na profissão - institucionalizada pelos interesses do capitalismo monopolista que necessitava de um profissional que executasse as políticas públicas para dar respostas a algumas demandas dos trabalhadores e acalmar as lutas de classe - através do movimento de Reconceituação, iniciado por volta dos anos 1960 do Brasil na conjuntura da Ditadura Militar que lhe possibilitou anos mais tarde a construção e implementação de um Projeto Ético Político da categoria.

Inserido na divisão sócio técnica do trabalho, o Serviço Social é uma profissão cuja intervenção e fazer profissional se dão através das expressões da Questão Social, consideradas objeto de trabalho dos/as Assistentes Sociais. Esta profissão atua

em várias áreas sócias, a mencionar, a Saúde, Educação, Previdência Social, Assistência Social, Sóciojurídico, etc. Enfatizamos que é neste último campo de atuação que este trabalho se debruça: o campo Sóciojurídico.

Apontamos casos específicos cuja intervenção judicial é essesncial nesta discussão, são os casos de Alienação Parental, em que esta configura-se como oriundas de divórcios, litígios e separações em que um dos genitores aliena filhos(as) a se voltarem contra o outro genitor.

É importante ressaltar que este trabalho está centralizado na intervenção profissional do Serviço Social no Sóciojurídico situando a Alienação Parental como objeto de intervenção do/a Assistente Social nessa área.

Assim, objetivamos conceituar e elencar aspectos da Plienação Parental e refletir a respeito da prática do Serviço Social no Sóciojurídico tendo como objeto de intervenção a Alienação Parental.

2. ALIENAÇÃO PARENTAL: CONCEITO E ASPECTOS.

A alienação parental é um fato que tem sucedido constantemente, em meio a sociedade contemporânea. Tal incidência decorrente se caracteriza pelo crescimento numeroso de separações litigiosas e rompimento de uniões estáveis. Essa alienação passa a se iniciar nos processos e trâmites de separação ou divórcio dos cônjuges.

A chamada Síndrome de Alienação Parental (SAP), foi referida pela primeira vez ainda na década de 80, pelo professor de psiquiatria infantil da universidade de Columbia dos Estados Unidos, o americano Richard Garder, onde o mesmo vem, definir a Síndrome de Alienação Parental, sendo assim:

> [...] um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável. (GARDNER, 1985, P. 2)

Como descreve o psiquiatra infantil Richard Garder, a Síndrome de Alienação Parental, consiste nas alterações que geralmente acontecem nas famílias quando por momento de decisão de guarda das crianças e separação litigiosa a um dos genitores seja a mãe ou o pai acaba usando inadequadamente a criança para atacar o outro cônjuge, com o sentimento de vingança, desmoralização e descredito do ex-

companheiro, onde em meio a este processo de cunho vingativo, o filho do casal é usado como um artifício da cólera ao ex-companheiro.

De acordo com Dias (2008), a alienação parental pode ser determinada como o ato de pretender tencionando a criança para que ela odeie o seu genitor sem qualquer motivação. Tratando-se de destruir a imagem do genitor e o desmoralizando.

Para a compreensão da alienação parental e o processo que a consiste. É essencial realçar a posição que os integrantes da relação familiar preenche. Partindo do significado para o termo da palavra alienação é tomar alheio que retrata ao que não pertence a alguém. Mediante ao exposto, dentro das circunstâncias da alienação parental, o genitor denominado de alienador, possui o propósito de excluir o outro, que no caso é titulado de genitor alvo como também de alienado da vida da criança. Para Brandão:

> A síndrome de Alienação Parental corresponde ás ações de um dos genitores, normalmente o guardião, que programa a criança para olhar o outro sem qualquer justificativa. Identificando-se com o genitor alienador, a criança aceita como verdadeiro tudo que ele lhe informa. Desse modo, são implantadas na criança falsas memorias a respeito do genitor alvo das acusações. Para conseguir realizar tais objetivos, o alienador lança mão, muitas vezes sutil e paulatinamente, de uma campanha denegridora em relação ao ex-cônjuge, ao mesmo tempo em que costuma se colocar como vítima frágil de suas ações. (BRANDÃO, 2011, P. 127).

Isto posto, é relevante que o casal enquanto pais em meio ao processo de separação não concedam que as discussões e discórdias existentes entre os mesmos, envolvam nas relações existentes entre pai e filho.

A Síndrome da Alienação Parental, é a decorrência da alienação parental implantada na criança ou adolescente, uma vez que há uma desconstituição da imagem parental, onde se substancializa ao modo de fazer que o alienado comumente o genitor, se configure em um incomum e estranho, sendo a criança distanciada completamente de sua relação de convívio.

Na maior parte das ocorrências, a ação dos indivíduos que praticam a síndrome da alienação parental é intencionada no entanto encontra-se casos que tal prática é efetuada de maneira natural pelo denominado alienador que tal ação nem sequer percebida, sendo que o desejo do genitor é tamanho em se usar do filho, de modo para seu comprazer de seus interesses pessoal de vingança em oposição do seu ex-companheiro, sendo o alienado visto que ate mesmo os comportamentos e ações rotineiras do dia a dia são praticados de maneira à pretender o distanciamento do filho a relação do convívio com o genitor alienado. A alienação parental estando sendo ou não proposital, tal prática realizada pelo alienador, deve ser reprimida, tendo por não instauração da síndrome da alienação parental, por sua vez que a ela ocasiona uma série de consequências terríveis e nocivas na vida da criança e do adolescente. (DIAS, 2008).

Destarte, as consequências da síndrome da alienação parental são preocupantes e possuem efeitos devastadores, em vista de que não são somente sofridos pela criança ou

adolescente, sendo estes últimos utilizados como instrumentos da alienação, mas bem como o alienado, que por vez a criança e o adolescente é intencionado a repelir-se contra o alienado, em vista disso o alienado vai rompendo completamente as relações e vínculos afetivos com o menor vitimado. Como coloca as consequências sendo:

> As consequências são tanto de ordem comportamental quanto de ordem psíquica, sendo elas: depressão, agressividade, suicídio, dificuldades escolares, dentre outras, podendo não chegar a cessarem, mas cessando em muitos casos, quando a criança ou adolescente objeto da alienação alcançam a maioridade e consequentemente atingem uma certa maturidade, fato este que os fazem perceber que foram ludibriados pelo alienador.(PINTO, 2012, P. 9).

Como coloca a autora, são diversas as consequências sobre uma criança acometida pela síndrome da alienação parental, podendo assim gerar inúmeras sequelas comportamentais bem como psicológicas, desenvolvendo na criança ou adolescentes posteriormente dificuldades de estabelecer um vinculo amoroso com uma mulher ou homem, e de constituir família, desajustes emocionais, obstáculos no relacionamentos com amigos, comportamento hostil e dupla personalidade ente outros.

3. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO E SUA INTERVENÇÃO NA ALIENAÇÃO PARENTAL

Historicamente, o Serviço Social tem apresentado plausíveis contribuições para o enfrentamento e superação de problemáticas que permeiam a sociedade e acometem seus sujeitos, principalmente quando essa temática gira em torno da família. Enquanto profissional liberal, o exercício profissional do/a Assistente Social é respaldado legalmente e se institui como interventiva no enfrentamento das expressões da Questão Social. Netto (1999, p.12) afirma que "O Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho -, com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.662, de 17 de junho de 1993)".

A práxis do Serviço Social está intimamente relacionada a relação teoria e prática do profissional, esta correlação inseparável que permeia debates desde o início a ser questionada pelos autores da contemporaneidade. Este debate permeia dentro do nosso projeto ético-político em que o profissional de serviço social deve-se ater a ser propositivo, crítico e buscando sempre a mediação para busca da superação das diversas expressões da questão social que emergem atualmente na sociedade civil, alterando assim o seu fazer profissional e as condições éticas em que os profissionais se posicionam frente as demandas postas pelo capitalismo.

O assistente social deve-se posicionar na relação entre os seus instrumentais, afirmando seu projeto ético-político pautado na construção de um fazer profissional

propositivo, rompendo com as amarras do neoliberalismo, pois na atual conjuntura diversos/as assistentes sociais negam o projeto profissional, reproduz posicionamentos conservadores e de benemerência, o que entendemos como um profissional não preocupado com o social e muito menos com a relação capital e trabalhador.

Conforme aponta Iamamoto (2009) entende a relação teórico-metodológica como um modo de ler e interpretar a sociedade e os elementos que constituem suas particularidades, assim como uma forma de se relacionar com o ser social, uma relação entre o sujeito que busca o conhecimento e o objeto investigado. Esta relação teórico-metodológica juntamente com a ética profissional faz de uma prática pautada no trabalhador, na construção de uma sociedade justa e igualitária, usando de seus conhecimentos teóricos aplicados em sua prática diária. Desta forma, teoria e prática devem ser consideradas unidades complexas, todavia apesar de formarem uma unidade existem diferenças entre ambas, as quais determinarão o âmbito de cada uma delas. De acordo com Santos (2010), o conhecimento está ligado à atividade humana prática.

Assim, podemos afirmar que a prática é o espaço onde se origina, realiza e confronta-se o conhecimento, a prática possui terrenalidade, materialidade, lugar onde se põe a realidade. Sendo assim, a teoria solta da realidade não pode formar densidade; está só é possível com o contato direto com a realidade.

A Teoria Social Crítica elabora por Marx aborda uma concepção peculiar sobre teoria e prática, serviu como sustentáculo para a construção de um novo projeto profissional. A existência de um projeto profissional pautado numa direção ético-político define a prática profissional do Serviço Social constituída pelas causalidades (condições objetivas) e pela teleologia (finalidade). Como a prática profissional do assistente social trata-se de uma posição teleológica que atua sobre sujeitos da sua própria história a escolha de uma finalidade, e os meios existentes a serem mobilizados exigem igualmente um conhecimento sobre os sujeitos envolvidos no processo. A teoria nesse processo tem papel fundamental, pois é ela que possibilita conhecer e pensar as mediações, ou seja, ter conhecimento dos fenômenos apresentados por eles nas relações sociais e pessoais que envolvem seus valores, cultura, preconceito, juízos, dentre outros.

Corroborando com Santos (2010) podemos afirmar que na prática profissional do Serviço Social, entendida aqui como uma das expressões da práxis social - portanto, como uma das formas de objetivação humana que tem por particularidade desenvolver uma posição teleológica do tipo secundária, ou seja, que visa a influir

sobre outros seres humanos, sobre seus comportamentos e sua consciência, dois elementos merecem igualmente destaque na passagem da teoria à prática: a finalidade e os meios.

Na contemporaneidade o mercado de trabalho vem colocando muitos desafios e dilemas para a categoria profissional: a condição de trabalhador assalariado, precarização do mercado de trabalho, relativa autonomia. A escassez e ausência de meios e instrumentos necessários ao mercado de trabalho interferem no modo de se executar a prática. Destaquemos, portanto, alguns elementos que revelam a condição do assistente social como trabalhador assalariado.

Dentre seus campos sócio ocupacionais elencamos a atuação dos/as Assistentes Sociais no campo Sóciojurídico, que vem sendo intensificada e denota grande importância na defesa intransigente dos direitos humanos, centralizando a discussão na perspectiva da contribuição desses profissionais no enfrentamento da alienação parental, definida como cerne deste trabalho, enfatizando que esta configura-se como uma das expressões da Questão Social que acometem as famílias contemporâneas que encontram-se em disputa judicial pela guarda de crianças e adolescentes que as compõem, "[...]pois com o aumento nos casos de divórcio e os novos arranjos de família na atualidade, fez com que se tornasse expressivo os números de processo no judiciário envolvendo situação de alienação parental" (AGUIAR; BORGES, s/d, p. 1).

Para melhor compreensão da reflexão aqui realizada é imprescindível mencionar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p)

Compreendendo a responsabilidade e função da família na formação humana e cidadã das crianças e adolescentes consideramos que a alienação parental possui desdobramentos negativos para o desenvolvimento destes em todas as instâncias de suas vidas, ao passo que devido a esta o/a filho/a atribui sentimentos e características negativas a um de seus genitores. Posto isso, percebe-se que a alienação parental impossibilita a concretização do Art. 3º do ECA que legitima

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, s/p)

Esclarecemos que no judiciário a prática profissional do Assistente Social se dará de forma a auxiliar os profissionais jurídicos em suas terminações através de pareceres, laudos sociais, estudos sociais, avaliações e perícias sociais.

> O relatório social e/ou laudo social ou parecer social que apresentam com maior detalhamento, a sistematização do estudo realizado (ou da perícia social, como definido geralmente neste espaço), transformam-se em instrumentos de poder. Ou num saber, convertido em poder de verdade, que contribui para a definição do futuro de crianças, adolescentes e família, na medida em que é utilizado que compõem ou que podem compor os autos. (CFESS, 2005, p. 28)

O Código de Ética do/a Assistente Social legitima essa atuação e sua práxis social no âmbito das relações destes/as com a Justiça a preconizando em seu Art. 19.

> Art. 19 São deveres do/a Assistente Social:
> A – apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código;
> B – comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor. (BRASIL, 1993, s/p)

Sendo assim, compreendemos que o/a Assistente Social em seu fazer profissional dá aparato ao judiciário no tocante aos casos de alienação parental através de seus instrumentais, contribuindo para que a deliberação e decisão judiciária nos casos de alienação parental seja o mais justo possível de uma forma ampliada a partir das concepções de uma equipe multidisciplinar.

A alienação parental é uma questão que deve ser analisada a partir da totalidade da situação dos envolvidos, inclusive historicamente, posto que sua prática pode estar vinculada a questões psicológicas desenvolvidas nos acontecimentos históricos anteriores – sofrimento psicológico vivenciado por um dos genitores, problemas econômicos, falta de maturidade racional daquele que realiza a alienação parental, falta de consciência do ato de alienar, etc – que devem ser verificados por profissionais competentes para uma compreensão ampliada da realidade vivenciada pelos envolvidos. Diante disso, consideramos que o/a Assistente Social possui capacidade para realizar tais intervenções dentro de suas atribuições e competências. O Serviço Social por intermédio de seus instrumentais pode realizar práticas que possibilitem e contribuam para a efetiva investigação nas situações de alienação parental através de estudos sociais.

> O estudo social, tão presente no cotidiano da intervenção ao longo do processo histórico do Serviço Social, em especial no campo sócio-jurídico[1] , parece ter sido redescoberto, nos últimos tempos, com um objeto de investigação sistemática, questionamentos, polêmicas e debates. (CFESS, 2005, p. 10)

O CFESS (2005, p. 27) conceitua o estudo social como um suporte essencial atualmente para a aplicação de medidas judiciais que se encontram preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas legislação civis que se referem à família, configuração esta que potencializa a sua contribuição para resolução de casos de alienação parental. Fica

expresso ainda pelo CFESS (2005, p. 27) que via de regra a solicitação para a intervenção de Assistentes Sociais no Sociojurídico é direcionado a estes/as que estejam servidores do Poder Judiciário ou que sejam nomeados como peritos.

> Por meio de observações, entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas, ele constrói o estudo social, ou seja, constrói um saber a respeito da população usuária dos serviços judiciários. Um saber que pode se constituir numa verdade. As pessoas são examinadas, avaliadas, suas vidas e condutas interpretadas e registradas, construindo-se assim, uma verdade a respeito delas.(CFESS, 2005, p. 28)

Diante do estudo supracitado elucidamos que o Serviço Social no campo Sóciojurídico possui competências e atribuições do seu fazer profissional que lhe competem a legitimidade de sua intervenção junto aos casos de alienação parental, considerando que a alienação parental é oriunda de fatores diversos da realidade social daqueles que a praticam e que cabe também ao/a Assistente Social investigá-los e fazer uso de seus instrumentais legais para dispor posicionamento junto ao Judiciário nesses casos jurídicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tornou possível uma compreensão a respeito da contribuição dos/as Assistentes Sociais no trato legal dos casos de alienação parental pelo Poder Judiciário entendendo que o Serviço Social tem legitimidade para atuar no campo Sóciojurídico e que este possui instrumentais específicos que torna plausível sua intervenção nessa problemática.

Enfatizamos que a alienação parental é uma questão decorrente de fatores adversos envolvidos em litígios e divórcio de casais em que um dos genitores direciona, influencia e induz filhos(as) a desenvolverem mal juízo a respeito do outro genitor, a querer distanciar-se deste ou vê-lo de forma negativa se beneficiando disto nas situações de divórcio ou separação.

Como já acima supracitado, o/a Assistente Social tem realizado o seu exercício profissional no campo Sociojurídico junto ao Poder Judiciário e por vezes é solicitado a realizar investigações através de estudos sociais, laudos sociais, pareceres e perícias sociais que levantem informações a respeito da realidade dos envolvidos nos autos em razão de alienação parental. Assim, denota-se a importância de seu fazer profissional na resolução dessa problemática.

Diante disto observamos a relevância do fomento ao exercício profissional do/a Assistente Social no Sóciojurídico dadas as suas competências e atribuições legítimas para a superação da dinâmica em que a alienação parenta está inserida

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **O estudo socila em perícias, laudos e pareceres técnico**: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. 4 ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 10º ed. rev. e atual. Brasília, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome de Alienação Parental e a Tirania do Guardião**: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos – APASE – Porto Alegre: Equilibrio, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, Raul. **Relações Sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** Tradução de Rita Rafaeli. Disponível em: . Acesso em: 04 out. 2011.

PINTO, J. M. T. A. **Síndrome da Alienação Parental**: a implantação de falsas memórias em desrespeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3112, 8 jan. 2012. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2014.

SANTOS, Claudia Mônica. **Na prática a Teoria é outra? Metas e Dilemas na relação entre teoria e prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.

Airene Rodrigues de Mendonça1
Cícera Honório dos Santos2

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo identificar as características das instituições sociais, conhecer os tipos de projetos desenvolvidos por elas, e relatar o papel do assistente social. O artigo encontra-se dividido em três partes: na primeira, abordagem sobre as instituições sociais SESI, SESC, LBA, SENAI, discutir sobre suas características e por fim enfatizar o papel do assistente social. A metodologia utilizada para a construção teórica foi baseada na bibliografia a partir dos estudos de alguns autores, com conceitos referentes ao tema. Compreende-se que as instituições foram estruturadas com o propósito de definir regras e controle social da sociedade.

Palavras Chaves: Surgimento, Questão Social, Instituições Sociais e papel do assistente social.

ABSTRACT:

This article aims to identify the characteristics of social institutions, to know the types of projects developed by them, and to report on the role of the social worker. The article is divided into three parts: the first approach to social institutions SESI, SESC, LBA, SENAI, discuss their characteristics and finally emphasize the role of the social worker. The methodology used for the theoretical construction was based on the bibliography from the studies of some authors, with concepts related to the theme. It is understood that the institutions were structured with the purpose of defining rules and social control of society.

Keywords: Emergence, Social issues, Social Institutions and role of the social worker.

[1] Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (airenerodrigues@gmail.com)
[2] Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (mynameissantos@outlook.com)

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 30. Ocorria grandes transformações no desenvolvimento econômico, politico e social, em decorrência da industrialização, iniciava-se a revolução de 1930. Nesse período, percebe-se uma divisão que marcou a história da sociedade brasileira. Com o sistema agrário e o industrial ampliou a precarização do trabalho, aumentou a questão social que já era perceptível nas localidades urbanas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

No governo de Getúlio Vargas, logo após a revolução de 1930, a questão social passa a ser uma questão do Estado. Nesse período surgem os movimentos da classe operária e os descontentamentos da classe média. O governo passou a adotar medidas preventivas criando uma política de proteção ao trabalhador. (BORIS, 1998).

Após 1939, surgem às instituições sociais como resposta as mazelas da sociedade, que foram desencadeadas a partir da segunda guerra mundial, a crise social e política antecede a desagregação do Estado Novo. Com a intensificação do capitalismo, a exploração do trabalho, os problemas começaram a exigir mais do estado com a intervenção no mercado de trabalho. Então, criou-se a primeira instituição em 1942, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), com o intuito de colaborar em parceria com o estado, e promover assistência familiar dos soldados que foram para a guerra, no mesmo ano é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o intuito de criar escolas de aprendizagem para industriários e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Com evolução do empresariado surge em 1943, o Serviço Social da Indústria (SESI), que era para contribuir para o planejamento de estudar e executar medidas para o bem estar do trabalhador, no mesmo período surge a Fundação Leão XIII para atuar na educação da população dos favelados do Rio de Janeiro. Essas instituições foram extremamente importantes para o apoio e incentivo do trabalhador. Até hoje algumas delas ainda fazem diferença para a sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005)

Assim, nosso objeto de estudo é o surgimento das instituições no Brasil.

Portanto nosso objetivo será: identificar as características das instituições sociais;

conhecer os tipos de projetos desenvolvidos por elas, relatar o papel do assistente social dentro dessas instituições.

Conclui-se que as instituições acima citadas não são conhecidas pela população de modo geral. Além disso, não sabem a importância que elas representam para a sociedade.

2. INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Após a segunda guerra mundial e com as crises politica e social houve um avanço do capitalismo. A população se glomera nos grandes centros urbanos, é nesta fase que aprofunda a expansão da produtividade industrial e agroexportação que exige do estado uma intervenção no mercado de trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

No final da década de 30, no ano de 1939, o estado surge não mais como repressor ou ditador, mas como interventor dos canais institucionais, com essa intervenção dissolve dentro da nova organização social.

Nesse mesmo ano que foi regularizado a Justiça do Trabalho e a Legislação Sindical. No ano de 1940, é decretado o imposto de renda sindical, salário mínimo e o serviço de alimentação da previdência social, já no ano de 1942 foi decretado por lei a Legião Brasileira de Assistencial Social (LBA), como órgão de colaboração do estado e no mesmo ano institui-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005). No ano seguinte foi promulgada a consolidação das Leis Trabalhista.

Foi fundado, mais um órgão importante com instituído de atender os trabalhadores, o Serviço Social da Indústria (SESI), visando à valorização do homem.

Com o Decreto-lei foi fundada no ano 1946 a Fundação Leão XIII, como objetivo de favorecer a população das favelas do Rio de Janeiro atuando através da educação.

A importância das instituições é o fato delas criarem condições para atuação dos profissionais na área social, incentivando a desenvolver um ensino especializado e ao mesmo tempo, legitima e institucionalista a profissão e dos profissionais de Serviço Social.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

No ano 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), tornou-se institucionalizada ao Ministério da Educação e Saúde.

Suas funções são: realização de inquérito, pesquisas, visitas domiciliar e entrevista de casos individuais. Essas funções são desenvolvidas pela (LBA) Legião Brasileira de Assistência, que tem caráter estatal e assistencial. A principal característica dessa instituição é promover assistência às famílias dos soldados, e proporcionando o surgimento de Escolas de Serviço Social nas capitais.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tem característica empresarial, seu principal instrumento de atuação, é abranger várias pessoas do empresariado que é comandado pela classe dominante. Seu objetivo é organizar e administrar escolas de aprendizagem ao industrial.

Essas instituições priorizam e incorporam o Serviço Social não apenas como serviços assistenciais. Enquanto o método é colocado em prática para desenvolvimento de fins determinados usando as práticas e técnicas de casos e grupos, e qualificar a força do trabalho para adequação das necessidades das indústrias, assim a produção da força trabalho ajusta-se psicologicamente ao estagio de modo de produção.

As medidas assistenciais são: médica, dentista, alimentação e educação social e moral são medidas desenvolvidas dentro da instituição.

O Serviço Social da Indústria (SESI) também tem característica empresarial que por uma intervenção do Estado fica obrigado a contribuir com 2% da folha de pagamento. O objetivo do SESI é prestar serviços assistenciais e o desenvolvimento de relações da indústria e a executar medidas contributivas para o bem estar do trabalhador. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Com a concentração do contingente populacional nos grandes centros urbanos, surge à instituição Leão XIII com características assistencial e estatal, foi oficializada em 1940, para atuar nas favelas do Rio de Janeiro com apoio da Igreja Católica e do Estado para assistir a população no campo de atividade, onde a força comunista era crescente, trabalhando na recuperação dessa população e trazendo para dentro do campo de atividade o auxilio assistência e jurídico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Conclui-se que uma estrutura social é estabelecida por definir regras e exercer controle sobre a sociedade.

Esses procedimentos são organizados dentro dos órgãos públicos e privados para satisfazer a necessidade das classes.

2.2 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES LBA, SENAI, SESI E FUNDAÇÃO LEÃO XIII.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi a primeiras grandes instituições no Brasil, sendo a primeira referência explicita na legislação federal, com respeito a serviço social que consta na Carta Constitucional em 1934. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O Estado busca o apoio da população para se engajar na guerra “esforço guerra” e dando em troca o amparo aos desvalidos e assistência aos seus familiares. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Em 1938, será dada a primeira medida legal sobre a vigência do Estado Novo e instituída sob o regime de decreto-lei a organização do serviço social, enquanto modalidade de serviço público cria-se o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com a importância de centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O trabalho realizado instituição se iniciará com o objetivo primordial a. assistências às famílias dos convocados para guerra, mas logo atuará em todas as áreas de assistências sociais, com programas de ação permanente que se constituirá um mecanismo com impactos e reorganização e desenvolvimento que atuarão nos movimentos sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A ação desses movimentos serão inquéritos, pesquisas, publicação de trabalhos técnicos, visitas domiciliares, auxílios financeiros, encaminhamentos para serviços médico, internação de crianças, obtenção de empregos, regularização de documentos e também na vida conjugal, etc. Com a implantação da LBA houve um grande aumento quantitativo de volume de assistência e do uso do Serviço Social.

Em 1942 é implantado o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a missão de organizar e administrar nacionalmente as escolas de aprendizagem para os industriários.

> "O SENAI é fundado em 1942 quando atravessa o país uma fase crítica de seu desenvolvimento, em decorrência do segundo conflito mundial. Decretado estado de beligerância, mobilizaram-se recursos naturais e humanos para o novo e poderoso surto de industrialização. A carência de mão- de- obra qualificada constituía um dos pontos fracos da economia nacional, pois o único sistema de ensino industrial existente em grande escala era a rede de escolas oficiais, com seus cursos de tempo integral e duração de quatro anos. Sua contribuição não atendia as necessidades da indústria por motivos diversos, entre os quais o regime de frequência e duração dos cursos, a idade de admissão dos alunos o elevado índice de evasão escolar, a rapidez do sistema e a falta de vivencia das situações de produção". (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005, P.130)

Os trabalhos assistenciais serão desenvolvidos nas escolas para a qualificação da força de trabalho, sendo o seu alvo os operários que trabalham nas indústrias, com exigências de uma mão de obra mais qualificada e com técnicas para uma melhor produtividade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A mão de obra qualificada está ligada aos interesses do Estado e dos empresários industriais, que devido à evolução da segunda guerra mundial houve a necessidade de mudança na produção, e ampliação nas indústrias instalado, e sua crescente complexidade.

Os trabalhos realizados dos educadores vão além da técnica, desenvolve tarefas de aprimoramentos dos atributos e cívicos da juventude operária. A implantação de serviço social juntos das atividades vão verificar os principais fatores de desajuste no andamento e desenvolvimento escolar e o desenvolvimento normal de aprendizagem industrial, buscando um melhor padrão dos aprendizes e trabalhadores. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

Com esse padrão definido será traçado informação do perfil e as condições de existência do proletariado juvenil, onde será prestado serviço de assistência de acordo com suas necessidades, como médicos-dentário, alimentação, educação social e moral, prevenção de acidentes e pedagogia integral.

O assistente social terá suas atividades tradicionais, através de um núcleo montado em cada escola, com encaminhamentos as entidades externam para regularização da vida civil e profissional desses operários e também tratamento social como orientação familiar e sindical, cinema, teatro, readaptação extraclasse, encaminhamentos aos equipamentos sociais da instituição para atendimentos médicos-dentários, alimentação supletiva, organização de caixas sociais; de associação de alunos. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

O Serviço Social da indústria (SESI) surge diante das dificuldades pós-guerras. O Estado estimula incentiva a cooperação das classes burguesas com iniciativas a promover com medidas que contribuam com o bem estar do trabalhador na indústria.

O Estado institucionalizar a iniciativa da burguesia industrial, o SENAI serve como base para o surgimento do Serviço Social na indústria.

O trabalho é realizado com os operários das fábricas visando um melhoramento de suas questões sociais, com atuações de atividades, recreação, condições de higiene e conforto material e espiritual, e encaminhamento para médicos, aspecto morais e sociais e psicológicos, orientações econômicas etc. IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

Em 1946 é fundada a Fundação Leão XIII com o objetivo principal na atuação ampla com os hábitos das grandes favelas da cidade do Rio de Janeiro, sendo oficializada por Decreto-lei da Presidência da República.

Esse trabalho será realizado nas grandes favelas, devido as necessidade e a “extrema precariedade material e moral”, são serviços assistenciais prestados a população que tem por base sua própria infraestrutura a serrem montada, assim como de outras instituições onde terá a mobilização das forças armadas, (transportes e serviços de alimentação), paróquias e obras paróquias (Vicentinos irmãs d caridade), clubes esportivos (infraestruturas de esportes e lazer), serviços de alimentação da previdência (merenda escoar) etc.

São implantados centros de Ação Social (CAS) nas principais favelas com serviços de saúde (higiene, pré-natal, higiene infantil, clinica médica, lactário, gabinete de odontologia, pequenas cirurgias e farmácia). (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

Os serviços sociais serão realizados fora do campo médico, com serviços de casos individuais (matricula, triagem, inquéritos, visitação, seleção, orientação e tratamento), auxílios assistência, jurídica, encaminhamentos para empregos, situação civil, hospitais, caixas beneficente, creche, merenda escolar) recreação e jogos (adultos e crianças) e educação popular, atuará além do seu campo tradicional, através da constituição a parti dos CAS, de associação de moradores.

O trabalho realizado através dos serviços sociais de grupos vai além dessas modalidades do campo tradicional, proporcionando além das assistências, lazer e

educação através de Centro de Ação Social (CAS), atuações dos serviços sociais se centralizam nos casos individuais e na educação popular (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

Essas instituições foram criadas sob os interesses do Estado Novo e também dos industriários, com o processo de produtividade lucratividade, com a mão de obra barata e técnica, mas que também contribui para o desenvolvimento do trabalho do Assistente Social.

2.3 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL

Segundo **IAMAMOTO** 2005, em meio à crise política e social surgi às instituições sociais a partir da segunda guerra mundial, que está entrelaçada à crise industrial que provoca um equilíbrio econômico no país. As instituições aparecem com agencia política para controlar as lutas sociais e defender os direitos dos proletariados. Surgindo o SENAI que tem por objetivo organizar e administrar escolar. Após a implantação das instituições ocorre o processo de legitimação e institucionalização dos profissionais de Serviços Social abrindo uma ampla legitimação e trabalho para os Assistentes Sociais.

O trabalho do Assistente social é garantir direito e a assistência social a população desamparada por meio de politica social, de forma organizada e planejada a executar programas sociais que possa ajudar a resolver os problemas da sociedade. O assistente social tem um público alvo os idosos, crianças mulheres e famílias (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

O assistente social é qualificado através do curso de serviço social que lhe da direito a exercer a profissão. Com tanta dicotomia nos trabalhos ofertados, o assistente social passa a efetuar trabalho educativo e normativos para atender a demanda e a inserir o publico ao mercado de trabalho.

> "Com o surgimento das instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes" (IAMAMOTO, 2004, P.93).

Com a gênesis das instituições o profissional de Serviço Social consegue o reconhecimento a legitimação pelo Estado e as empresas. Somente 1949 o profissional se torna legalmente reconhecido como profissional assalariado, mesmo assim o profissional fica predominante nas mãos das instituições públicas e privadas, tendo a função de criar e implementar as políticas públicas. Agora como profissional assalariado o Assistente Social ampliaria as suas atividades a partir da das políticas assistências disponível pelo Estado.

3. METODOLOGIA:

Como ponto de partida para nossa pesquisa, escolhemos a pesquisa bibliográfica Por ser uma pesquisa cientifica que permite ao pesquisador sua aproximação com os autores e dialogue de forma discursiva, trazendo informações e conhecimentos importantes sobre o assunto a ser estudado.

As obras referenciadas foram selecionadas para discorrer sobre o Surgimento das Instituições Sociais no Cenário político, econômico e cultural brasileiro. Onde procurou método em livros e sites como artigos para a construção efetiva do trabalho assim chegar a uma eventual proposito.

.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho procurou enfatizar o surgimento das grandes instituições, trazendo seu contexto histórico social, demostrado as suas características e benefícios. O surgimento das instituições se deu num momento crítico com a crise política e econômica desencadeada a partir da segunda guerra mundial que anteceder a desintegração do Estado Novo.

O Estado Novo constatar o avanço do capitalismo e as mazelas que acontecia durante a expansão industrial, surgindo à primeira intuição social SENAI para qualificada a força de trabalho.

A intervenção do movimento operário contribuiu para outras instituições surgirem com SESI e a FUNDAÇÂO LEÂO XIII toda com caráter assistencialista e que a atender as necessidades e as demandas dos trabalhadores públicos em geral. Com as novas atividades das instituições criam-se condições de crescente mercado de trabalho mais amplo e qualificado, valorizado o profissional de Serviço Social que passa a ser reconhecida por leis, com o processo de legitimação e institucionalização da profissão.

A implantação das instituições expressão a importância da sociedade e na história, que foi a valorização dos direitos, igualdade e a cidadania, construído uma sociedade que luta pelo bem estar.

Conclui-se que as instituições são um suporte para organização da sociedade.

REFERÊNCIAS

AIDDIL Barros; NEIDE Lehfeld. Fundamentos de Metodologia Cientifica- 3 ED-MAKRON, 2007.
BORIS Fausto. **História do Brasil** – 6. ED-SÃO PAULO, EDUSP, 1998, P. 327.

IAMAMOTO Marilda; CARVALHO de Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**-17. Ed. SÃO PAULO: Cortez; [Lima, Peru]: Celats, 2005.

unipvirtual.com.br/material/2011/bacharelado/servsoc_surg_inst.../unid_2.pdf Acesso em 27 de Fevereiro, 2017 as 00:15.
IAMAMOTO Marilda; O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional – 26 ED- COR-CORTEZ, 2004, P. 93.

SAÚDE MENTAL E O TRABALHO REALIZADO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AS FAMÍLIAS

Maria Dálete Alves Lima

Resumo: O estudo objetiva fomentar o debate acerca do trabalho social realizado pelos Assistentes Sociais junto às famílias de pessoas em sofrimento psíquico e, como isso, problematizar a urgência de intervenções qualificadas no campo da Saúde Mental, no intuito de fortalecer a linha de cuidado e contribuir para com o empoderamento dos sujeitos sociais envolvidos, e em especial dos familiares/cuidadores. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Percebe-se, cotidianamente, a necessidade da prática profissional do Assistente Social junto às demandas de saúde mental que se apresentam de forma complexa, necessitando de intervenções também complexas, o que representa a relevância do estudo.

Palavras-chave: Saúde Mental; Serviço Social; Família.

Abstract: The aim of this study is to foster the debate about the social work carried out by social workers in the families of people suffering from mental illness and, as such, to problematize the urgency of qualified interventions in the field of Mental Health, in order to strengthen the line of care and contribute to With the empowerment of the social subjects involved, and especially the family / caregivers. Bibliographic research was used as methodology. It is possible to perceive daily the need of the professional practice of the social worker with the mental health demands that present themselves in a complex way, requiring complex interventions, which represents the relevance of the study.
Keywords: Mental Health; Social service; Family.

1. INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados à saúde mental têm estado cada vez mais em alta na sociedade moderna tanto no Brasil, quanto no mundo, acometendo inúmeras pessoas ao longo dos anos e tornando-as vulneráveis socialmente. Essa questão, por muito tempo foi silenciada pela invisibilidade social que os usuários sofriam enquanto mazela social nas quais eram exclusos socialmente e na maioria das vezes trancafiados em manicômios sem mínimas condições de higiene e com todos os seus direitos violados, inclusive sua dignidade humana.

A partir das lutas e reivindicações contra as atrocidades cometidas às pessoas em sofrimento psíquico, principalmente com o movimento da Luta Antimanicomial/Reforma Psiquiátrica, que surge a partir da ideia de defesa dos direitos humanos e de resgate da cidadania dos que estão em sofrimento psíquico, se tem a criação de Politicas Públicas que surgiram para atender tal demanda e minimizar as sequelas das prologadas internações psiquiátricas que se caracterizam pelo isolamento do paciente do convívio social inclusive de sua própria família. Para isso, uma nova rede de dispositivos psicossociais se forma para atender de modo desistitucionalizado a pessoa em sofrimento psíquico e proporcionar

inserção na cultura, no lazer e até no trabalho, bem como a garantia do convívio social, principalmente com a família.

Dessa forma, o Assistente Social passa a compor as equipes multiprofissionais da Rede de Atenção Psicossocial, no intuito de ofertar juntamente com os demais profissionais, um serviço diferenciado, pautado no acolhimento, na inclusão social, percebendo os sujeitos de forma integral (biopsicossocial) e com isso atuando de forma integrada, na busca pela garantia de direitos das pessoas em sofrimento psíquico, bem como contribuir para desmistificação de preconceitos e com a mudança da cultura manicomial ainda presente no cotidiano brasileiro.

Sendo assim, o profissional de Serviço Social é chamado a intervir em situações que se referem à organização da vida e aos modos de viver em sociedade, passando a atuar também junto às famílias e a comunidade de forma geral, percebendo as subjetividades e peculiaridades dos sujeitos envolvidos, empoderando-os.

Enfim, o trabalho social com a família, se apresenta como uma das estratégias de fortalecimento do cuidado em saúde mental, e de disseminação dos pressupostos da Reforma Psiquiátrica, devendo ser desenvolvida de modo a promover o protagonismo social e corresponsabilizar pelo cuidado em saúde mental.

2. BREVE ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

O Brasil, ao longo de sua trajetória histórica, vivenciou um processo de completo descaso no que se refere às pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que, por muito tempo, tais sujeitos vivenciaram o processo de invisibilidade social, sem direitos, dignidade ou mínimas condições de subsistência humana. Os maus tratos e o isolamento social em asilos e manicômios eram utilizados como solução para a higienização de ruas e das casas dos tidos como “loucos”.

Conforme Mesquita, Novellino e Cavalcanti (2010, p.02), o processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil “divide-se em duas fases: a primeira de 1978 a 1991 compreende uma crítica ao modelo hospitalocêntrico, enquanto a segunda, de 1992 aos dias atuais destaca-se pela implantação de uma rede de serviços extrahospitalares”. É válido mencionar que os dois períodos estão interligados e um não anula o outro, ou seja, no atual período histórico também vivenciamos o momento de crítica ao modelo hospitalocêntrico ao mesmo tempo em que efetivamos a rede de atenção extrahospitalar. Desse modo, esta divisão será utilizada apenas para facilitar o entendimento sobre o processo histórico e torná-lo mais didático.

Sendo assim, o modelo manicomial ou hospitalocêntrico de tratamento em saúde mental foi evidenciado por um longo período e ainda existe na conjuntura atual, em menor

escala, graças aos movimentos populares que começaram a eclodir no Brasil a partir da segunda metade década de 1970, com a efervescência política em favor da redemocratização do País em busca de condições mais dignas de cuidado em saúde mental. Neste momento, o Movimento de Reforma Psiquiátrica, também conhecida por Movimento de Luta Antimanicomial, ganha forma, sendo

> fundada não apenas na crítica conjuntural ao subsistema nacional de saúde mental e ao caráter privatista da política de saúde do país, mas também, e principalmente, na crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas, no bojo de toda a movimentação político-social que caracterizou esta conjuntura de redemocratização (CARDOSO, et al., 2014, p. 58).

O modelo biomédico, voltado à saúde mental, estava em decadência já que era nítido que não havia melhora no quadro dos pacientes que em regime de enclausuramento nos hospitais psiquiátricos, asilos e manicômios, pois viviam sem contato com familiares e a comunidade, ou seja, isolados do mundo social e vivenciando violações de direitos fundamentais aos seres humanos. Desse modo, o movimento em favor da Reforma Psiquiátrica vislumbrava um modelo assistencial de cuidado em saúde mental pautado na integralidade do cuidado ao usuário, por meio de equipes multiprofissionais das várias áreas do saber, da inserção dos mesmos em espaços comunitários e abertos.

Como principal estratégia da Reforma Psiquiátrica se teve a construção de Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial. Além disso, pensou-se na estruturação de toda uma rede de atenção a tais demandas que valorizassem o direito a convivência familiar e comunitária e que fossem ofertados no âmbito estatal (VASCONCELOS, 2010).

O movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil trouxe novas perspectivas para a Política de Saúde Pública e para com os usuários de saúde mental, exigindo drásticas mudanças de paradigmas no trato a esses sujeitos. Os profissionais, neste sentido, iniciaram uma atuação pautada na ação grupal tanto com usuários, quanto com familiares, aperfeiçoaram a lógica da ação territorial envolvendo os sujeitos dos territórios, a partir de um trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar, buscando envolver os sujeitos o máximo possível, bem como percebê-los de maneira holística nas suas mais variadas dimensões, sejam elas biológicas, psíquicas, culturais e sociais. Não empregando o modelo biomédico tradicional outrora utilizado, que só percebia o sujeito pela ótica do processo de saúde-doença, negando assim todas as particularidades e especificidades dos sujeitos envolvidos (VASCONCELOS, 2010).

A Reforma Psiquiátrica vem trazendo grandes conquistas no que se refere ao cuidado em saúde mental, uma vez que luta em favor de condições dignas de vida, como prega a Constituição Cidadã a todas as pessoas que vivenciam algum sofrimento psíquico, traz também a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas e revoluciona o

modo de ver esses sujeitos sociais que vivenciaram, por um longo período, apenas a estigmatização e exclusão social.

O histórico manicomialocêntrico deixou marcas sociais e culturais que persistem até a atualidade, uma vez que mesmo no século XIX, com toda a trajetória de luta em favor das minorias sociais e em especial das pessoas em sofrimento psíquico, muito se vê atos de discriminação e preconceito, bem como os resquícios de práticas cotidianas de enclausuramento e exclusão social desse público.

Entretanto, muito se tem avançado no que diz respeito à Saúde Mental no Brasil. Pode-se citar relevantes serviços de atendimento a pessoas em sofrimento psíquico nesse novo contexto de cuidado integral e desinstitucionalizante, oriundos da Reforma Psiquiátrica e que participam atualmente da composição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A RAPS integra variados serviços em saúde mental, entre eles: os Centros de Atendimento Psicossocial – CAPSs (que estão subdivididos em CAPS: I, II, III, Álcool e Drogas e Infanto-juvenil); ações de saúde mental na atenção básica (principalmente por meio do matriciamento em Saúde Mental); Ambulatórios reorganizados e com profissionais qualificados; leitos de atenção integral (CAPS III, hospitais gerais e emergências gerais); para os moradores de hospitais psiquiátricos foram pensadas as Residências Terapêuticas e o Programa de Volta para Casa do Governo Federal; Centros de convivência e Cultura; Programas de geração de renda e aperfeiçoamento; articulações intersetoriais entre as políticas públicas; entre outros (BRASIL, 2004).

Neste sentido, pode-se afirmar que um dos principais equipamentos da rede de Atenção Psicossocial é o CAPS, que é um serviço do SUS que oferta um atendimento especializado em saúde mental em meio aberto e comunitário a pessoas em sofrimento psíquico, decorrente de transtornos mentais, psicoses, neuroses graves, uso abusivo de substâncias psicoativas e demais quadros, e a sua família.

> O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2004, p. 13).

Desse modo, o CAPS pode ser percebido enquanto um dispositivo estratégico de cuidado em saúde mental que oferta serviços abertos de atenção diária com o objetivo de minimizar o número de internações em hospitais psiquiátricos. Realiza acolhimento à crise no próprio território do usuário e quando necessário encaminha para os leitos psicossociais disponíveis nos Hospitais Gerais. Fortalece a articulação dos recursos disponíveis no território e com isso amplia a rede de cuidado intersetorial que envolvam a várias políticas públicas tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer, entre outros.

Busca realizar ações de cunho socioeducativas voltadas à temática da saúde mental com os mais variados públicos, no intuito de romper com a cultural manicomial ainda hoje existente. Os profissionais também devem prestar o suporte necessário às ações de Saúde Mental na atenção básica por meio do matriciamento[1].

Outro aspecto relevante diz respeito à realização atividades individual e em grupos desenvolvida tanto com usuários, quanto com familiares e a comunidade, como recurso terapêutico, entre eles: atendimento individual que oferta atendimento médico, psicoterapia, orientação social, entre outros; Atendimento em grupo a partir da realização de grupos terapêuticos, oficinas expressivas, oficinas geradoras de renda, atividades de suporte social, etc.; atendimento para a família a partir de atendimento familiar, grupo de familiares, visitas domiciliares, entre outros; atividades comunitárias desenvolvidas com parceria de instituições existentes na comunidade tais como Escolas, Associações de bairro, Estratégias de Saúde da Família, entre outros, com o objetivo promover interação, disseminar informações, construir vínculos entre o serviço e a comunidade, etc. (BRASIL, 2004).

O movimente em favor das pessoas em sofrimento psíquico no intuito de ampliar e fortalecer o mesmo instituiu o dia 18 de maio como Dia Nacional da Luta Antimanicomial, visando divulgar e potencializar a luta e inserir cada vez mais a sociedade em torno da causa.

> Finalmente, a própria questão das estruturas de cuidado ganha outra abordagem: não se trata de aperfeiçoar as estruturas tradicionais (ambulatório e hospital de internação), mas de inventar novos dispositivos e novas tecnologias de cuidado, o que exigirá rediscutir a clínica psiquiátrica em suas bases. Substituir uma psiquiatria centrada no hospital por uma psiquiatria sustentada em dispositivos diversificados, abertos e de natureza comunitária ou territorial, esta é a tarefa da reforma psiquiátrica (TENÓRIO, 2002, p.35).

Tarefa essa, que já tem mostrado excelentes resultados e mudado, de forma significativa, o modo de tratar as pessoas em sofrimento psíquico. Entretanto muito ainda se tem a galgar, uma vez que culturalmente vivemos em um País marcado pela cultura manicomial e quebrar esse paradigma ainda se mostra um desafio. Outra problemática diz respeito ao sucateamento dos serviços públicos de Saúde entre eles dos CAPSs, e a precarização do trabalho da maioria dos profissionais inseridos nos serviços, entre outros.

Portanto, se faz preciso investir e ampliar os espaços de cuidado em saúde mental de forma a ofertar cada vez mais serviços qualificados e eficientes que contemplem o cuidado dos sujeitos em sofrimento psíquico no cotidiano dos serviços, na sua própria comunidade. Ações essas capazes de potencializar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimento de resistência e cotidiana legitimação dos movimentos sociais bem como da legitimação da Reforma Psiquiátrica para que não haja retrocessos sociais.

[1] Conforme o Guia prático de matriciamento em saúde mental, “Matriciamento ou apoio matricial é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica” (BRASIL, 2011, p.13).

3. O SERVIÇO SOCIAL E A SAÚDE MENTAL: o trabalho social do Assistente Social junto à família de usuários em sofrimento psíquico

O Serviço Social é uma profissão que pode ser considerada como resultado de um conjunto de fatores de cunho econômico, sócio-político e teórico-cultural, que passou por fases distintas desde suas protoformas até a atualidade, percorreu caminhos adversos, até constituir-se na contemporaneidade numa profissão que se orienta por um projeto ético político comprometido com a democratização e a universalização dos direitos sociais, civis e políticos e, sobretudo, com a classe trabalhadora.

Pode-se afirmar, conforme Iamamoto (2008), que o Serviço Social é uma profissão inserida da divisão social e técnica do trabalho, que vivencia um contexto sócio-histórico de profundas desigualdades permeadas pelo Sistema de Produção Capitalista, e que tem como objeto de trabalho a questão social e suas múltiplas determinações, sendo estas, campo de atuação do assistente social em seus mais diversos espaços sócio ocupacional.

A profissão tem suas práticas norteadas principalmente pela Lei nº 8.662/93 que Regulamenta a Profissão e pelo Código de Ética Profissional de 1993. No entanto, vale ressaltar que esta profissão passou por um percurso ético bem colidente com seus princípios e valores atuais, especialmente no que se refere aos direitos humanos.

No que se refere a sua relação existente entre o Serviço Social e a Saúde Mental pode-se dizer que a década de 1940 é um marco muito importante da entrada do Serviço Social na saúde mental no Brasil, uma vez que conforme Vasconcelos (2010), a Doutrina Social da Igreja influenciou bruscamente a profissão a partir do Movimento Higienista existente na época. Vale mencionar que os assistentes sociais foram convocados a atuarem junto às demandas de saúde mental nos hospitais psiquiátricos prestando assistência aos usuários e aos familiares dos pacientes hospitalizados, utilizando-se ora da assistência ora da repressão, no sentido de culpabilização e adequação a ordem vigente. Entretanto sua prática estava subordinada ao saber médico e sua atuação se dava de forma burocrática, assistencialista e acrítica.

> Este fato serviu para legitimar o status quo, contribuir para a neutralização dos conflitos e, principalmente, culpabilizar os indivíduos pelas mazelas do desenvolvimento tardio do capitalismo, assim, a proposta de trabalho era caracteriza pelo ajustamento e manipulação em prol da adaptação dos sujeitos à ordem estabelecida (ROCHA, 2012, p.36).

Sendo assim, pode-se perceber que a atuação do Serviço Social, nesse momento histórico, se dava mais no sentido de manter o *status quo* e a hegemonia da classe dominante, a partir do ajustamento dos indivíduos ao modelo de desenvolvimento social existente, do que o cuidado em saúde mental propriamente dito.

Outro momento de grande importância para o Serviço Social Brasileiro diz respeito à efervescência política em favor a redemocratização do País e os movimentos sociais que buscavam condições mais dignas de cuidado em saúde mental por meio da negação ao modelo hospitalocêntrico de tratamento em saúde mental, evidenciado no Brasil a partir da segunda metade década de 1970 pelo Movimento em favor da Reforma Psiquiátrica. O movimento apoiava a proposta de desinstitucionalização de usuários inseridos nos manicômios. No mesmo período, o Serviço Social estava vivenciando um momento de negação das práticas conservadoras da profissão e a partir da vertente marxista redefinia as suas práticas de atuação e repensava as metodologias clássicas do serviço social na saúde mental que tinham um víeis psicologizante, buscando adquirir novas práticas mais críticas e propositivas de atuação, de acordo com o novo momento sócio histórico da profissão (BISNETO, 2007).

A atual Constituição Federal do Brasil, também chamada de Constituição Cidadã, foi promulgada em 05 de outubro de 1988 é a lei maior, a Carta Magna, que organiza o Estado brasileiro. Representa um salto de qualidade com relação à legislação anterior, com maior precisão da redação e detalhamento, introduzindo-se, até mesmo, os instrumentos jurídicos para a sua garantia. E instituiu, de fato, um Estado Democrático de Direito e isso ampliou profundamente os campos de atuação do Serviço Social e aperfeiçoou as práticas voltadas a saúde mental no Brasil.

A partir de então a categoria profissional passa a ter uma atuação comprometida com a classe trabalhadora, apoiando-se nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, sendo eles: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, a garantia do pluralismo, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária, entre outros.

No que se refere na área da saúde e em especial a Saúde Mental, a profissão se emprenha em consolidar os ideais da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, no intuito de garantir a viabilização de direitos à população que vivencia direto e indiretamente alguma problemática voltada à saúde mental. Dessa forma busca-se ampliar os direitos sociais, reforçar a cidadania de grupos vulnerabilizados socialmente, atuando de forma intersetorial e multiprofissional no intuito de entender o sujeito de forma holística bem como dando ênfase nas peculiaridades e singularidade de cada caso e se aperfeiçoando no que se refere ao seu aporte teórico-metodológico, ético-político e teórico-prático.

Com o novo perfil profissional se tem um Assistente social mais completo capaz de responder com eficácia, compromisso e competência as demandas da sociedade que lhe são impostas utilizando-se de habilidades teórica, ética, política e técnico-operativo.

Comprometido com a classe trabalhadora, na garantia de direitos civis, políticos e sociais, lutando pela universalização dos direitos humanos. Dessa forma, luta contra todas as formas de discriminação, arbítrio, autoritarismo, opressões, exploração, entre outros.
Conforme Scheffer e Silva (2014 p.374),

> A importância do Serviço Social na Saúde Mental, cresceu, ainda mais, com a inclusão dos usuários e familiares nas políticas, ações de cidadania e ações de direitos do sujeito e na questão social que vivencia o usuário e sua família. Hoje essa realidade mudou para melhor atender o sujeito com transtorno mental enquanto sujeito portador de direitos. O Serviço Social tem um papel diferenciado para complementar a equipe multidisciplinar nos CAPS, que promove na rede uma articulação de direitos sociais (SCHEFFER; SILVA, 2014 p.374).

Com a estruturação da Rede de Atenção Psicossocial e com ela a criação do Centro de Atenção Psicossocial- CAPS como estratégia do cuidado em saúde mental em meio aberto, o exercício profissional do assistente social na Saúde Mental pôde, de fato, estar voltado para os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Trazendo assim contribuições importantes para o exercício profissional uma vez que pode contribuir decisivamente junto a uma equipe multiprofissional no cuidado integral as pessoas em sofrimento psíquico, levando em consideração também sua família e sua comunidade, de modo a contribuir politicamente para com a assistência prestada e realizar um trabalho social pautado no empoderamento dos sujeitos sociais.

> O assistente social pode fazer muitas coisas em Saúde Mental – assistência social, benefícios previdenciários, cuidado, oficinas, atuar terapeuticamente, ser técnico de referência, outras tarefas – desde que faça a conexão entre a intervenção e a totalidade das relações sociais que afetam o problema, isto é, unindo singular e particular ao universal, recolocando as demandas do mundo “psi” na sua própria referencia profissional, sem perder de vista os conteúdos políticos da Saúde Mental e a perspectiva histórica e social de sua atuação (BISNETO, 2003, p. 127).

Desse modo, percebe-se que a atuação do Assistente social na Saúde Mental se dá de forma bem ampla, não atendendo apenas o sujeito que vivência a problemática, mais sim todo o contexto no qual está inserido, suas relações sociais e com isso acompanha suas relações familiares e comunitárias e, para tal, necessita de intervenções qualificadas e que envolvam os sujeitos.

Vale salienta que historicamente vivenciamos um modelo hospitalocêntrico de atendimento as demandas de saúde mental e com isso, culturalmente, se naturalizou o enclausuramento desses sujeitos em manicômios e asilos, sendo-lhes negado o direito a convivência familiar e comunitária e com isso havendo a desresponsabilização familiar pelo cuidado. Já que à família só cabia ser coadjuvante no processo como mera informante do histórico da doença para o profissional médico e com a realização de visitas esporádicas e pontuais ao hospital, sem a responsabilidade por práticas de cuidados contínuos no próprio ambiente doméstico e familiar (SANTOS ROSA; MELO, 2009, p. 96).

Com a Reforma Psiquiátrica e a estruturação da rede de atenção Psicossocial, a família passa a ser percebida enquanto agente potencializador do cuidado em saúde mental e o Serviço Social, de forma articulada e intersetorial, atual junto a esse público com ações de cunho socioeducativas de caráter ideopolítico e realiza tanto práticas privativas da profissão como também atividades que envolvem os mais diversos campos do saber e as mais variadas profissões, entre elas: ações de educação em saúde individuais e grupais, entre outros.

Os autores Santos Rosa e Melo (2009, p. 96) afirmam que é fundamental lembrar que todos os profissionais inseridos na Equipe de saúde mental participam diretamente do cuidado do sujeito em sofrimento psíquico e de sua família, mesmo que de forma superficial e pontual, já que a responsabilidade perpassa qualquer categoria profissional.

> Todavia, é o assistente social que temporalmente tende a ter maior dedicação a este grupo no seu cotidiano interventivo. Há ainda uma tendência das políticas públicas se matriciarem no grupo familiar. Historicamente, o assistente social tem uma relação de intervenção construída com as famílias, mas a categoria não construiu um arcabouço teórico metodológico próprio para atuar com este grupo, o qual necessita de maiores investimentos do Serviço Social (SANTOS ROSA; MELO, 2009, p.93).

Neste campo de atuação, o Assistente social é chamado a atuar de forma critica e propositiva junto às demandas de saúde mental e realizar um trabalho social junto aos usuários e suas famílias. Entretanto, não há um arcabouço teórico metodológico bem definido na profissão, e dessa forma os profissionais precisam atuar no campo da inventividade cotidianamente, no intuito de desenvolver estratégias de intervenção, qualificada e eficiente, junto a este público.

Sabe-se que a família é papel fundamental na vida de muitas pessoas. Os vínculos familiares são estabelecidos logo no inicio da vida e diariamente são reconstruídos. Dessa forma, para melhor compreender o conceito de família utilizado neste trabalho e para que não haja percepções diferenciados quanto ao conceito, podemos afirmar que entende-se por família:

> Um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos de representações, práticas e relações de obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o „status' da pessoa dentro do sistema de relações familiares (BRASIL, 2006, p. 130).

É importante mencionar que o vínculo afetivo merece destaque no que se referem às famílias de pessoas em sofrimento psíquico. Sabe-se que não é fácil lidar com qualquer limitação seja ela física, psicológico ou social. Entretanto é necessário construir manejos no cuidado, bem como reconhecer as limitações e respeitá-las. A família nesse sentido com a estruturação da RAPS e a criação de estratégias de cuidado em saúde mental que acontecem na comunidade, em meio aberto e com isso a responsabilização dos familiares

pelo cuidado continuo e o acompanhamento no tratamento, uma vez que a convivência familiar e comunitária será priorizada.

Porém, frequentemente nos deparamos socialmente com a fragilização dos vínculos familiares e comunitários, onde os familiares não conseguem lidar com as especificidades da pessoa em sofrimento psíquico e reproduzem o preconceito e exclusão social dentro de suas próprias casas, ou em outros casos percebe-se o isolamento social do familiar cuidador que abdica da sua própria vida para viver em função do outro, gerando adoecimento também. Muitos desses acasos acontecem “porque não tem preparo mínimo para cuidar e não consegue manejar a pressão social e o estigma que também o atinge” (SANTOS ROSA; MELO, 2009, p.98).

Desse modo, faz-se essencial o trabalho realizado junto à família da pessoa em sofrimento psíquico por todos os profissionais da rede de atenção a saúde de forma multiprofissional. No que a atuação do Serviço Social junto a essa demanda social pode dizer que uma das estratégias muito utilizadas se refere à realização do Grupo Família presente nos CAPSs que objetiva integrar os participantes, evidenciar a troca de vivência, orientação social, repasse de informações, entre outros, capazes de potencializar novas estratégias de cuidado em saúde mental no âmbito familiar bem como construir vinculo entre o serviço e os responsáveis diretos pelo cuidado domiciliar.

É perceptível que em alguns CAPSs, e até mesmo outros serviços de rede de saúde mental, existem muita dificuldade no que diz respeito à adesão dos familiares em atividades grupais. Essa falta de mobilização dos familiares acontece porque:

> 1) a cultura e pedagogia dos serviços, historicamente, as excluiu; 2) participar para alguns familiares é um trabalho a mais, uma sobrecarga, exigência a mais; 3) alguns serviços se limitam a oferecer um espaço para a família restrito a palestra, que muitas vezes, é desfocada de suas necessidades; 4) os horários dos encontros nem sempre é compatível com os horários disponíveis dos familiares (SANTOS ROSA; MELO, 2009, p. 99).

Isso mostra que não significa apenas ofertar atividades grupais as famílias, mais sim atividades qualificadas capazes de garantir que os participantes se reconheçam como parte integrante do processo, sendo dada a oportunidade da construção coletiva dos momentos, ouvindo e respeitando a opinião dos envolvidos, acolhendo e construindo conjuntamente as estratégias de atuação, levando em consideração as particularidades e especificidades dos integrantes. Como também, se faz necessário empoderar sobre o objetivo/sentido do grupo, desenvolver ações lúdicas, prepositivas e críticas que integrem os participantes, estimulando o acolhimento e a escuta qualificada. Faz-se fundamental também perceber as necessidades do grupo e adequar os momentos a horários estabelecido em acordo com os mesmo, entre outros.

Para Gueiros (2010, P.130),

> o trabalho social com famílias, abarca procedimentos relativos à rede de bens e serviços do território e atenção individualizada e coletiva à população usuária, realizados de forma regular e frequente. Deve contemplar igualmente a interdisciplinaridade e intersetorialidade (articulação das políticas de saúde, educação, assistência e habitação, entre outras) e zelar pela permanência a médio e longo prazo dos programas e serviços oferecidos, posto que as famílias já vivem múltiplas instabilidades (de trabalho, de domicílio, da rede de suas relações sociais primárias, por exemplo) e não podem ser submetidas também a projetos que não se constituam em políticas de longo alcance, em termos dos recursos necessários e de um tempo viável ao processo de autonomia e de emancipação da família (GUEIROS, 2010, p.130).

Sendo assim, o trabalho social com famílias de pessoas em sofrimento psíquico representa um potencial na cooresponsabilização pelo cuidado em saúde mental, como também para a orientação, empoderamento e cuidado para com o cuidador e com isso aspecto importante no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Faz-se necessário reconstruir as trajetórias dos familiares, compreendendo suas percepções, estilos de vidas, entre outros, para a partir disso construir estratégias frente a cultura manicomial arraigada até hoje em inúmeras pessoas, bem como melhor a qualidade dos serviços prestados a população usuária, para coletivamente enfrentar aos desafios cotidianos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os equipamentos e serviços ofertados no âmbito da saúde mental são espaços sócio ocupacionais de grande relevância para a atuação do Assistente Social, uma vez que as relações sociais interferem diretamente no processo de cuidado. E desse modo, intervenções no âmbito social são percebidas como de extrema necessidade, principalmente se levarmos em consideração que os usuários e seus cuidadores/familiares necessitam de um trabalho social qualificado, capaz de contribuir para com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como propiciar o cuidado não apenas a pessoa em sofrimento psíquico, mais sim aos que compõem a sua rede de relações sociais, principalmente a sua família.

A família nesse processo necessita de suporte, para de forma qualificada, propiciar um ambiente de cuidado e atenção integral, sem causar mais adoecimento, fragilização de vínculos e exclusão social.

Enfim, os Assistentes Sociais devem se aperfeiçoar teórico e metodologicamente para na suas praticas profissionais por desenvolver um trabalho social qualificado e capaz de empoderar os envolvidos e com isso legitimar cotidianamente o fazer profissional que se dá pautado na efetivação do Projeto Ético Político da profissão e rompendo com os desafios impostos para instaurar novas capacidades aos assistentes sociais, enquanto sujeitos históricos, para intervir nos desmandos da ordem vigente de forma crítica, propositiva.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BISNETO, José Augusto. **"Uma análise da prática do Serviço Social em Saúde Mental"**. In: Serviço Social e Sociedade. n° 82. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.**Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

BRASIL. **Saúde mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARDOSO, Antonio José Costa at al. **Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental.** Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 8(1), 57-63, mar, 2014.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e trabalho social**: intervenções no âmbito do Serviço Social. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 126-132 jan./jun. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983

MESQUITA, José Ferreira de; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. **A Reforma Psiquiátrica no Brasil:** um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental . XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambu – MG. 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Tatiana Schlobach. **A Saúde Mental como Campo de Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais:** Limites, desafios e possibilidades. Universidade Federal Fluminense: Rio das Ostras, 2012.

SANTOS ROSA, Lucia Cristina dos; MELO, Tânia Maria Ferreira Silva.**Inserções do Assistente Social em Saúde Mental: em Foco o Trabalho com as Famílias.** Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. VII_VIII, n. 7_8, Dez. 2009.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. **Saúde mental, intersetorialidade e questão social**: um estudo na ótica dos sujeitos. Revista Serviço Social e Sociedade: São Paulo, n. 118, p. 366-393, abr./jun. 2014.

TENÓRIO, F**. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais**: história e conceito. História, Ciências, Saúde . Manguinhos,Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão(org.). **Saúde Mental e Serviço Social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasilia, 2009. p.01-28

FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: Estereótipo do profissional no Brasil

Kate Santos Miranda
Francisco Daniel Coelho Viana

RESUMO

Segundo Iamamoto (2005), a questão social surge no processo de formação da classe trabalhadora e sua entrada no cenário político exigindo, reconhecimento por parte do Estado enquanto classe, assim surge à ferramenta de trabalho e a necessidade de um profissional, a princípio inteiramente voltado a interesses burgueses e religiosos, porém a cada avanço o Assistente Social foi se engajando na defesa dos direitos e na busca por equidade. O histórico do Brasil quanto o do Assistente Social justificam sem sobra de dúvidas o estereótipo estabelecido na contemporaneidade, dentro de um país com um a formação totalmente proporcional às expressões contemporâneas.

Palavras-chaves: Questão Social; Brasil; Assistente Social, Estereótipo, Formação.

ABSTRACT

According to Iamamoto (2005), the social question arises in the process of formation of the working class and its entry in the political scenario requiring recognition by the State as a class, so arises to the work tool and the need of a professional, To bourgeois and religious interests, but with each advance the Social Worker was engaging in the defense of the rights and the search for equity. The history of Brazil as well as that of the Social Worker justifies without question the stereotype established in contemporary times, within a country with a formation totally proportional to contemporary expressions.

Keywords: Social issues; Brazil; Social Worker, Stereotype, Training.

1. INTRODUÇÃO

O assistente social surge com a necessidade do controle social atravessando correntes filosóficas de cunho religioso e econômico. A princípio em defesa dos interesses do capital com práticas caritativas proporcionadas pela igreja católica em sua tentativa de retomar seus privilégios, logo em seguida com um caráter assistencialista, o ‘’damismo’’, característico da troca de interesses integrando Igreja e Estado. (IAMAMOTO, 2005).

No entanto, a carência por profissionais que revigorem direitos frente às expressões da questão social é indispensável. Tais expressões possuem uma nova roupagem, porém ainda refletem a desigualdade e a injustiça, pois a formação do Brasil foi fundamentada desde o princípio em interesses econômicos e comerciais alastrando o acúmulo da riqueza por parte da burguesia e consequentemente fomentando a miséria do proletariado. (SANTOS, 2012)

Dessa forma pode ser visto uma localização onde a função do profissional é indispensável, porém seu papel dentro da sociedade não é reconhecido, assim é possível identificar que, os aspectos associados ao Brasil são de antemão negativos e o papel do assistente social e do curso de Serviço Social não são definidos para a sociedade. É através da contextualização sócio-histórica que se podem traçar as características que proporcionam tal situação. Com isso, o presente trabalho tem por objetivo apresentar apontamentos históricos que caracterizam o contexto da profissão em contraponto a atuação profissional contemporânea por meio da pesquisa bibliográfica.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve perspectiva sobre a formação da sociedade brasileira:

A formação do território brasileiro e sua sociedade se fundamentam essencialmente na relação: colônia, metrópole e alianças comerciais. Respectivamente: Brasil, Portugal e suas relações comerciais com potências europeias pós Revolução Marítima. É a partir do momento em que Portugal torna-se pioneiro das grandes navegações, não mais limitado por fronteiras oceânicas que se dá o inicio do processo sócio-histórico brasileiro. (JÚNIOR, 2011).

Segundo Júnior (2011), a motivação para explorar novos territórios tinha um propósito eminente, a apropriação de terras para aprimoramento do comércio europeu, ou seja, não houve o intuito de promover o desenvolvimento da grande extensão de terras encontrada na América do Sul, o caráter a princípio foi de mera extração e o não povoamento. É possível identificar daqui o porquê do desinteresse em relação ao citado território tropical e a preferência pela localização oriental, ora, as terras brasileiras não possuíam prestígio, eram primitivas e vazias.

Passando um tempo da chegada em 1500 os estrangeiros se deram conta dos recursos naturais ofertados por essas terras, assim iniciaram um trabalho de produção pra exportação, no entanto era necessária uma mão de obra com custo insignificante e não branca, pois a população europeia não estava disposta a imigrar por qualquer preço, além de não ser vantajoso para o plano português. Dessa forma, meliantes da Europa vieram por falta de alternativa e a mão de obra negra, junto a indígena dá inicio a um processo doloroso, chamado escravidão. Foi em função do sistema *Plantation* (mão de obra escrava, latifúndio e monocultura) que se dá a necessidade dos primeiros povoamentos. (JÚNIOR, 2011).

É com essa breve retrospectiva que se passa a identificar a formação das características contemporâneas. Um país nascido por cima de pontos como, invasão territorial, massacre nativo, imposição cultural, e miscigenação vinculada à violência e escravidão tem tudo para se construir solidificado em aspectos destrutivos, desiguais e preconceituosos.

2.2 Indícios da exploração: questão social e suas expressões

A escravidão ainda passou por muitos processos econômicos, até surgir o liberalismo com a Industrialização. Esse fenômeno que teve início na Europa fez o que era

de esperar, expandiu suas ideias aos territórios ao qual possuía vínculo, não sendo o contrário com Portugal agrário, já que encontrava-se completamente dividendo à Inglaterra, economicamente por conta da concorrência produtiva e politicamente por ter se ancorado à Inglaterra na fuga da Expansão Napoleônica. (REGO e MARQUES, 2011).

Aos poucos com a necessidade de mão de obra assalariada para que pudesse consumir a produção proporcionada pela Revolução Industrial e o livre comércio liberal, surge a pressão por parte da Inglaterra para substituição da escravatura pela a venda da força de trabalho, como pode ser visto no trecho de Rego e Maques (2011, p.82):

> A extinção do tráfico antecipa a extinção futura da própria escravidão, tanto em relação à questão moral quanto ao fato objetivo de os proprietários de escravos no Brasil não se preocuparem com a reprodução, ficando a substituição da mão-de-obra a cargo do contínuo suprimento de escravos importados. O fim da escravidão era só uma questão de data.

Com isso a imagem da abolição da escravatura em 1888 toma uma nova roupagem, de ação com o intuito meramente capitalista e não humanístico.

Segundo Iamamoto (2005), é justamente dentro desse processo de transformação da escravidão para o trabalho livre que surge a questão social, advinda do antagonismo entre as classes que começam a ficar claramente demarcadas com o reconhecimento político por parte da classe trabalhadora. Consequentemente um mercado de trabalho em moldes capitalistas dá origem às expressões da questão social. Sendo livre, o indivíduo possui a função de sustentar-se e garantir os subsídios necessários a sua família ficando a mercê dos interesses burgueses.

Não se é possível igualar as expressões da questão social diretamente com a pobreza, pois a mesma já se fazia presente antes mesmo da inserção do capitalismo, onde a demarcação das classes sociais era equiparada à quantidade de terras, nem sempre elas sendo produtivas. Vale salientar que os sistemas pré-capitalistas não chegam aos pés da riqueza acumulada no capitalismo, é justamente essa a gênese da questão social, o acúmulo de riqueza, onde a ascensão da burguesia está diretamente ligada à miséria do proletariado. (SANTOS, 2012).

A classe operária se organizava em grandes movimentos sociais para melhores condições de trabalho tendo em vista a exploração desmedida do capital com péssimas condições de trabalho, insalubridade, salários ínfimos, trabalho infantil e agressões físicas dentro das fábricas. Eram os trabalhadores gritando por reconhecimento do Estado enquanto classe e não caberia alternativa a não ser uma resposta imediata, a princípio como caso de polícia, a repressão apresentou um contexto histórico árduo de violência e desrespeito a cidadania. (IAMAMOTO, 2005).

O transtorno retratado marca o início de várias estratégias com o intuito de manter o controle social e permanecer com os planos expostos, sou seja, a exploração da mão de obra livre e a concentração de riquezas nas mãos daqueles que possuíam os meios de

produção. Fica muito bem exposta a situação de poder em pauta, antes se comprava o escravo, agora se compra a força de trabalho e em troca lhe asseguram péssimas condições de trabalho.

2.3 Raízes do assistente social

O assistente social é um profissional que ainda deixa muitas dúvidas em relação a sua metodologia de trabalho, isso se dá por conta do seu processo histórico. A princípio sua atuação chegou a ser caritativa e filantrópica com embasamentos religiosos, principalmente da igreja católica. Dessa forma a igreja encontrara um momento propício para retomar os seus fiéis, expandiu sua ideologia de muitas formas, utilizando veículos de informação e até mesmo o famoso exercito leigo, utilizando membros da religião para transmitir o catolicismo e manter o controle social. (IAMAMOTO, 2005).

Esse contexto se aplica ao momento do ápice da questão social onde o exercito industrial de reserva pressionava os operários e seus movimentos, pois os que se retirassem do mercado deixariam uma vaga para diversos trabalhadores brigarem entre si em prol de assumir tal lugar, era essa a forma de controlar o salário e os movimentos reivindicatórios. A situação ainda se agrava mais quando a concorrência se amplia, ou seja, a única alternativa para se sobressair era reduzir os preços, consequentemente os custos, reduzindo salários e utilizando a mão de obra infantil os fazendo trabalhar cerca de dezesseis horas por dia, muitos relatavam violência física. (SANTOS, 2012).

A igreja católica em meio esse cenário busca vínculo Estatal para retomar suas prerrogativas, ela possuindo a ideologia e o Estado entraria com o poder. Deu-se dessa forma a aliança Igreja e Estado, unidas por um conjunto de interesses individuais como apresenta Iamamoto p.159 2005:

> A mobilização do movimento laico obedecerá, pois, aos objetivos de definir s relações entre Igreja e Estado a partir de um modelo que seja favorável à primeira. Isto é, que lhe garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho de Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social.

O Estado não trataria a questão social, pois mantinha seus ideais liberalistas, a igreja por sua vez faria esse intermédio com a ajuda do Estado que garantiria sua inserção em instituições e diversos campos de transmissão ideológica, uma estratégica fundamental foi o Damismo (prática assistencialista por parte das primeiras damas).

Em meados do século XX se revigora a imagem do assistente social, até então bem longe do perfil contemporâneo, pois o mesmo servia aos interesses da burguesia e não do proletariado, as pessoas de boa índole como era indispensável naquele momento atuavam com o assistencialismo. Surge o Centro Dom Vital raiz de onde saíram todas as estratégias de revigoramento eclesiástico, o único intuito era manter os ânimos calmos e não permitir a

propagação de pensamentos socialistas e comunistas sempre trabalhando com a fé para garantir a fixação dos pensamentos religiosos. (CASTRO, 2003).

Com toda essa bagagem não é difícil notar o porquê da associação do atual assistente social ao homem ou a mulher boa que ajuda as pessoas, na realidade a própria profissão teve sua origem justamente dessa forma, claro, a bondade relacionada a bem natural nunca foi a característica, pois é notável o jogo de interesses da burguesia em manter a força do capital com o apoio do Estado e instantaneamente da igreja. É interessante observar essas falas atuais de duas cidadãs (informação verbal) Miranda, Luzineide da S. Santos (46 anos) e Miranda, Karine Santos (12 anos). Dados recolhidos em 2017:

> O Serviço Social é o cuidado com as crianças, educação, planejamento e segurança, na verdade eu não conheço bem para poder falar a respeito. Já o assistente social eu não vou saber falar sobre isso, talvez lidar com as crianças que precisam de proteção, ensinar os pais como educar as crianças, uma forma de cuidar das crianças que não tem proteção na sociedade. Vai atrás de educação para as crianças, ajuda as crianças que às vezes erram as que são maltratadas pelos pais, aí levam elas pra um orfanato.

Essas breves palavras mostram o perfil do pensamento de grande parte da população brasileira.

É esse o estereótipo construído e naturalizado pela população brasileira, da mesma forma que é justificável serem destacados aspectos negativos quando se trata do Brasil, normalmente as pessoas que vivem em condições de subalternidade ou fazer parte das minorias sociais destacam os males que mais lhe atingem, sem nem ao menos saberem que existe um profissional articulando estratégias para a garantia de direitos, trabalhando por equidade e não somente para ajudando ou fazendo um papel bondoso digno de um ato cristão.

2.4 Assistente social e contemporaneidade: perfil profissional

O assistente social na contemporaneidade é compreendido por uma categoria profissional que se inventa e reconceitua dentro da universalidade que é a sociedade, justificada pelas demandas, assim partindo do objeto de intervenção da mesma, que são as expressões da questão social cristalizada pelos avanços do sistema capitalista e no antagonismo de classe.

A profissão tem estabelecido um crescimento considerável no mercado de trabalho desde o seu processo de reconceituação onde pode atuar de forma cada vez mais expansiva. É inerente a esse debate a compreensão das competências do novo profissional,

na busca do cumprimento ao compromisso ético-político, assim corroborando com a fala de Iamamoto:

> Um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executiva, mas que possa analisar, pesquisar e decifrar a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (Iamamoto, 1997, p. 31).

Logo já podemos visualizar o quão importante é a atualização teórico-crítica e prática do profissional, que se faz essencial para o acompanhamento das mudanças vivenciadas dentro da sociedade como transformações políticas, econômicas, ideológicas, culturais e sociais, e dentro dessas características transmitirem para sociedade o real sentido da profissão, pois ainda há particularidades na interpretação dos usuários quando se pergunta sobre a compreensão do fazer profissional do assistente social.

Ainda podemos extrair dessa relação entre a profissão e o que seria uma busca constante por atualização as bases fundamentais seguidas pelos assistentes sociais que são os princípios e direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e em legislações complementares em políticas públicas de direitos da população.

Aliado a essas questões e de grande relevância para prática da categoria em questão não pode ser evento do atendimento profissional qualquer tipo de discriminação. Assim baseado nas informações do CRESS-CE com base no Código de Ética Profissional (1993), existem Alguns princípios fundamentais obedecidos pelo/a Assistente Social:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento profissional.

Com toda essa sistematização, baseada em princípios e fundamentos, temos ciência da importância da qualidade, transparência e comprometimento com a ética instituída na profissão, e cabe aos assistentes sociais darem continuidade a expansão dessa qualidade de serviço.

Partindo pra um viés mais econômico temos em pauta um projeto neoliberal centralizado em questões puramente ligadas ao ideal do sistema capitalista, em que o Estado tem um olhar minimalista para as necessidades sociais, onde só se ver o crescimento do desemprego e naturalização da miséria e dentro dessa problemática há um processo de reestruturação trabalhista, devido à restrição a cerca de recursos estatais, o que é a causa mais evidente das atualizações nas atividades trabalhista do assistente social.

Desse modo os efeitos relacionados aos objetivos teórico-práticos do assistente social desenvolvidos aqui, demonstram uma postura necessária ao desempenho do papel desse profissional em detrimento aos avanços e mudanças da sociedade contemporânea, que é a atualização das estratégias de intervenção e a não dependência de recursos restritamente estatais.

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a necessidade de expor sobre a luta do assistente social em materializar seu papel, fugindo de características pertencentes aos fundamentos da profissão. A contextualização é necessária para que o estudante de serviço social compreenda como foi o processo percorrido e consiga apresentar a sua profissão com orgulho e sempre pronto para desmistificar e desnaturalizar termos que não conferem ao exercício profissional, compreendendo a realidade brasileira e como suas ações devem atuar dentro deste cenário. Existe a maior probabilidade de sucesso na vida profissional, quando além do assistente social lutar por equidade, também reconhece a história de sua classe para apresenta-la de forma coerente e fazer valer a pena sua atuação profissional.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCCHI, José IIdebrando. Século XIX: **Renascimento Agrícola, Economia Cafeeira e Industrialização**. In: REGO, J,M; MARQUES, R.M. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 72-82

CASTRO, Manuel Monrique. **A fundação das escolas pioneiras de Serviço Social do Brasil**. In: História do Serviço Social na América Latina. 6ª ed, São Paulo, Cortez, 2003. p. 100-104

CRESS-CE. Informações a cerca da competência profissional do assistente social. Disponível em:< http://cress-ce.org.br/institucional/assistente-social/>. Acesso em 01 de março de 2017.

IAMAMOTO, M. V. A Formação Profissional na Contemporaneidade: Dilemas e Pespectivas. João Pessoa: UFP, 1995. Mimeo.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de . **A Questão Social nas Décadas de 1920 e 1930 e as Bases para a Implantação do Serviço Social**. In: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 17ª ed, São Paulo, Cortez, 2005. p. 125-146

JÚNIOR, Caio Prado. **O Sentido da Colonização**. In: Formação do Brasil Contemporâneo. Brasil, Companhia das Letras, 2011. p. 17-30

SANTOS, Joseane Soares**. Elementos para entender a concepção e a gênese da ‘’questão social’’**. In: Questão Social: Particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012. p. 25-4.

SALA DE SITUAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: um relato de experiência

Maria Dálete Alves Lima

Resumo: O estudo objetiva socializar a experiência de construção e implantação da Sala de Situação em Saúde (SSS) na Saúde Mental, enquanto ferramenta de fortalecimento para o planejamento das ações e da atuação profissional do Assistente Social. Utilizou-se como método o estudo descritivo a partir do relato de experiência. Pode-se citar como resultados: compreender com profundidade o processo de saúde-doença; identificar, avaliar e monitorar indicadores de produção e situação de saúde; perceber modificações nos riscos e agravos; melhorar a atuação profissional e planejar intervenções qualificadas capazes de fortalecer a linha de cuidado e contribuir para o empoderamento dos sujeitos sociais envolvidos.

Palavras-chave: Sala de Situação em Saúde; Serviço Social; Saúde Mental.

Abstract: The study aims to socialize the experience of construction and implementation of the Health Situation Room (SSS) in Mental Health, as a strengthening tool for the planning of actions and the professional work of the Social Worker. The descriptive study was based on the experience report. One can cite as results: to understand in depth the health-disease process; Identify, evaluate and monitor indicators of production and health situation; Perceive changes in risks and injuries; Improve professional performance and plan qualified interventions capable of strengthening the care line and contributing to the empowerment of the social subjects involved. .

Keywords: Health Situation Room; Social Service; Mental Health.

1. INTRODUÇÃO

A Sala de Situação de Saúde (SSS) é um processo contínuo de articulação é que visa fundamental o monitoramento do processo de saúde-doença, uma vez que se utiliza da observação e análise de dados. Com isso, contribui diretamente para com a qualificação dos serviços prestados à população, no intuito de articular ações que visem controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações e dessa forma garantir que princípios como a integralidade da atenção a saúde seja efetivados.

Vale mencionar que, conforme a Organização Panamericana de Saúde (2010), a SSS se dá por meio de quatro momentos distintos, sendo eles compostos por: Coleta e processamento de dados; Análise de dados; Avaliação de problemas, tomada de decisões e intervenções; e Divulgação das informações para o planejamento local. Processo esse, fundamental para alcançar os objetivos da SSS e colaborar positivamente para como o fortalecimento das linhas de cuidado.

A Saúde Mental neste processo se torna um espaço propicio para o desenvolvimento da SSS, uma vez que poderá colaborar na construção de indicadores de produção e situação de saúde que versem entre as práticas de campo e de núcleo profissional.

O Assistente Social, desse modo, pode utilizar a SSS como ferramenta de fortalecimento para o planejamento das ações e da atuação profissional. Para com isso aperfeiçoar práticas e traçar estratégias qualificadas de atuação.

2. SAÚDE MENTAL E A SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE (SSS)

Segundo Amarante (2008) a atenção em Saúde Mental sofreu e vem sofrendo significativas transformações, avanços e retrocessos ao longo dos últimos anos, apesar das políticas sociais estarem organizadas no âmbito legislacional, de forma articulada e intersetorial, percebe-se que tal fato ainda é um processo a ser construído e implementado de forma efetiva na realidade, nos campos de atenção, nos serviços oferecidos, como previsto pela Reforma Psiquiátrica.

Partindo do pressuposto de que o processo de saúde/adoecimento engloba diferentes fatores, o seu enfrentamento não deve resumir-se apenas a uma política. Por isso, a importância de se entender que embora a intersetorialidade e integralidade sejam concepções que têm sua origem na saúde, sendo diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), sejam princípios adotados por outras áreas das políticas sociais, como Assistência Social, Educação, Trabalho, entre outras, o que já se observa como um processo em desenvolvimento, ainda que de forma incipiente.

Diante disso, a discussão acerca do que é saúde e doença é complexa, e deve ser analisada de forma cautelosa. Existem diversos estudos sobre o assunto nos dias atuais. Alguns preservam a concepção de que saúde resume-se na ausência de doença. Entretanto, alguns teóricos apontam que o processo de adoecimento envolve outros determinantes além dos biológicos, como fatores sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

De tal modo, a atenção, o interesse e a importância atribuídos, nos últimos anos, à questão da prevenção, orientam, atualmente, a elaboração de novas políticas de saúde e de educação permanente em saúde e estimulam novas atitudes dos profissionais na gestão das questões e problemas colocados nos campos da saúde, bem como mudanças de atitudes no trato com os sujeitos-alvo da ação social (FEITOSA, 2008).

Dessa forma, a Sala de Situação em Saúde torna-se um meio de compreender e fortalecer estratégias de cuidado em saúde, uma vez que é considerada uma ferramenta de gestão capaz de favorecer a utilização de informações em saúde, para com isso facilitar na tomada de decisões, planejamento e avaliação de intervenções.

> A discussão acerca da Sala de Situação em Saúde (SSS) não é tão recente, entretanto, faz-se pertinente construir novos espaços de saberes e práticas que precisam se fortalecer e materializar em novas tecnologias de trabalho usadas para produzir saúde. Portanto, devemos repensar a utilização da SSS não compreendida apenas como uma “vitrine de papel” cheia de números para compreendê-la, mas como um instrumento de análise das condições de

> saúde de uma comunidade que fornece informações para a elaboração de diagnósticos situacionais (FEITOSA et al. 2014, p 2166).

Assim, ao realizar um “diagnóstico situacional”, pode-se conciliar informações referentes ao passado, presente e futuro, de modo a favorecer a tomada de decisões e qualificar ações e legitimar espaços sócio-ocupacionais em prol da melhoria dos serviços prestados. Durante esse processo os sujeitos envolvidos (re) pensam e (re) constroem uma nova realidade.

3. SERVIÇO SOCIAL E O PLANEJAMENTO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS TENDO COMO BASE A SALA DE SITUAÇÃO DE SAÚDE (SSS)

O Serviço Social é uma profissão que pode ser considerada como resultado de um conjunto de fatores de cunho econômico, sócio-político e teórico-cultural, que passou por fases distintas desde suas protoformas até a atualidade, percorreu caminhos adversos, até constituir-se, na contemporaneidade, numa profissão que se orienta por um projeto ético político comprometido com a democratização e a universalização dos direitos sociais, civis e políticos e, sobretudo, com a classe trabalhadora.

Vale ressaltar que o Serviço Social brasileiro, em suas protoformas, foi influenciado pela Doutrina Social da Igreja Católica, a partir das Damas de Caridade. O que possibilitou as bases para a expansão da Ação Social no pós Segunda Guerra Mundial e com isso a necessidades de qualificação profissional para atuar junto as demanda inerentes ao período pós-guerra que culminou no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil ainda na década de 1930 (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

Conforme afirma Yazbek (2009, p. 04)

> É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social".

Desse modo, nota-se que o catolicismo teve importante contribuição na construção histórica da profissão. Porém é válido mencionar que outras vertentes de análise emergiram na profissão em diferentes períodos no intuito de legitima-la, entre elas: a vertente modernizadora que se mostrava ainda conservadora e previa a mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade por meio de uma integração social, baseava-se na psicologização das relações sociais, ou seja, o foco é dado ao indivíduo, para a culpabilização individual e a adaptação à ordem estabelecida; a vertente inspirada na fenomenologia, que priorizava concepções como diálogo, transformação social, reatualizando o conservadorismo presente e buscando-se enquadrar instrumentos e

técnicas de trabalho, como o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, compatíveis com o desenvolvimento capitalista; e a vertente marxista que está presente até hoje e representa a ruptura com do pensamento conservador da profissão, a consciência de classe na sociedade, por meio da criticidade e empoderamento social e a percepção integral do sujeito e suas relações sociais (YAZBEK, 2009).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, genuinamente Latino Americano e que se expandiu pelo mundo, representa uma grande conquista da profissão e pode ser considerada de suma importância para a intensificação no que tange ao rompimento com o quadro conservador tradicionalista que acompanhou o Serviço Social desde a sua gênese.

De acordo com Netto (2011, p. 128):

> A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e consequente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias.

Tal movimento, no caso específico do Brasil, consistiu em três fases, respectivamente: Perspectiva Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura, sendo que esta última buscou romper de fato com o conservadorismo profissional, colocando a profissão no contexto das relações sociais capitalistas, provocando a criação de novas bases profissionais que segundo Netto (2011), as bases da Intenção de Ruptura estavam engendradas na democratização e no movimento das classes exploradas e consequentemente derrotadas em Abril de 1964, ou seja, foi abortada pela instauração da autocracia burguesa, todavia irá retornar com força no período de crise da Ditadura Militar.

Com a crise da autocracia burguesa que se acentua na década de 1980, ocorrem várias transformações na sociedade vigente, tais como: o declínio econômico, alta concentração de renda, intensificação das desigualdades sociais, revigoramento gradativo dos movimentos, protestos sociais que haviam sido adormecidos no período de ditadura e a redemocratização política.

O Serviço Social obteve como ganho, para atender as novas demandas postas em um momento de grandes transformações, as experiências adquiridas no âmbito universitário. É justamente neste período que os profissionais em Serviço Social vão adquirir uma postura favorável à classe subalterna, definindo sua dimensão política, podendo destacar grande contribuição de autores como: Marilda Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros e Leila Lima dos Santos que buscaram superar vários equívocos presentes na profissão.

Conforme Iamamoto (2011), o Serviço Social é uma profissão tem como objeto de trabalho a questão social e suas múltiplas determinações, sendo estas, campo de atuação do Assistente Social em seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais. A mesma está inserida da divisão social e técnica do trabalho e vivencia um contexto sócio-histórico de

profundas desigualdades permeadas pelo Sistema de Produção Capitalista. Vale ressaltar que atualmente a profissão tem suas práticas norteadas principalmente pela Lei nº 8.662/93 que Regulamenta a Profissão e pelo Código de Ética Profissional de 1993.

Os Assistentes Sociais atuam na luta de classes para consolidar os direitos sociais, De tal modo, Eles são convocados a trabalhar na viabilização dos serviços sociais, junto população que encontra dificuldades para acessar os serviços de saúde, sendo chamado a intervir como um "elo" entre os serviços de saúde e a população na viabilização de seus direitos (VASCONCELOS 2008). Para isso, fazem-se fundamentais intervenções qualificadas e que levem em consideração o sujeito de forma integral, na sua subjetividade, singularidade e particularidade e, ao mesmo tempo, percebendo as múltiplas demandas sociais que envolvem cada caso.

Na Saúde Mental, não é diferente. Há uma grande complexidade no que se refere às demandas que se apresentam, todas com perfis diferenciados e que necessitam de intervenções também complexas para que haja um cuidado pautado na Reforma Psiquiátrica, e para que a prática profissional do Assistente social não reproduza apenas ações meramente pontuais.

Isso nos leva a pensar na prática profissional, já que muitas vezes se tem a necessidade de respostas imediatas, capazes de dar legitimidade profissional e satisfazer os interesses institucionais. Compreende-se que os Assistentes Sociais não podem se limitar a respostas pontuais, imediatistas, focalizadas, praticistas, com uma visão micro e reducionista da realidade. Afinal, o exercício profissional não se reduz ao mero repasse da burocracia institucional, o que tende a descaracterizar a atuação profissional e ir contra o projeto profissional da categoria, mais sim, reafirmar cotidianamente o comprometimento com o projeto ético político da profissão, que possui uma atuação voltada para as necessidades da classe trabalhadora e das classes subalternas, aprimoramento da formação profissional, visão da totalidade social, entre outros, objetivando práticas educativas destinadas para a emancipação humana.

Desse modo, muitos são os desafios lançados aos trabalhadores da saúde de um modo geral, uma vez que trabalhar com a saúde mental significa ter um olhar crítico da realidade para que se possa estabelecer estratégias do agir profissional de forma também criativa e inovadora que se complementam na interlocução com outras categorias profissionais, no cotidiano de trabalho e com os sujeitos políticos envolvidos.

Sendo assim, o Assistente Social pode utilizar a construção e implantação da Sala de Situação em Saúde (SSS) na Saúde Mental, enquanto ferramenta de fortalecimento para o planejamento das ações no campo da saúde, bem como de sua própria prática profissional. De modo a qualificar por meio do uso da informação para avaliação de situação de saúde, como também para tomada de decisões capazes de aperfeiçoar prática,

objetivando a melhoria dos serviços prestados a população. E assim traçar novos direcionamentos tais como: ações intersetoriais, educativas e de conscientização, tntre outras de acordo a análise dos dados.

Neste sentido, segundo Bravo (2007) o trabalho do Assistente Social torna-se necessário na busca pela efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da universalização dos direitos, na formulação e viabilização dos serviços públicos, como também em sua fiscalização, controle e participação dos indivíduos sociais no ensejo da emancipação enquanto sujeitos de direitos da política de saúde.

Desse modo, durante a realização da SSS, buscou-se integrar toda a equipe profissional, bem como os usuários e seus familiares, dialogando sobre a saúde mental do município, o território, as vivências e experiências na área da saúde e intersetoriais, percebendo os "nós críticos" do serviço, promovendo reflexão e construindo estratégias de atuação dos profissionais junto os usuários e suas famílias. Bem como reafirmando a parceria com a rede intersetorial do município, para que o usuário seja o principal beneficiado.

Vale ressaltar que dar suporte a processos transparentes e participativos de gestão e planejamento em saúde, fazendo uso sistemático de informações e de conhecimento, representa o principal papel da Sala de Situação em Saúde (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2010). E justamente esses processos participativos e transparentes que o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Código de Ética da profissão preveem. Com isso, a SSS se apresenta como ferramenta para o trabalho dos assistentes sociais na saúde. Focando na prestação de serviços diretos à população, no planejamento, na assessoria, na gestão e na mobilização e participação social.

4. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BREJO SANTO-CE

A Sala de Situação em Saúde (SSS) foi uma ferramenta, utilizada pelos profissionais-residentes das ênfases de Saúde Mental e Saúde Coletiva da Residência Integrada em Saúde-RIS da Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP/CE, para identificar as principais demandas apresentadas nos cenários de prática e do município de atuação, bem como de perceber fragilidades e fortalezas da Rede de Atenção Psicossocial de Brejo Santo, no intuito de intensificar estratégias de fortalecimento da rede em questão.

Após discussão e consenso entre a equipe multiprofissional dos possíveis indicadores que deveriam ser pesquisados e que contemplassem dados de Situação e Produção de Saúde, foi elaborado um instrumental para ser utilizado durante a coleta de dados. Desse modo, se fez necessário coletar informações diretamente dos trezentos e quarenta e três prontuários (343) dos usuários do CAPS-Ad, cadastrados desde a fundação

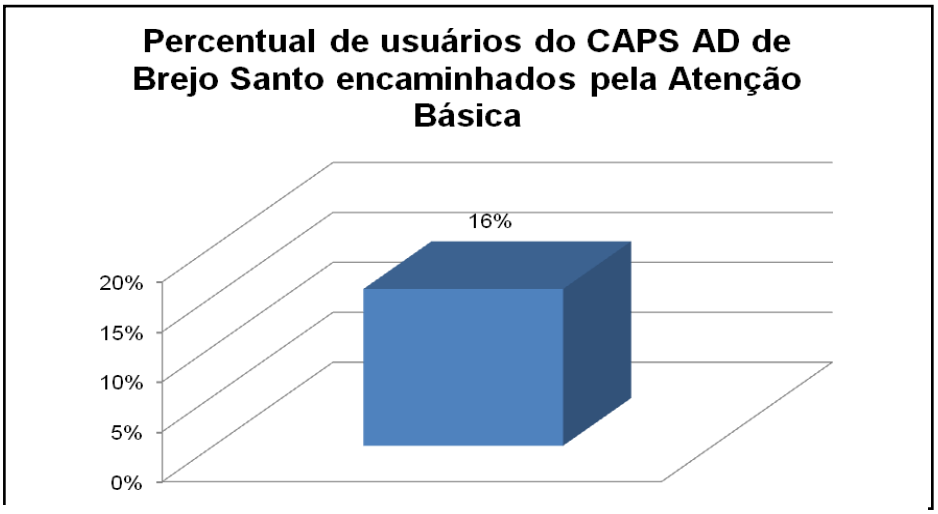
do serviço em 2014 até o fim do ano de 2016, o que corresponde a 100% da amostra, assim como subsídios do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), do Plano da Rede de Atenção psicossocial (RAPS) e no e-SUS.

Após a coleta e análise de dados foi possível entender melhor a situação da saúde mental no município de Brejo Santo-CE, bem como apontar estratégias de intervenções para os quadros que se mostram insuficientes, a fim de melhorar a resolutividade através de possíveis procedimentos que possam beneficiar os usuários.

A SSS, desse modo, pôde contribuir de forma significativa para produzir, pela primeira vez, indicadores de saúde do CAPS AD, contribuindo assim para socializar informações, perceber demandas, conhecer potencialidades e fragilidades existentes nos equipamentos de saúde mental e também para que a equipe do serviço possa se apropriar dos mesmos, de modo a traçar estratégias de fortalecimento do cuidado ao público usuário.

Dentre os quinze indicadores apontados na SSS, considero ser relevante abordar nesta análise dois, sendo eles: 1. Indicador de Situação de Saúde**:** Percentual de usuários do CAPS AD de Brejo Santo encaminhados pela Atenção Básica; e 2. Indicador de Produção de Saúde: Percentual de divergência entre a emissão do parecer social e decisão judicial para Internação Compulsória no CAPS AD Brejo Santo. Conforme gráficos e análises a seguir.

Gráfico 01- Indicador de Situação de Saúde: Percentual de usuários do CAPS AD de Brejo Santo encaminhados pela Atenção Básica



Durante a discussão, coleta e análise dos dados da Sala de Situação em Saúde, se pode verificar que dentre os 343 usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas do município de Brejo Santo-CE, pesquisados por meio dos prontuários, apenas 54 foram encaminhados pela Atenção Básica para o serviço, o que corresponde a 16% do total geral. Como pode ser observado no **Gráfico 1- Indicador de Situação de Saúde:**

Percentual de usuários do CAPS AD de Brejo Santo encaminhados pela Atenção Básica.

Esses dados são de extrema relevância para compreendermos o fluxo de chegada dos usuários ao equipamento e refletem dados que podemos considerar baixos, se levarmos em consideração que

> A Atenção Básica caracteriza-se como porta de entrada preferencial do SUS, formando um conjunto de ações de Saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL. 2003. p.16).

Dessa forma, está diretamente envolvida na comunidade desenvolvendo ações de prevenção e promoção da saúde, como também de assistência direta, recuperação e reabilitação de doenças e agravos mais comuns que possam ser desenvolvidas no *lócus* da vida cotidiana dos sujeitos envolvidos, como propõe o SUS. Sendo assim, deveria ser a maior encaminhadora no que se refere a usuários de Álcool e outras drogas, já que por meio dos Agentes Comunitários de Saúde-ACS's, conhecem os casos dos territórios e tem acesso direto a eles.

O município de Brejo Santo localizado no Sul Cearense possui atualmente, conforme dados do IBGE, uma população estimada em 48.451 habitantes[1]. No mesmo existem ainda vinte e uma (21) Equipes de Saúde da Família que cobrem os territórios e deveriam notificar ou encaminhar aos serviços de Saúde Mental, e neste caso ao CAPS AD. Entretanto, não é isso que os dados mostram, já que no estudo a rede hospitalar de saúde (pública ou privada) está entre os principais encaminhadores. Isso mostra que os agravos devido o uso/abuso de substâncias psicoativas chegam a rede terciaria e só depois é feito o encaminhamento, sem que haja um trabalho voltado para a temática na atenção básica, a fim de acompanhar e reduzir os danos.

Nesse sentido, verifica-se a existência de fragilidades no que se refere à comunicação entre a atenção primaria e a rede especializada no cuidado em saúde mental. Dado esse, que já havia sido observado pela equipe de residentes, já que durante todo o percurso da residência temos tentado traçar estratégias eficientes capazes de minimizá-las e promover maior articulação entre ambos os serviços.

Desse modo, criamos o Projeto de Educação Permanente em Saúde Mental na Atenção Básica que objetiva matriciar em saúde mental as vinte e uma (21) equipes de Saúde da Família presentes no município, bem como compreender as potencialidades e

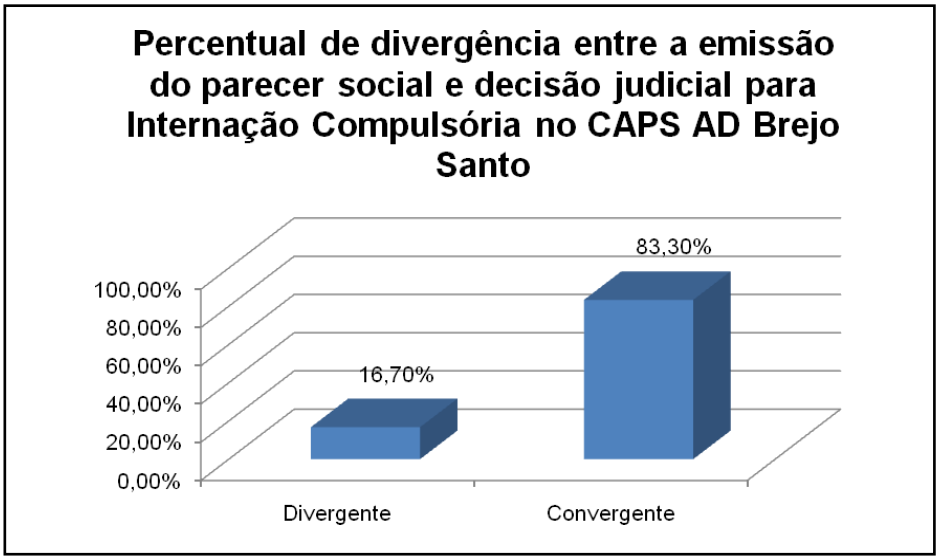
[1] IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades: Brejo Santo. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230250&search=ceara|brejo-santo. Visualizado em 04 de setembro de 2016.

fragilidades dessa articulação, estimulando o envolvimento profissional com a causa, o empoderamento da temática, o estudo de casos, a criação de Projeto Terapêutico Singular nos casos de saúde mental e seu encaminhamento aos serviços da rede socioassistencial e em especial ao CAPS AD. O projeto vem sendo desenvolvido desde o iniciou do ano de 2015 e completou 100% das equipes, por considerarmos de grande relevância para o município e principalmente para o fortalecimento da rede de saúde mental e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Outra estratégia de articulação entre as redes foi a realização do I e II Seminário Intersetorial de Saúde Mental de Brejo Santo-CE, que contou com a participação dos profissionais da Atenção Básica e da Saúde Mental, além de outras redes como da Assistência Social e Educação para discutir a Rede de Atenção Psicossocial do Município e região circunvizinha, Política de Redução de Danos, fragilidades da rede, entre outras temáticas.

Todos os momentos foram bastante produtivos que pretendemos dar continuidade ao longo da Residência Multiprofissional em Saúde, de modo a acompanhar o indicador e traçar novas estratégias que sejam eficientes para a melhoria do serviço prestado.

Gráfico 02 - Indicador de Produção de Saúde: Percentual de divergência entre a emissão do parecer social e decisão judicial para Internação Compulsória no CAPS AD Brejo Santo.



FONTE: Prontuários do CAPS AD Brejo Santo-CE, 2014-2016.

O Gráfico 2- Indicador de Produção de Saúde: Percentual de divergência entre a emissão do parecer social e decisão judicial para Internação Compulsória no CAPS AD Brejo Santo, foi o indicador de núcleo do Serviço Social. Os dados mostram que dentre os pareceres sociais emitidos pelo Assistente Social para Internação Compulsória solicitados

pela Justiça, 83,30% as decisões judiciais foram convergentes com parecer social e apenas 16,70% foram divergentes.

Os assistentes sociais, enquanto profissionais inseridos na divisão sociotécnica do trabalho estão envolto de elementos considerados ora limitadores ora possibilitadores de um fazer profissional que afirma o seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Tendo em vista que os mesmos inserem-se em diversos espaços de trabalho, podemos considerar que a realidade vivida por eles cotidianamente nestes locais vai, sobremaneira, caracterizar-se de forma diferenciada para cada um. E vão dentre muitos elementos, ser ou não instigadores de suas ações.

O assistente social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social no bojo das relações contraditórias entre capital x trabalho. O Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho coletivo, conforme menciona Iamamoto (2011), encontra-se inserido nas mais diferentes políticas sociais e, concomitantemente nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais e se utiliza de um vasto instrumental capaz de legitimar a sua atuação profissional.

Um desses instrumentos é o Parecer Social. Para o CFESS (2011. p.47) “O parecer social diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas”. Sendo assim, o poder judiciário para ter maiores subsídios para terminar a Internação Compulsória ou não, mediante pedido direto da família, solicita o parecer social ao Assistente social.

Com esse indicador pode-se verificar que na grande maioria das vezes o Poder Judiciário leva em consideração o parecer social para deferi ou não a internação compulsória. Para acompanhá-lo iremos estabelecer um dialogo aberto com justiça de modo a estabelecer contato direto e mostrar que existem inúmeros formas de cuidado em saúde mental e não apenas a internação. Essa parceria poderá beneficiar tanto os usuários quantos aos profissionais do serviço que serão ouvidos no que consideram enquanto equipe multiprofissional ideal para o cuidado.

O indicador traz à tona a reflexão sobre a legitimidade profissional da categoria que ao longo do tempo tem se reafirmado e conseguido cada vez mais campos de atuação, de modo a se respaldar nos instrumentos legais da profissão para dar materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social, utilizando o Código de Ética.

Sendo assim, compreendemos que os assistentes sociais não podem se limitar a respostas pontuais, imediatistas, focalizadas, praticistas, com uma visão micro e reducionista da realidade. Como afirma Pereira (2011. p.11), “o exercício profissional não se reduz ao mero repasse da burocracia institucional”, o que tende a descaracterizar a atuação profissional e ir contra o projeto profissional, mais sim, reafirmar cotidianamente o

comprometimento com o projeto ético político da profissão, que possui uma atuação voltada para as necessidades da classe trabalhadora e das classes subalternas, aprimoramento da formação profissional, visão da totalidade social, entre outros, objetivando desse modo, práticas educativas destinadas para a emancipação humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva da Sala de Situação em Saúde (SSS) envolveu múltiplos saberes de diversas categorias profissionais da rede de Saúde Mental do munícipio de Brejo Santo-CE.

A SSS contribui para o conhecimento das potencialidades e fragilidades existentes nos equipamentos de saúde mental, bem como pra com a interação entre a equipe do serviço e os usuários que puderam se apropriar e analisar de forma crítica cada um dos indicadores.

Acreditamos que a SSS favoreceu a busca por dados concretos das práticas profissionais, contribuiu para compreender com maior profundidade do processo de saúde-doença, para identificar, avaliar e monitorar indicadores de produção e situação de saúde, percebendo modificações nos riscos e agravos.

Os profissionais buscaram qualificar suas práticas e traçar intervenções qualificadas capazes de fortalecer a linha de cuidado e contribuir para o empoderamento dos sujeitos sociais envolvidos. Dessa forma, houve, sem dúvida, o fortalecendo de estratégias de cuidado e acolhimento, foi traçado o perfil das principais demandas institucionais, entre outros.

Os Assistentes Sociais puderam utilizar os dados para socializar informações, empoderar sujeitos e vivenciar uma gestão comprometida com a democracia e com um sistema de saúde universal, equânime e com qualidade.

Enfim, a proposta de Sala de Situação em Saúde deve ser mais utilizada pelos profissionais de saúde, e em especial pelos Assistentes Sociais, no intuito de publicizar ações e práticas profissionais e qualificar os serviços prestados a população usuária. Vale mencionar que isso ainda representa um desafio e requer sensibilização dos profissionais. Uma vez que o conhecimento deve preceder a intervenção, e para isso nova estratégias devem ser incorporadas aos serviços visando maior aprofundamento conceitual e metodológico.

6. REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2008. 117 p.

BUSS, P. M.; PELEGRINI, A. A. **Saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 17, p. 77-93.

BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

_____. **Sala de Situação em Saúde**: compartilhando as experiências do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde/ Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza. **A política de saúde na década de 90**: projetos em disputa. Superando Desafios - Cadernos do Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Vol. 4. Rio de Janeiro, UERJ /HUPE, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos.** 10.ed. São Paulo: Cortez. 2011.

FEITOSA, et al. **Sala de Situação em Saúde**: ferramenta para o planejamento das ações de saúde. Rev. Enferm. UFPE on line., Recife, 8(7):2165-70, jul., 2014.

FEITOSA, L.; ROSA, L. C. **Processo de Reestruturação da Reforma da Atenção em Saúde Mental no Brasil**: avanços e desafios. Sociedade em Debate, Pelotas, EDUCAT, n. 38, p. 135-152, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Uma Concepção Teórica da Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em:http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230250&search=ceara|brejo-santo. Visualizado em 04 de setembro de 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN ANAMERICANA DA SAÚDE. **Sala de Situação em Saúde**: Compartilhando as experiências do Brasil. Brasilia-DF, 2010.

PEREIRA, Marina Coutinho de Carvalho. **Estratégias dos Assistentes Sociais previdenciários sulistas frente ao desmonte do Serviço Social**. Disponível em: revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/706/630. Acesso em: 05/09/2016.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social** – Cotidiano formação e alternativas na área da saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasilia, 2009. p.01-28.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: TECENDO ALGUMAS REFLEXÕES

Janaina Brito Alves
Carmelita Maria Silva Sousa
Daniela Ferreira da Costa

RESUMO:
O presente estudo tem por finalidade trazer um breve resgate histórico, acerca da aproximação do Serviço Social junto a Política Educacional, compreendendo ser este um espaço sócio ocupacional de atuação do/a assistente social. Sendo assim entendemos que tal aproximação não se apresenta como algo recente na sociedade contemporânea, na verdade o que temos de novo é a forma de abordagem e direcionamento para à atuação profissional. Nesse sentido faz necessário também referenciaremos o projeto de lei que visa regulamentar a inserção do Serviço Social, como também da psicologia na área da educação.
PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Educação. Política Pública.

ABSTRACT: This study aims to bring a brief historical review, on the approach of social work at the Educational Policy, understanding that this is an occupational social work space of the / a social worker. So we understand that such an approach is not presented as something new in contemporary society, in fact we have again is how to approach and direction for the professional performance. In this sense it is also necessary will refer the bill regulating the insertion of Social Services, as well as psychology in education.
KEYWORDS: Social Service. Education. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a refletir sobre alguns aspectos relacionados ao Serviço Social na Política Educacional brasileira. Partindo do pressuposto que desde os primórdios da profissional estes estiveram relacionados. Compreendendo assim, ser a educação um espaço sócio ocupacional de atuação do/da assistente social, atuando tanto no planejamento enquanto política pública, como para um trabalho de gestão escolar, ou seja, na escola enquanto espaço institucional e com a comunidade de forma geral.

Desse modo é importante salientar que a aproximação do Serviço Social na área da educação, não se apresenta como algo novo para a categoria profissional, na verdade o que temos de novo é a forma como ela tem se presentado no cenário contemporâneo. Nesse sentido além de trazemos uma reflexão acerca do Serviço Social na Educação, com um breve

resgate histórico, registraremos algumas iniciativas de regulamentação via projeto de lei da inserção dessa categoria profissional no campo da educação.

2 ASPESTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA EDUCACIONAL

Ao busca construir a trajetória do Serviço Social na educação brasileira, se faz necessário compreender que, embora muitos afirmem que essa aproximação é algo recente, essa vinculação, no entanto vem ocorrendo desde os primórdios da profissão. Conforme dados do CFESS/CRESS (2011) a presença do/a assistente social na área da educação remota à década de 1930, portanto desde a origem dos processos sócios históricos constitutivos da profissão.

Silva (2012) reafirma que a inserção do Serviço Social na área educacional não é algo recente, contudo a conjuntura com a qual este se apresenta atualmente é que nova, porém a discussão atual não é apenas pela inserção do profissional no espaço escolar, mas pela inserção na política pública de educação, que faz uma absurda diferença quando nos referimos à efetivação de direitos sociais.

É preciso compreender que a luta não é apenas pelo espaço escolar, mas pelo campo da educação como via de formação dos sujeitos e da efetivação dos direitos. Entendendo dessa maneira, o trabalho do/a assistente social deve contemplar o espaço escolar de forma global, incluindo professores, estudantes e a comunidade.

Temos como uma das primeiras obras lançadas na década de 1930, o titulo “Serviço Social, Infância e Desvalidos”, publicada no ano 1939 e reeditada e lançada novamente em 1985, de autoria da assistente social Maria Esolina Pinheiro. A obra aborda ideias e técnicas do Serviço Social nas diferentes áreas de atuação, na especificidade escolar, este aparece como um espaço de “ação social”, em que devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos (2015, APUD, Pinheiro, 1985).

No entanto conforme CFESS/CRES (2011) é somente na década de 1990, com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza um aumento significativo do Serviço Social na área educacional. A esse elemento somam-se as transformações societárias engendradas pelo capital, que impõem processo de reforma neoliberal do Estado, refletindo sobre as politicas sociais, em especial a política de educação.

É fundamental compreendermos que, a inserção do Serviço Social na Política de Educação, uma vez que representa uma possibilidade de contribuição para a garantia e efetivação do direito e acesso à educação, por meio de ações que viabilizem o acesso e permanência dos sujeitos na escola, assim como também na qualificação dos serviços no sistema educacional.

Sendo assim o CFESS/CRESS (2011) esclarece, o trabalho do assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano, assim a inserção desse profissional supõe uma dada concepção de educação com uma direção hegemônica e libertaria.

No espaço escolar o Serviço Social tem por objetivo contribuir com a inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, portanto, o papel do profissional incide diretamente sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar à partir das situações vivenciadas no cotidiano da escola e dialogando com dos seus usuários.

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, identificando possíveis alternativas às problemáticas sociais vividas por muitas crianças e adolescentes, o que refletiria melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar (CFESS/2001), cabendo ao profissional assistente social atuar na elaboração, execução, avaliação de projetos, bem como intervenção com os usuários, assim sua atuação esta ligada tanto ao planejamento da política como também inserido no interior do espaço institucional.

Ao abordar a relação entre Educação e Serviço Social, Santos (2005) pontua as contribuições do Serviço Social, pois n uma delas é trazer a família para o contexto escolar, pois intervindo na família estes profissionais podem através de sua prática, tornar importante a relação escola-aluno-família. É essencial que o trabalho do Serviço Social não vise somente o aluno, em seu contexto isolado, mas entenda que este está inserido numa realidade complexa. Semelhantemente Santos (2005),

> Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, consequentemente, trabalhar comum método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2005, p.44).

Para Silva (2012), o profissional assistente social na escola deve está atento quando direcionar sua atuação para os estudantes, não podemos reduzir a sua atuação em uma instituição a política de assistência estudantil, todavia esta é uma das dimensões, mas não podemos reduzir tudo a ela. Ao focar apenas no alunado, o profissional corre sérios riscos de cair em problemáticas, como:

> I- culpabilização dos estudantes; II - reprodução de diagnósticos de agências mundiais sobre qual é o problema da educação/escola brasileira, que ora é o aluno, ora o professor, ora a metodologia, e nunca a forma classista com que foi tratado esse campo em uma sociedade capitalista que quer desqualificar que é bem público; III-um trato ideológico dado à compreensão dos direitos sociais e ao sujeito de direitos, condição ainda em construção no Brasil. (SILVA, 2012, p. 31)

Segundo Santos (2012), ao abordar a inserção do Serviço Social na educação, proveniente de escolas privadas e/ou filantrópicas, pode indicar que essa inserção vem sendo

impulsionada em virtude das modificações ocorridas na legislação concernente aos últimos anos, ou seja, no espaço das redes de ensino privado ou filantrópico essa inserção ocorre principalmente em virtude das legislações.

Na rede privada e/ou filantrópica de ensino, o Serviço Social tem outras particularidades, assim conforme Santos (2012), o Assistente Social tem sido requisitado também nesta realidade escolar para realização de avaliação socioeconômica, a fim de concessão de gratuidade com bolsas de estudo, como dispõe a Lei de Regulamentação da profissão, Lei 8.662/93:

> Art. 4º. Constituem competências do Assistente Social: (...) XI – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de beneficio e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, p.13).

No entanto, Santos (2012), alerta que o trabalho do assistente social nas escolas privadas e/ou filantrópicas está para além da análise de relatórios socioeconômicos para a concessão de bolsas, que estes podem desenvolver ações que envolvam toda a comunidade escolar de forma geral. Entende-se que o aporte do/a assistente social para a realidade de escolas privadas e/ou filantrópicas vai muito além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de projetos sociais.

O Serviço Social tem enorme relevância para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes das questões sociais, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colabora no processo de democratização da educação, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar, conforme Santos (2012).

Como citado anteriormente a inserção do Serviço Social na rede pública de ensino se deu de forma distinta e com outros objetivos, conforme Santos (2012),

> No que tange à presença do Serviço Social nas escolas públicas, podemos situar que esta inserção vem acontecendo de uma forma bem diferente da realidade de escola privada e/ou filantrópica. Partiu-se do entendimento de profundas mudanças na conjuntura do grupo familiar, como o papel da família na sociedade contemporânea, a função da escola na pós-modernidade, as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas e as novas demandas inerentes ao cotidiano escolar. (SANTOS, 2012, p.16)

Ainda de acordo com Santos (2012), a inserção do Assistente Social na educação pública constitui-se uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, como também buscando a promoção da democracia e participação na realidade escolar. A autora atenta também para o significado que profissional representa para o fortalecimento da gestão escolar.

Pensar Serviço Social e gestão escolar é compreender um trabalho que envolva escola e comunidade, ou seja, um processo entre alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em geral, tendo estes como sujeitos atuantes e integrados da dinamização do cotidiano escolar. Com objetivo de fomentar discussões, contribuições e também decisões, propondo-se

alternativas, sugestões na construção e efetivação do Projeto Político da escola construído coletivamente.

Santos (2005), afirma que, com relação ao Serviço Social na gestão escolar por ser uma profissão que trabalha no sentido educativo, também pode contribuir proporcionando espaços que resultem em novas discussões, em tomada de consciência, de atitude, trabalhando as relações interpessoais e grupais. Ainda em consonância com o exposto, Souza, nos diz,

> Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39).

Com relação à função educativa exercida pelo Serviço Social, é preciso destacar conforme Abreu (2002) é inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a pratica profissional, e esta ao longo de sua trajetória histórica define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes.

Destaca Abreu (2002), a função pedagógica desempenhada pelo assistente social, pode se distinguir em, as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade, como também, estratégias educativas emancipatórias, vinculada à necessidades históricas de construção de uma alternativa societária á ordem do capital.

Faz-se ainda necessário mencionar nessa explanação com relação ao trabalho do profissional de serviço social na educação em nada, e de forma alguma este substitui as ações do ponto de vista da relação ensino-aprendizagem, campo de saber de professor e de pedagogos que desenham uma organização do seu fazer profissional em todos os níveis da educação.

3 PEC DA EDUCAÇÃO Nº 060/2007 : UMA PROSPOTA EM ANÁLISE

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho presente nas relações sociais capitalistas. Para Netto (1992), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da "questão social"[8] em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem econômica, passando a ser alvo das políticas sociais.

A área da educação se constrói como espaço sócio ocupacional de atuação do assistente social, compreendendo esta como política pública. Sendo assim, a inserção do

[8] Segundo Iamamoto (1998) a questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

assistente social na área da educação é de suma importância, por isso surgiu o projeto de Lei nº 3.688/00, regulamenta a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica lançado no ano 2000. É um ganho para ambas as categorias profissionais como também para a comunidade escolar.

Este projeto de lei vem no sentido de universalizar a contratação desses profissionais, pois até então os municípios e/ou Estados se organizavam de forma isoladamente com relação ao suporte legal. Esta foi apresentada na Câmara dos Deputados no ano de 2000, de autoria do Deputado José Carlos Elias, a qual tramitou na casa até 2007, a PEC 060/2007 ficou conhecida como a PEC da educação.

Além desse projeto lei citado acima podemos registra alguns outros documentos de abrangência estaduais, assim temos registros de projetos no estado da Bahia e Minas Gerais no ano de 2003, no Ceará em 2005 e no Rio de Janeiro no ano de 2006, contudo claro a PEC 060/2007 influenciou todos esses projetos anteriores.

Na PEC 060/2007 em sua proposta inicial era apenas para inserção do profissional da área de Serviço Social, posteriormente quando está já tramitava no senado foi acrescentado também o psicólogo. Esta foi analisada em dois pareceres, no primeiro se colocava que o psicólogo vinculado Sistema Único de Saúde – SUS atendessem aos alunos, e que os assistentes sociais, vinculados aos serviços públicos de assistência social, atuassem nas escolas.

Silva (2012) aponta algumas problemáticas presentes na PL, apesar de esta reconhecer a necessidade do profissional não mencionar como será seu custeio, visto que os municípios tem um orçamentos restrito. Outro aspecto é com relação à utilização do termo "preferencialmente" não deixando assim claro a obrigatoriedade da contratação dos profissionais, podendo utilizar os serviços dos servidores pertencentes ao sistema municipal.

O projeto de lei 060/2007 é importante no sentido que busca regulamentar o trabalho do assistente social e psicólogo no espaço escolar, reconhecendo também a necessidade desses profissionais para a rotina das instituições de ensino. No entanto Silva (2012) nos diz a possibilidade de inserir o Serviço Social na escola por meio da PL não supre as reais necessidades da escola, dos alunos e da comunidade escolar.

Ademais é primordial elucidar as atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), conforme dados CFESS/CRESS (2012).

Logo na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993 no Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

> I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
> II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
> III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
> V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
> VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
> VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
> VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
> IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
> X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
> XI - realizar estudos sócioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL,1993,p.)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das experiências acumuladas do Serviço Social na área educacional, ainda são escassos os relatos de contato do assistente social na educação. Observado uma atuação voltada mais para as instituições de níveis médio e superior, ou seja, ainda não se observou uma expressiva participação do Serviço Social nessa área. Acredito que fato deve-se principalmente por falta de uma legislação que regularmente a inserção desse profissional no quadro de funcionários das escolas, pois o projeto de lei de objetiva tal regulamentação ainda se encontra em tramitação no legislativo.

Desse modo o Serviço Social Escolar ao adentrar esse espaço possibilita a defesa intransigente dos direitos humanos, reconhecimentos da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e pela expansão dos indivíduos sociais, da construção de ação participativa dos diversos membros do ambiente escolar, como também se envolve nas decisões que se referem à Gestão Escolar na organização e reorganização das ações entre família, escola e comunidade, ou seja, como agente de ligação entre a família, à sociedade e a escola enquanto instituição, a fim de se construir um espaço coletivo.

Sendo assim, é importante percebemos que a política de educação no cenário brasileiro constrói-se em uma realidade complexa e dinâmica, visto que está em um passado bem recente era privilegio de determinada classe social, utilizada para preparar o individuo para assumir seu lugar na sociedade burguesa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Substitutivo do Senado ao Projeto de **Lei da Câmara nº 60, de 2007.** PL nº 3.688, de 2000.

____. **Lei N° 8.662, de 7 de junho de 1993.** Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Brasília, DF, 1993.

CFESS. Serviço Social na Educação. ***GT Serviço Social na Educação***. Brasília: CFESS/ CRESS, 2001.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. *GT Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS/CRESS, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez 1992.

SANTOS, André Michel dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos**. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SILVIA, Marcela Mary José de (org.). **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

A IDEIA DE ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O SUJEITO DE DIREITOS

Luana Bezerra Costa
Aldair Péricles Bezerra Monteiro
(Orientador)

RESUMO:
A discussão aqui articulada reflete a compreensão acerca da ideia de Estado e direitos sociais, observando o surgimento do mesmo como promovedor das políticas públicas e serviços públicos que viabilizam a materialização dos direitos consagrados na Carta Magna em 1988. Trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa, realizado a partir das técnicas de pesquisa descritiva e explicativa. A discussão atenta para a forma como tal instituição pode ser percebida no cotidiano dos cidadãos, ao permitir compreender que o Estado não promove ações de interesse coletivo por ser benevolente, mas essencialmente para regular os interesses das classes sociais no capitalismo.

Palavras-chave: Estado. Interesses. Direitos.

ABSTRACT:
The discussion here articulated reflects the understanding about the idea of State and social rights, observing the emergence of it as a promoter of public policies and public services that enable the materialization of the rights enshrined in the Magnum Letter in 1988. This is a bibliographical study with an qualitative approach, based on descriptive and explanatory research techniques. The attentive discussion of how such an institution can be perceived in the daily life of citizens, by allowing to understand that the State does not promote actions of collective interest by being benevolent, but essentially to regulate the interests of social classes in capitalism.

Keywords: State. Interests. Rights.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o contexto de crises (política, econômica, ética e social) que afeta a população brasileira, em especial a classe trabalhadora, observa-se o quão pontual é a promoção do debate acerca dos direitos sociais, do exercício da cidadania, dos serviços públicos e não menos importante, da compreensão construída no cotidiano do cidadão quanto ao que se denomina por Estado, direitos e Políticas Públicas no âmbito do capitalismo.

Este estudo parte de um recorte bibliográfico realizado ao longo da produção do trabalho monográfico sobre o sujeito de direitos e o cidadão-consumidor na clínica-escola do Centro

Universitário Doutor Leão Sampaio – UniLeão, e objetiva ao longo da discussão compreender a luz do conceito de direitos o surgimento do aparelho estatal como promovedor das políticas públicas e serviços públicos que viabilizam a materialização dos direitos consagrados na Carta Magna brasileira em 1988.

Para tanto, faz-se necessário articular a discussão destacando essencialmente a necessidade de compreender o referido assunto no espaço do cotidiano dos sujeitos-usuários/beneficiários das políticas públicas e dos serviços públicos, bem como considerar o processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista em face de um Estado que seguramente deixa claro qual é o seu lado no âmbito da conquista de direitos e garantias destes na vida dos cidadãos.

Destarte, desenvolve-se a discussão mediante uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, a partir das técnicas descritiva e explicativa; para tanto, tendo como recurso na fundamentação e discussão do assunto as obras de autores como Marx, Engels, Mascaro, Montaño, Netto, Iamamoto e Carvalho, Faleiros, Luca, entre outros que também viabilizam ponderar discussões acerca da garantia de direitos, do Estado e Políticas Públicas, e reprodução do sistema de produção social capitalista.

O interesse por essa discussão parte das observações feitas ainda no período de estágio supervisionado no Núcleo de Apoio do Serviço Social (NASS) da Clínica-escola da Unileão ao longo do ano de 2015, em relação às alterações lançadas sobre os direitos sociais (saúde, previdência social, assistência social, trabalho, educação, entre outros) propostas por um congresso legislativo majoritariamente conservador, que almejando pôr em ação medidas de austeridade justificadas pela crise econômica reincidem na vida dos cidadãos, possibilitando notar que a percepção da população usuária dos serviços da clínica-escola (ainda que se mostrasse superficial e subjetiva) punha em xeque a existência de direitos.

Percebe-se que a discussão aqui pretendida é relevante e necessária para que se consiga de fato compreender a dimensão da atual conjuntura que incide direta e indiretamente na atuação profissional daqueles que trabalham no processo de garantia, defesa e materialização dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, bem como da própria realidade dos ditos sujeitos de direitos, posto a urgência de posicionamento e mobilização contrária às estratégias arquitetadas pela classe dominante via esfera de poder político-legislativa e jurídica para reduzir e alterar direitos, sucatear, precarizar e mercantilizar os serviços e políticas públicas, que como enfatizado anteriormente visam à materialização do sistema de seguridade/proteção social.

Ademais, esta discussão possibilita entender que o desenvolvimento de políticas públicas sociais ou mesmo a aquisição de direitos não pode ser resumida a noção de “Estado benevolente” que concede e organiza os mesmos em função de sua bondade, mas essencialmente porque é conduzido a fazê-lo por assumir responsabilidade com o interesse

público diante da articulação social para que houvesse o reconhecimento das expressões da questão social exigindo ações direcionadas para o tratamento da mesma.

Essa discussão atenta não só para o quadro de crises pelo qual a sociedade brasileira está passando, mas essencialmente para a forma como o sujeito de direitos pode pensar ou perceber a instituição estatal em seu próprio cotidiano, nas relações em que se insere, considerando os efeitos das medidas de austeridade que tem sido tomada pelo governo brasileiro desde a década de 1990 e com o processo de impeachment ocorrido no início de 2016, o que revela o quão necessário é estudar e dialogar sobre tal assunto, inclusive para além do âmbito acadêmico.

2 A IDEIA DE ESTADO E CIDADANIA NA SOCIEDADE

Como fora elucidado de forma breve na introdução anteriormente realizada, percebe-se no bojo da sociedade capitalista um movimento de retrocessos no que competem aos direitos consagrados na Carta Cidadã do país e que põe em xeque a garantia das condições básicas de vida dos trabalhadores, aposentados, estudantes, comunidade LGBT, negros e demais seguimentos sociais.

Na conjuntura atual o movimento destacado acima se explicita nas Propostas de Ementas Constitucionais (PEC) que visam alterar direitos consignados ao longo do século XX ao propor a redução da atuação do Estado no atendimento das demandas sociais e transferindo-as ainda mais para o setor privado da sociedade, configurando-se, com efeito, como parte das estratégias de redirecionamento[9] do projeto de governo em torno do atendimento dos interesses do capitalismo e reincidindo consequentemente na vida da classe trabalhadora.

Quanto a esse movimento anteriormente destacado, é preciso considerar que, segundo Mendes (2014) até o processo de redemocratização brasileira acontecer, as políticas de saúde e educação, por exemplo, não eram articuladas de forma universalizante, bem como a oferta de políticas públicas sociais que decorrem essencialmente da luta da população por direitos sociais, civis e políticos. Luca (2008) deixa claro que o processo de cidadania brasileira parte de uma cultura de restrições a direitos e da conservação da ordem classista e política burguesa existente desde o processo de povoamento do Brasil, tendo em vista, principalmente os quase 400 anos de sistema escravista no país[10], a oligarquia e os golpes de Estado e intervenção militar.

[9] Refere-se aqui a tentativa de golpe arquitetada desde 2014 e consolidada no primeiro semestre de 2016.

[10] Ver Couto (2008, p. 76-79) sobre as relações de poder na sociedade brasileira ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Conforme se observa, vê-se que por muito tempo o poder de decidir ou a liberdade de reivindicar na sociedade brasileira era dado apenas a uma pequena parcela populacional que detinha algum status financeiro e influência no âmbito das relações políticas. É, pois, mediante esse entendimento que se pode vislumbrar a atuação do Estado nas diversas conjunturas do país ao longo do desenvolvimento sociopolítico e econômico engendrados na sociedade seja no período escravocrata ou industrial.

É possível compreender o papel ou a ideia de Estado ao se pensar que este resulta enquanto fenômeno histórico e conflituoso, a partir das relações sociais no sistema capitalista.

> O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2005, p. 191).

A citação anterior permite perceber que o Estado é um instrumento criado para promover a regulação da vida em sociedade, mas que enquanto criação, produto das relações capitalistas, pressupõe uma atuação que proporciona a proteção da propriedade privada, da permanência e perpetuação do poder da classe dominante ou sociedade civil burguesa sob os interesses e necessidades da classe proletária (MARX, 1996; ENGELS, 2005; MASCARO, 2013; MONTAÑO, 2010).

Montaño (2010) destaca que quanto a tradição marxista não há uma teoria do Estado pronta, definida e imutável, visto que há na realidade social na qual ele se estabelece um processo de transformação constante e várias determinações sócio-históricas que ele pode assumir ao longo do desenvolvimento social, notando-o como produto da sociedade civil burguesa.

Assim sendo, pensar o Estado requisita considerar as relações sociais e os processos históricos[11] que contornam a ambos, visto que "é impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida" (BERGUER; LUCKMANN, 2011, p. 77).

A esse respeito, o que se pode deduzir é que o Estado que ora se apresenta, é basicamente o mesmo de algumas décadas passadas em termos de manutenção de sua essência, considerando que mesmo tendo havido transformações sociais: o aparelho estatal enquanto instrumento de poder mantem sua essência de controlador e regulador da vida em sociedade que age em favor dos interesses da ordem do Capital por meio de pactos

[11] Essa compreensão reconhece que o Estado se constrói em uma arena de conflitos de interesses, em que este se faz instrumento de dominação ao longo relações sociais independente do período histórico em que estas sejam estudadas. Ver Pereira (2002).

institucionalizados, ainda que alegue representar o interesse de todos na sociedade (BERGUER; LUCKMANN, 2011; MONTAÑO, 2010; PEREIRA, 2002).

Para nível de maior compreensão desta identidade assumida pelo Estado, é possível tomar a atuação do assistente social (pensando tal profissional na condição de servidor público) como exemplo da força que o aparelho estatal pode ter sobre os sujeitos/cidadãos quando necessita atender as demandas sociais de forma a viabilizar o controle e reprodução do sistema social e econômico vigente:

> Como produto da sociedade, o Serviço Social consiste na mediação entre a produção material e a re-produção do sujeito para esta produção, e na mediação da re-presentação do sujeito nesta relação. [...] A mediação da sobrevivência se constrói num processo político complexo, combinando benefícios e coerção, que avançam e recuam conforme conjunturas, lutas e crises. [...] Esta mediação do beneficio é um processo de relações de força, pois pode assumir a forma autoritária da outorga (quem dá, ostenta e define o que dá) ou a forma da conquista. [...] A sobrevivência no cotidiano implica relações complexas tanto com o Estado como com diversos organismos privados de assistência. (FALEIROS, 2007, p.100-101).

A colocação acima permite observar dois aspectos pertinentes ao entendimento da força do Estado ao intervir nas relações sociais, o primeiro relaciona o fato de que este elabora políticas públicas e serviços públicos que pressupõe um atendimento viabilizador da permanência do modo de vida em sociedade, por meio da propagação de ideologias[12] conservadoras e mantenedoras da ordem social, que são articuladas pela própria disponibilidade dos serviços e pelos profissionais que atuam nos espaços públicos; o segundo aspecto contorna a própria postura do profissional que pode ou não assumir o caráter conservador ao atender as demandas dos usuários, posto sua capacidade crítica de desvelar e intervir sobre a realidade lhe apresentada e o nível de compromisso que tenha com o seu Projeto Ético-Político.

Assimilado essas observações fica evidente como pode ser compreendido a ideia de Estado na sociedade brasileira se considerado a perspectiva de seu poder enquanto instituição que serve de instrumento para proteção de uma classe social claramente antagônica aos interesses da massa de trabalhadores.

Destarte, a cidadania precisa ser compreendida em torno do processo de relações entre Estado e sociedade capitalista, visto que, conforme Mascaro (2013) a instituição do Estado é impensável distante das relações sociais e da órbita de produção do capital, pois ele é essencial no processo de garantia de direitos fundamentais do cidadão destacado por ele e outros autores como sendo primeiramente reconhecido pelo Estado na figura do burguês, o qual tem seus direitos protegidos da classe trabalhadora; considerando que é a partir do século XIX que o Estado se dedica a mediar às relações entre capital e trabalho, protegendo o primeiro e

[12] É importante recordar sobre as questões determinantes da consciência e da vida do homem na sociedade capitalista, ver Marx; Engels (1999, p. 22).

controlando as mobilizações e reivindicações do segundo (MONTAÑO, 2010, IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; NETTO, 2005; PEREIRA, 2002).

Quanto a isso, a cidadania observada primeiramente na sociedade capitalista diz respeito àquele que detenha influência política e econômica sobre a sociedade, neste caso o proprietário dos meios de produção. Sendo assim, tal reconhecimento só passa a ser estendida paulatinamente a população em geral por meio da organização e mobilização política da classe trabalhadora ao pressionar o bloco de poder político-econômico para validar seus interesses (FALEIROS, 2007, IAMAMOTO, 2007, COUTO, 2008).

Os direitos sociais ou mesmo a noção de cidadania antes de ser garantidos na Constituição Federal de 1988 em caráter universal e isonômico, eram impensáveis para a classe trabalhadora, pois como dito, a esta cabia às intervenções coercivas e coesivas do Estado a partir da repressão policial ou de atendimento paliativo das demandas sociais (desde que não atingissem a lucratividade e a ordem burguesa).

Nesse sentido, é possível pensar o processo de reconhecimento da cidadania ou de sujeito de direitos observando que “no capitalismo, a produção não se faz em troca de proteção pessoal, mas da realização de interesses de grupo organizado, de classe” (FALEIROS, 2007, p.128), ou seja, as ações do Estado (enquanto órgão regulador das relações sociais) não estão primordialmente atreladas única e exclusivamente aos interesses do cidadão por razão da necessidade de garantir a proteção do indivíduo, mas essencialmente consignados por meio da correlação de forças.

Sendo, pois, os direitos sociais consagrados na legislação a partir do momento em que a classe trabalhadora (saturada do nível de exploração e da ausência de alguma proteção social) se articula para reivindicar transformações ao que compete a garantia de serviços e políticas públicas de saúde, trabalho, mobilidade urbana, moradia, educação, lazer, previdência social e assistência social, entre outros direitos atualmente estabelecidos na Carta Cidadã.

Destarte, mesmo não sendo intenção dessa discussão o aprofundamento das categorias fundantes do Capital ou mesmo do processo de trabalho, é interessante compreender o quanto as relações sociais fundamentadas no processo de trabalho no modo de produção capitalista (que alienam os sujeitos sociais) são decisivas e influentes no entendimento da ideia de um aparelho estatal que aparece de forma superior para determinar a regulação social, bem como na compreensão do estabelecimento de direitos fundamentais para o ser humano.

3 OS SUJEITOS DE DIREITOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CONJUNTO DE AÇÕES DO ESTADO NO PROCESSO DE “AQUISIÇÃO/CONCESSÃO DE DIREITOS”

As considerações anteriormente realizadas são essenciais para compreender a intervenção estatal em face das expressões da questão social e da própria noção de sujeito de direitos em relação ao reconhecimento do Estado das reivindicações sociais e a elaboração de políticas públicas.

De antemão, assume-se a compreensão de que Políticas Públicas é a implantação de um projeto que orienta a política em um governo através de ações voltadas para setores específicos da sociedade enquanto responsabilidade do Estado (ARAUJO, 2011), visto que elas representam a "[...] corporificação do ente Estado através de ações, direcionamentos, atuações, projetos que possuam como objetivo maior suprir as necessidades humanas." (CUSTÓDIO; SILVA, 2015, p. 5), isso se pensado em um contexto atual do que ele deve ser enquanto instituição que atue em prol dos interesses da coletividade.

Com efeito, é preciso considerar, tal como fora pautado até aqui, que a ideia de Estado que intervém na realidade cotidiana do trabalhador por meio de políticas públicas sociais, iniciadas por volta do século XIX com o advento da primeira Revolução Industrial, era voltado para promoção do controle da massa, de forma que suas ações assumiam caráter extra-econômico, refuncionalizadoras e redimensionalizadoras da instituição do Estado (NETTO, 2005).

Segundo Netto (2005) em função da ameaça da classe operária ao projeto burguês, a intervenção estatal se deu coercitivamente com a repressão ao movimento operário negando direitos civis, sociais e trabalhistas, e através da incorporação estratégica das demandas lhes apresentadas em decorrência da necessidade de se legitimar na sociedade viabilizando a conservação da ordem societária capitalista.

Tal perspectiva não difere muito do atual contexto de implementação das políticas públicas sociais, posto que as medidas neoliberalistas adotadas pelo país ao longo das duas últimas décadas agravam as expressões da questão social, não só por aprofundá-las, mas principalmente por torná-las novamente alvo de ações filantrópicas, políticas assistencialistas e serviços fragmentados, ao transferir a responsabilidade do Estado para o terceiro setor, por promover o sucateamento e a precarização dos serviços públicos indo na contramão do que propõe a Carta Cidadã brasileira (IAMAMOTO, 2009).

É preciso, sobretudo, discernir que ainda que as políticas públicas sociais sejam também frutos de reivindicações trabalhistas, atribuídas ao longo da evolução histórica como instrumentos de materialização dos direitos sociais por meio da regulação destes e promoção dos serviços públicos, elas tendem a se caracterizar como via mantenedora das contradições sociais, posto que não aparecem com o proposito meramente protetor, mas para responder até certo ponto as necessidades demandadas da população, impedindo-a de se emancipar de fato e de romper com o sistema de exploração vigente.

> Os gatos sociais do Estado são a forma capitalista de se manter o trabalho excluído ou incapacitado para as relações formais de trabalho. Essa proteção social, no entanto, tem passado por uma série de vínculos de relação pessoal para ser mantida, assim como a família mantém o desempregado pela existência simultânea de vínculos pessoais e formais com algum trabalho. No Brasil, o Estado vem adotando uma série de políticas heterogêneas para cada forma de inserção da mão-de-obra nas relações de produção, articulando as políticas com essa realidade concreta, essa formação social diversificada. Não temos no país um Estado de bem-estar social, mas de desproteção social com uma quantidade enorme de programas sociais emergenciais, aleatórios, como de distribuição de alimentos, roupas, auxílios e vagas de internamento em instituições particulares que recebem subvenção do Estado (FALEIROS, 2007, p.131-132).

A citação anterior permite conceber a noção da atuação do Estado ao propor políticas públicas 'viabilizadoras de proteção social' ao cidadão/sujeito de direitos na conjuntura do país, tal como o sistema de previdência social, que conforme Netto (2005, p. 31) aparece como instrumento que serve para "contrarrestar a tendência ao subconsumo" ao subsidiar os seus beneficiários com recursos[13] necessários para suprir suas demandas; visto que no bojo das relações sociais os cidadãos são conduzidos a se inserirem em um mercado de trabalho e a contribuir com o sistema político e econômico, não simplesmente por que queira, mas porque está condicionado em função de suas próprias necessidades a se submeter à lógica do sistema para subsistir ao mesmo.

É interessante, com efeito, notar o quanto a instituição do Estado burguês é capaz de moldar os interesses[14] da classe trabalhadora aos da lógica do sistema de produção capitalista, proporcionando certo conformismo aos trabalhadores por terem parte de suas reivindicações atendidas por meio de Leis, políticas públicas e serviços públicos, ao passo que também consegue tornar as expressões da questão social (que justificam a existência de políticas públicas) como assuntos individuais e particulares da realidade cotidiana dos cidadãos ao transferir para a sociedade civil a responsabilidade pela oferta de serviços entendidos como direitos na legislação.

O que se pode aferir ao se debruçar o olhar sobre o desenvolvimento de políticas públicas no processo de materializar os direitos conquistados pela classe trabalhadora, mediante uma perspectiva crítica, é que na implementação das mesmas há influências diretas ou indiretas da cultura patrimonialista e o predomínio do interesse privado[15] na oferta e gestão do serviço público. Ideias como democracia, cidadania[16], universalidade, proteção social, entre outros, são perspectivas que, conforme permite destacar a história do país, por muito tempo

[13] O que se evidencia com as afirmações dos autores acima destacados é que: somente o salário que o trabalhador recebe ao vender sua força de trabalho não é suficiente para que o Capital atinja seus objetivos de lucratividade, tornando os subsídios garantidos pelas políticas de transferência de renda e os benefícios previdenciários importantes ferramentas para a classe trabalhadora, e até mesmo os que se encontra 'fora do mercado de trabalho' consuma tanto quanto necessita o capitalismo.

[14] Ver discussões acerca da capacidade do Estado de incorporar as demandas sociais em torno dos interesses capitalistas (tornando-as objetos de negociação no orçamento público quando da implementação de políticas públicas) em obras de autores como Netto (2005, p. 31), Santos (2005, p.6) e Araujo (2011, p.5).

[15] Ver Iamamoto (2009, p. 35).

[16] Ver Luca (2008) sobre o processo de cidadania no Brasil.

eram negadas e evitadas de serem discutidas por aqueles se encontravam nas esferas de poder administrativo ou legislativo até que fossem conduzidos a fazê-lo em função da pressão popular.

As compreensões anteriormente articuladas possibilitam perceber que o caráter principal das políticas públicas no âmbito do capitalismo é exatamente referente à capacidade de controle sobre as mobilizações sociais e manutenção do sistema social ao passo que "concede" o atendimento de interesses coletivos. Principalmente diante de um contexto de crise econômica que se arrasta desde 2008, e que respalda as principais bandeiras usadas como argumentos para alterar os direitos sociais e redirecionar a atuação do Estado, que tal como afirma Mendes (2015) se apresentam como redutoras da atuação do mesmo, pois "[...] pressupõem a intensificação de mecanismos de mercantilização [...]", e que afetam diretamente na vida dos cidadãos.

Isso evidencia uma relação interdependente, em que tanto as políticas públicas são elaboradas para que haja a efetivação dos direitos assegurados na legislação e viabilizar o processo de subsistência do trabalhador, quanto para redirecionar os interesses destes em torno de um sistema que não viabilizará o alcance pleno de tais direitos, tal como se destacou ao longo da década de 1990 até os dias atuais com a implementação do projeto neoliberalista.

O desgaste dos serviços públicos e o incentivo da privatização dos mesmos revelam o quão contraditório pode ser o processo de garantia de direitos, considerando que os interesses da população tendem a ser alienados em função da lógica de produção capitalista. Trata-se na verdade de fomentar uma condição de 'sujeito de direitos' relativa, em que é permitido ao cidadão se reconhecer como detentor de direitos, mas não se permite ao mesmo notar como de fato esses direitos são moldados ao Capital ao serem regulados e implementados por meio das políticas e serviços públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se entender que o atendimento dos interesses sociais não parte unicamente da boa vontade do Estado, mas essencialmente por razões estratégicas, vê-se que pensar sobre a elaboração e implementação das políticas públicas (enquanto conjunto de ações estatais na atual conjuntura) necessita objetivamente assumir posição crítica quanto às imposições que afetam o cotidiano dos (as) trabalhadores (as) posto as constantes tentativas de alteração nas políticas públicas sociais em torno de objetivos econômicos.

A afirmação anterior faz referência à proposta da PEC n° 55/2016 (anteriormente PEC 241) que visa promover o novo Regime Fiscal do Orçamento e da Seguridade Social da União por 20 anos, congelando as verbas destinadas às políticas públicas da saúde, educação e assistência social, e impondo limite de gastos aos mesmos no âmbito das três esferas de poder e outros órgãos correlacionados, bem como as medidas e projetos de Lei que propõe a reforma

previdenciária e trabalhista pondo em risco os direitos conquistados ao longo da década de 1980 até os anos recentes.

Ademais, observa-se que a compreensão quanto à ideia de Estado na organização das políticas públicas e garantia de direitos sociais, em termos de saber por que ele existe, para quem se direciona e o que o torna relevante no processo de concessão e garantia de direitos, atenta não só para o quadro de crise política, econômica e social, quanto para a forma como o trabalhador pode percebê-lo em seu próprio cotidiano ao sentir os efeitos das decisões político-econômicas que pesam no desenvolvimento humano e na proteção social.

Ou seja, uma percepção que pode se mostrar alheia ou acrítica no processo de materialização dos direitos sociais em função do processo de reprodução do sistema social, caso o sujeito não consiga adquirir consciência cidadã e política, e caso os profissionais não viabilizem ações capazes de atender as demandas sem reproduzir o conceito de benemerência nos serviços públicos.

A discussão a respeito de tais perspectivas é de interesse não só acadêmico como primordialmente social, não se pode restringir tal debate às áreas de ciências sociais, jurídicas, saúde, e afins; ponderar sobre o assunto pressupõe conduzir os questionamentos em torno do mesmo para a realidade cotidiana dos trabalhadores, usuários/beneficiários das políticas públicas, visto que esse é o espaço propício para a articulação de um debate mais dinâmico com a própria classe trabalhadora (esteja esta inserida ou não no mercado de trabalho).

Além dos espaços anteriormente destacados, os serviços públicos, a Lei de acesso à informação e a participação social nos órgãos de controle democrático também podem proporcionar e fortalecer o desenvolvimento da consciência cidadã e política, permitindo aos cidadãos compreender a funcionalidade e o poder da instituição estatal no atendimento das demandas sociais ao se socializar e dialogar sobre os interesses da coletividade.

É preciso enfatizar que as contribuições teóricas aqui postas em diálogo permitem enxergar muito mais que conceituações ou descrições sobre a pauta proposta, possibilitam atingir um nível de entendimento que ultrapassa a superficialidade com que se aborda o assunto na correria do cotidiano, principalmente quando se extrapola o âmbito das discussões acadêmicas, das paredes das salas de aula ou das disciplinas curriculares, o que indica o quão atual e necessária é a realização de pesquisas e discussões que abarcam a relação entre Estado e sociedade, políticas públicas, direitos sociais e trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Eliane Julkovski. **Políticas Públicas, Como Instrumento Da Conquista De Direitos Sociais**. Revista Eletrônica do UNIVAG ConnectiOnLine, n° 6, 2011. Disponível em:

<http://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/115>. Acesso em: Novembro de 2016.

BERGUER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Capitulo II "A sociedade como realidade objetiva: as origens da institucionalização". 33ª. ed., Petrópolis, Editora Vozes, Tradução de Floriano de Souza Fernandes, p.75-78, 2011.

COUTO, Berenice R. **O Direito Social e Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CUSTÓDIO, André. V.; SILVA, Cicero. R.C. **A Intersetorialidade nas Políticas Sociais Públicas**. XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos. UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Capítulos: II "A Família" e IX "Barbárie e civilização". 17ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 70; 183-184.2005.

FALEIROS, V. de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo, Cortez editora, Cap. I, p. 66, 2006.

IAMAMOTO, M. Vilela. **Estado, Classes trabalhadoras e política social no Brasil**. In: Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. 2ª ed. Cortez editora, São Paulo, p.35, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. **Direitos sociais no Brasil**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. História da Cidadania. 4ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2008. P. 469.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. V. I, Tomo 1, Editora Nova Cultural, São Paulo, Seção III, Cap. V, p. 297-304, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Ridendo Castigat Moraes Edição, Capitulo I, p. 22, 1999.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. 1ª ed., Editora Boitempo, São Paulo. p. 14, 2013.

MENDES, Áquilas. **A mercantilização da Saúde em debate: as organizações sociais no Rio de Janeiro**. O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto contemporâneo em crise. Caderno de saúde, 1ª ed. Rede Sirius, UERJ, Rio de Janeiro, Parte I, Cap. I, p. 12, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/juancarlosraxach/docs/caderno_de_saude_faperj_2015__1_>. Acesso em: Fevereiro de 2016.

MENDES, Marcos. **Um Estado grande não reduzirá a desigualdade**. 17 de novembro de 2014. Revista Época Entrevista concedida a Graziele Oliveira. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/12/bmarcos-mendesb-um-estado-grande-nao-reduzira-desigualdade.html>. Acesso em: Fevereiro de 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 1ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social e democracia: Estado, regulação social e controle democrático**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, p. 26-36, 2002.

SANTOS, Hermílio. **Políticas públicas, Estado e sociedade**. Porto Alegre, Civitas Revista de Ciências Sociais, v.5, n° 1, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/31/31>. Acesso em: Novembro de 2016.

A RELAÇÃO PÚBLICA X PRIVADO NA POLÍTICA DE SAÚDE EM JUAZEIRO DO NORTE – CE

Magna Cardoso Martins

RESUMO: A presente pesquisa aborda a relação entre o setor público e o setor privado no município de Juazeiro do Norte-CE. O objetivo geral deste estudo é discutir os elementos que favorecem a procura pelo setor privado em detrimento do setor público, a partir do atendimento realizado na Clínica Escola do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio no referindo município os objetivos, específicos aborda conhecer o panorama da saúde pública no Brasil: A organização da política de saúde, em seguida identificar os impactos negativos do projeto neoliberal para a saúde pública, e analisar as influências do capitalismo entre o setor público e privado.

Palavras-Chaves: Política da Saúde. Estado Neoliberal. Público x Privado.

ABSTRACT: The present research deals with the relationship between the public sector and the private sector in the municipality of Juazeiro do Norte-CE. The general objective of this study is to discuss the elements that favor the search by the private sector to the detriment of the public sector, starting from the attendance carried out in the Clinic School of the University Center Doutor Leão Sampaio in referring the municipality the specific objectives, to know the panorama of public health In Brazil: The organization of health policy, then identify the negative impacts of the neoliberal project on public health, and analyze the influences of capitalism between the public and private sector.

Keywords: Health Policy. Neoliberal State. Public x Private.

1. INTRODUÇÃO

Os problemas de saúde pública é um tema bastante discutido na sociedade, nos últimos anos, tem-se visto avanços e defasagens no sistema público de saúde, diversas são as razões para estes frequentes problemas acontecer, o sistema de saúde ainda se mostra insuficiente para atender todas as necessidades postas pela população, constata-se que tal precarização tem raízes nos processos históricos desse país.

De acordo com o estágio supervisionado I e II, no núcleo de Apoio do Serviço Social (NASS), na Clínica Escola do Centro Universidade Leão Sampaio situada no Bairro Lagoa Seca em Juazeiro do Norte- CE, que surgiu o interesse em realizar determinado estudo, ao acompanha alguns casos onde os usuários relatavam as dificuldades ao acesso a saúde pública.

O objetivo geral deste estudo é discutir os elementos que favorecem a procura pelo setor privado em detrimento do setor público, a partir do atendimento realizado na Clínica Escola os

objetivos específicos aborda conhecer o panorama da saúde pública no Brasil, em seguida identificar os impactos negativos do projeto neoliberal para a saúde pública, e analisar as influências do capitalismo entre o setor público e privado.

Relatamos o problema que consiste no que leva os usuários a procurarem o atendimento "privado" na Clínica Escola, que se pressupõe em dilemas e desafios que enfrentam na rede de saúde pública, através da técnica da observação dos atendimentos foi possível aplicar um questionário para compreender tais dificuldades relatadas pelos próprios usuários, além da observação essa pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, quantitativo e de campo.

A princípio a pesquisa aborda a Reforma Sanitária x SUS: a conquista do direito universal a saúde conhecendo o panorama da saúde pública no Brasil a organização desta política de saúde construção de princípios, diretrizes e leis que norteiam a política de saúde logo em seguida aborda uma contradição seguido de retrocesso referente a esse direito conquistado com a chegada da hegemonia neoliberal e seus impactos negativos que a rebateu e afeta diretamente a saúde pública, visando a influência e os interesses do capitalismo apresentamos arranjos entre público-privado da política de saúde, aborda o processo metodológico e caracterização do campo de estudo, discutimos os elementos que se deu através dos resultados da coleta de dados entre o atendimento de saúde do município e o atendimento na instituição Clínica Escola.

2.1 REFORMA SANITÁRIA X SUS: A CONQUISTA DO DIREITO UNIVERSAL A SAÚDE

O Movimento da Reforma Sanitária influenciou diretamente na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), é o movimento da população brasileira em defesa do direito à saúde, que teve início através dos movimentos sociais em buscar de um sistema democrático.

Segundo Bravo (2000), Um marco fundamental foi a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, um avanço em relação ao projeto que sistematiza e consolidou-se com legitimidade, o resultado foi garantido na Constituição Federal Brasileira em 1988, por meio de emeda popular que a saúde é um direito do cidadão e dever do estado, uma construção de luta continua na sua democratização por um projeto ético político, democrático e social.

Um avanço na política da saúde a Constituição de 1988, atende os interesses do movimento de reforma sanitária, devido as lutas sindicais e populares, o sistema de saúde brasileiro segue, a partir da Constituição, esse direito está ligado a condição de cidadania em uma sociedade solida e democrática, reconhecendo o direito a saúde, a Carta Magna apronta as políticas sociais e econômicas como fundamental na garantia de direito a saúde, desenvolvendo a atenção integral a saúde de natureza universal.

A partir da Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990 – A Lei Orgânica da Saúde - LOS, no seu artigo 2° afirmando que a saúde é um direito fundamental do ser humano. "Esta lei versa sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, regular as ações e serviços de saúde, dispor sobre a organização e funcionamento desses serviços, em todo o território nacional." Essa lei vem ratificar garantir que a saúde é um direito fundamental do brasileiro, e um dever do Estado.

A autora Bravo (2000) destaca que a implementação da saúde requer vários estudos, sobre a dinâmica do seu funcionamento, através dos conselhos de saúde, por questão orçamentária, em seus distintos níveis, federal, estadual e municipal, de fato o século XX, foi marcado pela emergência de políticas estatais.

De fato, a consolidação da saúde pública resultado de muita luta reivindicações e movimentos sociais, reivindicando melhores condições de saúde buscando o seu

reconhecimento enquanto classe, o SUS é a formalização da conquista do direito de todos a saúde é a possibilidade de atenção aos brasileiros.

O SUS é universal, ou seja, para todos independente de sua naturalização com a equidade, o princípio da descentralização e integralidade para melhor atender a

todos, há problemas e falhas para isso a população tem o seu papel no controle social, nos conselhos de saúde ou nos movimentos sociais.

Para o autor Campos (2012), o SUS está em princípios e diretrizes organizacionais, que vem como preceitos de bem-estar social, os princípios rege que todos os cidadãos tenham direito à saúde igual para todos com livre acesso sem discriminação, com a universalidade, independente da complexidade de custo e do caso, todas as pessoas devem ser atendidas deste as suas necessidades básicas até as mais complexas.

A integridade pressupõe que deve tratar a prevenção, promoção, reabilitação e cura da saúde dos indivíduos ou no coletivo, o princípio que ressaltar as ações e serviços de saúde, deste a imunização até a reabilitação física e mental.

A equidade o princípio da igualdade que de acordo com a necessidade de cada região, os municípios devem trabalhar com cada necessidade naquela localidade, para que todos tenham um atendimento adequando de saúde, da mais atenção a quem precisa de mais atenção, pessoas que estão com mais vulnerabilidade daqueles que mais necessita buscado se priorizar o acesso aos grupos excluídos.

Segundo o mesmo autor, o sistema através das diretrizes organizações com a diretriz da descentralização com ênfase na organização da gestão e responsabilidade entre as três esferas do governo, seja ela federal, estadual ou municipal, a gestão financeira do SUS, onde os valores dos repasses de verbas do Fundo Nacional de Saúde - FNS onde cada esfera tem a sua responsabilidade, no aspecto político administrativo sob a direção do secretário municipal, o secretário do estado e união ministro da saúde, a proposta de descentralizar para que os municípios saibam as necessidades de sua população, que as ações de rede assistenciais garantam o acesso oportuno.

Sendo de suma importância a participação popular de uma sociedade consciente de seus direitos em um amplo debate democrático para controlar e regular a democratização da política, mediante os conselhos e as conferências de saúde ou dos movimentos sociais para debater os temas gerais e específicos da política de saúde, as conferências nacionais são realizadas a cada quatro anos, a Lei complementar 141/2012 que os conselhos de saúde avaliam e acompanha os serviços de saúde.

2.2 OS IMPACTOS NEGATIVOS PARA O SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA COM O PROJETO NEOLIBERAL

Para Netto (2013), diversas mudanças ocorreram nos aspectos econômicos, sociais e políticos na década de 1990 um período de mudanças que afetam as políticas sociais, em décadas anteriores 70 e 80 com o marco de luta e mobilizações na conquista de direitos, sendo assim a garantia da saúde universal constitucionalmente, o cenário mudou a partir dos anos 1990 com a implantação do sistema neoliberal, que afeta diretamente a centralização dos gastos sociais limitados para as políticas sociais.

A partir dos anos 1990 até o início dos anos 2000, um grande retrocesso dos diretos sociais já conquistados pela sociedade civil através de muita persistência, isso porque entramos no período da hegemonia do Sistema Neoliberal portando desafios para a implementação do SUS.

Assim, relata Rizzotto (2009) “o Estado Neoliberal assume a particularidade de se tornar máximo para a economia, e mínimo para o social, dessa forma a vida do trabalhador, além de delegar ao setor privado e ao terceiro setor, a responsabilidade de ofertar benefícios sociais que eram de sua função”. Limitando a classe trabalhada e os movimentos sociais, redução e

restrição das políticas sociais, e direitos conquistados, medidas neoliberais que se cria no âmbito vicioso conservador político com a estratégica de democratização.

Nesse sentido, cabe destacar que as políticas sociais enfrentam as consequências da doutrina neoliberal, trazendo graves consequências para a população como o sucateamento da maioria dos serviços de saúde, com isso o acirramento do seu processo de precarização e o distanciamento cada vez maior do seu sentido de direito universal.

Para Ocké-Reis (2011), "o Sistema Único de saúde caminha rumo a privatização, penalizando toda a sociedade havendo um grande retrocesso nos direitos sociais." toda essa má gestão do SUS, vai abrindo espaço para procura por serviços de saúde privado. Fortalecimento das privatizações focalização e descentralização nos anos 90 um período de reformas direcionadas para o mercado, favorecimento da política econômica, as políticas sociais enfrentam consequências do sistema neoliberal.

Apesar das conquistas legais que orienta o SUS na realidade os avanços realizados pela reforma sanitária na prática é bem diferente do que está previsto na constituição e em seus princípios, portanto mesmo com o avanço da conquista a universalidade ao acesso a atenção básica vem reduzindo isso porque as propostas pelo movimento sanitário, vem sendo substituídos pelos interesses individualistas fortalecendo o projeto para o mercado do capital, as políticas públicas sendo minimizadas dando espaço e visibilidade para a micropolíticas.

> O projeto neoliberal na realidade, é a imposição de um novo padrão de acumulação e expansão capitalista que enfraquece as instituições públicas para estender os investimentos privados às atividades econômicas rentáveis. (LAURELL, 2002 P 52)

Portanto, o aumento degradante da chamada Questão Social, o enfraquecimento dos direitos sociais como se tivesse dado um passo para trás nos direitos já conquistados, gerou aumento no desemprego, flexibilização das relações de trabalho, constatamos o aumento das demandas pelas políticas sociais com o mesmo ligeira mento do aumento da precarização das políticas sociais, desmonte do sistema de proteção social.

Para Netto (2007), o sistema neoliberal é a ideia de um novo liberalismo do conservadorismo político ideológico que se desenvolve de forma planejada, que vê a política social como um problema para os fins lucrativos, o Estado vem reduzindo os direitos conquistados pela CF 88, uma das medidas tomadas foram as privatizações, e a regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas sociais as políticas prejudicavam os interesses do capital.

O SUS sendo um direito social pela constituição brasileira em sua prática está em um processo desconstrução, pelas diversas falhas não permite a sua expansão na oferta dos serviços, não conseguir ser como previsto em seus princípios, o SUS foi estabelecido para tratar dos problemas de saúde como também para combater a desigualdade social, vem encontrando dificuldade para a materialização do direito constitucional ao acesso. O conceito de saúde hoje de acordo com a Constituição de 1988 "deveria quebrar, ou melhor, acabar, com a desigualdade histórica que divide os brasileiros em classes".

Segundo Soares (2002), o ajuste vigente implica que os direitos sociais percam identidade e que sua concepção de cidadania, a saúde ficando atrelada ao mercado, passando a ideia de "beneficiar" o coletivo, ideia ampliada pelo capitalismo o resultado prático é a privatização.

Contudo, este projeto neoliberal afeta direto ou diretamente as políticas sociais, portanto o funcionamento do SUS, mas, essa problemática tem que ser cuidadosamente estudada para que não haja caminhos para o fortalecimento da saúde privada suplementar, existe uma serie

de burocracia que dificulta a vida do usuário porem o caminho para a efetivação do SUS é cumpri constitucionalmente os princípios do sistema.

1.3 A RELAÇÃO ENTRE O SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE: UMA EXPERIÊNCIA COM OS USUÁRIOS DA CLÍNICA ESCOLA

Neste estudo vamos avaliar o perfil dos usuários que buscam atendimento de saúde na Clínica Escola, analisando o perfil a situação econômica dos usuários, discutir os principais elementos que levam os usuários buscarem por este atendimento.

Os usuários que responderam às perguntas do questionário variam entre 25 a 60 anos. Percebem-se pessoas de idades diferentes que buscam pelo atendimento, pois não há idade certa para cuidar da saúde.

Entre os questionados 73% dos usuários são do sexo feminino, 27% do sexo masculino. Segundo o instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013) onde afirmar que as mulheres buscam por mais serviços de saúde do que os homens.

Compreendemos através do gráfico 1 a situação econômica e elementos para a procura do atendimento na Clínica Escola.

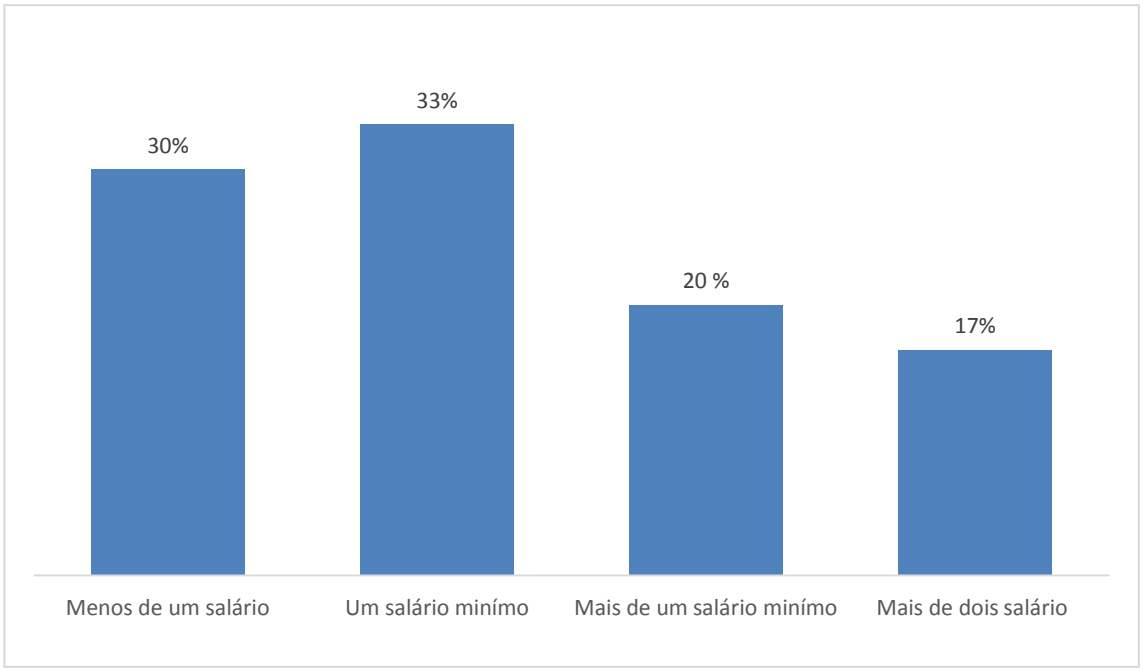


Gráfico 1: Renda Familiar (%) Fonte: Primária 2017

De acordo com esta análise a maioria dos usuários que buscar atendimento na Clínica Escola possui um salário mínimo, sendo que um número considerado alto de 30% é de baixa renda chegando a menos de um salário mínimo.

Destaca também que com o sucateamento do SUS, é considerável o crescimento do terceiro setor, em um senário de quem não tem como pagar por um atendimento privado, requer os serviços de Organizações não Governamentais – ONGS. Ocké-Reis (2011).

Considerando as condições financeiras ficar claro perceber as necessidades existentes do sistema único de saúde, é impossível com uma situação financeira tão baixa conseguir arcar com um atendimento na rede privada.

O gráfico 2 a seguir mostra o grau de satisfação e insatisfação referente ao atendimento do Município e o atendimento na Clínica Escola.

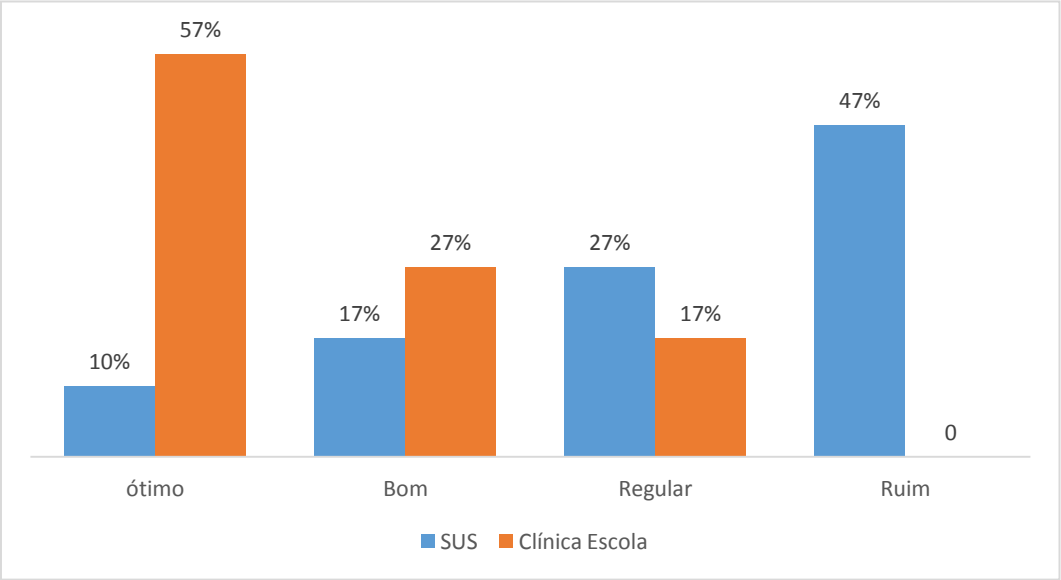


Gráfico 2: Grau de satisfação do atendimento de saúde SUS X Clínica Escola Fonte: Primária 2017

Um número significativo de 47% considerara o atendimento do SUS ruim, já 57% consideram o atendimento na clínica escola ótimo, é cabível destacar que a clínica escola não oferece uma cobertura tão abrangente quanto ao SUS, mas pode consideram que os usuários que procuram o atendimento na clínica escola se mostram insatisfeitos com o sistema de saúde pública.

As políticas de ajuste rebatem na efetivação das políticas de seguridade social, não havendo só redução dos gastos nas políticas sociais como também a ausência de políticas, configurando-se como estado mínimo gerando profundas desigualdades sociais.

São vários impasses que pode citar que afetar o não funcionamento devido da saúde pública, como a falta de vagas em hospitais públicos e insuficiência para

atender todas as demanda postas, falta de profissionais da saúde, demora na marcação de exames e consultas, podemos destacar a falta do fortalecimento das propostas do projeto de reforma sanitária. No gráfico 3 mostrar um dos problemas que persiste cotidianamente na procura pelo atendimento no SUS.

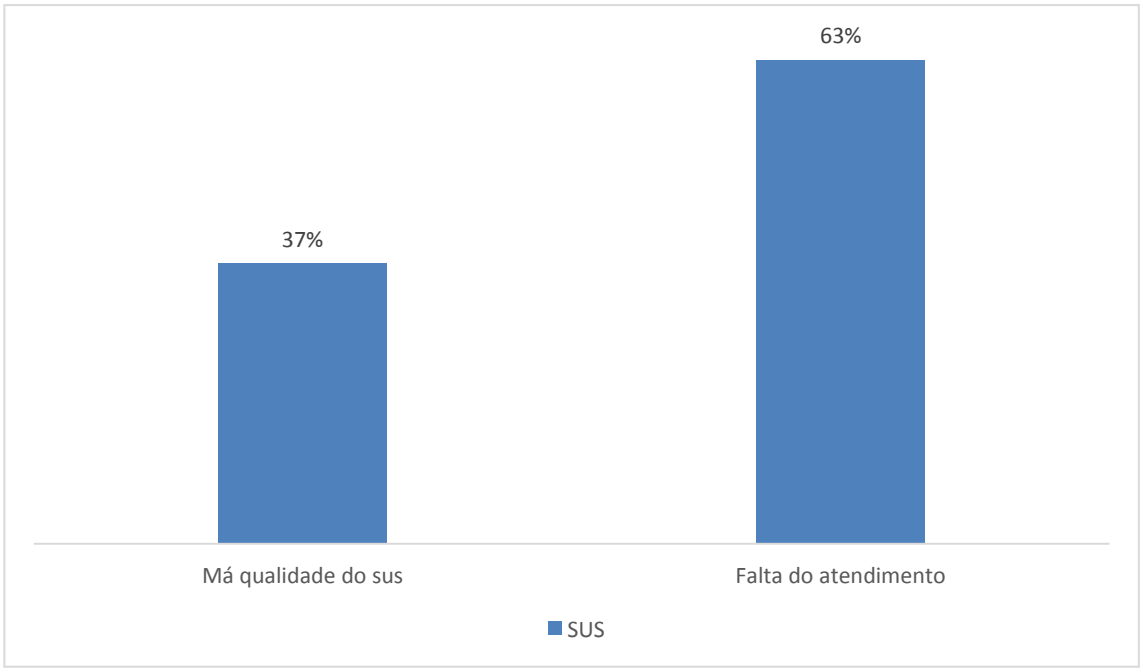


Gráfico 3: Problemas que os usuários enfrentam no SUS (%) Fonte: Primária 2017

Destaca-se então que a falta do atendimento público é um dos principais motivos para a procura do atendimento na clínica escola. 63% afirmaram que não conseguiram o atendimento, esta análise de gráfico afirma as dificuldades que os usuários que dependem do SUS enfrentam na buscar por saúde.

Para Carneiro (2015), através de um relatório sobre a saúde pública do município de Juazeiro do Norte, destacou os problemas na efetivação dos serviços de saúde, é devido a trocar de secretários de saúde, o aumento dos casos de dengue, falta de medicamentos, a insuficiência para atendimentos de média e alta complexidade, conclui falta de planejamento e controle dos administrados.

Carneiro destaca algumas propostas para melhorar o atendimento, definir um secretário de saúde, comprido a lei 8080/90, descentralizar contabilidade para a secretaria, implantar fundos para cada hospital, e para atenção básica, agilizar licitações atrasadas, garantir medicamentos, organizar a rede de atenção de saúde do município.

Em relação aos serviços de saúde ofertado na Clínica Escola gráfico 4.

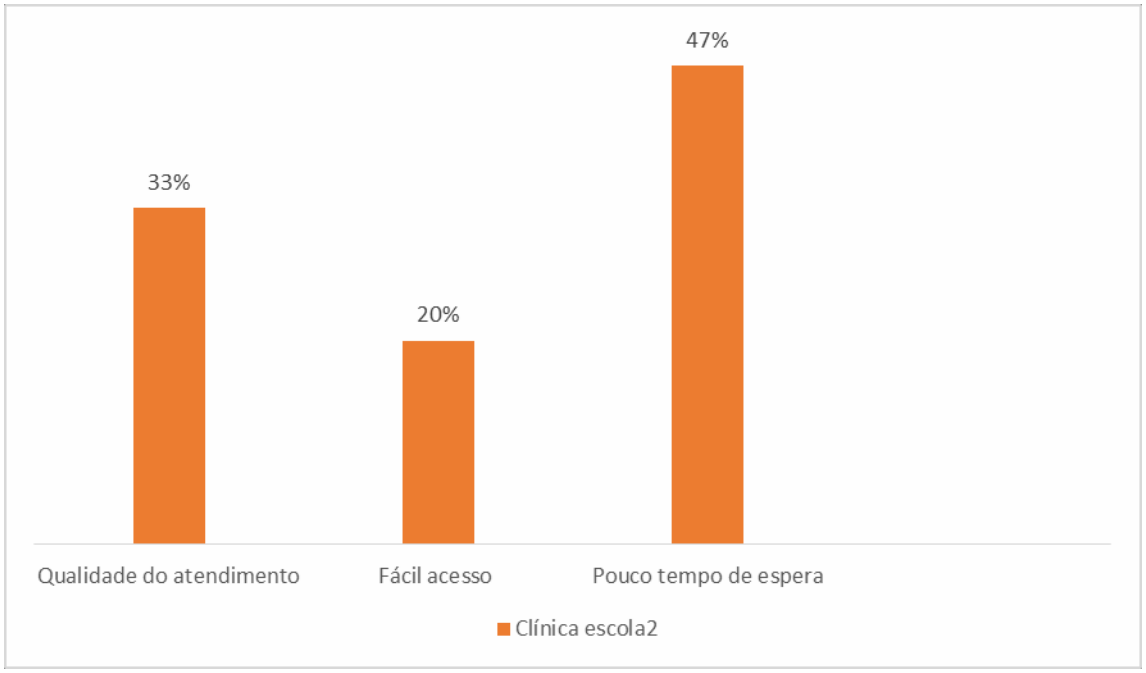


Gráfico 4: Vantagens do atendimento na Clínica Escola (%) Fonte: Primária 2017

Em relação aos serviços ofertados 47% destacaram pelo pouco tempo de espera. A instituição Clínica Escola diretamente e indiretamente vem causando impactos positivos na vida dos usuários e no social.

Apesar dos pontos positivos ofertado na instituição de ensino, não podemos deixar o sistema único de saúde SUS, “enfraquecer” junto com as propostas do projeto de reforma sanitária que luta contra os interesses do estado na redução do déficit público para as políticas sociais, a ideia é promover uma participação direta da população para defende os direitos dos cidadãos.

Para Ocké-Reis (2011), quando o Estado não assume as suas responsabilidades com o social, na efetivação das políticas públicas, uma vez que o sistema público não atende todas as demandas os usuários tendem para a eficiência dos serviços das Organizações não Governamentais – ONGS.

Através dos resultados apontados nesse estudo, destaca os efeitos de satisfação referente ao atendimento de saúde na clínica escola, contudo notamos o quanto é importante a socialização das informações sobre os direitos independentemente de ser um local público ou privado, destacando aqui o atendimento do NASS que tem como estratégia o acolhimento e aproximação com os usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das reflexões realizadas na presente pesquisa onde aborda a conquista do direito a saúde pública universal, e a implantação do Sistema Único de Saúde SUS, fruto das lutas sindicais e populares, que logo em seguida sofre com o sucateamento do sistema, pois se implantar a hegemonia neoliberal.

Na gestão do SUS ainda há muito que se fazer para garantir de fato o direito a política de saúde para que se concretize constitucionalmente, não vemos a efetivação desse direito como

deveria, mesmo sendo previsto em leis mesmo assim muito tem o seu direito negado. A insuficiência do SUS é posto como estratégica para o aprimoramento das privatizações estatais.

Pode-se destacar que as hipótese se confirmaram pois as dificuldades que os usuários enfrentam no SUS, faz com que eles busquem pelo atendimento na Clínica Escola, pois tem necessidades em serem atendimentos e pressa pois se trata da sua saúde, fazem como um caminho alternativo para não ter que esperar tanto, ou por não acreditarem que iram ser atendidos pelo SUS ou pela melhoria do sistema, de fato a Clínica é mais acessível e menos burocrática para os usuários.

A Clínica Escola um espaço de aprendizado que também vem causando impactos positivos para a comunidade, é notável que não substitua a rede pública, pois o SUS é uma rede abrangente, mas que oferecem atendimentos satisfatórios.

É importante observar os usuários como sujeitos de direitos da rede pública, e a importância da necessidade da socialização das informações dos direitos sociais ou de como fiscalizar e quando for preciso denunciar e como fazer essa denúncia, dos serviços pertinentes das políticas públicas, usando a própria instituição para promover a socialização para que os usuários alcance seu objetivo quando busca atendimento na rede pública.

Diante de todas as constatações desta pesquisa, conclui que o objetivo geral teve seu resultado alcançado, pois de acordo com a análise dos dados onde notamos que o principal motivo pela procura do atendimento na Clínica Escola se constatasse pelo pouco tempo de espera para realização do atendimento é pela qualidade dos serviços prestados para a população.

Portanto, superar as barreiras para um sistema único de saúde eficaz, dando maior visibilidade para maiores condições de saúde e de vida, temos os conselhos e conferencias de saúde para fiscalizar e contribuir para melhoria do sistema, é preciso resgatar a nossa consciência revolucionaria assim como tivemos em 1988 na conquista desse direito, reivindicar não só por melhoria na saúde pública mais por todos os nossos direitos através dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. As políticas Sociais Brasileiras de Seguridade Social: Saúde. In: CFESS/CEAD. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III: Política Social. Brasília: Unb/CFESS, 2000.

CARNEIRO, Angela Oliveira. Relatório de Atividades e Propostas a Atuação. Auditoria Extraordinária Juazeiro do Norte. Procuratória Federal da República. Justiça Federal XVI, 2015.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo.In (Org.) Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. 3° ed. São Paulo. 2002

OCKÉ-REIS, C. O; SANTOS, F. P. Mensuração dos gastos tributários em saúde – 2003-2006. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para Discussão n. 1.637.)

PALESTRA, NETTO, J, P. IV Seminário Internacional de lutas contra o neoliberalismo ISERJ 2013.
Retirado: https://www.youtube.com/watch?v=YZP8zQSKRPU

SOARES, L. T. 2002. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez.

SUS: o desafio de ser único. / Carlos Octávio Ocké-Reis. – Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2012.

Tratado de Saúde coletiva / Gastão Wagner de Sousa Campo – 2 ed. Ver. Aum. – São Paulo: Hucitc, 2012.

A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO EDUCACIONAL: refrações na a ética profissional

Aurea Mylene da Costa Alves
Ana Carolina do Nascimento
Rodrigues, Séfora Lis Batista Sena

RESUMO:

Este artigo trata dos princípios éticos profissionais do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais, assegurando todos seus direitos e deveres de atuação, no decorrer, tratara-se da atuação nas escolas falando dessa conquista, bem como, conhecer a dimensão da atuação profissional e abrir oportunidade para outros profissionais trabalharem a temática, principalmente mostrando a atuação do Assistente Social na educação e a importância do seu código de ética. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, objetivando mostrar a importância de desenvolver projeto voltado a atuação do profissional nas escolas, conquista que vem crescendo a cada ano, com qualidade, responsabilidade sempre dentro do seu código de ética.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Ética, Assistente Social.

ABSTRACT

The subject deals with principles of professional ethics of the social worker in the spaces occupational partner, which ensures all their rights and performance of duties during the work treated the performance in schools speaking of this new achievement. Our main purpose is to know the dimension of professional practice and also open opportunities for other professionals to work the theme, mainly showing the role of the social worker in education is the importance of its code of ethics. However we as bibliographic research, information obtained through books, magazines, websites and articles, showing the importance of developing project aimed at professional's performance in winning schools is growing every year, working with quality, always within responsibility of your code ethic. KEYWORDS: Education, Ethics, Social Worker.

1- INTRODUÇÃO

Nos termos de Araújo (2003), a discussão sobre a Assistência Estudantil é de grande relevância. O Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos/as que

venceram a difícil barreira do vestibular já ingressaram sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos.

No entanto, o que percebemos é que a Assistência Estudantil sob diferentes perspectivas pode ser trabalhada: de um lado como direito, e de outro, como investimento. O Serviço Social no contexto escolar é um desafio a ser configurado, um campo a ser explorado e efetivado. Neste campo, a categoria profissional em consonância ao seu Código de Ética, bem como vinculada ao seu Projeto Ético-Político visa a construção de uma nova ordem societária, sem exploração ou dominação de classe, religião, gênero.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar o/a assistente social na área da educação; e como objetivos específicos: analisar a inserção do Serviço Social no espaço escolar; compreender a atuação dos/as assistentes sociais no âmbito escolar; refletir sobre a ética profissional na esfera educacional.

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, do tipo explicativa e descritiva. Para tanto, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica que, para Marconi e Lakatos (2005), possui a finalidade de colocar o pesquisador em contato com tudo que já foi dito ou escrito, de determinado assunto.

É de extrema relevância o/a assistente social na educação, pois este âmbito apresenta-se como uma arena de ideologias. Nessa perspectiva, é necessário a análise das expressões da questão social, que são objeto de estudo do Serviço Social, por parte da categoria profissional para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente e da construção de uma educação que garanta o pleno exercício da cidadania.

Ademais, este artigo resultou de uma inquietação a partir da disciplina de Pesquisa Social, o que motivou a equipe a desenvolver um trabalho acerca da atuação do/a assistente social no campo educacional e as refrações para o/a profissional nesse espaço.

2. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Como pressuposto no estatuto assalariado, a força de trabalho como mercantilização de qualidade impõe condicionantes objetivos à autonomia do assistente social e à integral implementação do projeto ético-político. Como proposta inicial para nortear os princípios deste último, a carta Constitucional de 1988 aposta no avanço à democracia da seguridade social, na universalização dos direitos das políticas sociais, e, consequentemente, traz a cobertura no atendimento através da garantia no acesso gratuito aos serviços, com integralidade nas ações principalmente voltadas à defesa da cidadania na perspectiva da igualdade de todos.

Assim, no art. 205 da Constituição nota-se a relevância da educação ao apontar que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006).

Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (OLIVEIRA; SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998). O Serviço Social traz uma projeção política nas relações entre o Estado e a sociedade traz uma coletividade em categoria com as classes em particular com princípios éticos políticos materializados nas ações.

O comportamento dos profissionais, alimentam projeções históricas determinadas, materializada na dimensão teleológica do trabalho do assistente social que prioriza buscar nortes ao seu trabalho como sujeito profissional. Como pressuposto no estatuto assalariado, a força de trabalho, como mercantilização de qualidade, que impõe condicionantes objetivos à autonomia do assistente social e à integral implementação do projeto profissional.

Como proposta inicial para nortear os princípios, a carta Constitucional de 1988 traz aposta no avanço a democracia da seguridade social, na universalização dos direitos das políticas sociais, e em consequência traz a cobertura no atendimento com a garantia no acesso gratuito aos serviços, com integralidade nas ações principalmente voltadas à defesa da cidadania na perspectiva da igualdade de todos.

A autora salienta que o espaço profissional é um produto histórico, condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. (IAMAMOTO, 1992).

Reconhecimento fundamentado numa afirmativa que o trabalho profissional é resultante tanto da história quanto dos agentes que a ele se dedicam, a forças entre as classes e grupos sociais se correlacionam e criam, conjunturas com limites e possibilidades que movem o profissional na sua trajetória. Portanto é necessário que a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, seja aprimorado as demandas potenciais que se abrem historicamente para à profissão.

> A contribuição de Raichelis (1998) sobre o significado da esfera pública merece menção. Para a autora, a esfera pública é um [...] espaço de publicização de interesses heterogêneos, de confrontos de práticas sociais contraditórias e de luta pela hegemonia político-cultural em torno de projetos societários, organização de segmentos da sociedade civil anteprojetos políticos e, portanto, a representação de interesses coletivos de grupos e classes sociais contrapostos. (RAICHELIS, 1998, p. 82).

No entanto, o Estado e a destinação do público, tem como tecnologia as formas de organização da produção de bens e serviços no consumo e controle da força de trabalho entendida enquanto sociedade de classe, muitas vezes eram expressivas por associações da sociedade civil. No entanto para rever a análise dos espaços ocupacionais do assistente social requer uma expansão numa nova escrita com totalidade, no século XX, essas formas eram dadas como alternativa assumida.

A sustentação dos espaços ocupacionais era dada como pilares da classe profissional, onde se realizava mediação do trabalho assalariado, no exercício da profissão que tem na esfera do Estado nos organismos privados. Sendo assim o assistente social um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho.

Somos profissionais assistentes sociais que chegamos o mais próximo possível do cenário da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. O que para muitas profissões é relato, para nós é vivência, o que para muitos profissionais é informação, para nós são fatos, plenos de vida, saturados de história. MARTINELLI (1997, p. 45)

O espaço profissional não está consolidado socialmente, as demandas se abrem historicamente no curso da realidade, no entanto esses espaços resultam numa história de agentes a que elas se dedicam, espaços esses que o profissional pode se mover em um produto histórico, de trabalho e correlação de forças e grupos sociais que criam várias conjunturas com limites e possibilidades.

Essas conquistas sócias ocupacionais são resultantes de um profissional que visa aprimorar conhecimentos para que sua luta seja prevalecida, pois vivemos uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais.

3. A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESCOLAR

É relevante compreender que a educação não pode se limitar exclusivamente para o mercado de trabalho, porém deve ampliar-se em uma a análise dos indivíduos de direitos, buscando a interpretação do seu contexto histórico-social e as diversas estruturas da realidade que o cercam.

Nessa perspectiva, mesmo que haja o reconhecimento da educação como direito de todos e dever do Estado, entende-se que a mesma sofre rebatimentos devido à ofensiva neoliberal dominadora-exploradora que reproduz ideologias hegemônicas, corroborando para o aumento de estereótipos e comportamentos discriminatórios, bem como para a transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado.

Martins (1999) afirma que nos últimos anos, apesar do esforço, do investimento técnico pedagógico nas escolas, as incidências dos fatos revelam o fracasso escolar, ou seja, a violência presente no interior das escolas demonstrada através dos reflexos da questão social.

> Para Martins (1999), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são: Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; Favorecer a relação família, escola, comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, p.60).

Logo, o Serviço Social na educação visa garantir a permanência do/a aluno/a na escola, a partir de uma educação de qualidade, voltada para a promoção da cidadania enquanto sujeito inserido na sociedade. Por conseguinte, de acordo com o estatuto da criança e do adolescente, "É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais". (Lei 8069. 1990).

Ademais, o Serviço Social atua analisando a realidade social dos/as estudantes no contexto escolar e familiar. Portanto, a escola[17] é uma das principais instituições da sociedade, assim, o contexto educacional tem sido uma realidade desafiada cotidianamente e vem sendo articulada pelo conhecimento de diversos profissionais que buscam compreender a realidade social do/a aluno/a, isto é, suas necessidades sociais.

Concretiza-se, cada vez mais, a necessidade de participação do/a assistente social nas escolas. O trabalho multiprofissional e interdisciplinar, nesse contexto, é de extrema relevância para o trabalho em grupos com a participação principal das famílias, a fim de fortalecer e encaminhar para a sociedade, não somente as crianças e adolescentes, mas para formarmos cidadãos de bem aprimorando sempre o bem-estar de uma sociedade que vive um respalde das desigualdades sociais.

Assim, a intervenção do/a assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando com reflexões, com a linguagem que é instrumento fundamental nas relações sociais (MARTINELLI, 1998). Estando frente às mudanças sociais, o/a mesmo/a pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. O/a profissional do Serviço Social trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, proporcionando novas discussões.

[17] A escola é uma instituição de valores éticos e morais de determinada sociedade, que possibilita a construção de uma nova ordem societal e a emancipação humana.

Vale mencionar que o/a assistente social além de intervir pelos direitos da classe trabalhadora também é um provedor das políticas públicas, colaborando para a melhor qualidade de vida dos/as usuários/as, fazendo seu papel na educação como mediador da evasão escolar, analisando as causas que levam o/a aluno/a tal problemática.

O/a profissional tem sua prática situada em uma perspectiva crítica, participando da transformação socia. Portanto, segundo Novais citado por Lopes (2006), deverá desenvolver as seguintes atividades:

> -Pesquisar de forma social, econômica e familiar a população escolar para a sua caracterização; -Elaborar e executar programas de orientação social e familiar, visando à prevenção da evasão escolar, à melhoria do desempenho e do rendimento do educando e à sua formação, para o exercício da cidadania e da democracia; -Participar, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, a drogadição e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; -Articular com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; -Ampliar o conhecimento acerca da realidade social e familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; -Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas em que existem classes especiais; -Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da lei n. 8662/93.

Para que esta prática contribua com o processo educacional, é preciso uma participação critico-reflexiva relacionada às dimensões estruturais da realidade. Segundo o CFESS (2001, p. 23), os problemas sociais a serem combatidos pelo/a assistente social na área da educação são: Baixo rendimento escolar; Evasão escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; Vulnerabilidade às drogas; Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Segundo Almeida (2000), o trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. No que diz respeito à dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio institucionais. Tratando-se da interdisciplinaridade o/a assistente social trabalha em equipe com saberes distintos vinculados na formação profissional, com uma visão mais ampliada sobre os processos sociais.

É importante destacar que o/a assistente social se insere no espaço educacional como contribuidor na construção de cidadãos/ãs e não como um substituidor de outros profissionais.

> a atuação dos assistentes sociais na política educacional requer muito conhecimento, competência, criatividade, ousadia do profissional na compreensão da dinâmica e da complexidade desse campo de atuação do Estado e da sociedade civil. É entender os diferentes níveis e modalidades de educação de ensino, os papéis incorporados pelos diversos profissionais da educação como outrora, autoridades máximas e legítimas do conhecimento, e conseqüente dispensa de outros profissionais que comporiam um trabalho interdisciplinar, inclusive o assistente social (PIANA, 2009, p. 17).

Conclui-se que a atuação do/a assistente social nas escolas se apresenta com o objetivo de mediar as problemáticas sociais que perpassam o cotidiano escolar, os/as alunos/as, pais e profissionais. Assim, a categoria profissional age também nos encaminhamentos, orientações, informações, projetos de cunho educativo, que possam promover a cidadania.

O Serviço Social na política de educação se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado. Percebe-se ainda que as políticas implementadas não são suficientes para garantir uma atuação de qualidade que valorize as habilidades, competências e atribuições profissionais.

No âmbito escolar é necessário frisar que as ações são pensadas e efetivadas em conjunto, pela equipe escolar, onde o profissional do Serviço social apresenta-se como um parceiro das ações desenvolvidas na escola com outros profissionais psicólogos, pedagogos, Direção, Supervisão. É necessário que a equipe reconheça que todos fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Suas ações e reações serão fruto de um trabalho realizado em conjunto com um objetivo crucial: o de garantir a permanência do/a aluno na escola, com uma educação de qualidade, voltada para a promoção desse/a aluno/a enquanto sujeito de direito.

4. A ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL.

"A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta". (Valls, 1993: 07). Ética significa a morada humana, antes de tudo é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, e tem por objetivo essencial demarcar as ações humanas. Todos precisamos de ética, pois vive em sociedade um desafio a verdadeira moralidade, sociedade não funciona e nem pode ser administrada sem ética.

A ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio. (PLÁCIDO, 2000: 24).

A ética se caracteriza como a ciência que investiga a moral, e o que é moral traduz em normas aceitas íntima e livremente pelos indivíduos, é também um conjunto de valores e de regras de comportamento, um código de conduta que coletividades adotam, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma comunidade religiosa ou uma organização., por convicção pessoal, sendo reconhecidas como obrigatórias por refletirem os princípios, valores e

interesses, por isso conforme o avanço da tecnologia, as pessoas devem adequar-se, para não se tornarem desatualizadas e serem excluídas do c1mercado de trabalho inovador.

Segundo Matos, “Ser ético, hoje, não é mais uma opção. Para pessoas e organizações, é questão de sobrevivência”. Com a velocidade em que ocorrem as transformações, há necessidades de valores para que haja um alinhamento na tomada de decisões com mais rapidez, percebe-se atualmente que a boa conduta está nos valores ditados pelo capitalismo, alterando o conceito ético que deve estar eminente nas relações de trabalho.

A presente edição do Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei 8662/93, revista e ampliada, incorpora as alterações do Código discutidas e aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010 na cidade de Florianópolis (SC), e inclui as modificações na Lei de Regulamentação da Profissão, decorrentes da aprovação da Lei 12.317/10, que instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais na ótica da totalidade e na apreensão da dinâmica da vida humana, o Serviço Social, apropriando-se do conhecimento teórico-metodológico e ético-político, descobriu caminhos para a intervenção profissional, a relação do trabalho profissional do assistente social com os fundamentos éticos da profissão explicita que Ética como apreensão teórica da moral diz respeito aos seus fundamentos e a busca do significado histórico dado aos valores: diz respeito ás raízes dos problemas, a busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade. BARROCO 1996, p. 81,

Aristóteles (2002) diz que o convívio social é o principal indicador da adesão de um indivíduo à ideia de um conjunto. O autor preconiza o objetivo geral da ética quando afirma que “Na ordem natural, o Estado antepõe-se à família e a cada indivíduo, visto que o todo deve, obrigatoriamente, ser posto antes da parte. ”, Aristóteles (2002, p. 14). Afirma, ainda, que o indivíduo que não consegue conviver em sociedade pode ser comparado a uma ave de rapina, pois não é capaz de se submeter a nenhuma obediência.

E advinda dessas conquistas sócio ocupacionais, dentre seus princípios do código de ética que mais uma vez trazemos à tona a atuação do profissional Assistente Social, entrando num consenso entre autores que as “expressões da questão social” constitui o principal instrumento de trabalho do assistente social, sendo questão social apreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades.

Portanto, conclui-se, mas um trabalho que veio a somar conhecimentos e experiências vivenciadas através de pesquisar, em artigos, revistas e livros e através de sites, trazendo informações para que podemos perpassar, nos diversos conhecimentos acadêmicos e mais ainda poder levar informação principalmente das conquistas profissionais do Assistente Social, de seu código de ética como instrumento de trabalho e, mas ainda trazer o reconhecimento do profissional na política educacional.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que se foram construídas acerca do comprometimento que enfatiza a necessidade de se observar o tema em novas culturas e contextos. No entanto foi feito uma contextualização da atuação do Assistente Social nas escolas, seu código de ética profissional é o seu comprometimento com a profissão, nas mais diversas áreas que vem conquistando ao longo de seu desenvolvimento nas políticas públicas e principalmente nessa nova política educacional.

O trabalho evidenciou que as conquistas profissionais, dentre os espaços sócio ocupacional, política escola e código de ética profissional, trazem um nível de introjeção de valores e deveres éticos por parte dos profissionais com comprometimento, buscando efetivar os planos de governos para uma classe que prioriza o bem-estar da sociedade, advindas de uma boa educação, de uma boa formação.

Sendo possível com a capacidade de atuação do Assistente Social frente a essas demandas escolar, formando futuros para uma sociedade igualitária, onde a questão social prevalece, mas que não desistimos dessa luta de classe, direitos esses que são de responsabilidade não só do seio familiar, nem dos multiprofissionais mais do estado e de toda a sociedade.

Portanto se buscamos uma sociedade justas vamos educar esse futuro que são as nossas crianças demonstrar com atos o que se fazer de melhor, propor o melhor. Desta forma deixaremos um pouco de nós para o mundo e traremos um pouco do que vivemos deste mundo conosco transformando o que não nos favorece e fazendo brotar o que um dia alimentara o mundo sabedoria respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. In: Revista Inscrita. Nº 6 CFESS, 2000. p.19-24.

ARAÚJO, Josimeire O. O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br.

ARISTÓTELES. POLÍTICA. Coleção a Obra prima de cada autor. São Paulo; Martin Claret,2002 BARROCO, Maria Lucia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social PAULO NETTO, Jose; PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SAO PAULO. Ontologia social e reflexão ética, 1996. 304p. Orientador: Jose Paulo Netto.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Lei 8069/1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.

CFESS. Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

_____. (Org.). Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005. 73 p.

_____. Resolução CFESS, n. 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e educação: perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Serviço Social em Revista, v. 8, n. 2, jan. /jul. 2006. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, Francisco Gomes de. Ética Empresarial e Responsabilidade Social. Disponível em: http://www.administradores.com.br. Acessado em: 29 de maio de 2016 as 15:00min

.MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: Serviço Social & Sociedade, nº 57. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, H. C; SALLES, M. A (Org.). Relatório das Sessões Temáticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Trabalho e projeto éticopolítico profissional. Goiânia: CFESS, 1998.

PLÁCIDO, Lázaro. Ética Geral e Profissional em Contabilidade. SROUR, Robert Henry. Ética Empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2000. RAICHELLIS, R. D. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XIX, n. 56, mar. 1998.

VALLS, Álvaro. O que é ética. São Paulo. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense. Revista Você S. A. Ética no trabalho. No 39 Editora Abril

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRÁTÉGIA DE CONTROLE SOCIAL.

Jessica Laiane de Sousa Felipe [1]

Eliza Souza Silva [2]

RESUMO

Neste trabalho estudaremos a conjuntura que propiciou e que tornou necessária a utilização das politicas sociais. O objetivo é abordar o surgimento das politicas sociais. Partiremos do principio do surgimento do Estado e capitalismo, ressaltando as entrelinhas e desmistificando a ideia de que a intenção do Estado ao desenvolver tais politicas, afirma a sua postura de Estado máximo em favor das minorias/ classe trabalhadora, e da sociedade civil em si. Trata-se na verdade de uma estratégia de controle social, a fim de promover a paz necessária para o desenvolvimento do capital.

Palavras-chaves- Estado, capitalismo, politicas, questão social, controle social.

ABSTRACT

We will study the conjuncture that provided and made necessary the use of social policies. The aim is to address the emergence of social policies and start from the beginning of the emergence of state and capitalism, highlighting the lines between demystifying the idea that the state's intention in developing such policies affirms its position of maximum state in favor of minorities / working class, civil society itself. It is in fact a strategy of social control in order to promote the peace necessary for the development of capital.

Keywords. : State, capitalism, politics, social issue, social control.

1- INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre as políticas públicas, mas pouco se tem explanado o porquê de seu surgimento e qual o seu objetivo primordial, a quem serve direta e indiretamente.

O intuído deste trabalho é, sobretudo, desmistificar a ideia de que com a afirmação da políticas sociais o Estado passa a ter uma posição de defesa a população em geral e não a classes especificas(burguesas).

Para isso iniciamos o debate ressaltando como surgiu o Estado e em seguida o capitalismo para entendermos, por conseguinte a projeção das políticas públicas e o seu intuito primordial.

Buscaremos compreender como se desenvolvem as políticas sociais, fazendo um resgate histórico da gênese da questão social abordando, sobretudo as entrelinhas de seu nascimento. Esclarecendo a sua função ontológica e seu cunho eminentemente burguês.

Explanaremos que com o advento do capitalismo e a falsa ideia de “liberdade” posta pelo liberalismo econômico que ocasionou em afirmação do capitalismo.

2- O ESTADO PATERNALISTA, O OUTRO LADO DA HISTÓRIA.

"O Estado é uma instituição social e historicamente constituída." (SANTOS 2016). Para entendê-lo é necessário analisar o desenvolvimento das relações sociais ao longo da história da humanidade.

No período paleolítico – os seres humanos dependiam da caça e da coleta de frutos para conseguir seu alimento. Lentamente foram conhecendo os animais que deveriam caçar. (CAMPOS, MIRANDA, 2006)

Com a revolução neolítica – o homem passou a produzir novas ferramentas de pedra polida, produzir alimentos por meio da agricultura, reduzindo a prioridade da caça e da coleta na alimentação. Com isso há significativas transformações na relação com a natureza. (CAMPOS, MIRANDA, 2006)

Com a revolução neolítica se percebe o surgimento do excedente, ou seja, o homem era capaz de produzir mais do que o necessário a sua subsistência e consequentemente surge a possibilidade de trocar o excesso de produção e a exploração do homem pelo homem.

Na intenção de aumentar significativamente a produção convertiam os prisioneiros de guerra em escravos e assim divide a sociedade em senhores e escravos o que confirma que com o a era neolítica e o surgimento do excedente o homem passou a ser lobo do próprio homem. (CAMPOS, MIRANDA,2006)

Os homens que detinham excedentes passaram a adquirir propriedade de terra e assim surge a propriedade privada, a terra agora passa a ser mercadoria pode ser vendida e comprada como qualquer outro utensílio. (CAMPOS, MIRANDA, 2006)

A expansão foi rápida tornou possível a concentração de riqueza nas mãos de poucos, ocasionando, portanto em desigualdades socais.

Para garantir intacta a propriedade privada e a convivência harmônica entre os indivíduos com interesses divergentes, surge o Estado através de um contrato social e coletivo.

> "O Estado é um poder imposto a sociedade e não uma mera instituição administrativa. O aparecimento do Estado foi uma exigência do desenvolvimento da própria sociedade. Foi necessária a constituição de um poder que administrasse os interesses conflitantes dessa nova sociedade dividida em classes." (SANTOS,2016, p 29)

É extremamente importante ressaltar que o Estado surge através de um contrato firmado socialmente e que este nasce como consequência da divisão de classes.

Como um dia pontuou Engels e reafirma SANTOS, O Estado sempre se mostrou ao longo da história como representante de uma classe em detrimento de toda a sociedade. No Estado antigo os senhores mantinham dominados os escravos; O Estado feudal representava a nobreza e sujeitavam os servos e o Estado moderno é o comitê executivo da burguesia e compactua, portanto com a exploração desmedida do capital. (SANTOS, 2016)

O capitalismo começa a ser gestado com as modificações que ocorrem no modo de produção ainda feudal. Modo de produção mercantil simples e mercantil capitalista.

> “Modo de produção mercantil simples era baseado em dois pilares: trabalho pessoal e o fato de artesão e camponeses serem proprietários dos meios de produção; O segundo é marcado pela divisão social do trabalho e na propriedade dos meios de produção.” (SANTOS, 2016, p.33-35)

A diferença entre eles é a presença da exploração no modo de produção mercantil capitalista, já que a força de trabalho acresce valor superior ao que recebe a mercadoria, mas recebe uma parte ínfima do que produz. Todo o resto é expropriado-denominado por Marx de mais-valia.

Com as incontáveis consequências advindas do novo modelo econômico que surgiu, o capitalismo, tornaram insustentáveis as convivências entre as duas classes burguesia e proletariado. O proletariado se ver lesado devido às péssimas condições de trabalho em que se encontravam e passar a reivindicar por melhorias.

> “Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura, o desprezo pelas condições de vida dos operários, significativos níveis de morbilidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitação em lugares insalubres, doenças, fome, baixos salários”.
>
> (SOARES, 2012, p.37)

Apesar da heterogeneidade que assolava entre os diversos operários, perceberam que apesar disso, compartilhavam das mesmas consequências promovidas pelo capitalismo, fome, miséria, condições de trabalho e vida não dignas.

Registra-se a partir daí, inúmeras a ocorrência de protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram gestado no movimento revolucionário de 1848.

> “Uma Republica liberal burguesa, muito aquém do que desejavam os socialistas utópicos franceses vinculados aos trabalhadores urbanos, foi instalada. Mais revoltas se sucedem em junho. Mulheres e crianças lutavam ao lado dos homens atrás de barricadas pela melhoria da situação econômica e de trabalho. Após três dias de terríveis confrontos de rua o exército sufocou a revolta. Saldo de 1460 mortos e cicatrizes profundas na sociedade francesa.” (CAMPOS, MIRANDA ,2006, p337)

A revolução de 1838 deixa claro e evidente os antagonismos entre as classes e a natureza ontológica do capitalismo. Já que percebe- se agora a existência da pobreza decorrente da divisão de classes.

Aliado fiel da classe dominante, o Estado, a fim defender os interesses de tal classe garantindo a paz necessária para o desenvolvimento do capital, E visto que, a repressão não mais bastava para camuflar tamanhas as consequências que o capitalismo foi (e ainda é) capaz de gerar, o Estado lança o projeto da criação de políticas sociais a fim de garantir seus privilégios e afirmação frente a sociedade civil.

A intenção do Estado, portanto em nenhum momento se refere a um postura de defesa dos interesses sociais e coletivos da sociedade civil e principalmente minorias e sim afirmar o projeto burguês.

A intenção da burguesia e do Estado é controlar o proletariado através de políticas de assistência, evitar que este ponha em risco o desenvolvimento do capitalismo.

As políticas públicas e a lógica do capital

A Gênese das políticas públicas decorrem da intervenção estatal mediante a necessidade de dar respostas ao que chamamos de “Questão social “.

> “Expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia.” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.77)

Para entendermos a gênese das políticas se faz necessário entender o contexto, a conjuntura que assolava esse período. Como já foi mencionado anteriormente, a chamada revolução de 1838 em que o pauperismo assolava cruelmente a classe operária e em meio a tamanha exploração desmedida do capital o que era heterogêneo se remodelou a fim de atender os interesses em comum a –exploração desmedida do capital.

O que difere da pobreza que já era comum é que esta se trata de uma pobreza universal da classe operária e esta é decorrente das desigualdades promovidas pela própria natureza do sistema capitalista.

O liberalismo acabou reafirmando o capital, pois com a teoria liberal o trabalho passa a ser “voluntário” pressupõe uma igualdade entre as partes. “Está concebido na forma de organizar a sociedade,” liberando “os servos dos laços feudais e tornando os trabalhadores “livres” no mercado capitalista”. (SANTOS, 2016, p 37-38)

Na verdade analisado as entrelinhas se percebe que a exploração que antes era nítida agora é mascarada, pois os proletários sem a posse dos meios de produção só lhes resta submete-se aos desmandos do capital para garantir a sua subsistência. Liberdade pressupõe escolhas e os proletários não as tiveram.

Com a revolução de 1838, os operários munidos do empodeiramento e do conhecimento de sociólogos “utópicos” como Marx saem às ruas a fim de promover protestos, manifestações, reivindicavam por melhores condições de trabalho, de vida.

A burguesia e o Estado gradativamente mediante as inúmeras reinvindicações ao longo do mundo, em especial a Inglaterra e França pioneiras da revolução industrial perceberam o quão eram prejudiciais ao capitalismo tamanhas manifestações.

Ora, o capitalismo só se mantem mediante a relação de exploração e expropriação de mais valia dos proletários. Esse é quem sustentam o capitalismo, se a base não for solida poderia romper-se. Pensando nisso, a burguesia aliada do Estado passa a amenizar as consequências promovidas pelo próprio capital as expressões da questão social, a fim de conseguir solidez e permitir a paz necessária para o desenvolvimento do capital.

A intenção não se remete a solucionar o problema, pelo contrário, tais consequências são favoráveis ao sistema vigente. Quanto maior a quantidade de mão de obra desempregada – exercito industrial de reserva, mais exigente são as demandas e o preço da mercadoria (mão de obra) torna-se desvalorizada o que favorece o capital e o proletário “livre” tem de sujeitar-se a vender a única coisa que lhe resta, sua mão força de trabalho

Além disso, percebe-se que na Lei de acumulação capitalista à medida que o capitalismo produz mais riquezas, produz também misérias a classe trabalhadora, pois à medida que este produz também é explorado.

A questão social surge como consequência da industrialização que é decorrente do surgimento do capitalismo e mediante tais questões social se fez necessário que o mediador de classes, o Estado, lançasse políticas de cunho assistencialista a fim de diminuir as sequelas promovidas pelo sistema. Mas em nenhum momento a intenção é resolver a “questão social “até porque para resolve-la pressupõe a queda do próprio sistema vigente, já que as desigualdades são decorrentes deste.

E cada vez mais o Estado se apresenta em defesa dos interesses da classe burguesa. “A função do Estado se direciona na defesa dos interesses do capital monopolista, ou seja, a fração mais poderosa da sociedade. Assim, o efeito da intervenção Estatal é fazer com que o sistema funcione mais e não menos” (SANTOS, 2016, p114)

Até o momento o Estado intervinha em situações emergências no capitalismo dos monopólios, percebe-se que este se refuncionalizou a fim de efetivar os interesses da produção capitalista. (NETTO, 2006)

E as políticas públicas apesar de amenizar as sequelas, não as solucionam, mas dentro do sistema capitalista esta é a ferramenta que pode propiciar, ainda que mínimas a uma mudança no quadro de pauperismo.

No entanto, com o pós- guerra se percebe cada vez mais frequentes as diminuições das políticas públicas devido à presença do Neoliberalismo.

> “A ideologia Neoliberal foi utilizada para legitimar o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam sua liberdade. O alvo desse projeto é a intervenção direta do Estado na economia.” (SANTOS 2016,178).

O Estado é determinado pela lógica do capital, este é o comitê executivo da burguesia e utiliza das políticas públicas como se tratasse de benemerência ou paternalismo a fim de anular a ideia de direitos sociais, para assim promover privatizações e redução de gastos sociais favorecendo assim os interesses burgueses.

> “A redução de gastos destinados a área social; a eliminação de medidas de proteção sócia expressas no legado de direitos sociais- saúde, educação, previdência, lazer, habitação-anteriormente conquistados através de lutas sociais encabeçadas e que agora estão desmontando nos governos de orientação neoliberal.” (ARAUJO ,2016)

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os fatos mencionados nos cabe concluir que as politicas sociais surgem devido à necessidade do Estado, comitê executivo da burguesia dar respostas às consequências promovidas pelo próprio capital.

Vale ressaltar que o capitalismo surge mediante o acumulo excedente que, por conseguinte torna necessária a presença de um mediador de conflitos, o Estado, que apesar de ter como dever atender os interesses da sociedade civil como um todo, se apresenta cada vez mais afirmando e consolidando os interesses burgueses.

O que se percebe e que a pobreza antes gerada era decorrente da escassez de controle sobre os processos da natureza. Atualmente, com o sistema econômico vigente, percebe-se que é decorrente da natureza destrutiva do próprio sistema.

As politicas públicas não foram pensadas para resolver a “questão social”, convenhamos não resolvem, apenas ameniza os efeitos mais alarmantes promovidos pelo capital – o pauperismo.

Apesar desta não solucionar o problema, as politicas são um tipo de “válvula de escape” para a classe proletária. Permitem a promoção de mudanças no quadro de pauperismo, ainda que mínimas. Além disso, é através desta que aproxima as minorias dos direitos sociais através do mediador de relações, o Assistente social.

Este tem de desdobra-se ao paradoxo de seguir o seu projeto ético politico e ao mesmo tempo tem de vender sua mão de obra, já que também se configura como proletários.

A função deste é extremamente importante para o empoderamento das classes trabalhadora a fim de promover as mudanças que a conjuntura “grita” para a classe trabalhadora.

Faz-se necessário que compreendamos o processo histórico, desde as suas origens e fundamentos até os dias atuais pra assim passarmos a entender e interpretar a realidade social contemporânea.

4- REFERENCIAS

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle de capital**- 1 ed. Coletivo veredas,2016

SANTOS, Joseane Soares” Questão **social “:particularidades no Brasil** /Josiane Soares Santos – 1 ed. Cortez,2012

ARAUJO, Fernando de Araújo. **Estado e capital: uma coexistência necessária/** Fernando Araújo Bizerra-1ed.-Maceió: Coletivo veredas,2016.

CAMPO, MIRANDA **A escrita da história** /Flavio de campos e Renan Garcia Miranda.1ed. São Paulo, 2005.

A POLITÍCA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DIREITO SOCIAL OU ASSISTENCIALISMO?

Maria Nicaele Nogueira Santana
Natalia Rodrigues da Silva

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo descrever o percurso histórico da construção da política da assistência social no Brasil, analisar o seu caráter assistencialista, clientelista e apolítico, traçar a centralidade que esta política vem exercendo na Seguridade brasileira. A princípio colocaremos como se deu a construção histórica da assistência social no Brasil desde suas formas assistencialista até a constituição como direito social e dever do Estado, em seguida analisaremos o enraizamento na cultura política brasileira de sua forma assistencialista e caracterizada como favor e não como direito social. Para tanto, foi necessário à realização de pesquisa bibliográfica.
Palavras-chave: Assistência Social, Assistencialismo, Direito Social.
ABSTRACT
The present article aims to describe the historical route of the construction of social assistance policy in Brazil, analyze its welfarist character, clientelistic and apolitical, to trace the centrality that this policy has exerted in the Brazilian Security. In principle, we will explain how happened the historical construction of social assistance in Brazil since their welfarist forms until the constitution as a social right and duty of the state, then, we will analyze the rooting in Brazilian political culture of their welfarist form and characterized as a favor and not as a right social Therefore, it was necessary to carry out bibliographical research.
Keywords: Social Assistance, Welfarism, Social Law.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a política de Assistência Social é oriundas, das reivindicações da classe trabalhadora, em decorrência das sequelas do sistema capitalista, implantada com caráter assistencialista, sendo ancoradas na cultura brasileira como favor, e apadrinhamento.

Nesse contexto, cultural politico e econômico foi apenas com a constituição Federal de 1988 que a assistência social foi constituída como direito social e dever do Estado, um grande avanço para sociedade, entretendo na sua pratica foi enraizada sua protoforma assistencialista. (COUTO,2015)

Em decorrência desse enraizamento da politica da assistência social como assistencialista, na contemporaneidade são encontrados diversos desafios para os profissionais que atuam nessa politica, a qual é muitas vezes considerada não politica, ate mesmo para seus usuários.

Dentre os desafios imposto, Mota (2010) da ênfase na centralidade que a politica da assistência social vem tendo na contemporaneidade, desarticulando a seguridade social como um amplo mecanismo de proteção social, atendendo aos ideais neoliberais, ampliando o

mercado de serviços, com a privatização da saúde e previdência, tendo a assistência social como messiânica de todos as expressões da questão social.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As politicas sociais surgem como resposta as movimentos da classe trabalhadora, como forma de abrandar as reivindicações por melhor condições de vida que é sequela da sociedade capitalista, que tem sua origem a partir da revolução industrial .No Brasil As politicas sociais são gestadas no início do século XX com o objetivo de harmonizar as relações entre a burguesia e a classe que vive do sua força de trabalho, que se materializavam através do assistencialismo e não com intuito de conceder direitos, foi implantada através de lutas e reivindicações da classe trabalhadora, formando um mecanismo de pressão popular.

Assim, a assistência social era caracterizada como assistencialista, como favor, eram concebidas como forma de clientelismo, apadriamento, práticas pontuais, individualizadas, imediatistas, essa matriz foi ancorada na cultura brasileira na qual foi enraizada como não politica e dessa maneira era isoladas das outas politicas. Anteriormente do Estado assumir a política social as necessidades da sociedade eram direcionadas paras as igrejas, na quais supriam de forma caritativa suas demanda com intuito de consolidar seu poder.

Nesse contexto, as políticas sociais foram construídas de forma lenta, e apenas a partir da década de 80 com a inserção na cena politica de movimentos socais que lutavam por democracia, que os direitos socais passaram a ter caráter de direito, não contributiva e de responsabilidade do Estado, que visa a proteção social no qual foi consolidado com a constituição federal de 1988, que foi um significativo avanço em relação aos direitos sociais.

Segundo Mota (2010) a Seguridade Social inclusa na Constituição Federal de 1988 foi formulada em um contexto contraditório, pois o cenário internacional era contrario a intervenção social por parti do Estado, pois os ideais neoliberais estavam difundidos nos países desenvolvidos sendo resultado dos setores progressistas.

A Constituição Federal é inédita em assegura a politica de assistência social como pública, dever do Estado e direito da população, pois dessa maneira assegura a proteção social universalizado, instituindo o Sistema de Seguridade brasileiro.

Na qual foi regulamentada a partir da Lei n 8.742, de 07 de dezembro de 1993, constituindo-se a Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), que vem assegurar a participação das organizações públicas e também das privadas na realizações de práticas de assistência social, para dessa maneira atender as necessidades básicas da população.

Outro avanço significativo foi a aprovação em outubro de 2004 o Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

> A PNAS, aprovada por CNAS, promove sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos, cabe por isso a assistência social , segundo essa política, as ações de prevenções, promoção e inserção, bem como o provimento de garantias ou seguranças que cubram, reduzam a vulnerabilidade, o risco social eventos ;assim como atendam as necessidades emergentes ou permanentes, decorrentes de problemas pessoais dos usuários e beneficiários.(SIMÕES, 2010. P 309)

A politica Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma normativa que define princípios e diretrizes para a implementação da politica da assistência social caracteriza como politica de direito, que constitui a proteção social básica. Nesse contexto foi a partir da década de 80 que foi atribuído a assistência social uma caráter de direito social que pressupõe o desenvolvimento humano e social, que vem garantir acesso dos indivíduos a direitos sociais, com intuito de proporcionar condições para que o individuo possa transformar sua própria realidade social, passa a ser responsabilidade do Estado, dessa maneira deixa de ser assistencialista e caritativa, é constituída como direito social.

3. CARATER CONTRADITORIO DA ASISTENCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.

> Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como *não política*, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (Couto, Yazbek e Raichelis, 2012, p. 55)

A constituição da assistência social enquanto política pública foi gestada em uma campo contraditório, pois já estava enraizada na cultura política brasileira vinculada ao assistencialismo, ao favor, ao uma prática compensatória focalizada e não como direito social , seguindo caráter conservador, ficando em segundo plano dos governo

Segundo Mota (2010) o processo histórico de construção das politicas públicas brasileira estar relacionado diretamente a relação de produção e reprodução das relações sociais e as contradições das lutas de classes, pois a classe dominante utilizou o Estado segundo os seus interesses, constituindo uma politica de seguridade social para legitimar-se, como por exemplos a era Vargas, a ampliação de politicas na ditadura militas, os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luis Inacio Lula da Silva.

Assim, ressalta Couto (2015) a política da assistência social, tem sido considerada tradicionalmente como contraria ao trabalho, gerando uma relação de indignidade. Da ênfase na importância do trabalho para construção do ser social este é o campo de atuação da assistência social a proteção daqueles que não estão inseridos na relação de trabalho, criando mecanismo para sua reinserção.

Entretanto, a política da assistência social não é exclusiva para quem perdeu o vinculo empregatício, mais também para os trabalhadores formais, que recebem um salário baixo e dessa maneira necessitam da proteção social, ressaltando a importância da criação de

mecanismo que apoiem os trabalhadores para que desmistifiquem a ideia de que é preferível um trabalho em condições de escravidão, do que depender de benefícios da assistência social. (COUTO,2015)

Dessa maneira, fortaleceria a classe trabalhadora e seus sindicatos para que possam reivindicar melhores condições de trabalho e consequentemente de melhoria de condição de vida, como mecanismo de pressão popular para conquista de direitos.

Segundo Couto (2015) a propagação dessa ideologia é favorável à classe dominante e por ela difundida, pois a ideia de dependência de benefícios estar vinculada a vagabundagem, transferindo a responsabilidade da condições que vive unicamente para o individuo retomando ideias já tradicionais da burguesia que acaba sendo englobada na cultura da população, e não visualizando a emancipação do usuário.

Seguindo essa ideia, a politica de assistência social passa a ser vista como filantropia do Estado, e não como direito social na qual proporciona a emancipação do usuário perante a uma sociedade capitalista que reproduz o empobrecimento da grande maioria da população e a acumulação do riqueza socialmente produzida um por pequena parcela da sociedade gerando assim as mais diversas expressões da questão social .

Nesse contexto, para a descaracterização da politica da a assistência social como não política, é necessário o empenho no debate para que se propague o entendimento que a politica é um direito social, e luta por acesso a riqueza socialmente produzida e excluindo a ideia de que tem apenas o papel compensatório e clientelista, que é focalizado apenas na parcela da população que não tem como sobreviver, fazendo com que os usuários reconheçam-se como sujeitos de direitos. (COUTO,2015)

Outo ponto importante, é reconhecimento do pouco investimento para a politica da assistência social, gerando uma alta seletividade para os beneficiários. Realmente apenas o que mais necessitam, excluindo a assistência social como direito universal. (COUTO,2015)

4. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA CENTRALIDADE NA POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL.

> O argumento central é o de que as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de transformarem um amplo e articulado mecanismo de proteção social, adquiriam a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avessam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se ampliam, na condição de política não contributiva, transformando-se no novo fetiche de enfretamento a desigualdade social, na medidaem que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2010 p.134)

Na contemporaneidade, a assistência social estar sendo transformada na principal política para a proteção social em um campo contraditória, enquanto a previdência e saúde, selecionando cada vez mais os seus beneficiários, ampliando a demanda para a política da

assistência social, fragilizando o sistema de proteção social, pois este só pode ser concretizada com a articulação dessa três politicas.

Segundo Mota (2010), a privatização e mercantilização da previdência e saúde gera a não ampliação ou mesmo a redução de serviços compatíveis com o aumento das necessidades da população, sob argumento do aumento da pobreza na população brasileira e a instabilidade financeira, sendo direcionadas para os seguimentos mais pobres da população contrapondo-se ao caráter universal.

Nesse contexto, com o aumento do desemprego houve perda dos vínculos de uma grande parcela da população brasileira com a previdência social, que tem caráter contributivo, transferindo para a assistência social um aumento da sua demanda, e ainda com a criação de mecanismo de privatizações, como a criação de plano privados de saúde e previdências privadas, houve o abandono do caráter universal da seguridade social.

Destaca o retrocesso que sociedade brasileira estar vivenciado em relação ao campo do direito com a mercantilização da saúde e da previdência, e ainda em relação ao trabalho e a assistência social, no qual a burguesia estar utilizando o campo do social para ampliar os mercados para maior acumulação da riqueza socialmente produzida, em um discurso disfarçado de incluir os excluídos. (MOTA, 2010)

Essa fragmentação da seguridade social, vem consolidando-se na sociedade brasileira, dede a década de 60 quando a ditadura militar concedeu ao capital privado a prestação de serviços sociais, como foi o caso da criação dos fundos de pensões e a concessão fiscal para as empresas que oferece aos seus funcionários serviços sociais, e que permaneceu esse modele ate mesmo na Constituição Federal de 1988, quando faz menção a serviços complementares da previdência e da saúde.(MOTA,2010)

Contraditoriamente a partir do processo de inclusão dos indivíduos que estava descoberto pela proteção social criava ao mesmo tempo a oportunidade da mercantilização dos serviços sociais.

Afirma, Mota (2010) que a partir da década de 90 com a reforma da previdência e a realidade vivenciada pela sociedade brasileira na areia da saúde, confirma-se a existência de um sistema básico e outro complementar, atendendo as demandas do capital financeiro, com o processo de acumulação flexível do capitalismo.

‘Surgindo nesse novo contexto uma expansão de mercados para a privatização da saúde e previdência, com a população ex- assalariados que que agora trabalham por conta própria.

Essa centralidade da politica da assistência atende as demandas impostas pela classe dominante, deixando de ser uma politica que mediava o acesso a outros direitos como o

trabalho, passa a ser uma politica estruturadora que foi transformada no principal instrumento para enfrentar a pauperização crescente na sociedade brasileira.

5. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA, AVANÇOS SOCIAIS.

Em finais dos anos 70 a sociedade busca se organizar para mudar a conjuntura que estava sendo vivenciada no território brasileiro, se organizando para lutar por melhores ideais, sendo esse movimento aberto e dinâmico abordado por diversas partes do país (GOHN; 2005).

Seguindo esse mesmo raciocínio Couto (2010) nos reforça que os movimentos sociais foram responsáveis pela reorganização da sociedade, trazendo para a mesma, um novo projeto societário que respondesse as necessidades, sociais, políticas e civis, finalizadas na formação da carta maior a Constituição Federal 1988.

Esse meio de efervescência por busca de direitos foi de grande importância para o Serviço Social, pois retomou os preceitos do movimento de reconceituação que outrora foram abortados pela ditadura militar, dando nova roupagem ao direcionamento no campo do assistente social principalmente por reconhecer a Assistência social como direito visto pela própria Constituição Federal de 1988 sendo para quem dela necessitar o seu atendimento não mais filantrópico (COUTO; 2010).

Couto (2010) continua a nos informar que os direitos sociais foram realmente grandes avanços para a sociedade, mas que tomaram rumos contraditórios, porque o país havia aderido às orientações do Consenso de Washington que busca na sua essência cortes com políticas sociais para investir no crescimento e desenvolvimento do país. Percebe-se que a Constituição Federal de 1988 teve um sentido paliativo a respeito dos direitos sociais, porque determina na legislação direito para os cidadãos que buscam por equidade, mas que a realidade é controvérsia a respeito da efetivação, trazendo para a massa populacional o aumento da desigualdade social e a procura pelo atendimento privatizado para responder as necessidades (COUTO; 2010).

A esse meio dicotômico esta os conselhos como órgão fiscalizador de políticas públicas que visam juntamente com o Estado e sociedade civil organizada trabalharem para mediar os conflitos existentes na sociedade, estando esse espaço informado de como o Estado esta usando os recursos orçamentários para buscar meios para garantir os direitos da população (RAICHELIS; 2006).

Mesmo tendo uma política de extrema responsabilidade para a sociedade alguns espaços deixam a desejar por possuir fragilidades no que se refere à falta de integração e

interação com a população e os entes, além da própria fragmentação da política tornando um local defasado para cumprir com o que propõe (RAICHELIS; 2006).

Um grande desafio dessa entidade é a interligação entre os mesmos que permitirá o fortalecimento do órgão que devem procurar estratégias de reciclagem para os integrantes, tornando o espaço sempre acessível para a população que busquem se interar sobre os temas trabalhados, essa aliança facilitará a manipulação de informações e troca de conhecimento heterogêneo que visam trabalhar a política de forma global (RAICHELIS; 2006).

Considerando as mudanças socioeconômicas que assolam a realidade brasileira a sociedade organiza-se dando luz ao terceiro setor para amenizar os traços neoliberais que afligem a população, sendo esse trabalho restrito dentro de um perfil formulado pela própria instituição (SANTOS; 2007)

As Organizações Não Governamentais surgem dando respostas que são de extrema responsabilidade do Estado, mas que esse se eximiu das suas, possibilitando espaços para criação de diversas instituições trabalharem fragmentações da política social dando repercussão para as mesmas na questão de eficiência, eficácia e efetividade (SANTOS; 2007).

6. Conquistas e desafios que o Serviço Social enfrenta no campo da Assistência social

As mudanças societárias que ocorreram na transição dos anos 80 trouxeram significativas transformações ao Serviço Social sendo elas a retomada do movimento de reconceituação a aproximação com o marxismo através das escrituras de Marilda Iamamoto e Carvalho mostrando que essa corrente teórica é a que mais possibilita dar respostas coerentes para a realidade vivenciada, tendo assim uma abertura no campo de atuação viabilizando para o profissional lograr por inúmeros espaços. (NETTO; 2005).

Permitindo aos profissionais ir além dos movimentos de Araxá e Teresópolis, trazendo juntamente com o novo, novas perspectivas, com o projeto profissional, a formulação do Código de Ética através da organização da categoria por um mesmo ideal, a abertura para o pluralismo, conseguindo através das contradições realizarem a Lei Orgânica da Assistência Social, mostra-se grandes avanços para a profissão (NETTO; 2005).

Vitórias que estão sendo ameaçadas por causa da globalização que necessita de respostas eficientes em curto prazo, favorecendo o empobrecimento da profissionalização tendo um aligeiramento na formação causando efeitos negativos na articulação teórica e prática além de possibilitar a abertura para outros profissionais tomarem como suas as competências que são de um assistente social (IAMAMOTO; 2007).

> O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso

> resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO; 2007).

A formação profissional esta abalada pelos efeitos contraditórios que o sistema possibilita, mesmo assim não devemos esmorecer mais reativar os ânimos e lutar para que essa realidade mude tornando o local de trabalho produtivo, lembrando que o assistente social não é responsável para resolver todos os impasses da sociedade, mas se atualizar, inteirar, conhecer, habilitar devem fazer parte do dia –a – dia para possibilitar ter um olhar diferenciado para o outro, tendo efeitos na sua mediação.

Essa postura colabora para reafirmar o projeto ético e político da profissão não permitindo o conservadorismo ter espaços para se estalar novamente, mesmo tendo a conjuntura à disposição dele, cabe a categoria profissional buscar ter qualificação, saber o que o código de ética regulamenta, e estar abertos para enxergar as demandas novas e velhas não se deixando alienar pelo espaço sócio ocupacional (IAMAMOTO; 2007).

Segundo Couto (2015) é de extrema importância para os assistentes sociais romper com a visão distorcida que parte dos cidadãos possuem que o profissional do Serviço Social é uma bela recatada do lar que é uma pessoa de alma boa que visa ajudar a todos, ficando claro que são ranços do conservadorismo que devem ser combatidos mostrando para a população que o profissional que trabalha na assistência social ou em outros campos de atuação não ajuda ninguém e sim viabiliza direitos que são garantidos pela própria Constituição Federal 1988.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações tratadas percebe-se que o assistencialismo surgiu pela influência da igreja católica dignificando o homem com bases conservadoras que perduraram por décadas, em meados dos anos sessenta ocorreu à sinalização de que algo deveria ser modificado no Serviço Social, começa-se lentamente a traçar o olhar e dar um novo sentido para a profissão.

A ditadura surge amenizando a efervescência da renovação do serviço social que deixa boa parte dos seus projetos engavetados por causa do sistema, que não permitia liberdade de expressão, mas que a passos lentos os profissionais buscavam concretizar.

A redemocratização veio para toda a sociedade como uma libertação busca de ideais, do novo, para o serviço social ela não surtiu diferente, nesse momento deu-se a abertura para colocar em prática os projetos que foram engavetados e abrir espaças para outros. Eclodiram os congressos, movimentos sociais, formulação da Política da Assistência Social posteriormente sua concretização com a constituição federal 1988, como política que integra o tripé da Seguridade social rompendo com a visão de ajuda e vista como direito do cidadão.

Os novos tempos possibilitaram a formulação do Projeto profissional o Código de ética a expansão da graduação, especialização, mestrado e doutorado dando uma solidificação que é ameaçada constantemente pelo conservadorismo que visa retroceder no quesito de conquistas sociais.

Atualmente temos um Serviço Social crítico reflexivo e dialético que busca através das contradições manterem o padrão conquistado tendo como deveres a manutenção da graduação expandindo-a para além da formação se auto – reciclando interagindo com a metamorfose da sociedade.

Portanto para que ocorra uma mudança mesmo que pequena na Assistência social ou em qualquer outro campo de atuação deve-se ter o conhecimento a partir dele traçar metas para alcançar um determinado objetivo, o trabalho é árduo e continuo estendendo ao outro, aos novos formandos para se ter a fortificação da categoria rompendo com a visão individualista que esta enraizada na mesma e não se deixar alienar pelo local de trabalho que muitas vezes tem missão contraditória com a do profissional.

Rompendo através dos tempos com a visão estereotipada que se resolve tudo, mas que viabilizam direitos e que através da conjuntura restritiva esta um perfil que deve ser analisando e informado dos seus direitos tornando o outro protagonista da sua própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo De**. A assistência social como política pública de direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais.** Maranhão, 2013.

COUTO, Berenice Rojas**. Assistência social: direito social ou benesse?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 4ed**.** São Paulo, 2010.

GONH, Maria da Gloria. **O protagonismo da sociedade civil no Brasil In: O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais ,ONGs e redes solidárias**.v.123.São Paulo:Cortez,2005.p 70 a 107.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas: uma pauta a ser enfretada pela sociedade civil**. Serviço social e sociedade 85,ANO XXVII,Março 2006,p109 a116.

SANTOS, Vera Nubia. **Terceiro setor no serviço social brasileiro: aproximação ao debate.**Serviço social e sociedade 91 ANO,XXVII, Especial 2007,p 123 a 142.

NETTO, Jose Paulo. **O Movimento de reconceituação 40 anos depois**. Serviço social e sociedade 84, ANO XXVI novembro 2005,p 05 a 19.

IAMAMOTO, Marilia Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.**13.ed.São Paulo,cortez,2007.p 17 a 57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo De**. A assistência social como política pública de direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais.** Maranhão, 2013.

COUTO, Berenice Rojas**. Assistência social: direito social ou benesse?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 4ed**.** São Paulo, 2010.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL COM FOCO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Erlânia Alves Lopes
Caique Monteiro Rocha
Emilly Karísia Barbosa Torres Calheiros
Daniel Cortez Marques

RESUMO

Este Artigo tem como objetivo discutir sobre as principais transformações ocorridas no âmbito da seguridade social no Brasil e os limites que norteiam a separação entre o que é público e privado no que tange a essas políticas públicas com foco em duas de suas principais politicas: assistência social e previdência social. O estudo foi constituído através de pesquisa e discussão sobre a bibliografa encontrada sobre o tema e percebeu-se que uma maior propagação de informações e ações coletivas da Sociedade é essencial para combate as possíveis mudanças negativas nos direitos conquistados pelas lutas sociais.

Palavras-chave: Seguridade Social, Politicas Publicas, Privatização.

ABSTRACT

This article aims to discuss the main transformations that have occurred in the field of social security in Brazil and the limits that guide the separation between what is public and private in relation to these public policies focused on two of its main policies: social assistance And social security. The study was constituted through research and discussion about the bibliography found on the subject and it was realized that a greater propagation of information and collective actions of the Society is essential to fight the possible negative changes in the rights conquered by the social struggles.

Key words: Social Security, Public Policies, Privatization

1. INTRODUÇÃO

Eis que surge então com a Constituição Federal de 1988 o meio pelo qual se assegura os direitos de Assistência Social, Previdência Social e Saúde por meio do sistema

denominado Seguridade Social, sendo esse momento o maior em termos de proteção social no território brasileiro, abrindo espaço para transformações que ultrapassam o âmbito da

previdência, posteriormente há o ponto de culminância desse processo e consequentemente com o decorrer inevitável das oscilações econômicas a ameaça de privatização dessas politicas sociais e suas consequências para a população que dela usufrui. Torna se necessária à luta da sociedade para o enfrentamento efetivo dessa questão relativa à perda de direitos e o Assistente Social como profissional que lida com as mazelas sociais, torna-se peça fundamental para uma ação eficiente, considerando o conhecimento sobre a temática fundamental para ambos.

A temática foi escolhida justamente por ser uma das expressões da Questão Social que mais carece de debate frente às correntes mudanças da sociedade capitalista atual e justamente com a falta de uma maior explanação do Serviço Social frente ao sucateamento de politicas publicas, então, definiu-se como objetivo a discussão sobre a privatização de setores da Seguridade Social no Brasil através de uma analise bibliográfica de algumas produções sobre a Seguridade e seu contexto histórico e atual procurando relaciona-los e discutir as ações mais efetivas para se lidar com as consequências do processo. Em que “A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informação advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. (Barros e Lehfeud, 2007, pg.85).

Objetivando-se também acrescentar novas analises sobre o assunto com o intuito de aumentar a produção teórica sobre o tema.

Concluindo-se então que é de fundamental importância o estudo sobre a temática percebendo que a mesma crescer em proporções cada vez mais e somente com uma ação informativa e prática do Assistente Social juntamente com a população é que se pode fazer possível à amenização e lutar para manter e melhorar os direitos conquistados no percurso histórico.

2. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA FRENTE A CRISE

Segundo Gonçalves (2008) os primórdios da Previdência Social no cenário mundial iniciam-se com o surgimento do modelo de Assistência Privada, sistema no qual um grupo de trabalhadores/as criava um fundo no qual contribuíam mutuamente para em caso de necessidade como doenças, invalidez ou morte pudessem ter um subsídio pelo qual poderiam pudesse recorrer e proteger-se frente a tais problemas.

Behring e Boschetti (2006) apontam o Plano Beveridge como marco da ampliação de políticas sociais sendo que ele vai surgir no pós-guerra e se estabelecer em decorrência das reivindicações dos trabalhadores que estavam ocorrendo de forma cada vez maior frente ao

contexto desfavorável que o capital causava, sendo esse plano uma intervenção com objetivo de revolucionar o seguro social.

A partir do que foi imposto por Bismark, o que era regulado de forma mais introspectiva e não permitia uma ampliação maior para que se assegurassem contra o poderio burguês, porém é somente com a crítica e necessidades encontradas nesse primeiro modelo de Seguro que há uma definitiva locomoção no que tange a efetividade e inclusão das políticas de cunho social como um todo.

Como aponta Silva (2008) a Previdência Social no Brasil mediante o contexto histórico é frequentemente relacionada e até mesmo identificada como Seguridade Social não como componente desse sistema e sim como objeto de mesmo significado o que é verdadeiro no caso europeu no seu surgimento e até mesmo no desenvolvimento, mas no caso brasileiro não há tamanha limitação desde o principio até o surgimento da Constituição Federal de 1988. No Brasil o ponto de partida principal para o surgimento da Previdência é bastante conturbado sendo que Simões (2009, pg.141) traz essa questão elucidando que:

> A previdência social tem seu marco inicial, no Brasil, com a Lei n.3.397, de 1888, autorizando o governo a abrir uma caixa de socorros para os trabalhadores das estradas de ferro. Mas por essa lei ter sido praticamente letra morta, considera-se que foi a Lei Eloy Chaves, de 1923, que inaugurou a previdência social brasileira, ao instituir, nas empresas ferroviárias, uma Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) para os respectivos empregados.

Considerando que a lei Eloy Chaves ao impor as CAP's teve sua intenção em um sentido bem restrito algo que pode ter no Decreto n.5.109/1926 sua ampliação passando de exclusividade para os trabalhadores das empresas ferroviárias que as aderiam para chegar também aos portuários e marítimos, garantindo direitos básicos sendo que a garantia em lei era um fator preponderante para o crescimento de tais medidas e também maior segurança ao trabalhador quanto ao seu futuro mesmo considerando como aponta Duarte (2003, pg.126) "A criação das CAP's ocorreu na esfera privada mediante um pacto entre capital e trabalho" o que mostra que não havia uma real ampliação e também e ninguém sequer havia uma condição estatal uma vez que havia o quesito exclusividade.

Behring e Boschetti (2006) discutem as questões que ocorrem no cenário de crise de 1929-1932 o que é fundamental para se situar perante as transformações que estavam prestes a decorrer no Brasil o que surgiu até de forma adversa se considerando o que vinha anteriormente, chegou se em um contexto histórico onde houve diversas transformações significativas no que tange aos trabalhadores, maior parte do que se refere à economia brasileira era de exclusividade da exportação cafeeira sendo que no período de crise internacional as oligarquias ficaram em um cenário prejudicado, surgindo à manifestação

das oligarquias do gado, açúcar e da carne advinda do sul de onde veio àquele que seria o principal líder desse período.

Como sinaliza Simões (2009) houve a substituição das CAPs por Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) garantindo aos profissionais das empresas marítimas se filiarem não com o antigo quesito de ser por empresa, mas agora por categoria profissional criando de certa forma uma nova ampliação que veio a vigorar com os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), sendo o passo mais importante à inclusão dos sindicatos na parte administrativa das IAPs a partir do surgimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) marco principal dessa era, ocorrendo uma revolução no Brasil.

Gonçalves (2008) referencia a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) criada na Lei n.3.807, de 26 do mês de agosto de 1960 como principio norteador de um novo começo, uma vez que a LOPS buscou unificar os IAPs buscando a ampliação do seguro para diversas categorias o que pode posteriormente permitir mediante o encalço que estava sendo construído foi o surgimento da Lei n.4.214/63 conhecida como o Estatuto do Trabalhador e foi esse mecanismo que permitiu a incorporação e surgimento do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Ainda nesse período surge o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) por meio da lei n.3.782 em substituição ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio que havia sido criado no período de 1930 passando posteriormente por diversas transformações, porém foi entre os anos de 1960 e 1964 que perante as reivindicações gerais dos sindicatos que mobilizaram se pelos direitos e ocorreu a seguinte aprovação em lei como traz Simões (2009, pg.143):

> Entre os anos de 1960 e 1964, os institutos incorporaram as reivindicações sindicais sobre a ampliação de benefícios previdenciários, revogando a exigência de idade mínima de 55 anos para aposentadoria por tempo de serviço (que viria a ser restabelecida, em outros parâmetros, para os servidores públicos, com a EC n.72, de 22/11/1966), ficando a exigência de 35 anos de tempo de serviço, como único requisito.

Após esse processo Gonçalves (2008) vêm relatar o surgimento em idos dos anos 1960 da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) com a Lei n.3.807 de 26 de agosto de 1966 que foi um ponto revolucionário ao unir as IAP's em um novo órgão de cunho federal que foi o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), posteriormente em 1967 têm se a lei n.5.316 onde se integra o Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) ao campo da Previdência Social e essas mudanças iniciam um ciclo que teve papel preponderante no seguro cada vez mais efetivo dos trabalhadores, os avanços visavam com sempre lidar com as expressões da Questão Social considerando que "A Questão Social não é senão as

expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, pg.77).

Tais considerações levam a um ponto em que as demandas históricas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social começam a se encontrar frente às reivindicações da classe operaria e a culminância desse processo é simplesmente em período posterior a união de todas elas em um marco histórico o qual se denominou Seguridade Social, não como o modelo internacional interligado apenas a Previdência, mas um novo modelo que tem no tripé dessas três políticas sociais a ampliação de forma dinâmica de algo que vem sendo buscado desde antes da ascensão da classe burguesa ao poder frente às monarquias e sua centralidade.

Tem se nesse período o advento do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) com a lei n.6.434/77 que surge como um modelo de enquadramento subdividindo os equipamentos em instâncias que apareceram com diversas funções como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com processo de prestações dos serviços de assistência e benefícios em forma de dinheiro, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) com os serviços de cunho médico e odontológico, a Central de Medicamentos (CEME) compondo a assistência médica farmacêutica em geral.

No que tange a outros setores veio também a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que vinha prestar em primeira estância à assistência a população carente que necessitava dessa atenção para seguir com o desenvolvimento enquanto classe social em situação de vulnerabilidade, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que vinha exatamente fazer esse resgate e proteção no que tange ao menor de idade nesse período, ainda teve a Empresa DATAPREV com o processamento de dados no que tange a previdência e o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS), como vem trazer Faleiros (2003, pg.68).

Eis que surge então a Constituição Federal de 1988 meio pelo qual se assegura os direitos de Assistência Social, Previdência Social e Saúde por meio do sistema denominado Seguridade Social, sendo esse momento o maior em termos de proteção social no território brasileiro, abrindo espaço para transformações que ultrapassam o âmbito da previdência, posteriormente como traz Gonçalves (2008) há o ponto de culminância desse processo com a extinção do SINPAS e surgimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que é o órgão propulsor no que tange ao esquema previdenciário e é algo que reverencia todo um ciclo que veio perpassar as principais dificuldades e problemas oriundos dos seguros anteriores, essas transformações que são bastante normatizadas no artigo 194 da Constituição Federal revelam sua garantia e ampliação uma vez que:

> Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
> Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
> I - Universalidade da cobertura e do atendimento;
> II - uniformidade E equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
> III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
> IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
> V - Equidade na forma de participação no custeio;
> VI - diversidade da base de financiamento;
> VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL,1988).

Segue se então estabelecendo um novo prenuncio de transformação que visam assegurar de forma universal pela primeira vez a segurança do trabalhador, em sua gênese ele vem sendo composto pela união de diversos órgãos e reformulando alguns dos propulsores, entre eles o INPS e IAPAS, sendo o INSS o mecanismo que regula até os dias atuais o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), decorrente desse processo vê se então novos paradigmas que se vinculam as transformações societárias cabendo à inserção definitiva da Assistência Social no campo previdenciário uma vez que tais políticas se vinculam perante o sistema de seguridade.

Silva (2008) ressalta a questão de inclusão no que tange ao Serviço Social na Previdência e também a participação da população diretamente no que se refere à gestão de políticas públicas, sendo realizado pelos profissionais da área da assistência todo o fortalecimento da política, bem como a divulgação e orientação o que se refere aos direitos do cidadão de acordo com o que vem estipulado na constituição de 1988, podendo se a partir daí prever que muitos pontos referidos nesse documento, precisariam de muito incentivo para sair do papel e transforma-se em algo concreto, o/a Assistente Social tem então sua missão no que se se refere as três políticas da Seguridade e no geral uma vez que o profissional vai lidar com os direitos assegurados na lei.

A ABRA (2016) vem trazer um novo ponto no colapso pelo qual vem passando a sociedade brasileira, o ponto que tem assustado a todos de uma maneira bem pior do que as que antecederam, a nova reforma previdenciária imposto pelo governo Michel Temer que dentre as diversas medidas adotas, dentre elas vê se a desvinculação entre contribuição e recebimento, o que faz com seja imposto um beneficio para o trabalhador que contribui com a Previdência Social menor que o salário mínimo.

A reforma previdência vem como instrumento que pode literalmente desmembrar o que foi construído como muito tempo e sacrifício da população que sempre lutou pelo

principio da igualdade, vem se então o momento de discutir como enfrentar, atenuar e melhorar a situação uma vez que a classe proletária começa a reconhecer seu poder, enquanto quem comanda o poder público, que é que faz o mercado de trabalho funcionar e que com o decorrer do tempo ascendeu a um ponto sem retorno onde não se aceita mais o retrocesso e o que vem sendo formulado atualmente é exatamente esse sucateamento de politicas sociais e de direitos conquistados e assegurados pela constituição de 1988, então deve se enfrentar as mudanças que não são benéficas para o povo brasileiro.

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Depois de uma longa tradição da assistência social atrelada a caridade vai se seguindo um percurso de conceituação e reconceituação até que em 7 de dezembro de 1993 será aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que vem regulamentar o disposto nos artigos 203 e 204 da CF/88. Em 42 artigos, a referida Lei dispõe sobre a organização da assistência social. José Paulo Netto (MPAS, 1998) afirmou, durante sua palestra na II Conferência Nacional de Assistência Social que:

> "Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social." (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997)

A Assistência Social não vem tão somente para garantir e legitimar os direitos dos cidadãos, mas garantir enquanto sujeito de direitos, buscando ampara-los, protegê-los e garanti-los das incertezas futuras do meio social e econômico.

No entanto a história da Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas.

A Assistência Social, na condição de política social, orienta-se pelos direitos de cidadania e não pela noção de ajuda ou favor. Neste contexto, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias, visto que, o Estado passa a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado. A avaliação da Assistência Social pós-LOAS é, portanto,

> [...] plena de ambiguidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais. (YASBEK, 2004, p.24)

Portanto, se por um lado a Lei Orgânica de Assistência Social trouxe avanços para o reconhecimento e desenvolvimento da Assistência Social no Brasil, através da legitimação das políticas públicas prevista na instituição da CF/88, por outro se nota a neutralidade do Estado perante as demandas sociais, como a pobreza, a exclusão, dentre outras, decorridas do Neoliberalismo, onde o mesmo passa a não mais investir no meio social, agravando ainda mais a questão social.

Em 2004 é instituída a PNAS, um documento normatizado das ações de assistência social, resolução n° 145 de 15/10/2004, que promove principalmente a defesa e a atenção aos interesses e necessidades às pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, a mesma tem o objetivo de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais.

A Política Nacional de Assistência Social expressa o conteúdo da Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social e busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo nova agenda para a cidadania no Brasil.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é fruto de um acordo federativo entre as três instâncias de governo (federal, estaduais e municipais) a fim de promover uma gestão descentralizada no que toca o financiamento e monitoramento dos serviços sócio assistenciais. Tendo como ponto de partida para sua implementação a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo CNAS - Resolução n° 130 de 15/10/05.

A NOB/SUAS tem o objetivo de organizar para todo território nacional, os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas e benefícios inerentes à Política de Assistência Social.

Entretanto com o advento de instituições do terceiro setor tais como as Organizações não governamentais (ONG's) pode se perceber que cada vez mais a uma desresponsabilização do Estado e a assistência social enquanto política pública garantida por lei torna se algo do ambiente privado e torna-se necessário uma maior propagação de

informações que faça perceber se pela sociedade a perca de direitos em função de uma instabilidade política que busca favorecer o capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Privatização da Seguridade Social é fator que denuncia um novo epilogo no atual contexto sócio histórico do Brasil. É preciso buscar o enfrentamento da segmentação e fragmentação das políticas públicas e frente ao que foi discutido torna se perceptível que o conhecimento dos profissionais da Assistência Social e o empoderamento da população são fatores essenciais para que se possa ter um enfrentamento mais efetivo da perca de direitos.

Percebe se também que ambas as políticas não se unem apenas na Constituição ambas têm uma ligação que vem do longo contexto histórico em que surgiram não se pode apenas abandonar o que foi conquistado, a percepção de que algo está errado é o primeiro passo para mudar a realidade social e a conscientização da sociedade e peça fundamental nesse desenrolar.

Deve se buscar sempre o maior embasamento possível para que não fique em contradição a atual conjuntura com um período recente. As transformações que buscam ser impostas atualmente prosseguem de um longo período em que a viabilização de direitos vem apenas como uma forma do capitalismo se manter e prosseguir sem o enfrentamento da classe antagônica.

Então uma das principais reformas a serem feitas concerne no que tange ao cidadão e profissional vinculado a transformação societária tal como faz o Serviço Social, não se pode permitir que algo que vá contra a lei se manifeste já que por via legal seria um afronta ao conquistado e a tendência a regressão em um pais cuja bandeira adere ao progresso, seria mais do que uma especulação positivista.

REFERÊNCIAS

ABRA, Associação Brasileira de Reforma agrária. **Cartilha de esclarecimento contra o roubo de direitos básicos na preparação de uma "Reforma Previdenciária"**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sobre_reforma_da_previdencia_social-2016.pdf> Acesso em 02 out. 2016.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, Brasília – DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, Brasília- DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS, Brasília – DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Orientação Técnica - SUAS n. 01**- Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília – DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Centro de Referência Especializada de Assistência Social** – CREAS, Brasília- DF, 2011.

CARVALHO, G.F.D. **A Assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito**. Rio de Janeiro,2008.

DUARTE, Adriana. **O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado?.** rev Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.73, p.120-141, mar. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Tecnocracia e assistencialismo no capitalismo autoritário. O serviço social na previdência social dos anos 70.** In: O Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs.). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.63-93.

GONÇALVES, Ionas Deda. **Direito Previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. – 16 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. **O Serviço Social na Previdência: entre a necessidade social e o benefício**. In:.....3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.15-36.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. **Analise da matriz teórica-metodológica do serviço social no inss (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social**. In:..... 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.115-136.

_____. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS.** Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004

NEOLIBERALISMO E DESMONTE DE DIREITOS SOCIAIS: discussão sobre impactos do Estado Mínimo nas políticas assistenciais

Brennda Martinelli Pinho Silva
Isaura Caroline Abrantes Silva
Raul Max Lucas da Costa
(orientador)

RESUMO

As configurações econômico-políticas neoliberais são produtoras de mazelas sociais, dificultando a estruturação e efetivação das políticas públicas. Analisa-se essa relação e sua influência no processo de desmonte dos direitos sociais adquiridos no tocante as políticas sociais. Para tanto, essa pesquisa qualitativa utiliza enquanto metodologia a revisão bibliográfica. Diante dos apontamentos históricos referentes ao neoliberalismo, verifica-se sua contribuição para desestruturação das políticas públicas de assistência social brasileira, culminando na intensificação das desigualdades históricas e sociais, refletindo no processo de marginalização e exclusão social. Acentua-se a importância do compromisso ético-social dos profissionais de Psicologia e Serviço Social em prol dos direitos humanos.

Palavras-chave: políticas públicas; direitos sociais; neoliberalismo.

ABSTRACT

Neoliberal economic-political configurations are producers of social ills, making it difficult to structure and implement public policies. This relationship and it's influence on the process of dismantling acquired social rights in social policies is analysed in this article. Therefore, this qualitative research uses as a bibliographical review methodology. In view of the historical references to neoliberalism, it's contribution to the disruption of Brazilian social assistance public policies is verified, culminating in the intensification of historical and social inequalities, reflected in the process of marginalization and social exclusion. The importance of the ethical-social commitment of Psychology and Social Work professionals in favor of human rights is emphasized.

Keywords: public policy; social rights; neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado mundialmente por novas configurações do

capitalismo. Tal estruturação é caracterizada principalmente pela defesa de um Estado mínimo, ou seja, a recusa às intervenções do Estado nas relações econômicas estabelecidas nacional e internacionalmente. Assim, Fechine, Rocha e Cunha (2014) apontam que baseado na garantia de que a liberdade econômica e de mercado garante o desenvolvimento econômico-social do país, o neoliberalismo se organiza dentro de propostas como apolítica de privatização de organizações estatais e onde a base econômica do país precisa ser constituída por empresas privadas, redução da coleta de impostos e da carga tributária, ênfase no processo de globalização e na facilitação econômica para a entrada de empresas multinacionais nos países. Dessa forma, mais precisamente na década de 90, chega ao Brasil essa nova caracterização do mercado, a fim de sanar os problemas econômicos desse período.

No que se refere às políticas públicas de assistência social, Silva, Silva e Santana (2013) apresentam que o avanço do capitalismo industrial em meados de 1930, desembocou na intensificação das mazelas sociais já instaladas historicamente no Brasil. Assim, emergiu a necessidade de um sistema que objetivasse minimizar as desigualdades sociais. As autoras apresentam que é por meio dos movimentos sociais, destacando a luta dos trabalhadores, que, no decorrer do século XX, as políticas públicas de assistência social transitam do caráter filantrópico, assistencialista e dependente da caridade ou da solidariedade religiosa, para a garantia de um direito previsto pela Constituição Federal de 1988 ao implementar e definir diretrizes do tripé da Seguridade Social.

Uma análise das atribuições do sistema de produção capitalista e das configurações neoliberais das leis de mercado possibilita compreender que estas, engendradas às políticas públicas voltadas para a assistência social, dificultam a efetivação destas últimas, uma vez que essas ações têm uma função de articular e melhorar as condições de vida de uma coletividade a partir da intervenção do governo. Dessa forma, o modelo econômico que visa a mínima intervenção estatal anda na contramão dos avanços na garantia de direitos sociais. Portanto, para refletir acerca das políticas de assistência social, é imprescindível compreender os atravessamentos das configurações político-econômicas do país, reconhecendo as influências das características do neoliberalismo como contribuintes para o processo de intensificação das desigualdades sociais.

É compreendendo essa relação que o artigo em questão busca refletir sobre como o sistema neoliberal se entrelaça com o fenômeno do desmonte dos direitos sociais, considerando a intervenção estatal mínima e suas possíveis consequências para a estruturação e efetivação das políticas públicas. Para tanto, pretende-se discorrer acerca dos aspectos sócio-históricos da economia neoliberal brasileira e da formação das políticas públicas, realizando uma interlocução entre esses dois aspectos como âmago fundamental

para entender os impactos da contemporânea configuração econômica no desmonte dos direitos sociais.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, o presente trabalho se valerá metodologicamente de uma revisão bibliográfica. Acerca disso, Marconi e Lakatos (2003)

afirmam que essa metodologia possibilita o contato do pesquisador com todo material publicado sobre o tema pesquisado, seja imprensa escrita, audiovisual, material cartográfico ou publicações, como livros e revistas. Dessa forma, esse método pode garantir uma análise de diversas perspectivas sobre a tese da pesquisa, possibilitando a chegada do pesquisador a novas conclusões.

No tocante as contribuições sociais, é fundamental entender os aspectos econômicos, sociais e culturais como construtos da identidade humana e, consequentemente, da formação das relações em sociedade. Essas facetas são capazes de determinar modos de vida de acordo com as configurações sobre as quais estão submetidas às engrenagens político-sociais, incidindo na formação de modos de subjetividade. Dessa forma, a afirmação ou a negação da garantia dos direitos conquistados, emerge sobre a forma como a qual os cidadãos se relacionam, sendo discriminados ou integrados da sociedade de constituem.

Ressalta-se academicamente a importância de formular estudos que levem em consideração as características econômicas, atreladas a fatores socioculturais e históricos na concepção de dada conjuntura política. Nesse seguimento, a produção de conhecimento oferece bases para compreender essas determinações, a fim de superar barreiras na efetivação de políticas públicas existentes quando se desconsidera a centralidade dessas características na sua estruturação.

Compreender a prática profissional multidisciplinar, destacando aqui a composição da intersecção entre Psicologia e Serviço Social, é indispensável à formação de discentes. Tendo em vista a compreensão das relações econômicas no desenvolvimento e na efetivação das políticas públicas, é possível salientar a valorização de estudos pautados na realidade brasileira, análises e reflexões sobre o próprio contexto social nos quais as pesquisadoras estão inseridas, ao invés de recorrer a temáticas descontextualizadas e aculturais. Para tal, apresenta-se relevante aproximar os campos de atuação entre essas duas áreas profissionais que atuam conjuntamente na efetivação das políticas públicas, percebendo como o poder de um determinado sistema econômico, o neoliberalismo, colide com a desestruturação da garantia dos direitos sociais.

Destarte, serão apresentados os aspectos históricos acerca de como o modelo econômico neoliberal se consolidou em território brasileiro e de que maneira as políticas públicas deixaram de operar em moldes assistencialistas para conceberem-se enquanto um direito social garantido constitucionalmente. Posteriormente, serão explanadas as interlocuções entre o neoliberalismo e as políticas públicas, ressaltando os impactos da conjunção dessa díade no desmonte dos direitos sociais. Após compreender essas facetas,

a discussão se voltara para o fortalecimento da coletividade como caminho para o empoderamento social, subversão e resistência às relações de dominação que provocam desigualdade, marginalização e exclusão social.

2 DESENVOLVIMENTO

Apontamentos históricos da incorporação do neoliberalismo às políticas econômicas e sociais brasileiras

Para entender como a economia brasileira passou a vigorar como neoliberal é preciso compreender como essa ideologia adentrou a América Latina, fazendo-se necessário reconstituir os determinantes econômicos, políticos e sociais presentes nesse contexto. Deste modo, Carinhato (2008) destaca que a concepção de trazer a estabilidade monetária e a reforma estatal, como forma de alocar o poder para a promessa de promoção de desenvolvimento, aliadas aos interesses capitalistas, contribuíram para esse processo. A exaltação do mercado, o incentivo a competitividade e a acentuação da iniciativa privada são fatores que rejeitam as intervenções estatais na economia e corroboram para a ascensão neoliberal.

Acreditando que o discurso neoliberal pode superar as ações estatais, são propagadas tais perspectivas: a conquista da superioridade econômica, uma vez que há a constante estimulação da liberdade de oferta-procura, faz-se crescer a riqueza geral, e a superioridade moral, tendo em vista que os consumidores fundamentados em um campo de concorrência desenvolveriam atributos morais e intelectuais próprios de um cidadão. A crítica a ação estatal é advinda da ideologia neoliberal ligada à superioridade política, em que as intervenções do Estado como reguladores de relações, bens ou serviços provocaria a deformação dos sistemas de preços, uma vez que elimina a autonomia e poder do consumidor (CARINHATO, 2008).

Segundo Carinhato (2008), para os neoliberais a promoção da igualdade produziria a destruição da liberdade e a vicissitude da concorrência, fator do qual depende a prosperidade econômica de todos. Assim, as desigualdades sociais se fazem necessárias, uma vez que vitalizam os jogos de competição e o acúmulo de riquezas. As ideias neoliberais começaram a ser disseminadas a partir da crise do modelo político-econômico pós segunda guerra mundial, e o declínio até situação de colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo a formulação liberal incisiva em manter o Estado

fortalecido e atuar no rompimento do poder dos movimentos sindicais, tendo sua primeira aplicação prática em meados de 1970 com Margaret Tatcher e Ronald Reagan, eleitos na Inglaterra e nos Estados Unidos respectivamente. Destarte, a partir da multideterminação desses aspectos, houve a ascensão das ideologias neoliberais.

Na busca pela adaptação desse modelo ao contexto latino-americano, o fator que dificultaria o desenvolvimento econômico seriam as ideologias nacionalistas. A nova concepção adotada por esses países foi iniciada a partir da renegociação de dívidas externas, obrigando-os a realizar ajustes ficais. Dessa forma, a vigência do modelo neoliberal em contexto brasileiro começou a partir do governo de Fernando Collor, mas apenas a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso e a efetivação do Plano Real foi possível aplicar as ideias neoliberais, pois houve certa estabilização das dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar disso, a adesão do Brasil a proposta neoliberal ocorreu de maneira retardada, havendo dois fatores causalistas: a ampliação da oposição político ao militarismo e as reivindicações sociais durantes as décadas de 70 e 80 (CARINHATO, 2008).

Dessa forma, conforme Filgueiras (2006), o Brasil emerge como último país em território latino-americano a implementar o projeto neoliberalista. Essa configuração deve-se a dois fatores: as dificuldades de aglutinar os diversos interesses quanto ao capital dispostos no Modelo de Substituição de Importações (MSI), e as reivindicações políticas desenvolvidas pelos trabalhadores em 1980, expressando a atividade política de uma classe subalterna, emergindo em eventos como a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além da formulação de greves gerais. Entretanto, o autor também ressalta:

> [...] a mobilização política dos trabalhadores, ultrapassando os limites do economicismo –cuja expressão maior foi a construção de um partido político de massa–, ao ameaçar o poder das classes dominantes, porém não conseguindo tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade (FILGUEIRAS, 2006, p. 181).

Em continuação a esse epítome histórico, verifica-se que nas últimas décadas do século XX o Estado brasileiro encontrava-se regido por uma alta na inflação e compreendido em um terreno político dubitável no que se refere às soluções futuras para esse problema econômico. Frente a isso, a fim de reverter esse quadro econômico no Brasil, Carinhato (2008, p. 37) afirma que "buscou-se uma forma que equalizasse a aporia econômica e, simultaneamente, abrisse espaço para um novo caminho para a acumulação de capital, qual seja: a financeira". É dessa forma que então, a estrutura econômica brasileira se afeta com

as novas configurações apresentadas no capitalismo mundial com o neoliberalismo. Assim, inicia-se uma catástrofe social com essa nova ordem mundial que passou a conduzir o país, fomentando um paradigma de insegurança e uma sociedade de controle.

O governo passou a promover políticas neoliberais que contribuíram com a exclusão social, marginalizando as camadas vulneráveis da sociedade agravando a fome e a miséria. Fechine, Rocha e Cunha (2014, p. 55) apontam que inicialmente "objetivou-se enfraquecer as organizações sociais e sindicais e fomentar o exército industrial de reserva para assim desestabilizar o poder da classe trabalhadora e promover a desigualdade social". Entretanto, tais alterações promoveram o aumento do desemprego e, consequentemente, maiores gastos do Estado no que se refere à assistência na garantia de proteção social às classes marginalizadas por essa desestabilização do mercado de trabalho.

Dessa forma, Coimbra (2000) afirma que ao serem excluídos do trabalho e responsabilizados por isso, os sujeitos sentem-se descartados da sociedade que fazem parte. São guiados a pensar que perderam a dignidade de viver em comunidade e responsáveis por estarem vivenciando essa situação. Nesse sentido, passam a serem os excluídos quando na verdade estão sendo incluídos no sistema de uma sociedade de controle.

Políticas públicas e assistência social: histórico da aquisição de direitos sociais

Com os avanços do capitalismo industrial no Brasil, no início do século XX os níveis de desigualdade se ampliaram e a exploração da força de trabalho, alienada a produção de mercadoria e acumulação do capital por meio dos detentores dos meios de produção, intensificou-se. Durante os anos que seguiram após 1930, frente às contradições produzidas pelo capitalismo e a acentuação da pobreza, a classe trabalhadora dirigiu esforços a fim de reverter esse quadro. É nesse contexto que instituições religiosas e o governo brasileiro unem-se com o objetivo de atenuar esses conflitos (SOUZA; GONÇALVES, 2014).

Uma breve contextualização histórica propicia lembrar que a crise originada com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, segundo Forjaz (1984, p. 37), abriu espaço para o “arranque do processo de industrialização por substituição de importações, apesar de não haver por parte do governo uma política deliberadamente industrializante”. No Brasil, é nessa época que Getúlio Vargas assume a presidência em governo provisório, acontecimento que ficou conhecido como Revolução de 30. Esse contexto contribuiu para industrialização do país, abrindo espaço político para o desenvolvimento das elites

industriais. Arenas decisórias sofreram implicações da diversificação do aparelho estatal, concedendo privilégios ao processo industrial. Além disso, houve também contribuições do autoritarismo presente nessa época, uma vez que este legitimava as medidas do tipo intervencionista do Estado e a política econômica planificada (FORJAZ, 1984).

Depois dos impactos políticos e econômicos sofridos pelo Brasil na década de 30 com a queda do preço do café, principal produto de exportação e o aumento do custo de vida da população, os níveis de pobreza subiram. Além disso, Getúlio Vargas, no período do governo provisório (1930 a 1934), começou a adotar medidas de modernização para o Brasil. Após isso, em assembleia constituinte, Vargas é eleito presidente do país (FREIRE; CANDIDO, 2013).

Nos anos compreendidos entre 1930 e 1937, segundo Freire e Candido (2013) os movimentos políticos se ampliaram e se organizaram. Essa mobilização atingiu tanto as esferas dos estados, quanto setores e grupos sociais da população. Dessa forma, cresceram o número de sindicatos, associações e partidos políticos. Nas décadas seguintes (1940-1950), com o advento da hegemonia norte-americana no ocidente, o Brasil torna-se dependente, obrigando o Estado a desenvolver a infra-estrutura do país. Os anos que se seguiram o processo de expansão do capitalismo cresceu, consolidando-o. Nesses passos, proporcionalmente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e os anos seguintes, “as crises políticas, sociais e econômicas começavam a cair por terra a hegemonia do discurso e das práticas burguesa e com ela a reificada concepção do mundo da burguesia” (MARTINELLI, 2005 p. 136).

Nesse sentido, as modificações iniciais no que concerne na garantia de proteção social, por parte do Estado brasileiro, ainda reproduziam as contradições do sistema capitalista. Por elas só podiam ser assistidos trabalhadores com vínculos empregatícios formais. Dessa forma, Souza e Gonçalves (2014, p. 3) denunciam que "a assistência social não era uma das preocupações do governo e as ações assistenciais eram desenvolvidas, sobretudo pela Igreja, de forma descontínua e com caráter de benemerência".

Assim, desenvolver uma retrospectiva histórica sobre a estruturação das políticas de assistência social no Brasil implica salientar que esta se originou nos moldes filantrópicos e da caridade religiosa, onde Souza e Gonçalves (2014) apontam que essas ações desenvolvidas possuíam um caráter paternalista, assistencialista e clientelista por parte do Estado brasileiro, e, dessa forma, "a assistência confundia-se com a benesse, ou seja, ajuda aos pobres e necessitados, configurando-se mais como uma prática do que como uma política" (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013, p. 3).

É somente ao final do século XX, mais precisamente a partir da década de 1980, que a luta dos movimentos sociais, principalmente da classe trabalhadora, provocou mudanças significativas no que se refere à aquisição de direitos relacionados às políticas de assistência e proteção social. Segundo Silva, Silva e Santana (2013, p. 3) é nesse momento que se desenvolve "um forte engajamento e pressão da sociedade civil no que concerne à discussão das políticas sociais, na qual denotou-se uma ampla articulação dos movimentos sociais, principalmente no campo da Assistência Social".

Em 1988, a partir da promulgação da Constituição Federal vigente até os dias atuais, se define um avanço significativo no que concernem os direitos sociais. É esse documento que delimita inicialmente as diretrizes do tripé da Seguridade Social, que se organiza entre o direito à saúde, previdência social e assistência social, objetivando ir de encontro ao processo de marginalização e exclusão social, garantindo o direito do cidadão à proteção social enquanto uma política viabilizada pelo Estado e não mais a depender da iniciativa das instituições religiosas e da caridade. Dessa forma, Silva, Silva e Santana (2013) destacam que representa um

> Avanço que expressa à superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, e passa a constituir-se como a profissionalização da atividade pública, a qual não somente esta atrelada ao atendimento às necessidades básicas da população, como e, sobretudo junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social (p.4).

Nos anos que se seguiram após a Constituição Federal de 1988, Souza e Gonçalves (2014) sintetizam os avanços no que se refere à assistência social na elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 que dispõe em seu texto sobre a organização da assistência social, na implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004 que objetiva definir a responsabilidade política brasileira em relação às demandas apresentadas pela sociedade e propõe diretrizes para o processo de efetivação da assistência social enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado e, por último, na delimitação da proposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 "com o objetivo de organizar as redes de serviços dispostos na política de assistência social de forma descentraliza, participativa e hierarquizada" (p. 4).

Souza e Gonçalves (2014) concluem a análise histórica da construção das políticas públicas de assistência social no Brasil, apontando, tal como os autores citados no tópico anterior, que nas décadas conferidas nos anos 1990 e 2000, o modelo de acumulação de capital preconizado no sistema capitalista, assumia as novas configurações do modelo apresentado pelo neoliberalismo econômico, que protagonizou um processo de descaracterização dos direitos sociais conquistados por meio dos movimentos sociais e das lutas da classe trabalhadora, pondo-os sob ameaça. É dessa forma que as autoras

denunciam que desde então, no que concerne às políticas de direito, o Estado tem desenvolvido ações a fim de cumprir os programas estabelecidos de forma focalizada e seletiva, desenvolvendo um trabalho sob uma perspectiva que (re)produz a lógica de acumulação do capital financeiro, em detrimento da força alienada de trabalho, objetivando fornecer lucros ao capitalismo.

Atravessamentos entre o neoliberalismo e as políticas públicas de assistência social

As políticas econômicas capitalistas baseadas no modelo neoliberal são produtoras e reprodutoras de mazelas sociais amparadas por um modelo político social e econômico gerador de sofrimentos e agravante das classes mais vulneráveis. Nesse sentido, segundo Fechine, Rocha e Cunha (2014) esse modelo, fundamentado na acumulação de capital e na exploração da força de trabalho por meio da detenção dos meios de produção e da divisão sócio-técnica do trabalho, fomenta a desigualdade social.

Em seguimento, Fechine, Rocha e Cunha (2014) apresentam discussões acerca do fenômeno da pobreza enquanto uma questão histórica, presente em diversos modos de produção, porém, destacando a perversidade presente no sistema capitalista uma vez que o cerne da questão não se encontra na ausência de recursos, mas numa distribuição de renda extremante desigual. Assim, a pobreza constitui-se como fator necessário para a produção e manutenção da acumulação do capital por parte dos detentores dos meios de produção, atuando principalmente a serviço do controle social.

Tomando essas características, é possível compreender os impactos da ideologia neoliberal na América Latina e tendo como recorte o Estado brasileiro. Assim, Fechine, Rocha e Cunha (2014) apontam que as consequências acarretaram um aumento do discurso de que as privatizações de empresas estatais trariam mais eficiência aos serviços, sendo essa um sinônimo inclusive de "austeridade", enfraquecendo a perspectiva da efetivação das políticas sociais enquanto um dever do Estado. Tais apontamentos incidem diretamente no desenvolvimento dessas políticas, sendo conclusão das autoras que

> atualmente temos um Estado que sem dúvidas satisfaz mais as necessidades e interesses das classes dominantes do que as classes subalternas, já que percebemos que a sociedade no neoliberalismo aprofundou ainda mais sua heterogeneidade e fragmentou-se com alarmantes contradições e antagonismos sociais (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014, p. 56).

Dessa forma, conforme Teixeira (2002) é preciso pensar em políticas públicas que funcionem perante o meio social, uma vez que as mesmas não são construídas com diretrizes exclusivamente do governo, são ações reguladoras de interesses públicos,

realizadas em campos com visões de mundo distintas e conflituosas, visando responder a demandas sociais especialmente dos grupos mais vulneráveis. Assim, sua elaboração deve partir de espaços públicos, enxergando as reais necessidades que a sociedade apresenta. Entretanto, para que sejam efetivadas ainda é preciso considerar interesses daqueles que detém o poder já que dependem deles para sua organização.

Dessa forma, dentre os direitos assegurados pela Seguridade Social, integra-se o de Assistência Social que busca superar as práticas do assistencialismo, trabalhando em óptica de diretrizes de universalidade. Essa política promove ao individuo o direito de cidadania, agindo na promoção do bem-estar social e no combate a miséria. Em bases teóricas, essa ação é um compromisso do Estado com a sociedade que visa melhores condições de vida. Entretanto, na prática essas atividades não são efetuadas como deveriam e a classe dominante continua agindo de forma soberana sobre as camadas vulneráveis que não possuem seus direitos assegurados (TEIXEIRA, 2002).

Michel Foucault (2008) acentua quea consolidação do *homo economicus* indica a prevalência de ideologias neoliberais norte-americanas, em que a economia seria capaz de determinar as condutas racionais, uma formulação de sujeito que permite se autorregular a partir da governabilidade econômica, segundo os princípios da economia. Assim, considera os comportamentos como objetos passíveis de uma análise econômica. O *homo economicus* é um sujeito/objeto defensor do laissez-faire, ou seja, a expressão simbólica do sistema capitalista, que atualmente se refere a liberdade de mercado e a defesa da propriedade privada. Desse modo, afirma que “o *homo economicus* é aquele que aceita a realidade. A conduta racional e toda conduta sensível a modificações variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória e a economia poderá, portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas as variáveis do ambiente” (FOUCAULT, 2008, p. 368).

Portanto, ao investigar a construção do Estado Moderno a partir de Foucault (2008) citado por Guareschi, Lara e Adega (2010) discorrem que a partir da biopolítica, verifica-se a regulamentação das políticas públicas através dos Direitos Humanos, constituindo sujeitos dotados de direitos civis, culturais e sociais. Contudo, considerar o âmbito econômico é relevante para entender as tramas governamentais referentes ao neoliberalismo, visto a preocupação quanto a produzir indivíduos autônomos, propiciando o surgimento do papel social de *homo economicus.* Ao desenvolver um modelo neoliberal, formula-se a imagem de um sujeito que adota as demandas do mercado socioeconômico, enaltecendo o empreendedorismo e se tornando um empreendedor de si próprio. Por consequência, apresenta um formato diferente daquele sujeito que tem uma contratação firmada com o Estado, vindo a ser um cidadão amparado por direitos.Nesse contexto, homens e mulheres

agiriam conforme seus interesses individuais e esperam que todos realizem a mesma dinâmica, visando o constante aquecimento econômico por meio do egoísmo e da ganância coletiva. As reivindicações pelos interesses que deveriam ser coletivos inexistem, tendo em vista a desunião reforçada por relações competitivas e desiguais. Desse modo, a veneração ao *homo economicus* é o ponto-chave para a governabilidade neoliberal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da historicização do neoliberalismo e das políticas públicas, visualizam-se os processos que desembocam na situação socioeconômica na qual grande parte dos países latino-americanos se encontram. Valorizando o acúmulo de riquezas através da globalização e da liberdade de mercado, as ideologias neoliberais surgem como sendo a solução desestabilidade financeira dos países. Todavia, finda por defender os interesses das classes burguesas e elitistas, sendo um dos principais contribuintes para a cristalização das desigualdades sociais.

Como uma engrenagem de contraposição ao modelo neoliberal, as políticas públicas emergem como que na defesa das camadas mais vulneráveis da população, tendo um caráter paternalista e assistencial inicialmente, mas posteriormente, passando a ser parte dos direitos sociais garantidos em Carta Magna. Desse modo, as políticas públicas configuram ações estatais em prol principalmente da garantia de direitos sociais aos cidadãos. Mais especificamente, as ações políticas assistenciais atuam promovendo direitos humanos básicos e buscando promover a dignidade.

A configuração social que incide a partir de uma modelo neoliberal de economia faz com que as mazelas sociais sejam intensificadas, além de atuar na culpabilização individual aos sujeitos marginalizados. As políticas sociais são vistas nesse modelo como formas de proteção estatais que findam por proporcionar comodismo coletivo, o que não se faz verdade, uma vez que o contexto de miséria e violência, fundamentado pelo modelo de produção vigente, é amenizado pelas políticas assistenciais. O desmonte dos direitos sociais como o aumento das privatizações, o congelamento de gastos nos setores de saúde pública e educação, as reformas da previdência e dentre outras modificações são consequências trazidas pela ascensão do neoliberalismo, ideologia essa que reforça as relações de dominação e o caráter competitivo-individualista de todas as classes sociais.

Portanto, salienta-se a importância de uma atuação profissional comprometida coma a realidade socioeconômica, comprometida com a transformação social, contrapondo-

se as ideologias neoliberalistas. Atuar em prol da coletividade, da manutenção e reivindicação de direitos é um exercício profissional que deve ser efetivado por psicólogos e assistentes sociais na luta pela defesa dos direitos humanos, mas não apenas por esses, mas a todos os cidadãos e cidadãs em busca da construção de uma sociedade mais inclusiva e equânime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**. Ano II, n. 3. 2008. pp. 37-46.

COIMBRA, C. M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. In: Simpósio Nacional Psicologia Política no Brasil. **Revista Psicologia Política**, 2000, pp. 139-148.

FECHINE, A. K. F. da S.; ROCHA, M. M. de S.;CUNHA,T. H. da. O neoliberalismo e a formação das políticas sociais: desafios contemporâneos.**Socializando,** ano 1, n. 2, 2014, pp. 50-63.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico In: **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendenciasglobales y experienciasnacionales.** BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. CLACSO, ConsejoLatinoamericano de CienciasSociales, Buenos Aires. 2006, pp. 179-206.

FREIRE, A. dos S.; CÂNDIDO, S. da S. Uma análise da origem do serviço social no Brasil.**Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, ano VI, n. 8, 2013, pp. 348- 364.

FORJAZ, M. C. S. Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945).**Rev. adm. Empres**, v. 24, n. 3, São Paulo, 1984, pp. 35-46.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUARESHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGA, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo economicus. 2010. Porto Alegre. **Psico.** v. 41, n3, pp.332-339.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.**5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTANA, E. P. de; SILVA, J. A. dos S. da; SILVA, V. S. da. Histórico da política de assistência social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013. São Luís.
Anais. Universidade Federal do Maranhão. 2013, pp. 1-10.

SOUZA, S. A. de; GONÇALVES, S. F. Política de Assistência Social: uma breve análise de seus avanços e retrocessos. In: 6° Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais e 2° Seminário de Direitos Humanos. 2014. Toledo. **Anais.** Unioeste. 2014, pp. 1-12.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Políticas Públicas** - O Papel das Políticas Públicas. 2002, pp. 1-11.

AS LUTAS POR HABITAÇÃO PROTAGONIZADAS NO CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMAEM JUAZEIRO DO NORTE (CE)

Vicência Maria de Souza Silva

RESUMO: O artigo tem por objetivo discutir as lutas populares por Habitação, caracterizando-as e exemplificando com a experiência do Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima em Juazeiro do Norte (CE) que é uma ocupação de terrenos pertencentes a prefeitura municipal. Realizou-se pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com ocupantes. Os resultados obtidos permitiram identificar como a negação de Direitos básicos e a inexistência de políticas públicas rebate na qualidade de vida dos moradores; como esta deficiência é superada pela consolidação do sentimento de pertencimento a casa e à comunidade; e a necessidade de reforçar o debate sobre confronto, organização e reivindicação coletiva.
Palavras-Chave: Lutas por Habitação; Assentamentos Urbanos; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: This article aims to discuss the popular struggles for housing, characterizing them and exemplifying the experience of the Housing Complex Our Lady of Fatima in Juazeiro do Norte (CE) is an occupation of land belonging to the municipal government. Held literature and semi-structured interviews with occupants. The results have identified as the denial of basic rights and the lack of public policies rebate on the quality of life of residents; as this deficiency is overcome by consolidating the feeling of belonging to home and community; and the need to strengthen the debate on confrontation, organization and collective claim.
Keywords: Fight for Housing; Urban Settlements; Social movements.

1INTRODUÇÃO

Durante a ocupação e urbanização do território brasileiro, a habitação sempre se mostrou insuficiente para seus demandantes, mas essa, só pode ser considerada como um problema quando o Estado reconhece-o como tal e passa a intervir via politicas, programas e projetos, intervenção essa, que ao longo do desenvolvimento econômico e social do Brasil mostra-se insuficiente. Atualmente, os desafios do cenário brasileiro são inúmeros e intensos, especialmente pelo elevado numero de moradores de

rua, pelo índice de déficit habitacional e moradias inadequadas, a fragmentação de políticas de desenvolvimento e planejamento urbano, a enorme desigualdade de renda no país e o impacto negativo da privatização de serviços básicos para os mais pobres.

Em Juazeiro do Norte, encontram-se problemas semelhantes aos das grandes capitais brasileiras, entre eles má distribuição de renda; segregação sócio-espacial;precariedade nas condições de vida da população; e escassas e insuficientes politicas publicas. E é nesse espaço que se verifica, cada vez mais intensa, a luta contra a apropriação capitalista da cidade, que limita a efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Portanto, problematizam-se como os usuários podem cobrar e/ou participar da efetivação dos direitos à Moradia e a Cidade, frente sua violação e transformação em bens de consumo. E o que é necessário fazer para acessar a moradia, mesmo que precária, se também não se tem condições para adquiri-la pelo mercado formal? Atualmente, existem politicas sociais, que desmanteladas pela conjuntura neoliberal e atendendo as determinações dos órgãos financeiros multilaterais, não conseguem acompanhar a crescente demanda habitacional, resta, portanto esperar que o Estado resolva todas essas questões, denunciarem a violação dos direitos a órgãos nacionais e internacionais ou organizar forças e mobilizar a sociedade para manifestações, atos públicos e até ocupações de terrenos.

Pela ausência do Estado, própria do neoliberalismo, os atores sociais mobilizam-se e articulam-se a fim de criar um campo politico de força social e resistência, por isso, o presente artigo tem por objetivo discutir as lutas populares por Habitação, exemplificando com a experiência do Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima em Juazeiro do Norte (CE) que é uma ocupação dos terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal, cujas práticas assemelham-se a ações dos movimentos sociais rurais, no sentido de ocupar e resistir.

2Lutas por Habitação: a participação popular e os movimentos sociais

Inúmeras foram às conquistas sociais de mobilizações e movimentos populares urbanos e rurais e no campo da Habitação, eles foram e continuam sendo responsáveis pela criação de importantes legislações e estatutos. As manifestações populares consistem na junção de forças para a tentativa da construção do novo, consta-se que eles estão presentes desde o inicio da civilização, mas é a partir da década de 60 que eles deixam ser sindicalistas e ações de trabalhadores organizados, para serem os novos momentos sociais.

Nas palavras de Gohn (2000, p. 13) os movimentos sociais

> São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13)

Ou seja, os movimentos sociais são ações de caráter coletivo, de grupos organizados que almejam transformações da sociedade como um todo, ou de aspectos isolados, em outras palavras, pela revolução ou pela reforma, através do embate político. Eles atuam direta ou indiretamente na esfera publica ou privada contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Os movimentos sociais dividem-se em cinco tipos: transformadores, reformistas, redentores, alternativos (GONH, 2000) e ainda os conservadores. Os transformadores objetivam mudanças estruturais e radicais e os reformistas buscam transformações setoriais; enquanto os movimentos redentores destinam-se a transformação da vida das pessoas e os alternativos referem-se aos direitos dos negros, homossexuais, feministas, ecológicos, enfim pelas minorias; e os conservadores, que buscam manter os regimes, não aceitando mudanças.

Todo movimento social é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um movimento social. Os movimentos sociais constroem uma identidade para a luta e defesa dos seus interesses e se tornam um porta-voz de um grupo de pessoas que se encontram numa mesma situação, seja social, politica, econômica, cultural ou religiosa. A existência de um movimento social requer organização, articulação e mobilização, o que demanda recursos materiais, financeiros e pessoais.

Os movimentos sociais, de acordo com Gonh (2007a), apresentam características fixas que os definem e os diferenciam dos demais movimentos e ações coletivas que são: definição de metas e objetivos para atingir; escolha de líderes e assessores; mobilização de pessoas para as bases; e definição e difusão de reivindicações, bandeiras de lutas e estratégias, por meio de assembleias, reuniões, atos públicos, meios de comunicação oral e áudio visual.

Enquanto as ações coletivas de grupos organizados objetivam alcançar mudanças sociais por meio de embate politico, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Podem objetivar mudança, transição ou mesmo revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social; seja a luta por algum ideal ou o questionamento de uma determinada realidade que se caracteriza como algo impeditivo da realização dos anseios desses movimentos.

No Brasil existem lutas e organizações populares desde o período Colonial. As primeiras manifestações e organizações populares no Brasil foram impulsionadas pelas péssimas condições de vida; as longas jornadas de trabalho, a falta de salário digno, aposentadoria, férias; e pela miséria dos locais de moradia; ou seja, manifestando a ausência dos direitos básicos, que foram respondidas por leis repressivas e criminalizadoras.

As demandas alteram-se de acordo com o modelo econômico e produtivo do país e com eles surgem ligas, associações, etc; as mobilizações populares foram, em sua maioria, reivindicatórias e contestatórias, por meio de denúncias, greves, revoltas, pressão direta e indireta. Até que em 1964, a Ditadura Militar amplia todas as lutas que já estavam postas, este foi um período de forte repressão politica, justificado pela necessidade de se manter a ordem social.

Os anos que antecederam o golpe militar de 64 foram marcados por grande efervescência politica, além das mudanças trazidas pelas eleições presidenciáveis de 1960, pela renuncia do candidato eleito Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961) e pela posse do novo presidente do Brasil João Goulart (1961 a 1964).

A posse de João Goulart encontrou oposições postas pelos militares, que afirmavam que ele mantinha vínculos comunistas/socialistas prejudiciais para o Brasil, mas em contrapartida ocorreram manifestações pelo cumprimento da Constituição, que afirmava que o Vice deveria assumir caso o Presidente renunciasse. Jango assumiu a presidência em 07 de setembro de 1961, através de articulação entre o Congresso Nacional e os militares, pela mudança do regime presidencialista para parlamentarista, mas em janeiro de 1963, o presidencialismo foi restaurado mediante plebiscito popular.

O debate politico assumiu a postura por reformas de base estruturais, a articulação de partidos políticos, organizações e movimentos sociais exigiam reformas nos âmbitos fiscal, administrativo, universitário e agrário. O governo Jango foi marcado pela intensa politização social, ou seja, o momento vivido possibilitou a maciça participação da população por meio de debates e confrontos sobre os projetos do país.

Jango era favorável às reformas estruturais e pela construção de um projeto nacional democrático, mas pelo medo da "esquerdarização" do Brasil, os militares derrubaram o governo: tanques de guerra e soldados invadiram o país e em três de abril o General Castelo Branco foi nomeado presidente da Republica. Várias ditaduras foram instauradas pelo mundo, financiadas pelas grandes potências econômicas mundiais, principalmente pelos Estados Unidos da América, por ter chegado o fim da década de ouro do capital, pela necessidade de encontrarem novas formas de acumulação e pelo reordenamento da divisão internacional do trabalho.

O Golpe Civil-Militar, chamado por Netto (2007) de Autocracia Burguesa, abortou a possibilidade das reformas democráticas; perseguiu os protagonistas e vanguardas, que apresentavam ameaça a ordem social; redefiniu o Estado em favor dos monopólios; favoreceu a desigualdade social; intensificou a dependência do país em relação aos países estrangeiros; propôs-se superar a inflação e aumentar a economia; realizou reformas culturais e educacionais; e promoveu tímidas politicas sociais.

Nessa época surgiram inúmeros atores sociais, organizações populares e movimentos sociais e deflagram-se muitas greves em oposição ao regime militar, apoiados pelos católicos vinculados a Teologia da Libertação, até que em 1968 é instituído o Ato nº 5, perdendo e cassando, torturando atores sociais, tendo em vista que eles desestabilizavam a ordem posta.

Com o enfraquecimento da Ditadura, os movimentos sociais começam a se reorganizar, retomando seu espaço de atuação, sendo o principal deles o “Diretas Já” em 1984, reivindicando eleições diretas para Presidente da Republica, que só aconteceram em 1989. Na construção de uma nova Constituição, os movimentos sociais conseguiram transformar suas demandas em direitos. Após essa conquista, eles sofreram um enfraquecimento, devido a vários fatores, mas principalmente pela pouca articulação e mobilização.

Retornando aos cenários das lutas sociais os movimentos atuam sobre quatro linhas: primeiro, as lutas contra os efeitos da globalização, objetivando um novo padrão civilizatório, orientando a população acerca das politicas neoliberais; segundo, por ética na politica, fiscalizando e gerenciando o emprego dos recursos governamentais/estatais; terceiro, eles tornaram-se importantes por cobrir áreas não atingidas por entidades e instituições publicas e privadas; e por ultimo eles construíram um novo conceito para a autonomia (GONH, 2007b).

Essas novas práticas serão responsáveis para o surgimento do associativismo e da chamada Participação Cidadã, compreendidas no conceito mais amplo de cidadania, que abrange a totalidade da qualidade de vida do ser humano, fundamentado em valores éticos e universais e na democracia radical, que orienta os sujeitos sociais a construção de uma sociedade livre de todas as formas de dominação e exploração. Para tanto, os sujeitos precisam estar organizados e mobilizados.

As camadas mais pobres da população tiveram suas condições de moradias reduzidas nas ultimas décadas, fortalecendo o ressurgimento dos movimentos sociais urbanos. Mesmo com o enfraquecimento e redimensionamento dos movimentos sociais, as lutas por moradia continuam até hoje na centralidade das lutas populares. Essas lutas dividiram-se em quatro categorias, as institucionalizadas; assessoria de Organizações

Não Governamentais; renovação das práticas, igualando-se as dos movimentos rurais; e a ultima, protagonizada pelos moradores de rua (GONH, 2007b).

A ala institucionalizada desse movimento passou a atuar no plano jurídico, contribuindo para a criação de leis, decretos, resoluções, registros e cadastros, mas nesses espaços é necessário não só a luta por aprovação de novos textos, porque eles devem vir acompanhados com estratégias e mecanismos que possibilitem a sua aplicação e efetividade, para que as conquistas propostas por eles alcancem mudanças reais.

Na assessoria, os movimentos sociais estimulam as ONGs para que seus serviços cheguem a locais e situações em que o Estado é pouco presente, mesmo que, na maioria dos casos, as ONGs trabalham em parceria com o Estado e obtêm recursos através de financiamento dos governos, empresas privadas, venda de produtos e da população em geral (através de doações), assim, as demandas do movimento sociais são absorvidas pelas ONGs e suas ações ganham mais visibilidade, via projetos institucionais e cooperativa de ajuda mutua e autogestão.

A renovação das práticas assemelha-se aos movimentos rurais, realizando ocupações de áreas vazias ou prédios públicos e privados e amplas manifestações de rua, criando novas demandas, reguladas pelas politicas sociais especificas. E as lutas protagonizadas pelos moradores de rua, não se tratam de ações organizadas contra essa situação, mas contra o crescente número e atos de violência contra essa população levaram a criação de politicas e projetos.

Maricato (2012) destaca que as principais conquistas dos movimentos, sindicatos, associações e ONGS ligadas à Moradia e a Reforma Urbana, foram alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades, a criação dos Ministérios das Cidades, a realização da Conferencia Nacional das Cidades, o Programa Nacional de Regularização Fundiária, o Conselho Nacional das Cidades, o marco regulatório para o Saneamento Ambiental, a criação e instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Programa de Aceleração do Crescimento em Habitação e Saneamento.

Toda essa atividade participativa não tem efeito sobre o capitalismo nacional e global, para Maricato (2012) a população organizada, preocupa-se com a melhoria das condições de vida da população, com os direitos das minorias, entre outras demandas, porém “sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo” (ibidem, p. 89). Não se pode deixar de lutar pelas demandas especificas, mas é preciso, ter como pano de fundo a criação de uma sociedade, que não privilegie a existência delas.

3 Por que Juazeiro do Norte?

Juazeiro do Norte é um município brasileiro situado no Sul do Ceará, considerado o maior do interior do Estado, ocupando uma área de 248 km² com população de quase 300 mil habitantes. Seu crescimento dá-se devido à grande integração com os municípios vizinhos, Barbalha e Crato, e ao fenômeno religioso encabeçado pelo Padre Cicero Romão Batista, tornando-o um espaço sagrado, de peregrinação e romarias.

Inicialmente Juazeiro mantinha traços de fazenda canavieira, com uma população em torno de dois mil habitantes. O rápido crescimento e desenvolvimento deram-se em função da figura do Padre Cicero, que atraia grande contingente populacional em busca de orientação, benção e aconselhamento (ARAUJO, 2005).

> A ação do Padre Cícero sobre a cidade de Juazeiro contribuiu para delimitar o espaço social, político e econômico, e suas práticas econômicas contribuíram para imprimir o ideal de prosperidade presente na memória econômica da cidade. (ARAUJO, 2005, p. 35).

Percebe-se que é impossível contextualizar a história de Juazeiro do Norte sem referenciá-la com o papel desempenhado pelo Padre Cicero; este foi responsável pelo desenvolvimento de todos os setores do município, tanto é que ainda sendo distrito do Crato, já ultrapassava em número de habitantes os três maiores municípios do sertão cearense, juntos.

O processo de migração romeira proporcionou ao Juazeiro do Norte um processo peculiar de urbanização, onde a maioria da população, que era pobre e sem qualificação profissional, era destinada as atividades produtivas, por ordem do líder religioso, contribuindo para a criação de comunidades agrícolas.

Segundo Araújo e Silva (2012, p. 1), o processo de urbanização é "caracterizado pelo rápido crescimento dos grandes centros e pelo surgimento de problemas sócio espaciais dos mais diversos no seu interior, favorecendo com isto o comprometimento da qualidade de vida".

O processo de urbanização do Juazeiro do Norte aconteceu de forma rápida, intensa e desordenada, trazendo consequências danosas e imprevisíveis para a qualidade de vida local, atingindo as necessidades básicas de saúde, educação, segurança, dentre outros fatores primordiais para o sustento adequado de uma comunidade (Araújo e Silva, 2012). Mas, é um processo que se dá de forma limitada e reduzida nas áreas já ocupadas, correspondendo somente ao alargamento de ruas e avenidas.

Atual e juntamente com Barbalha e Crato, Juazeiro está em contínuo dinamismo e expansão da área urbana, ocasionando um aglomerado urbano, localizado em

proximidades de grande importância de preservação ambiental, áreas comprometidas pelo crescente aumento da população e pelos seus diferenciados estilos de vida.

Alguns dos problemas refletidos pela falta de urbanização em Juazeiro do Norte são, além dos agravantes socioambientais, problemas de segurança pública, trabalho infantil, prostituição infanto-juvenil, uma crescente drogadição, aumento de periferias, desemprego, ausência de saneamento básico e mobilidade urbana de qualidade. Tudo isso porque a urbanização vai além “da modificação do espaço geográfico, trata-se também de uma dinâmica social que contribui para o fomento de atividades ligadas ao estilo de vida urbano” (Araújo e Silva, 2012, p. 5).

Encontramos ainda problemas semelhantes aos das grandes capitais brasileiras, entre eles, má distribuição de renda; segregação sócio-espacial; precariedade nas condições de vida da população; escassas e insuficientes politicas publicas; e gravíssimas violações aos direito de Moradia Digna dos usuários, como despejos, remoções forçadas e violentas. Esses problemas são reflexos das desigualdades em função do espaço, fator que antigamente não existia em Juazeiro do Norte.

A cidade pertence a todos os seus habitantes e não se justifica diferenciá-la por etnia, gênero, idade, raça, credo e/ou condição econômica, como também violação dos direitos, a mercantilização e elitização das cidades, principalmente dos centros urbanos, justificados pelo desenvolvimento econômico. Assim, verifica-se cada vez mais intensa, a luta contra a apropriação capitalista da cidade, que limita a efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Como reflexo desse processo em julho de 2012 iniciou a ocupação com aproximadamente 30 famílias em uma área pertencente à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE, localizado no Bairro Campo Alegre, atualmente conhecida como Conjunto Nossa Senhora de Fátima ou popularmente "sem terra". O apoio para a ocupação deu-se por parte de vereadores que se utilizaram na necessidade da população como estratégia político-partidária para angariar votos.

A principal bandeira de luta dos ocupantes é o Direito à Moradia, que aqui se resume a construção da casa e não se luta pelas demais condições de habitabilidade que abarcam a totalidade do direito. Dessa forma, verifica-se a total omissão do Poder Publico não só com a ocupação, mas com o bairro de um modo geral, manifestada tanto na ausência de politica publicas, quanto de equipamentos, infraestrutura e serviços básicos de qualidade e mesmo com isso, os ocupantes continuam resistindo.

O embate se dá pela escritura de posse do terreno, onde a Prefeitura Municipal alega que quer construir indústrias e fábricas, mas não se pensa na qualidade de vida dos ocupantes e assim, não se dialogam, nem constroem ou propõem meios adequados

para atingir a solução dessa problemática. Mesmo que as casas estejam construídas é preciso avançar na luta pelos direitos à Moradia e à Cidade, até que se possa usufruir plenamente dos Direitos Humanos, especialmente os sociais.

4 As Lutas por Habitação protagonizadas no Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima

Há muito que dizer sobre o papel que os Direitos assumem no Capitalismo. Nesse modelo de sociabilidade, a ação do Estado tende a assegurar as mínimas condições de vida e de trabalho aos mais pobres, sendo que os Direitos Sociais, construídos na luta pela expansão e universalização dos Direitos Civis e Políticos, são fundamentados na ideia de promoção de bem-estar coletivo, igualdade e redistribuição da riqueza socialmente produzida.

De acordo com Nogueira (2005, p. 7) “os direitos de cidadania, e particularmente os direitos sociais, são um parâmetro fundamental da vida civilizada e refletem conquistas importantes do movimento democrático e das lutas sociais dos séculos XIX e XX”. Mas seu reconhecimento por parte do Estado não significa, necessariamente, que eles serão efetivados,além disso, a mundialização do capital e as ideias neoliberais, criam uma fragilidade no campo dos direitos, que ficam a espera da vontade dos governantes e se deparam com o individualismo e a competitividade que retiram a força da coletividade.

Também chama atenção, a desconstrução dos direitos sociais, ocasionadas pelas inversões ideológicas que o capitalismo opera, de forma que os sujeitos de direitos não se reconhecem como tal. No campo especifico do Direito à Moradia, verifica-se uma enorme defasagem entre a legislação especifica e o seu cumprimento, acarretando no total ou parcial desconhecimento do conceito, impossibilitando a luta coletiva por sua efetivação e ampliação.

Como elementos constitutivos de uma legítima organização popular têm-se a articulação e a mobilização, como também a definição de metas e objetivos para atingir; escolha de líderes e assessores; mobilização de pessoas para as bases; e definição e difusão de reivindicações, bandeiras de lutas e estratégias, por meio de assembleias, reuniões, atos públicos, meios de comunicação oral e áudio visual.

Inicialmente, percebeu-se o desconhecimento parcial ou total sobre os direitos à Moradia Digna e à Cidade, que estão na base da luta popular por habitação, os quais são reivindicados pelos moradores, o que Nogueira (2005, p. 14) define como “crise da ideia de cidadão”, onde este termo mostra-se cada vez mais distante dos indivíduos que

não se reconhecem como sujeitos de direitos, principalmente porque eles se aproximaram da esfera financeira e mercadológica.

Quando os usuários têm o pleno conhecimento do seu direito, adquire-se autonomia para reivindicar e isso faz parte da viabilização da igualdade, por meio da disponibilização de informações, para que todos possam exercer seus direitos e não somente os mais favorecidos.

A falta de compreensão dessa definição tem se mostrado um grande obstáculo para sua efetivação e isso é refletido na forma como se analisa as condições de moradia e a partir dela, definem-se a efetivação dos seus direitos. O entendimento de que o acesso à informação é uma via eficaz para o acesso a outros direitos indica que sendo a Moradia Digna um direito social garantido constitucionalmente, é função do Estado prover e garantir o acesso às informações relativas aos mecanismos usados para efetivá-la. Mas o processo de mercantilização no qual estamos inseridos contribui para que os indivíduos se reconheçam entre si como coisas, em contrapartida o Estado atua para a redução e desconstrução dos direitos, principalmente os sociais, a fim de que a luta coletiva seja desmobilizada.

O desconhecimento quanto aos direitos dita as formas como os eles serão reivindicados, se não se conhece, não se sabe pelo que lutar, tendo sua qualidade de vida prejudicada. No conjunto habitacional estudado, percebeu-se a total falta de serviços e infraestrutura básica, inclusive segurança de posse, que constituem a totalidade do Direito à Moradia Digna, mas mesmo assim os moradores admitem certo grau de qualidade que independem do acesso a esses serviços.

O Conjunto Habitacional é distante de todos os equipamentos sociais: educação, saúde, transporte, lazer, trabalho, segurança, etc, porque a igualdade e a justiça social não foram garantidas aos moradores. Mas o sentimento de pertencimento a casa e ao terreno, supera todas as dificuldades que a falta de serviços pode acarretar, de tal forma que ter a posse da casa é a resolução de todos os problemas, dessa forma, a casa deixa de ser somente o espaço físico para abarcar a subjetividade dos indivíduos sociais.

Por outro lado, esse processo também é mediado pela necessidade imediata de morar. Assim, ocupar um espaço que não abarca a totalidade do Direito à Moradia Digna, nem possibilita a construção do Direito à Cidade não se constitui como a efetivação de um Direito, principalmente porque se verifica na comunidade que os moradores entendem por terminados os problemas coma construção da casa e a conquista da posse do terreno. Sobre isso Lima (2011, p. 12) diz que “é sabido que os problemas não terminam na construção da casa, a luta pelo direito à habitação de

qualidade, é também a luta pelo acesso aos demais serviços públicos, que possam garantir a qualidade de vida da população".

A partir disso, questiona-se sobre a legitimidade da ocupação de terreno enquanto exercício do direito à Moradia Digna, pois o problema habitacional não é totalmente superado com a construção da casa, a luta por esses direitos abrange também o acesso aos demais serviços públicos, que devem garantir qualidade de vida a população. Dessa forma, o Conjunto Habitacional em questão, como todo em bairro em que está inserido é profundamente marcado pela omissão do Estado no trato de politicas publicas e garantia das condições mínimas de habitabilidade.

5 CONCLUSÃO

O problema habitacional é moldado no sistema de produção capitalista, onde morar é reduzido a ter uma casa ou ocupar um espaço, independente das condições de habitabilidade existentes na comunidade que devem oferecer um padrão de vida adequado ou condições para alcançá-lo. Também é o capitalismo que dá o desenho das cidades, tal como temos hoje, que é fruto da crescente indústria que opera transformações objetivas e subjetivas na gestão e organização das cidades. Assim, a efetivação do Direito a Moradia, vai depender também de como a lógica capitalista apropria-se da cidade.

A organização desigual do território Juazeirense possibilita a inexistência de Politicas Publicas no Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima, que vão desde o acesso, o transporte, até a ausência dos equipamentos coletivos. Com esse estudo verifica-se que o Conjunto concebe-se como um legítimo exercício do direito à Moradia Digna, mesmo que não esteja sendo efetivado em sua totalidade.

A experiência da ocupação reforça a necessidade do debate sobre o confronto, organização e reivindicação coletiva, que são matérias necessárias para a construção de um novo projeto societário, para tanto é necessário conhecer para transformar. A prática realizada no Conjunto Habitacional assemelha-se a ações dos movimentos rurais, no sentido de ocupar e resistir.

Os itens e elementos necessários para a constituição de uma ação coletiva ou movimento social são inexistentes na ocupação. Diante disso, verifica-se a necessidade do fortalecimento das práticas educativas e informativas dirigidas aos moradores da ocupação, para a construção da identidade coletiva, porque a comunidade fortalecida tem grande poder de pressão na perspectiva da ampliação dos direitos e gestão democrática das cidades.

A partir das necessidades que o Conjunto apresenta, elenca-se como principal a superação da tensão existente entre ocupantes e Prefeitura Municipal, no tocante a posse do terreno, que será possível quando a garantia dos Direitos Humanos, especialmente os sociais estiverem em primeiro plano na gestão da cidade e para que isso seja alcançado, existem inúmeras possibilidades.

Diante do exposto, reforça-se a necessidade da construção de um projeto democrático que implica na ampliação da cidadania, como forma máxima de acesso a todos os Direitos, fora do âmbito mercadológico que limita, restringe e reduz esse acesso. Assim o Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima é um símbolo de resistência das classes populares, que mesmo com as limitações, por meio da luta constante obtém conquistas no âmbito dos Direitos à Moradia e à Cidade.

REFERENCIAS

ARAUJO, Maria Selma de Castro. **Os Donos da Casa:** das Políticas de Habitação aos Significados Da Moradia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2005. (Dissertação de Mestrado, 168p.)

ARAUJO, Ricardo Souza. SILVA, Flávio Batista da.**Análise Histórica Do Processo De Urbanização Do Aglomerado Urbano Regional Do Triângulo Crajubar.** In IV Encontro Universitário da UFC no Cariri, 2012. Disponível em <http://encontros.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2012/paper/view/1007/726>. Acesso em: outubro de 2014

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil:** movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em: outubro de 2014

_____. **Movimentos Sociais no Inicio do Século XXI:** Antigos e Novos Atores Sociais. 3. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007b

_____. **Teoria dos movimentos sociais -** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007a

LIMA, Bruna Massud de. **Direito à Moradia e Políticas Públicas**: o Leningrado e a Organização do Espaço Urbano Natalense. In Anais de Congresso da V Jornada Internacional de Politicas Publicas, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QU

ESTAO_URBANA_E_GESTAO_DAS_CIDADES/DIREITO_A_MORADIA_E_POLITICAS_PUBLICAS.pdf>. Acesso em: outubro de 2014

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Politica Urbana no Brasil**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social in **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio**. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 82. São Paulo, Cortez, 2005.

MOVIMENTOS SOCIAIS, TRABALHO E REDES DE MOBILIZAÇÕES:

A economia solidária na região metropolitana do Cariri

Natanael Marcolino De Brito

Carliana Carvalho Fonteles

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre o desenvolvimento da economia solidária dentro da região metropolitana do Cariri. O objetivo desse trabalho é buscar as redes e as experiências de mobilizações presentes na região metropolitana do Cariri do Ceará, e enfatizar como essas redes se articulam para com a proposta de integração social da economia solidária. Através de uma pesquisa bibliográfica e de campo, buscou – se dentro da região as principais áreas de envolvimento da economia solidária e cooperativa. Esse processo de pesquisa ocorreu entre vinte e cinco de abril e vinte e sete de maio de dois mil e dezesseis.

Palavras – chaves: Economia solidária, Cariri, Cooperativismo, Redes de Mobilização.

Abstract: This work seeks to reflect on the development of social economy within the metropolitan region of Cariri.

The aim of this study is to search networks and experience of present mobilizations in the metropolitan region of Ceará Cariri, and emphasize how these networks are linked to the proposed integration of social solidarity economy. Through a bibliographical research and field sought - is within the region the main areas of involvement of solidarity and cooperative economy. This survey was carried out between April 25 and May 27 of two thousand and sixteen.

Key - words: Solidarity Economy, Cariri, Cooperatives, Mobilizing Networks.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto complexo de crise e de desemprego estrutural, no qual o Estado é cada vez mais omisso com suas responsabilidades no enfrentamento às expressões da questão social (objeto de intervenção do Serviço Social), e é então onde emerge a cultura de incentivo à economia solidária e o cooperativismo, como forma de sobrevivência daqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Essa pesquisa quer mostrar essa forma de adaptação da nova economia, dentro de tempos de capital de fetiche e de exploração do trabalho, e superfaturarão do capital, e sua formação através das redes de mobilizações da região. De início vamos traçar as diferenças entre movimentos sociais e redes de mobilizações.

Existe diferenças entre movimentos sociais e redes de mobilizações sociais. Gohn (2013), apresenta essas diferenças afirmando que os movimentos sociais são considerados categorias empíricas, ou categoria conceitual, que é uma forma de estruturação de relações sociais, enquanto redes de mobilizações são compostas por associações civis, de várias naturezas (p. 39). Gohn faz um destaque para as formas como ambas se articulam e se colocam para a sociedade. As redes de mobilizações enquanto redes, trabalham articuladas entre associações, reuniões, congressos e fóruns, criando assim uma interlocução entre os objetivos de cada um. Os movimentos sociais podem ser territoriais, ou conceituais, articulando suas próprias bandeiras de luta, sem uma diversa rede social.

Já Montãno e Duriguetto (2011), traz conceitos semelhantes quanto a movimentos sociais e redes de mobilizações. Os autores afirmam,

> [...] um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; também uma mobilização pode se desdobrar em outras formas até formar um movimento. (MONTÃNO, DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Ambos traçam um perfil em que se pode caracterizar como movimento social deve haver uma alteração nas relações sociais, na consciência de classe. A mobilização social, terá uma dada “validade” determinando seu fim, sendo que, da mesma forma, pode se transformar em movimento social. A rede de economia solidária e cooperativa se desdobra nesse ambiente como sendo uma rede de mobilização social, fundada, a partir do movimento operário, da Inglaterra, no período das revoluções industriais. Daí, a forma como a mesma se articula, dentro do ambiente social, se caracteriza a partir dessa rede de comunicação social.

A solidariedade, ou qualquer interação desinteressada é necessária para a reprodução de qualquer sociedade, e a economia solidária e cooperativa, atenua – se a esse sistema que foge dos parâmetros competitivo e capitalista. Além de ser uma economia de cunho socialista, a rede cooperativa e solidária "[...] engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipes e etc. [...]" (SINGER, 2001, p. 100), e tem por objetivo propor aos seus associados, benefícios econômicos através de associações voluntárias, com pequenas empesas, que emergem de situações de carências que o próprio sistema dominante, nega – se a resolver, como também uma identidade própria que segundo Gohn (2013) luta pela inclusão socioeconômica via produção e criação de um mercado paralelo, alternativo (p. 35).

> No universo das cooperativas populares – elas se articulam em redes, promovem congressos, criam continuamente novos centros comunitários localizados em territórios habitados pelas camadas populares, organizam parcelas da população que se dedicam á produção e comercialização de inúmeros produtos de uso domésticos, alimentação, etc. (GOHN, 2013, p. 135)

O terceiro setor, na forma de ONG's se faz presente dentro dessas associações com o intuito de assessorar os grupos em seus projetos e financiamentos. Muito diferente do Modo de Produção Capitalista – MPC, que segundo Netto e Braz (2014), como "todos os capitalistas – industriais, banqueiros ou comerciantes – têm no lucro o objetivo da sua ação, é fácil compreender porque entre eles reina intensa concorrência [...]" (p. 156). No sistema solidário e cooperativista, há uma interação e uma ressignificação do trabalho, fugindo dos parâmetros de "aumentar sempre a sua taxa de lucro", da exploração do trabalhador e da mais – valia[1], para adentrar em uma lógica de atividades que se deem num modelo cooperativo capaz de superar a cultura do trabalho capitalista. (BARBOSA, 2007, p. 120).

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Esse processo de cooperativas vem desde o século XIX, com o início do movimento operário, com o objetivo de consumo, mas que com um tempo vieram a ser muito mais que pequenas cooperativas, e sim aderiram ao trabalho e a produção industrial. Mas com a grande massa de desemprego que estava circulando dentro da conjuntura da época, surge uma nova forma de cooperativismo, que eram em formas de pequenas associações alternativas que vão se consolidando e se transformando em economias sociais, populares e solidárias. Com as

[1]Netto e Braz (2014) denominam o excedente apropriado pelo capitalista, fonte de seu lucro como sendo a mais – valia.

grandes transformações no mundo operário e trabalhista, (1980 – 1990), surgiram inúmeras cooperativas de trabalhadores. (GOHN, 2013 p. 134-135).

As articulações no universo cooperativista e solidário ocorrem através de redes e fóruns, com congressos, centros comunitários, e por detrás e todo esse trabalho existe as ONG's, que assessoram os grupos com projetos e financiamentos. Essas redes de mobilizações e seus empreendimentos objetivam – se, segundo Gonh (2013) para

> [...] subsídios para a produção, isenção de impostos dado o caráter de auto sustentabilidade das atividades (que não visam o lucro, mas a geração de pequenas rendas familiares ou individuais), acesso a mercados para a venda dos produtos, cessão de espaços para produção e comercialização, tarifas sociais para o consumo de água, energia, etc. (p. 135-36)

As pessoas ainda confundem a economia solidária com a economia informal, porém, ambas se diferenciam devido a que a solidária não vende produtos industrializados, e sim com uma autogestão, e redes solidárias com produtos heterogêneo, frisando uma produção independente, cooperada, onde haja uma visão de geração de renda própria e não de disputa econômica. Vários grupos contam com o apoio de políticas públicas e inclusive hoje no Brasil existe a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que são órgãos nacionais que fazem a mediação entre o governo e os empreendimentos solidários e cooperativos.

Movimento operário

A consciência de classe sindical, segundo Montãno e Duriguetto (2014) "é aquela que atinge como máximo um nível reivindicatório, e se desenvolve no trabalhador organizado em sindicatos [...] (p. 103). As classes sindicais, movidas pela insatisfação e super exploração do trabalho se atenua, a ligações com empreendimentos próprios e sociais. O movimento operário em si, demonstra formas de desenvolvimento e agrupamento de trabalhadores que se colocam em situações contrárias a do capital.

O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras é de certa forma ligada a uma nova administração do capital. No Brasil, o movimento operário emergiu entre 1917 e 1920, quando as greves se manifestaram dentro do país. Todos esses esforços não foram suficientes para produzir uma mudança significativa na vida material do conjunto da classe trabalhadora no final dos anos 20. A legislação aprovada quase nunca era aplicada. Isso ocorria, entre outras razões, por que o movimento operário encontrava – se ainda limitado e restrito a alguns poucos centros urbanos. Com essa insatisfação, os operários começaram a criar seus próprios empreendimentos, para auto – sustento,

longe de qualquer forma de industrialização e de competitividade, gerada pelo capitalismo.

A questão social que embate esses entraves sociais, dentro da economia, é guiada por um processo social de consciência reivindicatória tratada por Montãno e Duriguetto (2014) como a luta pela preservação da ordem social, sua lógica e fundamentos, ás alterações nas condições da compra e venda da força de trabalho. (p. 103).

A questão que engloba esses parâmetros sociais é a mesma que leva a divisão de um trabalho solidário, criando assim, as redes de mobilizações e empreendimentos cooperativos e solidários, que demonstram uma economia que foge a concorrência, mais – valia e exploração do trabalho vivo.

3. REDE DE AGRICULTORES DO CARIRI

A agricultura no Cariri é o centro de expansão para o desenvolvimento da economia solidária. As redes de mobilizações que atuam nessa área são um fomento a um desenvolvimento social do próprio cooperativismo.

> A economia solidária pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de auto gestão, sendo os resultados econômicos, políticos e culturais partilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. (CUNHA et all. 2013, p. 134).

Segundo os autores, a economia solidária é um projeto socioeconômico, político e cultural, que muito mais além de uma visão capitalista, tem uma visão no desenvolvimento humano. A rede de agricultores do Cariri, conta com uma bandeira de luta, onde se relaciona a solidariedade como elemento central que norteia os sujeitos que estão nesse processo de empreendimentos solidários, e se colocam em uma posição que se contrapõe a lógica do capitalismo.

No Cariri, a rede de agricultores, age dentro da economia solidária, através de feiras e fóruns realizados na região. As maiores parcerias que a rede possui é com a Universidade Federal do Cariri – UFCA, através da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos

[2] O ITEPS, tem sede na UFCA – Campus Cariri, e é responsável pela organização da rede de economia solidária do Cariri, tendo a participação de alunos e professores.

Populares e Solidários – ITEPS[2]; o Poder Público – Secretários de Desenvolvimento e Agricultura do CRAJUBAR – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A rede funciona através do Fórum Caririense de Economia Solidária – FOCAES e através de feiras, como a Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri.

Fórum Caririense de economia solidária

O FOCAES, surgiu através do encaminhamento do Seminário de Integração, teoria e prática em desenvolvimento local/territorial e economia solidária, promovido pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Este seminário teve a participação de representantes de associações, cooperativas, ONG's e sindicatos públicos, de onze municípios da região.

A primeira feira de destaque que surgiu no FOCAES foi a Expofam (Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar), no ano de 2010, no Parque de Exposições do Crato. Com a Expofam, a rede de economia solidária do Cariri, se expandiu, sendo feito o primeiro mapeamento pelo SENAES, e o próprio histórico que iria constituir o fórum. Na quinta edição da Expofam, passou então a se chamar Feira Caririense de Economia Solidária.

Em julho de 2012, houve a primeira Feira de Frutas Cariri, que teve como objetivo estimular o cultivo familiar e agroecológico das frutas, onde houve uma inserção maior da rede cooperativa e uma participação das famílias dentro desse contexto econômico. Segundo cunha et all. (2013), "fazendo um resgate da tradição frutífera da região." (p. 139). O fórum se organiza com sua coordenação dividida entre o ITEPS e o CRESOL – Cooperativa de Crédito do Crato e o Projeto Brasil Local.

> O FOCAES trabalha de modo a montar grupos de trabalho (GT's) compostos pelas organizações que integram as reuniões do fórum para tratar demandas específicas. O funcionamento destes GT's é acompanhado pela coordenação provisória do fórum, que leva seus componentes a integrar como supervisor cada um dos GT's [...] (CUNHA et all. 2013, p. 141)

Essa rede surge da articulação dos próprios participantes e com um grande crescimento e adesões. As características principais do fórum estão na auto gestão, onde ocorre uma interlocução entre os representantes. As reuniões são guiadas pelos próprios membros, garantindo uma participação geral no seu desenvolvimento.

Rede de feiras agroecológicas e solidárias do Cariri

Semelhante ao FOCAES, a rede de feiras tem por objetivo, trazer essa discussão para a prática cooperativa. Com um desenvolvimento satisfatório, essa rede trás para dentro da região o cooperativismo e a agricultura familiar para um patamar social evoluído e contínuo de solidariedade.

> [...] a economia solidária tem a capacidade de construir a partir de um contexto real a oferta e a demanda, a criação das atividades sócio-produtivas, ou a oferta de serviços que surgem em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local. (CUNHA et all. 2013, p. 41)

A rede de eiras agroecológicas que ocorre nas principais cidades do Cariri, forma uma classe de desenvolvimento, além de sustentável, cooperativa, onde todos saem ganhando. Não forma somente uma simples feira, mas há uma demanda e uma oferta,

sem públicos específicos, apenas para a comercialização de produtos advindos da agricultura familiar e sustento.

Esse processo é mediado pelo ITEPS e UFCA, para uma abrangência regionalizada. As feiras normalmente acontecem nas cidades de Barbalha e Crato. A luta por uma sustentabilidade advinda de uma economia cooperativa é norteada por essa luta de preservação do meio ambiente, como também de um processo produtivo livre de qualquer forma de industrialização, sendo quase sempre, orgânicos e caseiros.

4. REDE DE CATADORES DE LIXO

O movimento dos catadores e recicladores de papel, papelão e outros materiais é um dos exemplos da nova economia solidária que se busca construir. (GOHN, 2013, p. 136). O movimento dos catadores através de seus centros comunitários de reciclagem é o ponto de desenvolvimento daqueles que dependem da coleta seletiva do lixo, para seu sustento. Já os centros de produção, segundo Gohn (2013) “são organizados por ONG’s e outras entidades assistenciais, dedicam – se a produção e comercialização para uso doméstico ou para alimentação.” (p. 137).

As atividades dentro do próprio bairro ou em associações são partes desse processo de desenvolvimento sustentável. Ainda, segundo Gohn (2013) essas novas formas têm feito grandes alterações, inclusive com o surgimento de galpões de reciclagem e produtos, sendo que essa é uma grande luta das associações, para a reciclagem e a industrialização de produtos.

Associações de catadores engenho do lixo

No Cariri, a falta de aterro sanitário em algumas cidades e de políticas públicas para o desenvolvimento de uma coleta seletiva e sistematizada. No Juazeiro do Norte – CE, conta – se om a associação Engenho do Lixo.

Fundada em 30 de agosto de 2009, o grupo tem como parceria a Secretária de Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP. Nesse processo, a associação recicla materiais de todos os tipos, sejam eles de viabilidade econômica ou não. Segundo seu presidente, mais de 40 famílias tiram o sustento das vendas e produções de materiais reciclados pela associação. Além dessa associação, conta – se com a Associação Engenho do Lixo; Associação de Catadores e Catadoras de Juazeiro do Norte – ACCJ, concentrado no aeroporto; Associação Agentes Recicladores do Crato – AARC.

O ITEPS tentou unir as associações e transforma – las em uma só cooperativa, porém por motivos maiores, o processo não foi satisfatório. O pensamento de que a

associação ainda é um mero depósito, termina que por afetar o desenvolvimento econômico e solidário. Além do mais, participações de representantes de OG's podem também afetar o desenvolvimento cooperativista, desses pequenos empreendimentos.

> O fomento a criação de cooperativas de trabalho entre os catadores não é uma tarefa simples e nem isolada. Demanda tempo e elevados recursos financeiros a fim de garantir cestas básicas para os catadores durante o período de formação, subsídio financeiro para a cooperativa durante os primeiros meses de funcionamento. (CUNHA et all. 2013, p. 67).

As associações recebem recursos financeiros do Governo Federa, para o desenvolvimento das atividades de reciclagem. Para o desenvolvimento sustentável e solidário, há um desencadear de diversas formas de agregação para que os processos de desenvolvimento cooperativos possam emergir.

5. CARIRI CRIATIVO: FOMENTO A ARTE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esse projeto surgiu com o objetivo de dar apoio aos artesãos e resgatar a cultura da arte para a região do Cariri. O projeto emergiu junto as feiras de socioeconômicas solidárias da Associação Projeto Paz e União, no limoeiro do Norte – CE. A partir do mapeamento em Juazeiro do Norte – CE, em 2009, foi que o projeto criou 'vida' dentro do Cariri. Os parceiros que fizeram parte do processo de crescimento desse projeto foram o Banco do Nordeste do Brasil – BNB; e o Ministério da Educação (MEC); Serviço Social do Comércio – SESC e PET Cambada do Curso de Designer de Produto da UFCA.

Em parceria com o SESC – Juazeiro do Norte foi realizada a feira artesanato, na mostra SESC de arte e cultura. A partir de então, feiras começaram a acontecer aos fins de semana (CUNHA et all. 2013, p. 73). Logo após houve as feiras itinerantes com os artesãos do projeto para o desenvolvimento e as mostras dentro da comunidade e dentro do Cariri. Vários locais públicos sediaram essas feiras.

O objetivo do projeto, segundo CUNHA et all. 2013, é:

> Promover o desenvolvimento socioeconômico dos produtores da Região do Cariri através da articulação destes setores em torno dos princípios da economia solidária, em especial a autogestão, a cooperação e a auto sustentabilidade, fomentando as trocas justas e solidárias fortalecendo as relações sociais na região. (p. 76)

Dentro do processo de economia criativa, está a criação de novos modelos e foras de consumo e a abrangência da economia solidária, ligada ao artesanato e as novas mídias e tecnologias.

Funaré no beco

O funaré no beco é um evento promovido pela cafeteria Casa do Becco, em parceria com a feira Cariri criativo e projeto ciclos, com o apoio da secretária do meio ambiente e controle urbano, integra artesanato, música, designer, gastronomia, artes visuais, e cicloativismo.

Com o lema “O beco é de todos!”, a ação segue propondo que as pessoas se apropriem da rua. É uma feira de rua que mobiliza a comunidade para ocupar o espaço público. O funaré no beco possibilita que os visitantes vendam, troquem, doem e recebam uma grande variedade de artefatos.

Os interessados em vender seus produtos só precisam chegar no evento e trazer uma mesa para expor. É uma nova proposta de ocupação pública, encontro e bem – estar.

6. CONCLUSÃO

Tratar de economia solidária como um processo de uma nova forma de ver a economia, é trabalhar dentro de cada um que participa a necessidade de um entendimento e uma objetivação para com o desenvolvimento sustentável social. Há um discernimento entre as propostas apresentadas nesse trabalho para uma intensificação maior da própria economia solidária e seu cooperativismo.

A cooperação vem desde o processo de desenvolvimento do trabalho. Para que o trabalho seja pródigo e desenvolvedor, o próprio operário deve estar livre. A exploração do trabalho, a mais – valia, entre outros fatores que nos colocam em situações de subordinação ao capital, demonstra que ações como esta em economia solidária, coloca nesse patamar de ideais, uma ideologia de liberdade e de satisfação com seu próprio trabalho. Viver em um mundo onde a exploração é mais válida, e mais – valia necessária para o desenvolvimento do capital, surgem ás formas de desenvolvimento sustentável, que além de conservar os bens materiais, conserva o ser humano. As experiências estudadas, demonstrou em suas três áreas de estudo, como as novas formas de redes de mobilizações sociais vêm se desenvolvendo. Essas redes independentes são colocadas diante do processo de desenvolvimento necessário para a luta de uma libertação do trabalho. O eixo estudado (Trabalho) foi demonstrado, desde como se forma uma consciência de classe até a atuação dessas formas de economia. A classe trabalhadora em si, não depende do capital alheio, pois, a mesma pode vir a conseguir seu próprio capital dentro dos parâmetros solidários e cooperativos, longe da industrialização.

Demonstrado a pesquisa, mapeamos as principais redes de mobilizações e o movimento social por detrás e tudo isso, que é o movimento sindical e operário. A luta

dos trabalhadores pela libertação do capital é constante, e não obstante ainda há muito que se lutar. O fato das conquistas terem surgido, pode – se conferir as lutas de classe.

7. REFEÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. ***A economia solidária como política pública:*** *uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.* 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 317 p.

CUNHA, E. V.; MEDEIROS, A. C.; TAVARES, A. O. (orgs); ***Incubação em Economia Solidária, reflexões sobre suas práticas e Metodologias.*** Fortaleza: Imprece, 2013. 206 p.

GOHN, Maria da Glória. ***Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações civis no Brasil contemporâneo***. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTANÕ, C. DURIGUETTO, M. L. ***Estado, Classe e Movimento Social****. (Biblioteca Básica do Serviço Social)* 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. ***Economia Política: uma introdução crítica.*** *(Biblioteca Básica Serviço Social)* 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p.

SINGER, P. ***Economia Solidária versus economia capitalista*****.** Soc. estado. vol.16 no.1-2 Brasília Jun/Dez. 2001

MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS: a relação do GRUNEC – Movimento Negro do Cariri com as tecnologias de informação e comunicação

Yrismeiry Pereira da Cruz
Antonia Gildevannia Pereira Oliveira
Maria Cleomar Fernandes
Carliana Carvalho Fonteles
(orientadora)

RESUMO:

As redes sociais tornaram-se uma ferramenta importante para articulação dos movimentos sociais em todo o mundo, o presente artigo tem como objetivo compreender a relação do Grupo de Valorização Negra do Cariri- GRUNEC com as novas tecnologias e formas de comunicação. Utilizou-se como método a pesquisa de campo, e o recurso utilizado para a coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas. A conclusão que a pesquisa chegou foi que o movimento negro em questão, relaciona-se de forma interativa e proveitosa com as novas tecnologias, visto que as redes sociais redefinem a dinâmica relacional entre grupos sociais.

Palavras - chave: Movimentos sociais – Redes sociais virtuais – Movimento GRUNEC

ABSTRACT:

Social networks have become an important tool for the articulation of social movements around the world. The objective of this article is to understand the relationship between the Cariri-GRUNEC Black Valorization Group and the new technologies and forms of communication. Field research was used as a method, and the data collection resource was semi-structured interviews. The conclusion reached by the research was that the black movement in question interacts interactively and profitably with new technologies, since social networks redefine the relational dynamics between social groups.

Key words: Social movements - Virtual social networks - GRUNEC movement

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade moderna, percebe-se como a enorme quantidade de conhecimentos científicos produzidos por meio do acesso aos meios de comunicação e informação vem transformando a vivência das pessoas. Com isso, a partir do momento que os sujeitos tomam posse dessas informações, torna-se esclarecidos no que diz respeito aos seus deveres e direitos dentro da sociedade, extigando-os a buscarem melhores formas de atuarem grupal ou individualmente.

Para Araujo (2000) a construção da cidadania vai além do acesso e uso das novas tecnologias de informação e comunicação. E é baseado nesse pensamento que entende-se que estudar os movimentos sociais, como grupos de pessoas que se organizam para lutar por desejos comuns, ligados através da informação e comunicação para obtenção de conhecimento, se faz necessário para o entendimento do contexto em questão, movimentos sociais e redes sociais.

Para Gohn (2011) os movimentos sociais são ações sociais coletivas que se organizam para expressarem seus anseios, questões e demandas. Eles adotam diferentes formas de atuação, como marchas, mobilizações, passeatas, entre outros e, configuram-se em diversos aspectos tais como os religiosos, feministas, raciais, indígenas etc.

Partindo da temática abordada, o presente artigo tem como objetivo compreender a relação do Grupo de Valorização Negra do Cariri- GRUNEC com as novas tecnologias e formas de comunicação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utiliza do método pesquisa de campo que segundo Gil (2010) esta se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos. O recurso utilizado para a coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de estabelecer relações e uma maior aproximação com o objeto analisado. Vale salientar que para a aplicação das entrevistas foram utilizados os termos de consentimentos livre e esclarecido aos participantes.

Por fim, pretende-se contribuir com a problematização dessa temática no campo das ciências sociais, vislumbrando a relação entre os movimentos sociais e as redes sociais, e o que essa relação trás de novo, dentro da abordagem feita em relação ao movimento social GRUNEC.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES SOCIAIS

Casttells (2001) destaca que o mundo, depois da década de 1970, começou a presenciar uma forma nova de sociabilidade, de comunicação e integração política, social e econômica, o que foi denominado de “Sociedade em Rede”. E observou que devido às transformações tecnológicas ocorridas, houve o surgimento de novas manifestações e movimentos sociais no cenário político internacional.

As redes sociais tornaram-se uma ferramenta importante para articulação dos movimentos sociais em todo o mundo. Fruto de contextos diversos, como sociais, históricos e políticos, o movimento social é visto sobre a ótica de alguns conceitos clássicos. Casttells (1999, p. 105) por exemplo, descreve que os “Movimentos Sociais

são sistemas de práticas sociais contraditórias, cuja natureza é transformar a estrutura do sistema por meio de ações revolucionárias ou não". Dessa maneira, as redes sociais, ligadas aos movimentos sociais podem ter importante papel dentro das mais variadas sociedades.

Enfim, com o aumento das interconexões em rede houve uma alteração no processo de comunicação entre indivíduos, que passou de unidimensional, caracterizada pela relação entre um emissor e um ou vários receptores, para multidimensional, em que há vários emissores e receptores que podem interagir ao mesmo tempo (GOMES, 2015). Com isso, a partir da internet, a disseminação de informações se tornou mais abrangente e tornou-se uma fermenta para as mobilizações sociais, pois tem baixo custo e alto poder de disseminar informações com rapidez e eficiência.

2.1 Grupo de valorização negra do cariri – GRUNEC – a história.

O Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC – nasceu a partir do surgimento da Associação Atlética Banco do Estado do Ceará – AABEC, da cidade do Crato, em 21 de abril de 2001, quando um grupo de amigos, formado por um padre, professores, funcionários públicos entre outros, reuniram-se entre os anos de 2000 e 2001, e vez ou outra discutiam questões relativas ao preconceito racial, à valorização da cultura o problema do racismo entre outros. Desenvolvendo ações relacionadas às questões etnicorraciais, voltadas especialmente para a população caririense. Como bem diz Cunha (1992, p. 1387, apud NUNES, 2011) "ninguém pode combater aquilo que não existe". Isto é, esse movimento surgiu para tentar combater as raízes do racismo e da discriminação racial que estão plantados não só no Cariri Cearense, como em toda a realidade mundial e que muitas vezes os sujeitos não conseguem enxergar determinadas situações, por conta do acesso á informação que é tida de forma restrita.

O GRUNEC é um movimento social com sede no município de Crato/CE, que tem por objetivo promover a dignidade e inclusão da população negra no Cariri cearense. A partir da citação de Pereira (2009) é desenvolvido um estudo sobre o movimento negro no Cariri.

> O movimento negro no Ceará surge através de famílias negras que conseguiram ao longo dos séculos, estrutura-se sócio – politicamente e também nos aspectos religiosos e culturais, na tentativa de manter vivos os ritos e costumes dos ancestrais. Mesmo com a escravidão imposta ao povo negro cearense, pouco ou quase nada foi repassado a sociedade cearense como um todo sobre a existência dessas famílias negras que não se deixaram curvar ás mazelas do sistema vigente. Seus membros não foram escravos. Eles tinham vida própria, casa, terra, plantações, gado. Porém, foram isolado do contexto histórico, social, político e econômico da província (PEREIRA, 2009, p. 82).

Com base em escritos de pesquisadores que estudam a questão da discriminação racial que afeta a população negra no Ceará, a respeito dos movimentos sociais negros existentes na cidade do Crato, autores reconhecem que até o momento existe apenas um grupo antirracista que trabalha com ações em prol da igualdade racial, o GRUNEC.

> Na luta contra as disparidades raciais e, por conseguinte, os sociais, o grupo vem questionando, por meio de lutas e resistência, o racismo que

> domina os aspectos sociais, políticos e culturais da região do Cariri. (DOMINGOS; SILVA, 2012, p. 153).

Para Valério (2014) o GRUNEC desenvolve ações contra o racismo e cria debates sobre a discriminação racial que afeta a população cratense. Em meio as suas ações, ganha destaque, o resgate da história do negro no Ceará e a sua inserção nos currículos escolares da cidade do Crato, através da Lei 10.639/03.

Dentro das estratégias desenvolvidas pelo GRUNEC, no sentido de denunciar e conscientizar a sociedade acerca do racismo, encontram-se atividades, como palestras em espaços escolares, mapeamento de comunidades quilombolas do cariri, encenação de peças teatrais, participação em eventos culturais como festas juninas, que visam discutir a inserção do negro na sociedade brasileira.

3. O MOVIMENTO GRUNEC E OS MEIOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A partir da aplicação de questionários semi-estruturadas aplicados a 4 membros GRUNEC será aqui exposto a relação que esse grupo mantêm com os meios de informação e comunicação e de como estes meios contribui para o grupo. Para as questões foram feitos quadros ilustrativos para facilitar a ordem das respostas e possibilitar uma melhor análise e interpretação dos dados.

Tabela 1: Perfil dos entrevistados

Participantes	Sexo	Idade	Escolaridade	Curso	Tempo de atuação no grupo
Entrevistado 1	Feminino	42 ou mais	Superior	Serviço Social e Ciências Biológicas	15 anos
Entrevistado 2	Masculino	26 a 33 anos	Superior	História	01 ano
Entrevistado 3	Feminino	42 ou mais	Superior	História	14 anos
Entrevistado 4	Feminino	42 ou mais	Superior	Pedagogia	14 anos

FONTE: Primária

Conforme pode se verificar na tabela 1, os integrantes entrevistados do movimento negro do Cariri possuem nível de escolaridade superior completo, o que permite apontar que o grupo possui participantes com grau acadêmico elevado Um aspecto também a ser ressaltado quanto à trajetória pessoal do GRUNEC, desses entrevistados é que os cursos de formação dos mesmos se voltam para as áreas de ciência humanas e sociais aplicadas, o que lhes conferem um vasto campo de pesquisa e estudo sobre a temática do grupo.

Tabela 2: Participantes atuantes no grupo

Entrevistado 1	Uns dez. Agora se for fazer a contagem dos inscritos

	no grupo vai ter uma média de umas 38 pessoas.
Entrevistado 2	As pessoas que participam do grupo são de 30 a 32 pessoas como membros efetivos, atuantes são cinco pessoas. O GRUNEC reúne um conjunto de pessoas das mais variadas e com filosofias de vidas distintas. Temos religiosos e religiosas de diversas crenças, como também aqueles que não tem nenhuma religião e ainda os que possuem pensamentos e posições distintas, mas todos estão reunidos em torno de um mesmo objetivo, de um mesmo propósito – a saber – enfrentar com muita luta e dignidade uma sociedade arraigada em preconceitos, principalmente o racial.
Entrevistado 3	Hoje somos um número de 20 participantes. São na sua composição, mulheres e homens, cerca da maioria, mulheres. Professoras (es), militantes de movimentos de mulheres, outros (as) servidores (as) públicos, artesãos. Tem grandes preocupações e referências com questões outras, como meio ambiente, sócio, economia solidária, saúde e educação e outras situações estruturais que agregam contexto de igualdade racial, classe e gênero.
Entrevistado 4	Tem bastante pessoas no grupo, mas as atuantes ultimamente são dez.

FONTE: Primária

Analisando os dados da tabela 2, nota-se que existe uma dificuldade de contabilizar o número exato de participantes do GRUNEC. Referente a esta questão o entrevistado 3 enfatiza que existe uma disparidade por conta que os participantes são ativistas de outros movimentos, característica essa muito comum em grupos.

Dentro da pergunta sobre o número de participantes, vale enfatizar que o entrevistado 2 destacou o perfil dos participantes como sendo pessoas das mais variadas idades, com filosofias de vidas distintas, religiões das mais variadas crenças e pensamentos e posições diferentes e mesmo assim conseguem lutar em prol de um mesmo objetivo, dentro de uma sociedade arraigada de preconceitos.

O entrevistado 3, destaca a prevalência do sexo feminino no grupo e a diversidade da ocupação profissional, destacando diversas áreas como professores, servidores públicos, artesãos e pessoas que são militantes de movimentos de mulheres.

De acordo com os entrevistados o GRUNEC tem como público alvo toda sociedade, inclusive negros e não negros, e tem como pano de fundo a conscientização política dos indivíduos através do diálogo com a sociedade, pois no Brasil a questão de raça é vista como um mito. Segundo Sales Júnior (2009, p. 15) “é considerado um

dispositivo ideológico das relações raciais, impedindo sua tematização pública". Isto é, no Brasil a questão

Tabela 3: Canais de comunicação ou mídias utilizadas pelo grupo para disseminação de suas informações

Entrevistado 1	Facebook, WhatsApp, e-mail, rádio, televisão e folders.
Entrevistado 2	Possui página na web, mas há algum tempo está desatualizada. O trabalho e o ativismo diário nosso tem prejudicado bastante a alimentação do site. No entanto, já estamos conversando internamente e é consenso entre nós da importância de estarmos escrevendo, publicando e divulgando nossas ações através deste veículo de comunicação. Você pode acessar o blog no endereço - http://gruneccariri.blogspot.com.br/. Nesse mundo digital a comunicação entre nós é intensa e diária. O que não dá para fazer no site, pois exige mais tempo para estruturar as ideias e escrever, é possível nas redes sociais. Usamos muito o facebook e o whatsapp. Nesta última rede temos um grupo com o mesmo nome do movimento negro, contanto atualmente com dezoito participantes
Entrevistado 3	Facebook.
Entrevistado 4	Facebook, WhatsApp, e-mail, televisão.

FONTE: Primária

> A internet não permite somente comunicar mais, melhor e mais rápido; ela alarga formidavelmente o espaço público e transforma a própria natureza da democracia. Além disso, dominar códigos das novas tecnologias e participar das redes sociais passou a fazer parte do perfil desse ativista (CARDON, 2012, P.01)

Segundo o que se expôs na tabela 3, pode-se notar que a internet é muito utilizada pelo GRUNEC. Percebe-se que as novas tecnologias de informação e comunicação exercem um papel importantíssimo, quanto à coleta, o tratamento e a utilização de informação, devido acontecer um melhor aproveitamento do tempo, pelos sujeitos sociais no tocante a posse e propagação do conhecimento.

Entrevisado 2 afirma que a comunicação entre os participantes do movimento é intensa e diária e se utilizam para isto, de redes sociais como Facebook e WhatsApp. Por estas redes o grupo divulga textos, palestras e diversos assuntos ligados a sua luta, além de valerem-se das mesmas para se comunicarem com outros movimentos, vale

salientar que os movimentos interagem entre si independentemente de suas temáticas e trocam informações e experiências.

Dessa maneira o GRUNEC utiliza as mais variadas tecnologias para a disseminação de informações a respeito de práticas racistas no mundo, no Brasil, e no Cariri, compartilham trabalhos de cunho científico, eventos, e encontros com temáticas relacionadas às ações desenvolvidas pelo grupo. O WhatsApp, por exemplo, facilita a comunicação entre os ativistas do movimento. Nas palavras do entrevistado 1, no que diz respeito as emissoras de rádio e televisão, este destaca que esses meios de informação tem uma contribuição significativa para o GRUNEC, pois ajudam muito no tocante a divulgação das ações do movimento. Vale salientar, que além dessas tecnologias os entrevistados, acrescentaram que utilizam também e-mail e folders para divulgação de suas ações.

Tabela 4: Utilização das redes sociais para organização das ações

Entrevistado 1	São utilizadas para mobilizar e divulgar as ações do grupo.
Entrevistado 2	Por essas redes nós divulgamos texto, vídeos, palestras e imagens acerca da nossa luta nos encontros que participamos e que promovemos, bem como das ações realizadas por outras instituições e movimentos relacionados às nossa causa. É aqui também que nos comunicamos acerca dos encontros e reuniões do grupo.
Entrevistado 3	Para organizar reuniões e apresentar anúncios, artigos, denúncias e pesquisas. Também intervenções através dos grupos, encaminhamentos e resultados.
Entrevistado 4	Para articular, mobilizar, e informar os participantes do grupo e a sociedade civil.

FONTE: Primária

Os entrevistados utilizam-se das novas tecnologias de informação e comunicação para organizar suas ações. Segundo entrevistado 2, através das redes sociais, divulgam textos, vídeos, palestras e imagens que tratam da temática do grupo. Também, promovem ações, divulgam palestras, interagem com outros movimentos ligados a questões etnicorraciais entre outros. Já o número 3, nos fala da importância dos aplicativos Facebook e WhatsApp para agendar reuniões, apresentar propostas de ações, divulgar artigos e fazer pesquisas, para se manterem atualizados a respeito das questões que o movimento negro aborda.

Tabela 5: Benefícios trazidos pelas novas tecnologias para o GRUNEC.

Entrevistado 1	Agilidade, informação e formação, articular,

	mobilizar. São fundamentais para dar conta das ações.
Entrevistado 2	O principal deles é a socialização de ideias. As redes sociais permitem que, independentemente das distâncias, o contato exista. Um dos maiores eventos do qual o GRUNEC é realizador – O Artefatos da Cultura Negra que chegou a este ano a sua 7º edição é prova disso. Muitos participaram porque houve esse trabalho constante de divulgação na mídia do qual o facebook e o WhatsApp fazem parte. É por reconhecer a importância das tecnologias da informação comunicação que o GRUNEC não se desfaz de nenhuma delas. Tem blog, perfil e página no facebook, grupo no WhatsApp e os interessados podem entrar em contato também através deste e-mail: Grunec_cariri@yahoo.com.br.
Entrevistado 3	Todos. Para pesquisas, estudos temáticos, leis, e relacionar-se com outros grupos, coletivos, movimentos sociais, sociedades civis organizadas. Também para postar artigo ou pesquisa. Exemplo: há no Youtube o documentário: Caminhos que trata do mapeamento das comunidades quilombolas da região do Cariri, realizado pelo GRUNEC e CARITAS. E, sobretudo informações conjunturais, infra-estruturais da realidade étnica racial que servem para análise de conjuntura e referencias. Bem como, conhecer experiências exitosas. Assim como, agilidades para organizações políticas coletivas.
Entrevistado 4	Elas tornam o acesso a informações mais fácil, pois são rápidas, baratas e acessíveis.

FONTE: Primária

Segundo Valério (2014) apropriar de informação é adquirir conhecimento. E o conhecimento por sua vez é que vai definir o aprendizado sobre determinados assuntos.

O entrevistado 2 afirma que um dos maiores benefícios trazidos pelas nova tecnologias, foi a socialização de ideias que fez com que surgisse o maior evento já

realizado pelo grupo, o Artefato da Cultura Negra que este ano chega a 7ª edição. E reconhece que esse evento teve uma grande repercussão devido a divulgação através das mídias virtuais. Segundo o entrevistado 4, outro ponto positivo é a questão custo-benefício, pois além de serem baratas, rápidas e de fácil acesso contribuem de forma significativa para o desenvolvimento interno do grupo.

Enfim, as redes sociais vêm desempenhando um papel importante nos mais diversos setores e com os mais distintos propósitos, tendo em vista que vem redefinindo a dinâmica relacional entre grupos sociais com a sociedade de forma mais ampla.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou entender a relação das tecnologias de comunicação e informação com o movimento social GRUNEC. E a partir de pesquisas realizadas com o grupo notou-se que o movimento desenvolve ações com a finalidade de informar e orientar a população em geral sobre a importância de conhecer a história do povo africano para entender o contexto histórico atual.

Constatou-se através das análises desenvolvidas, que o grupo surgiu da iniciativa de alguns indivíduos preocupados com as questões etnicorraciais, em 21 de Abril de 2001, que começaram a se organizar e desenvolver ações de cunho informativo e preventivo, buscando apresentar à população da região do cariri a necessidade e importância de conhecer a história do negro e a sua parcela de contribuição para a história da humanidade.

Com base nos resultados obtidos, pode-se apontar que o Movimento Negro utiliza diariamente as novas tecnologias de informação e comunicação, como WhatsApp, Facebook, e-mail entre outros, para divulgar as suas ações, comunicação interna, apropriação e troca de informações, atendendo ao objetivo do presente trabalho.

Vale ressaltar que, a presente temática, possui uma vasta fonte de pesquisa, no entanto, se faz necessário a continuação desse estudo, por ser relevante para o campo do serviço social, visto que as redes sociais são ferramentas que possibilitam aos movimentos sociais uma mobilização e um empoderamento coletivo, manifestando ideias comuns especialmente através das lutas sociais e políticas, conseguindo incluir nos seus debates temas atuais como: etnia, gênero, meio ambiente entre outros, além do fato de o mundo da comunicação se renovar constantemente e ser essencial na atualidade para a dinâmica do movimento social GRUNEC e de outros movimentos

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliny Alvarenga de. Informação: recurso para ação política do cidadão? Enc. Bibl.: **R. Eletr. Bibliotecono**.Ci. inf., Florianópolis, n. 9, p. 1-15, 2000.

CARDON, Dominique. **A democracia da internet: promessas e limites**. Tradução de Nira Vicent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em Rede**. In: A Era da informática: economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. SILVA, Joselina da. **Vontade de liberdade e de cidadania: movimentos sociais negros em Juazeiro do Norte e Crato**. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa (Org.) et AL. Africanidade (s) e afrodescendência (s). Perspectivas para a formação de professores. Vitória: EDUFES, 2012. P. 145-167.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**.São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Aline Antunes. Sociedade da informação: os movimentos sociais em rede como instrumentos para a democracia no Brasil. Revista **Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 10, n. 1 / 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas**. In__: Movimentos Sociais no inicio do século XXI: antigos e novos autores sociais.5 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011. P. 13-32.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

NUNES, Cicera. **Reisado Cearense: uma proposta para o ensino das africanidades**. Fortaleza: conhecimento, 2011.

SCHERR-WARREN, Ilse. **Redes e Movimentos sociais**. 3 ed. São Paulo: Lovola, 2005

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? : iguais e diferentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOVIMENTOS SOCIAIS DECORRENTES DE QUESTÕES RELIGIOSAS

Carliana Carvalho Fonteles [1]
Kaline Lacerda Tavares[2]
Manoel Nailson Teixeira de Carvalho[3]

RESUMO

Esta pesquisa surgiu da necessidade de realizar um estudo sobre os Movimentos Sociais e religiosidade com foco no Serviço Social, visando enfocar as questões teóricas sobre os movimentos sociais decorrentes de questões religiosas. Com intensas lutas, manifestações e movimentação social, muitos direitos foram conquistados. Assim se fazem necessário e urgente que o conhecimento acadêmico deve realizar um diálogo em igualdade de saberes com os movimentos sociais, que podem se transformar em vetores de tradução intercultural, de diálogos de saberes entre academia e movimentos sociais. Por fim, fazem-se as discussões em torno do nosso objeto de estudo que é a realização do Mapeamento de Movimentos Sociais Decorrentes de Questões Religiosas em Juazeiro do Norte-CE, enfatizando a importância da participação social diante do processo de afirmação do Estado laico, com novas questões em pauta nas relações Estado – Sociedade Civil e movimentos religiosos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais – Sociedade Civil – Religiosidade

ABSTRACT

This research arose from the need to conduct a study on the social movements and religious focused on social work, aimed at focusing on the theoretical issues about social movements arising from religious issues. With intense struggles, demonstrations and social movement, many rights were won. Thus they make it necessary and urgent that academic knowledge should conduct a dialogue on equal knowledge with the social movements, which can turn into intercultural translation vectors of knowledge dialogue between academia and social movements. Finally, make up the discussions around our object of study that is the realization of Religious Issues Arising Social Movements mapping in North-EC Juazeiro, emphasizing the importance of social participation on the secular state's claim process, with new issues at stake in state relations - Civil Society and religious movements.

Keywords: Social Movements - Civil Society – Religiosit

Carliana Carvalho Fonteles [1]; Professora Mestre Orientadora.
Kaline Lacerda Tavares[2;] Bacharelanda em Serviço Social
Manoel Nailson Teixeira de Carvalho[3;] Bacharelando em Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Segundo Silveira (2000), Movimentos Sociais são expressões ou ações coletivas que lutam pela inclusão social, é onde se provocam as mobilizações para despertar a sensibilidade da consciência dos demais. O autor afirma ainda que, qualquer que seja a abordagem, qualquer que seja o sentido político de um movimento, se voltado para a mudança ou para a conservação é necessário que haja sua eclosão. Onde para haver desenvolvimento é necessário que as pessoas se percebam como oprimidas, como grupos e classes com interesse comuns, para a partir de tal identidade, desenvolver ações que venham a constituir-se em Movimentos Sociais.

O autor afirma ainda que, qualquer que seja a forma de opressão, explicitada em qualquer dimensão da vida social, política, religiosa, cultural e na maneira como a sociedade é organizada, é nesse contexto que surge uma sociedade estruturada para se reproduzir. Ou seja, um conjunto de fatores momentâneos ou circunstanciais, o fato é que, para as condições de opressão é necessária a ação conjunta dos homens, para potencializar suas forças através de um movimento.

Partindo desse contexto, o nosso objeto de estudo é fazer um Mapeamento de Movimentos Sociais Decorrentes de Questões Religiosas em Juazeiro do Norte-CE.

Os objetivos utilizados como base para nossa pesquisa são; observar os movimentos decorrentes de questões religiosas escolhidas; conhecer e mapear esses movimentos; explanar e entender a importância desses movimentos na cultura local.

Para a realização desse estudo teremos como metodologia uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, qualitativa, de campo, e abordagem exploratória, onde serão usadas duas coletas de dados; uma entrevista com os líderes dos movimentos escolhidos e a observação para conhecer a estrutura dos locais de reuniões.

Portanto, no mundo contemporâneo a cidadania requer cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, para que assim possam conduzir sua historia e seu tempo, buscando a mudança ou a conservação das relações sociais dentro da sociedade.

2 **REFERENCIAL TEÓRICO**

2.1 Os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais se caracterizam como grupos mais ou menos organizados, sob uma liderança determinada ou não, que possuem um programa, objetivos e plano comum, baseados numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia e visam um fim específico ou uma mudança social.

> Os movimentos sociais geram uma série de inovações nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Portanto os movimentos sociais assumem aspectos próprios do seu tempo histórico. Em tempos de ajustes neoliberais, as demandas dos movimentos sociais são planejadas de acordo com os fenômenos sociais produzidos pela adoção do receituário das políticas neoliberais imposto pelas agências multilaterais. (GOHN, BRINGEL 2014).

De acordo com Doime (1995), Goss e Prudêncio (2004), no século XX, a categoria movimentos sociais designava o movimento operário, dizendo respeitando ás organizações da classe operária em suas mobilizações, sindicatos e partidos. Ou seja, falar de movimentos sociais era sinônimo de falar da classe operária, sendo que a organização em sindicatos e partidos seria sua forma mais acabada de organização. Partindo desse contexto, esses movimentos sociais se burocratizaram; viraram partidos; alguns desapareceram devido ao atendimento das demandas reivindicadas; se empresariam ou assumiram a prestação de serviços estatais; esmaecendo-se, assim o espírito de inovação política que as caracterizava no período anterior partir das

evidências empíricas da burocratização e do enfraquecimento dos movimentos as teóricos deixaram de associar a inovação aos aterre-os movimentos passando a associá-la a um lócus: a sociedade civil (ALONSO, 2009).

O autor aponta ainda que, entre as décadas de 1930 e 1960, a sociologia não deu muita ênfase ás teorias da revolução. As teses falavam mais sobre o individualismo e sobre a desmobilização, sendo a mobilização coletiva geralmente tratada como expressão de irracionalidade ou como exploração das frustrações individuais. Contudo a década de 1960 trouxe mudanças no cenário. Mobilizações se proliferavam e ganhavam grande visibilidade. Essas mobilizações também chamavam a atenção por serem diferentes do movimento operário. Não se baseavam em classe e não tinham como objetivo tomar o Estado. Eram os chamados novos movimentos sociais sobre eles, a outra ementa;

> A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de "movimentos", no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por mobs, tampouco por "proletários". Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Essas demandas "pós-materiais", como as chamaram Inglehart (1971), se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da idéia de tomada do poder de Estado por revolução armada. Então eram, sim, movimentos, mas movimentos *sociais*.

Assim, a existência dos novos fenômenos tornou necessário em novo esforço de teorização por parte dos estudiosos da ação coletiva, observando-se um elevado número de trabalhos sobre a temática movimentalista, nos anos seguintes.

Na atualidade, existem novas e diversificadas formas de mobilização política, de ação e de estratégias organizativas. Constata que esta nova conjuntura reflete uma politização da natureza, vinculada à emergência de identidades coletivas, que nos levam a redefinir a abrangência do significado dos movimentos sociais e das territorialidades específicas que lhes correspondem. (GOHN, BRINGEL 2014).

Diante do conceito descrito pelo autor, observa-se a importância dessas organizações para unir forças e lutar por melhorias no cenário político-econômico em meio a uma sociedade tão explorada e desvalorizada. Por outro lado, o surgimento destes conceitos indica que os movimentos sociais estão mudando suas formas organizacionais, que estão se tornando completamente diferentes das organizações políticas tradicionais.

2.2 Candomblé

Uma religião derivada do animismo africano onde se cultuam os Orixás, Vonduns dependendo da nação. Sendo de origem fonêmica e familiar, é uma das religiões de matriz africana mais praticada, tendo mais três milhões de seguidores em todo o mundo principalmente no Brasil.

> Cada nação africana tem como base, o culto a um único orixá. Onde, sua função é um fenômeno brasileiro decorrente da importação de escravos agrupado nas senzalas. Embora originado da população de negros escravizados, inicialmente nas senzalas, quilombos e terreiros, proibido pela Igreja Católica, e criminalizado mesmo por alguns governantes o Candomblé prosperou nos quatro séculos, e expandiu consideravelmente desde o fim da escravatura em 1888. Estabeleceu-se assim, com seguidores de varias classes sociais e dezenas de milhares de templos. Em levantamentos recentes, aproximadamente três milhões de brasileiros (1,5% da população total) declararam o candomblé como sua religião.

Os orixás recebem homenagens regulares, com oferendas de animais, vegetais, minerais, cânticos, danças e roupas especiais mesmo quando há na mitologia referencia uma divindade criadora, essa divindade tem muita importância no dia a dia dos membros dos terreiros, mais não são cultuados em templos exclusivos, é louvando em todos os preceitos e muitas vezes confundido com o Deus cristão.

De acordo com a entrevista realizada com Pai Izaac (pai de santo), todos os Movimentos (terreiros organizados politicamente) são englobados pelas lutas de povos de terreiro. Onde no Ceará tem o Enbele, Renafro, o MTU, e a federação da umbanda, que já tem uns 10 anos de funcionamento, mas não são todos os terreiros de umbanda que são filiados, por não ser obrigatório. E esses terreiros têm função social (importante) de luta de militância, não só contra a tolerância religiosa, mas também contra todas as questões de movimentos sociais de seguimento e de luta. Em juazeiro temos alguns dos terreiros politicamente organizados, um deles é a RENAFRO (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileira e Saúde) como um grande articulador com quinze anos de lutas a nível nacional, presente em todos os estados. Não precisa de filiação, pois a RENAFRO é ela funciona como um auxilio.

Dentro dos movimentos existem terreiros que ainda não desenvolveram um senso político critico, então eles não se sentem na responsabilidade de assumir essa luta, por outro lado existem terreiros organizados politicamente e acaba abraçando varias causas, como exemplo, o terreiro do Pai Isaac, e Mãe Célia localizada no aeroporto, o da Mãe Maria é um terreiro de extrema importância política tanto que foi ela quem encabeçou o terreiro do Pai Samuel no Novo Juazeiro também muito ativo.

Esses movimentos realizam uma grande paralisação em juazeiro do norte, uma caminhada que começou através do terreiro da mãe Maria, localizado no bairro João Cabral, mobilização essa que já se encaminha para a 8ª sucessão. São realizados também, encontros e encantos (capacitação popular para povos de terreiros) onde conseguiram contemplar vários outros terreiros inclusive fora do candomblé, como é o caso da Mãe Dora que pertence à religião da Jurema outra religião de matriz africana, contam também com a participação de terreiros de umbanda, juntos eles vêm tentando articular politicamente os terreiros e com essa capacitação popular conseguiram varias

parcerias, tais como DEFENSORIA PUBLICA UFCA, URCA, UNILEAO. Um projeto que teve inicio no terreiro do Pai Isaac pelo ICAB (Instituto de Intervenção de Estudo Afro-brasileiro). Busca a formação popular, a biblioteca itinerante que acontece uma vez por mês, que tem como objetivo fazer com que cada encontro eles possam trocar saberes sempre em cada encontro um professor para intermediar como facilitador com base de sustentação no modo de ensino através da oralidade, com historia de vida dessas pessoas de terreiro pra poder assim compreender melhor suas demandas, e que ocorre sempre no bairro do João Cabral e aeroporto.

> A cada encontro a gente estende uma esteira no chão, e depositam vários livros, agente vai trocando, a gente pega o livro e o nosso compromisso é de ler esse livro ou parte desse livro em um mês, que é o tempo que a gente vai ter pra devolver pra outra pessoa ler, então a gente tem feito esse estimulo por que a gente sabe que muito da perseguição e muito da intolerância, é a falta do conhecimento das pessoas de fora que é fomentada e alimentada pela a falta de preparo das pessoas de dentro do terreiro.(PAI DE SANTO)

Pai de Santo ressalta ainda que, não só em juazeiro, mas é sim uma realidade nacional, falta uma capacitação para os povos de terreiros, falta à informação, pois essas comunidades foram marginalizadas e subalternizadas por muito tempo e por conta disso os mesmos faziam suas praticas dentro do seu âmbito familiar e em seus fundos de quintal, podemos assim dizer que tinham vergonha de sair as ruas e de se mostrar. Hoje já se percebe um processo inverso, que é pegar esse terreiro e mostrar que eles estão ali e que eles merecem direito igualitário.

2.3 Umbanda

Os princípios que servem de base para o movimento Umbandista são possíveis, especialmente, nos templos iniciativos e nos rituais internos de alguns terreiros, onde se percebe um interesse maior na busca da evolução espiritual, sem os véus da ilusão ditados pelo mito. E dentre as semelhanças existentes entre os diversos terreiros ressalta-se a presença de seres Espirituais da corrente atual de Umbanda que se manifesta pela incorporação nas formas de cablocos, preto-velhos e crianças.

As entidades que se apresentam na Umbanda vêm personificar a simplicidade, a pureza e a sabedoria, em nome de Oxalá- o Cristo Jesus (o tutor máximo do planeta terra). Através de seus conselhos, exemplos o mesmo da movimentação das forças naturais, conseguem acender a chama da fé e da razão encurtem gradualmente na coletividade planetária, a compreensão dos mecanismos da reencarnação, das Carminas, das atrações por afinidade, sintonia e ensinam os meios para caminhar seguramente em direção da nossa própria essência espiritual. Nesse sentido, a Umbanda mantém traços de ligação com a ciência, previsão fazer uma leitura do estagio cientifico atual e acompanhar sua evolução, acertando os princípios e conceitos de suas teorias. Dessa forma, a ciência é do homem sua evolução onde acompanha sua própria educação.

A Umbanda acredita na comunicação com seres, com entidades, que não estão com seus corpos físicos, vulgarmente denominada de comunicação com espíritos ou desencarnados dos mais diversos graus de evolução. Esse movimento acredita no ser

extracorpóreo e na interação entre estes seres e o nosso mundo físico, seja através da comunicação ou efeitos e influencias diversas. De fato, o ser é composto e dividido em vários corpos ou vínculos de consciências, sendo a denominação ‘espírito, dado pelos espiritualistas uma simplificação de um grupo (conjuntos de vínculos de consciência).

3 METODOLOGIA

Segundo Gil 2009, a metodologia é espaço para dúvidas, uma questão fundamental e indispensável pra o bom andamento de uma pesquisa. Se sua elaboração apresentar deficiências, todo projeto é comprometido. Pode ser compreendida como o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos científicos, que de forma articulada constituem o caminho a ser percorrido para se chegar a determinado fim.

Nesse sentido, a metodologia desse trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, descritiva, de campo e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica efetua-se adquirindo conhecimentos a partir de livros, artigos e conteúdos disponibilizados na internet, de campo, pois foram observados e coletados dados in lócus. Qualitativa porque estimula o entrevistado a pensar livremente sobre o tema. E descritivo, para descrever o objeto estudado da pesquisa sem que haja interferência do mesmo.

Os locais da pesquisa foram Terreiros do Candomblé, localizado no Bairro Aeroporto e a Umbanda no Bairro São José em Juazeiro do Norte-CE, nos dias 14 e 21 De Maio de 2016.

Escolheram-se esses locais por ser um dos critérios exigidos para a realização deste: Ser de algum movimento social decorrente de questões religiosas do eixo Crato, Juazeiro e Barbalha.

4 CONCLUSÃO

A religião sempre esteve presente na humanidade desde os primórdios, seja como culto, em praticas primitivas para elementos da natureza ou em grupos organizados, compostos por bilhões de pessoas. O fato é que os seres humanos estão diretamente ligados á religião, vivendo em uma sociedade que foi calcada em determinada religião. O que leva a hábitos, padrões e condutas sociais definidas de acordo com determinados dogmas.

É importante o conhecimento a respeito de todo esse contexto, conhecer suas origens, os tipos existentes, as diferenças e conflitos de princípios enfrentados por determinadas religiões ou grupos. Pois são assuntos que estão relacionados diretamente á historia da humanidade.

Com a retomada da trajetória histórica das lutas e dos movimentos sociais no Brasil, ao longo do tempo, verifica-se que estes tiveram um desenvolvimento contraditório. Seja pela expansão do capitalismo e pela manifestação da pobreza e exclusão social, seja pela luta de participação no mundo capitalista do consumo, reivindicando leis, direitos e acessos múltiplos. É neste cenário (contemporâneo) que a mobilização social vai perdendo forças e se apaziguando, contrariando a rebeldia e a destreza das primeiras revoltas e manifestações populares no país. Historicamente a participação política evoluiu como uma espécie de invasão do Estado pela sociedade.

Classes, grupos e indivíduos deveriam participar para introduzir a marca de suas idéias e de seus interesses no centro que organiza a vida coletiva, buscando desse modo crescer enquanto grupo classe ou indivíduo, entretanto, entende-se que os movimentos sociais lançam temas de relevância para toda sociedade, definem problemas e demandas, trazem contribuições, a fim de produzir pressão nos atores da sociedade política, ao mesmo tempo, em que solidificam sua identidade individual e coletiva. Deve-se configurar enquanto processo de constante participação, pelo qual grupos compartilham necessidades, adotam decisões e estabelecem mecanismos para atendê-las, visando o interesse coletivo rumo à transformação social.

Ao Concluirmos este trabalho percebe-se uma visão a cerca do processo de expansão dos movimentos sociais decorrentes de questões religiosas em Juazeiro do Norte, onde as religiões cristãs ocupam grande espaço na sociedade e as religiões afro brasileiras buscam seus espaços, enfrentando reações adversas, intolerância religiosa e na maioria das vezes perseguição política estrutural. Diante da pesquisa realizada pudemos perceber que os movimentos sociais visitados lutam e mostram a importância cada vez maior da diversidade religiosa nas sociedades democráticas que sofrem com a crise da representatividade sem, no entanto, promoverem a criação de novas perspectivas para efetivação do Estado laico.

REFERÊNCIAS BIBILOGRÁFICAS

GOHN. MARIA DA GLORIA. BRINGEL. BRENO. M. **Movimentos Sociais na era Global**. 1ed. – Vozes; Petrópolis; 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. S.D

SILVEIRA,Ricardo de Jesus.OS movimentos sociais.IN TOMAZ.Nelson Dacio(coord).Iniciação a Sociologia.2ª Ed.São Paulo: Atual,2000.

WWW.artigo-doutrina-Umbanda. Acesso: 22/05/2016

AS DEMANDAS NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: respostas requeridas pelos modelos de políticas sociais

Milca Oliveira Clementino
Mayara Duarte Silva

RESUMO

O presente artigo de caráter bibliográfico, parte da abordagem que o atual momento de desmonte dos direitos sociais rebate diretamente no trabalho dos/das assistentes, considerando que tais profissionais trabalham cotidianamente na viabilização dos direitos dos usuários dos serviços, via políticas sociais. É notório que uma atuação pautada a partir de um referencial crítico do real, com questionamentos sobre as demandas e a busca de (re)direcionamentos das ações tem sido cada vez mais complexificado no cotidiano profissional. Exige-se um profissional tecnicista, imediatista, com ações pautadas no quantitativo e na burocratização, características das políticas sociais vigentes. Buscaremos assim, discorrer sobre tal problemática.

Palavras-chave: Demandas institucionais; desafios profissionais; Serviço Social.

ABSTRACT

The present bibliographical article, part of the approach that the current moment of dismantling of social rights directly rebut on the work of the assistants, considering that these professionals work daily in the viabilization of the users rights of the services, through social policies. It is notable that an action based on a critical reference of the real, with questions about the demands and the search for (re) direction of actions has been increasingly more complex in the daily professional. It requires a professional technician, immediatist, with actions based on quantitative and bureaucratization, characteristics of current social policies. We will try to discuss this problem.

Keywords: Institutional demands; Professional challenges; Social service.

I INTRODUÇÃO

O serviço social é uma profissão de caráter interventiva e investigativo, que atua nas expressões das "questão social[18]". A gênese da profissão está vinculada as necessidades postas a partir de 1930 de uma intervenção mais direta do Estado no que

[18] "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO;CARVALHO, 1982, p.77)

concerne ao processo de pauperismo e lutas de classes. Cabe salientar que na origem, a profissão estava vinculada aos preceitos da Igreja católica, que trazem marcas de uma profissão da ajuda, caridade, benevolência e assistencialismo próprios do ideário cristão.

Contudo a profissão toma novos direcionamentos e atualmente possui uma direção social estratégia marcada por um referencial crítico com profundas aproximações com as teorias marxistas de análise e elaboração crítica do real. Os profissionais de serviço social

> (....) no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exercem funções tanto de suporte á racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. O assistente social é chamado a constituir-se no agente institucional de "Linha de frente" nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços (IAMAMOTO;CARVALHO, 1982, p. 112-113).

Componente da organização da sociedade, o Serviço social não foge das contradições a ela inerentes. A atuação profissional dos/das assistentes sociais, são dinamizadas pelas relações sociais e interesses contraditórios de classes, "responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 75).

As condições que direcionam o exercício profissional devem ser analisadas a partir do momento histórico, das problemáticas, contradições e nuances que marcam as respostas as expressões da "questão social" e direcionam o fazer profissional.

Concomitante, as comemorações que marcam os oitentas anos do Serviço social brasileiro no ano de 2016, pautam-se as discussões sobre a trajetória sócio-histórica da profissão e dos atuais desafios profissionais, que devem ser analisados a partir da atual conjuntura brasileira: desmonte dos direitos sociais, criminalização dos movimentos sociais; atitudes facistas e antidemocráticas do poder executivo e legislativo; contrarreforma (educação, saúde, previdência) violência contra (negros, mulheres, indígenas, jovens) entre outros.

O avanço do neoliberalismo na contemporaneidade trás impactos nas políticas sociais, nas relações trabalhistas, na organização da classe trabalhadora, nas lutas sociais e consequentemente na vida dos sujeitos individuais e coletivos. Tal conjuntura (re)direciona a formação e o trabalho dos/das assistente sociais, **"**tendo em vista se tratar de uma profissão que tem como espaços sócio-ocupacionais as políticas sociais, estas atribuem um determinado ordenamento, uma determinada configuração à intervenção profissional" (GUERRA, 2014, p. 52)

Dada esses pontos iniciais, buscaremos problematizar a discussão a partir das demandas que chegam aos profissionais no contexto atual, considerando a profissão,

enquanto inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que tendo o Estado como principal empregador, sofre cotidianamente as inflexões ocasionadas pelo padrão de políticas sociais vigente.

O estudo parte das indagações e inquietações que percorrem a trajetória acadêmica e vem resultando em objeto de estudos acerca do exercício profissional do/as assistentes sociais, considerando as inflexões que o contexto social, político e econômico provocam na/para a profissão. As análises pretendem ser breves, tendo em vista que um estudo mais aprofundado acerca do fazer profissional segue em construção.

II ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NA ERA NEOLIBERAL

Netto e Braz (2007), salientam que o neoliberalismo consiste na tese segundo a qual o mercado é o principal mecanismo de regulação social. Dessa maneira, o defensores do neoliberalismo, partem da defesa que é preciso reformar o Estado, atribuindo-lhes um Estado máximo para o capital e mínimo para a classe trabalhadora.

As ideias neoliberais ganham força a partir da crise do anos 1970, acreditava-se que as medidas para conter os impactos ocasionados pela crise, seriam via reformas no aparelho do Estado. No contexto brasileiro o projeto neoliberal se apresenta na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (CASTELO, 2013). Destaca desse momento o Plano Diretor da Reforma do Estado elaborado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare) em 1995, na administração de Luiz Carlos Bresser Pereira no Governo FHC, visando reduzir a intervenção do Estado nas responsabilidades diretas pelo desenvolvimento econômico e social, transferindo assim, para a iniciativa privado as atividades que antes lhe cabiam exercer (BEHRING, 2003).

Este processo defendido como uma reforma no aparelho do Estado, é destacado por Behring (2003), como uma contrarreforma, dada a sua natureza destrutiva e regressiva. A lógica da ofensiva neoliberal trouxe várias e impactantes consequências para as políticas sociais. A contrarreforma implementadas desde a década de 1990, atingiram todas as políticas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social). O conceito de seguridade[19] é ignorado, o plano vê as políticas públicas de previdência, saúde e assistência social de forma desarticulada.

A partir da contrarreforma, a tendência é desresponsabilizar o Estado das políticas sociais, sendo repassado paulatinamente às Organizações sociais, a ONGs e

[19] Entende-se por seguridade o conjunto integrado ações, e iniciativas dos poderes públicos e também da sociedade, destinados a assegurar os direitos relacionados a previdência, saúde e assistência social.

entidades filantrópicas. Nessa lógica, amplia-se o campo de ação da assistência social ao tempo em que reduz/limita o acesso a saúde e à previdência social públicas (MOTTA, 2010).

O Estado teria agora,

> (...) uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, política econômicas emergenciais focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da 'questão social' através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos 'clientes' dos serviços sociais (CASTELO, 2013, p. 244)

Portanto, os modelos de Estado regidos por princípios neoliberais pretendem reduzir os investimentos do orçamento estatal destinado à "questão social", consequetemente diminuição dos recursos destinados as políticas sociais (MONTAÑO, 2011). "O estado brasileiro deixa para o mercado tudo o que este pode promover especialmente saúde e educação (...) atuando como gerente, o Estado cumpre obrigações por meio de instrumentos de convênio com as entidades do setor privado (GUERRA, 2014, p. 51).

Neste contexto de contrarreforma do Estado, e cortes nos orçamentos destinados as políticas sociais, dificultam-se o acesso dos trabalhadores as políticas básicas de sobrevivência: saúde, educação, moradia, saneamento básico, entre outras, que acarreta em precárias condições de existência e sociabilidade humana.

O modelo de políticas sociais passa a ser híbrido e possui duas características, " a assistencialização e a mercantilização" (MOTTA, 1995, apud GUERRA, 2014, p. 53):

> A face da *assistencialização* das políticas focalistas e minimalistas se caracterizam pelo atendimento focalizado da pobreza absoluta. Através de programas de transferência de renda/assistenciais reduz várias políticas, tal como a previdência, à administração e execução de auxílios e benefícios, a exemplo do BPC. A face da *mercantilização* das políticas sociais, por sua vez, transforma usuários em consumidores dos serviços sociais mercantis, o que ocorre com a previdência complementar e os planos de saúde privada (GUERRA, 2014, p. 53, grifos nossos).

A ênfase no setor privado ganha espaço, tanto na parceria público-privado, como no incentivo e discursos que a privatização é uma alternativa viável para resolver os problemas de gestão das políticas públicas, o que vem ocorrendo principalmente, de forma notória na política de saúde.

Adotando aparência de neutralidade, cresce a dimensão e controle do Estado, na mesma medida que flexibiliza sua dimensão social, somam-se ainda o Estado repressor aos excluídos, considerados como classe perigosa (GUERRA, 2014).

III DEMANDAS INSTITUCIONAIS: análise a partir da tecnificação e burocratização requerida aos assistentes sociais no ambiente de trabalho

Compreendendo o Serviço Social como uma construção sócio-histórica, mediada pelas relações sociais presentes na sociabilidade capitalista uma das chaves centrais para apreender a concretude da profissão está em como a profissão é requisitada para intervir naquilo que lhe dar fundamento de existência: as expressões da "questão social".

Assim, qualquer análise atual deve ter por pressuposto determinados campos de contradições e mediações de análise para compreender os desafios que perpassam o cotidiano profissional face as demandas e respostas profissionais que advém do modelo de políticas sociais adotado. Sendo assim,

> A configuração das políticas sociais o padrão de política social vigente limitam e/ou potencializam a ação do assistente social. Na contemporaneidade, o padrão de políticas sociais privatistas, mercantilistas e assistencialistas condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocratizantes exigindo determinado perfil profissional: aquele que responde ás demandas imediatas (GUERRA, 2009, p. 82).

Partindo da discussão do Estado no neoliberalismo, discorrida no tópico anterior, salientamos que diante da contrarreforma do Estado e, portanto do formato das políticas sociais cujo objetivo é a gestão de riscos sociais (GUERRA, 2014), exige-se novas atribuições para o exercício profissional dos/as assistentes sociais que se materializam nas instituições empregadora. Assim,

> Exige-lhe uma intervenção essencialmente procedimental pela via da normatização, dentro de um modelo de atendimento racionalista formal-abstrato. Surgem atribuições no âmbito do controle e do monitoramento da população, inaugurando novas formas de controle, agora através das políticas sociais e dos serviços sociais. O modelo de gestão dos riscos deve focalizar um determinado grupo da população, selecionando os mais pobres entre os mais pobres (GUERRA, 2014, p. 54).

Um dos grandes desafios no fazer profissional é ir além das demandas que exigem respostas que visam o imediato, o quantitativo etc., em uma conjuntura que cada vez mais são impostos condições que limitam os profissionais a fugir disso: baixos salários que dificulta a uma qualificação continua; condições precárias de trabalho; acumulo de vínculo empregatício precários; desemprego por parte de outros profissionais formados; são alguns exemplos.

Mioto e Nogueira chama atenção para o distanciamento de uma relativa autonomia no exercício profissional dos/as assistentes sociais diante da atual conjuntura de padronização e controle nos serviços, através de ações pré-determinadas que visam

a seleção de alternativas pontuais, seletivas que fogem da reais necessidades dos usuários dos serviços. Não obstante, concordamos com Guerra (2014, p. 54) quando salienta,

> Dado a este modelo de Estado e de políticas sociais,as requisições sócio-profissionais e políticas colocadas às assistentes sociais são para atuarem em diversos programas de controle social, dentre eles de remoção compulsórias (desalojamentos), internação compulsória, depoimento de danos, utilizando várias formas de intimidação e pressão, e dos programas de Aceleração do Crescimento-PAC, do que decorre um conjunto de demandas de regras previstas nos manuais de operacionalização e conectados com as exigências dos bancos multilaterais.

Para Guerra (2009, p. 83) "como profissão interventiva que atua no âmbito das chamadas expressões da questão social, o reconhecimento profissional advém da resolutividade dessa intervenção,o que exige respostas a nível imediato e emergencial.

Nos programas focalistas aos quais têm sido reduzidos os atuais modelos de políticas sociais, o trabalho dos assistentes sociais tem sido o de gerir sistemas, visando o cadastramento dos usuários de acordo com as condicionalidades de inclusão e exclusão. "A gestão das condicionalidades opera um retorno às práticas disciplinares de maneira naturalizada" (GUERRA, 2014, p. 54).

O profissional acaba restringindo sua atuação a executor terminal das políticas sociais, decorrente de vários fatores que perpassam as demandas e as exigências de respostas pré-determinadas nas próprias políticas, limitando uma abordagem mais crítica e de novas proposições no ambiente de trabalho.

Nos procedimentos legais definidos na política, tais como: acolhimento; visita domiciliar, acolhimento, parecer social, aplicação de medidas sócio-educativas entre outras, há uma lógica que predomina, qual seja, a de que a situação em que encontra o usuários dos serviços tem sua causa nos comportamentos individuais e inadequados, resultando em orientações individuais que remete a culpabilização e responsabilzação dos mesmos (GUERRA, 2014).

Juntam-se a essas dimensões as requisições que nem sempre são de atribuições dos assistentes sociais mas que acabam por ser absorvidas por eles, quando os demais profissionais da equipe não o fazem.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades sociais com suas múltiplas faces” (PIANA, 2009, p.87), a defesa por políticas sociais mesmo que seletivas ganham destaque, na defensiva imposta aos movimentos sociais e perda dos mínimos direitos até então conquistados.

No marco de requisições imediatas, envoltas de padrões burocráticos e tecnicistas, os profissionais de serviço social, tem nas suas rotinas de trabalho, demandas cada vez mais dinamizadas pelos padrões de seletividade e padronização já estabelecidos pelas políticas e marcos legais.

Longe de qualquer abordagem mais totalizante das respostas profissionais, as ações se vêem cada vez mais localizadas, dentro dos limites de emancipação política e das restritas respostas do Estado e da iniciativa privada aos problemas advindos da relação capital e trabalho na sociedade capitalista.

O cenário atual impõe vários limites à profissão, contudo, uma direção social estratégica, pautado na defesa da classe trabalhadora e na luta pelos direitos sociais, “exige-se um profissional ousado, atento e disposto a apropriar-se e a decifrar novas propostas de trabalho apresentadas ao Serviço Social” (PIANA, 2009, p. 110) que vá além das demandas impostas no ambiente de trabalho, problematize e socialize informações, (re)direcione suas ações e os limites impostos a ela.

REFERÊNCIAS

CASTELO, R. **O social liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

GUERRA, Y. Transformações societárias e Serviço social: repercussão na cultura profissional. In: MOTA, A. E; AMARAL, A (Orgs). **Serviço social Brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras editora, 2009.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 1. ed. São Paulo: Cortez /CELATS, 1982.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIOTO R. C. T.; NOGUEIRA V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*. In:* **Rev. katálysis**. vol.16 , Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MOTTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência social:** ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política:** Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de serviço social: V.1).

PIANA, M. C. **O serviço social na contemporaneidade**: demandas e respostas. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em:< http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

O GRUNEC EM OPOSIÇÃO AO SISTEMA SOCIAL RACISTA: o movimento em cena

Poliana Machado Gomes da Silva
Séfora Lis Batista Sena
Alice Farias Silva
Jayne dos SantosAlencar

RESUMO

As práticas sociais racistas são legitimadas por uma cultura dominante que desvaloriza a cor negra. Na esteira desse pensamento, este artigo traz uma análise do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC na defesa de políticas públicas efetivas que combatam a tais práticas. Logo, apresenta-se como objetivo geral analisar a luta deste movimento social pela efetivação de ações afirmativas para a população negra. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de campo, pela qual se verificou que o enfrentamento do tripé racismo-preconceito-discriminação necessita vir a se constituir no cerne da política de promoção da igualdade racial.

PALAVRAS-CHAVE: GRUNEC. Racismo. Políticas Públicas. Visibilidade Negra.

ABSTRACT

Racist social practices are legitimated by a dominant culture that devalues the color black. In the wake of this thinking, this article presents an analysis of the Cariri - GRUNEC Black Valorization Group in the defense of effective public policies that combat such practices. Therefore, it is a general objective to analyze the struggle of this social movement for affirmative action for the black population. In order to achieve this, a qualitative research was carried out, with a bibliographical and field analysis, which revealed that the confrontation of the tripartism racism-prejudice-discrimination needs to become the core of the policy of promoting racial equality.

KEY WORDS: GRUNEC. Racism. Public Policy. Visibility Black.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma análise do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC e a sua luta ou defesa por políticas públicas efetivas que combatam ao racismo. Posto isso, é necessário recorrer ao conceito de identidade racial e racismo, explicitando como este último se manifesta, já que este é fundamental para o surgimento de movimentos sociais que tenham em sua bandeira de luta a anulação da discriminação étnico-racial.

Faz-se preciso, nesse contexto, um resgate histórico do Movimento Negro no Ceará para que se possa analisar a estrutura ideológica socialmente construída que, perante o quadro de exclusão dos/as negros/as, está associada à existência de um "silenciamento" do passado escravista no período contemporâneo, apesar de se ter na memória a escravidão negra.

É nesse sentido que emerge o Grupo de Valorização Negra do Cariri, propondo diversas iniciativas no combate ao racismo e, consequentemente, às desigualdades sociais e étnico-raciais, recorrendo à promoção da cultura, da identidade e igualdade da população de cor negra da região Caririense. Então, o GRUNEC procura ações de implementação das políticas sociais direcionadas a este segmento social, objetivando a visibilidade do mesmo.

Tem-se, portanto, como objetivo geral analisar a luta do GRUNEC pela efetivação de ações afirmativas para a população negra. Como objetivos específicos, pretende-se: problematizar sobre a concepção de identidade étnico-racial e racismo; examinar o surgimento do Movimento Negro no Ceará, bem como do GRUNEC na região do Cariri, e a sua defesa por políticas públicas de igualdade e visibilidade negra; e, por fim, verificar as ações afirmativas no contexto de exclusão do/a negro/a.

É imprescindível trabalhar a problemática do racismo como uma expressão da questão social, analisando a realidade social ideologicamente hegemônica que ainda faz valer discursos discriminatórios e de inferioridade. Portanto, a desigualdade étnico-racial, persistente na sociedade brasileira, faz emergir movimentos sociais opostos à exclusão social da população negra, contribuindo para a construção de uma nova ordem societária.

2. PROBLEMATIZANDO SOBRE IDENTIDADE RACIAL E RACISMO

Gomes (2012) elucida que "raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza". Logo, pode-se afirmar que o processo de construção da identidade étnico-racial começa no seio da família, em

seguida, originam-se ramificações em detrimento de outras relações que são estabelecidas pelo próprio indivíduo.

Nessa perspectiva, colocaram-se impasses no contexto histórico brasileiro para a edificação da identidade étnico-racial da população negra. Isto devido à manipulação da consciência identitária desta população em decorrência de uma ideologia hegemônica que feriu os seus valores e princípios culturais, alienando sua cor, seu corpo e sua história (MUNANGA, 2012).

Desse modo, mesmo após a abolição da escravatura, a população negra teve que enfrentar a discriminação e o preconceito. Tendo como base o determinismo positivista do século XIX, reforçou-se o ideal de branqueamento da população brasileira, cabendo ao/à negro/a à posição de incapaz de pensar e interagir socialmente com pessoas de cor branca. Portanto, partindo dessa perspectiva, esta população foi impedida de viver sua cidadania em função do racismo que determinou o seu lugar na sociedade.

Contemporaneamente, é perceptível o branqueamento da população brasileira, marca de uma ideologia que torna invisível os/as negros/as, não permitindo o seu reconhecimento social. Assim, ao decorrer do tempo, a discriminação étnico-racial vem auferindo novas formas, enraizando-se nas práticas institucionais, tornando-se um mecanismo social de supressão seletiva de indivíduos e grupos, classificando-os racialmente e proporcionando posições subordinadas em diversas instituições sociais. São criados, assim, dispositivos que favorecem a acessibilidade da população branca, mas dificultam ou, até mesmo, proíbem o ingresso da população negra em determinados espaços sociais.

As práticas sociais que denotam inferioridade de uma raça apresentam como base, fundamentalmente, relações de poder que são legitimadas por uma cultura dominante. Desvaloriza-se, a partir desta, a cor negra, originando-se estigmas raciais que, na maioria das vezes, associa-lhe à pobreza, à criminalidade.

Para compreender a luta dos movimentos antirraciais na região do Cariri, faz-se crucial realizar uma breve explanação sobre o que é, e como se apresenta o racismo. Segundo a UNIFESP (2015), este é uma manifestação do nacionalismo, colonialismo e imperialismo, consolidando-se no processo de exploração e expansão europeia, em que populações colonizadas ou discriminadas de outros continentes, em territórios europeus, passam a ser visualizadas como raças indesejadas e inferiores.

> O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos

> que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2012).

É notória a legitimidade de determinado segmento social dominante na utilização de discursos e práticas racistas que deslegitimam as crescentes lutas reivindicatórias contrárias a tais comportamentos aversivos, fortalecedores da invisibilidade de certas etnias. Nessa análise, percebe-se que são nas relações sociais que se emergem culturas preconceituosas propagadoras da discriminação racial[20], tornando o racismo uma atividade recorrente, no entanto, disfarçada.

Destarte, a população negra vê a necessidade de lutar por mudanças sociais e buscar a construção de uma sociedade mais equilibrada e igualitária, surgindo assim, tanto no cenário econômico, quanto no político os movimentos sociais. Estes últimos contribuem para a construção de pertencimentos sociais, sendo responsáveis por integrar na sociedade indivíduos que anteriormente sentiam-se excluídos.

3. RESGATE HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ: Memória e silêncio

O Movimento Negro no Ceará tem origem a partir de famílias negras que conseguiram, no decorrer dos séculos, estruturar-se sócio-politicamente e também nos aspectos cultural e religioso, na tentativa de manter vivos os costumes e ritos ancestrais. No entanto, de acordo com Pereira (2009) pouco foi repassado à sociedade cearense, sobre a existência dessas famílias negras que não se deixavam ser impostas às mazelas do sistema dominante daquele período.

Apesar da escravidão sobreposta à população negra do Ceará, estas famílias possuíam terra, plantações e gado, contudo, foram isoladas do contexto histórico, político, econômico e social da província. (PEREIRA, 2009). Perante esse quadro de exclusão, não seria equivocado associá-lo à existência de um silenciamento[21] do passado escravista na contemporaneidade. No entanto, notavelmente, existe uma

[20] Destaca-se que o Estatuto da Igualdade Racial (2010) preconiza que a discriminação racial ou étnico-racial é entendida enquanto "toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada."

[21] O silêncio traz consigo uma reflexão sobre o posicionamento dos sujeitos, que são afetados pela ideologia, percebendo que ele tem seu movimento no limite em que se dão as formações discursivas, que se instauram os discursos.

memória[22] da escravidão negra no Ceará. A abolição permitiu, portanto, a passagem de uma ordem coercitiva explicitamente física do trabalhador/a negro/a para uma estrutura coercitiva ideológica.

A subestimação e a trivialização do racismo procedem de uma necessidade especificamente ideológica em uma sociedade fundamentalmente racializada. Torna-se salutar apontar que no século XX, em continuidade a uma longa trajetória de lutas, o Movimento Negro no Ceará se fundamenta para enfrentar preconceitos e discriminações, buscando uma efetiva implementação da luta antirracista, destacando a importância de uma ação coletiva que atua de maneira incisiva para a valorização da história e cultura negra, bem como a sua identidade e visibilidade.

Na Região do Cariri, no que diz respeito às concepções sobre raça e racismo, atualmente, estas não diferem da realidade que envolve o Estado ou o próprio país na forma como são encarados e praticados. Tem-se, assim, na região um combate à discriminação racial de modo que se percebam os/as negros/as enquanto sujeitos de direitos.

Nesse sentido, a partir da necessidade de uma discussão em se tratando dessa problemática que circunda a população cearense de cor negra, na medida em que o racismo e seus desdobramentos avultavam, era primordial a criação de um grupo disposto a estudar e formular métodos e processos alternativos para combatê-lo. Por conseguinte, no dia 21 de abril de 2001 nasce o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC propondo várias iniciativas no combate ao mesmo, recorrendo à promoção da cultura, identidade e igualdade racial da população negra caririense.

3.1. Uma análise sobre o Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC

O GRUNEC é uma associação civil sem fins lucrativos formada no município de Crato – CE em 21 de abril de 2001. O corpo técnico do mesmo é constituído por profissionais liberais, professores, estudantes, artistas, religiosos, negros/as e não negros/as que têm como objetivos essenciais: promover a igualdade étnica/racial e a autoestima da população de cor negra na Região Caririense, trabalhando assim, a conscientização sobre a afrodescendência brasileira, dando importância a nossa história e cultura. (VALÉRIO, 2014).

A emergência desse movimento social se deu a partir da III Conferência Mundial contra o racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância, organizando-se em

[22]A memória, por sua vez, tem suas características a serem pensadas em relação ao discurso, que disponibiliza diretrizes que podem afetar o posicionamento do sujeito em relação a um contexto sócio-histórico e ideológico.

Duban, na África do Sul em setembro de 2001. Reconheceram-se, nessa conferência, que a escravidão e o tráfico negreiro foram movimentos históricos desumanos, posto o seu caráter organizado e, principalmente, pela negação da identidade das vítimas, constituindo um crime contra a humanidade.

Ademais, a partir de instituições especializadas e organizações não governamentais, bem como os intercâmbios entre Estados participantes, levou-se a um programa de ações que incluía medidas para prevenção, educação, reforçando os mecanismos de colaborações na luta e defesa contra o racismo e suas manifestações, a discriminação racial e a intolerância associada.

É em decorrência desse reconhecimento, contando com o apoio de entidades governamentais e não governamentais, que o GRUNEC vai ao encontro da visibilidade da população de cor negra, trabalhando uma questão fulcral: a Identidade Racial. O seu trabalho social[23] tem como principal caminho o contato direto com a comunidade, com o povo, atuando com diversas metodologias que tornam fértil o terreno para fornecer a autoestima desse segmento social. De acordo com o Art. 2°, são objetivos do GRUNEC:

> I. Promover ações de implementação de políticas públicas voltadas para a população negra; II. Lutar pelo reconhecimento e valorização da etnia negra e contra todas as formas de opressão e exclusão social; III. Promover a integração de pessoas e grupos afrodescendentes. IV. Promover a cultura, resgatando as raízes histórico-sócio-político e religiosa, para construção de uma nova consciência de respeito ao povo negro e outros grupos étnicos e sociais discriminados; V. Combater as práticas de racismo conscientizando e educando a população contra atitudes discriminatórias; VI. Garantir proteção legal, às vítimas de práticas racistas, encaminhando e acompanhando o caso, se valendo de mecanismos de pressão social que garantam a resolução justa do problema; VII. Promover atividades educativas, festivas e comemorativas no âmbito regional e especialmente ao que se refere as datas comemorativas dos negros; VIII. Participar e promover Congressos, encontros, seminários, reuniões e debates destinados aos interesses da população negra, bem como dos eventos promovidos por outras entidades que lutem em defesa do meio ambiente, dos direitos, respeito e dignidade humana; IX. Construir com o povo negro, o resgate da sua identidade e cidadania sensibilizando-o para assumir sua negritude; X. Manter intercâmbio com outras entidades sociais; XI. Promoção de direitos, construção de novos direitos para a etnia negra, bem como assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar em casos exemplares; XII. Desenvolver estudos e pesquisas voltadas para a problemática da etnia negra. (ESTATUTO, 2001, p. 1).

Um grande desafio para este movimento social que busca a transformação da realidade social é trazer ao debate os que estão inclusos nas classes privilegiadas da população, que não se sentem parte integrante desse grupo. Nesse sentido, o GRUNEC

[23]O GRUNEC desenvolve ações que visam a promoção da igualdade racial a partir de palestras, oficinas, encontros, debates, entre outras atividades ao lado da população.

defende a efetividade de políticas públicas que vão ao encontro dos seus objetivos, valorizando a autoestima, visibilidade, identidade e igualdade racial.

A condição que a população de cor negra assume, contemporaneamente, apresenta formas diversificadas e significativas de sobrevivência. O GRUNEC, por sua vez, busca em suas articulações abrir espaços para a visibilidade desse segmento específico na sociedade. O movimento negro objetiva se autoafirmar politicamente contra a invisibilidade racial sofrida por este grupo.

Esse movimento social procura promover ações de implementação de políticas públicas voltadas para a população negra, lutando pelo seu reconhecimento e sua valorização étnica. Para tanto, o GRUNEC objetiva a efetivação dos direitos sociais e a construção de novos direitos em relação à etnia desse grupo, assim como assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar em casos exemplares (ESTATUTO, 2001, p.1).

> No decorrer dos anos o que vimos foi uma transformação nas políticas públicas para a comunidade negra, como as cotas para se entrar nas Universidades, fortalecimento da cultura negra. Essas políticas são paliativas não resolvem o problema da questão racial do país. Para alguns movimentos negros, esse tipo de política é necessária em reparação ao erro do passado. Já outros grupos têm uma posição contrária às políticas raciais, só disseminam o preconceito e o racismo ainda mais, onde se perpetua uma visão negativa em relação aos negros diante de boa parte da população (NASCIMENTO E MEDEIROS, 2010).

Compreende-se que as políticas públicas específicas, principalmente para a população negra, decorrem da necessidade que certas parcelas da população têm em serem compensadas em virtude de perdas sociais historicamente sofridas, que acabam por se acumular ao longo dos séculos. Em decorrência de uma sociedade multirracial, diversa em valores culturais, econômicos e sociais, sabe-se que não existem possibilidades iguais para todos, especialmente para uma população que é vítima da invisibilidade social.

É nesse sentido que o GRUNEC luta e defende ações afirmativas que promovam a igualdade racial, bem como a inclusão da população de cor negra na região Caririense, através da conscientização sobre a nossa afrodescendência e valorização da autoestima desse segmento social, no combate ao racismo que tanto persiste na sociedade brasileira.

4. AÇÕES AFIRMATIVAS EM PROL DA VISIBILIDADE NEGRA NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS

A florescente presença do tema das desigualdades raciais é verificável como um objeto de preocupação governamental, no qual tem se organizado um conjunto de iniciativas. Estas surgem a partir da ideia de que, para a estruturação de uma plena e efetiva democracia racial, deve-se haver uma intervenção pública ativa que combata ao racismo e às práticas discriminatórias.

A década de 1980 foi marcadamente orientada pelo debate da promoção da cultura negra e de sua valorização para o mosaico cultural do país[24]. Foram a partir de iniciativas nesse período, que a Constituição de 1988 classificou o racismo como um crime inafiançável e imprescritível. Com a promulgação desta, a história toma um novo rumo, surgindo novas possibilidades de superação da discriminação racial.

De acordo com Rocha (2007), em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei n° 10.639[25], instituindo a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no Currículo de Ensino Fundamental e Médio, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, representando um avanço na tentativa de reversão do quadro excludente da educação negra no Brasil na busca pela identidade negra.

Já na década de 1990, constatou-se o surgimento de uma geração de políticas voltadas ao combate à discriminação racial[26] através de políticas públicas. Ademais, com a criação da Secretaria Especial de Políticas Promocionais da Igualdade Racial – Seppin, em 2003, o Governo Federal sinalizou a fortificação de ações afirmativas e a construção de um projeto melhor arquitetado de combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades raciais. Contudo, estas últimas são resultados de processos variados, não podendo ser analisadas como um problema em si, mas um conjunto de fatores causais.

Ressalta-se que a Lei n° 10.639/03, já em vigor, é um valioso instrumento no sentido da valorização do negro e de seu subsídio para a história e cultura brasileira. No entanto, sua efetividade exige a fiscalização sobre mudanças nos currículos escolares para o estabelecimento de um novo perfil para o estudo sobre o contexto histórico brasileiro e sua afrodescendência.

[24] Surgem em vários Estados e municípios do Brasil, conselhos e órgãos de assessoria visando promover a participação da população negra. Nesse contexto, dá-se a criação da esfera federal da Fundação Cultural Palmares (FCP) em 1988.

[25] Vale ressaltar a importância da atuação do GRUNEC na educação, pois este pretende modificar as informações negativas sobre as questões de afrodescendência, contribuindo para uma prática autoidentitária negra que assuma com orgulho as lutas, vitórias e conquistas de seu povo.

[26] Abre-se espaço para a emergência de debates sobre ações afirmativas e relacionados também ao racismo institucional, onde um conjunto de iniciativas tomam corpo.

Nesse sentido, o enfrentamento do tripé racismo-preconceito-discriminação necessita vir a se constituir no cerne da política de promoção da igualdade racial. Porém, verificam-se obstáculos nesse aspecto, refletindo-se os embates na inclusão da temática racial no âmbito das políticas públicas, inclusive no que diz respeito ao cumprimento da própria legislação em vigor.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A opção metodológica do estudo aborda uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório que abrange a pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2005), a pesquisa bibliográfica é aquela que abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa de campo é aquela em que se observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente (MARCONI E LAKATOS, 2005).

O local da pesquisa seu deu na atual sede do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), localizado na Rua: Coronel Secundo, n° 1263, Bairro: Centro em Crato-CE. A equipe realizou duas visitas ao GRUNEC, nas quais a primeira delas ocorreu no 21 de outubro de 2015 e a segunda no dia 06 de novembro 2015. Nas duas, fomos recebidos por Verônica Carvalho (atual presidente do movimento social e membro do Conselho da Mulher de Crato) e por Valéria Carvalho, integrante do GRUNEC.

Nas reuniões foram discutidos muitos assuntos que deveriam ser de interesse da população de um modo geral, não apenas da população negra, tais como, os fatores que propiciam o racismo, a busca pela identidade negra, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população negra e a atuação do GRUNEC nas escolas.

Posto isso, a análise dos elementos citados contribuem efetivamente para desenvolver estudos e pesquisas voltadas para a problemática da etnia negra, entendendo que é de responsabilidade de toda a sociedade civil o respeito a todas as pessoas, independentemente de cor, cultura, religião, entre outros aspectos. Entende-se que os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo GRUNEC são considerados de extrema relevância para fornecerem informações referentes à comunidade negra.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A princípio, em visita ao Grupo de valorização Negra do Cariri, percebemos que apesar de possuírem uma sede oficial para encontros, o mesmo não possuía um espaço adequado para recepção dos visitantes. Isto se deve justamente à condição financeira, pois, mesmo contando com o apoio de entidades governamentais e não governamentais, o grupo realiza trabalho voluntário. Nessa perspectiva, um ambiente estruturado representa um dos desafios do GRUNEC, que necessita de um local específico e apropriado para o desenvolvimento de suas atividades, como oficinas, encontros e debates.

Notamos, no discurso dos representantes de tal movimento social, que a Invisibilidade Negra é uma questão crucial para a realidade social, como também para o desenvolvimento de ações que objetivam levar a conscientização sobre a nossa afrodescendência, a nossa história e cultura, buscando-se a valorização da identidade e igualdade racial para a população de cor negra.

Percebemos, ademais, a partir das falas das representantes do GRUNEC, que os/as negros/as da Região do Cariri não se identificavam enquanto tais, não se reconheciam, tentavam embranquecer-se, classificavam-se, assim, com outra cor, como uma forma de se protegerem da discriminação racial entre outros fatores individuais.

Em suma, faz-se necessário ressaltar uma das grandes conquistas para o GRUNEC, sendo esta a efetivação da Lei 10.639/03 já em vigor, contribuindo para o alcance de um dos objetivos do mesmo que é o reconhecimento énico-racial que leva, consequentemente, a equidade de direitos. Nesse sentido, visualiza-se que a luta pela igualdade ainda tem um longo caminho a percorrer e que cada vitória tem um valor imensurável.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O GRUNEC luta contra a ordem vigente que impõe ideais individualistas, impedindo mudanças substanciais nos modos de ver e perceber a cultura negra. É nesse sentido que tal movimento social defende políticas públicas que promovam a equidade racial, bem como a inclusão da população de cor negra na região Caririense. Sendo assim, as políticas públicas específicas para esta população, decorrem da necessidade que certas parcelas da sociedade têm de serem compensadas em virtude

de perdas sociais historicamente sofridas, que acabam por se acumular ao longo dos séculos.

A população negra vê a necessidade veemente de lutar por mudanças sociais e buscar a construção de uma sociedade mais equilibrada e igualitária, valendo salientar a importância dos movimentos sociais, no qual segundo Valério (2014), tais movimentos contribuem para a construção de pertencimentos sociais, sendo responsáveis por integrar na sociedade indivíduos que anteriormente sentiam-se excluídos.

Logo, espera-se que este artigo contribua de forma significativa para uma maior informação no fortalecimento deste amplo campo de conhecimento e vivência que é o movimento negro, compreendendo que o GRUNEC procura atender as necessidades da comunidade negra da Região Caririense, no sentido de auxiliá-la na luta contra às práticas racistas vivenciadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei n° 12.288, de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a ed. – 12. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 45.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão. 2012. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 185.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. – 3.ed. – 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NASCIMENTO, André José do. MEDEIROS, Marias da Gloria de. O fim da escravidão e suas consequências. IV Colóquio de História, UNICAP, 2010. Acesso em: http://www.unicap.br

PEREIRA, Willian Augusto. 26 Anos de história do movimento negro no Ceará. In: LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO, Joelma Gentil (Orgs.). Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará. Fortaleza: Imprece, 2009. p. 69-102.

ROCHA, Maria Estela (Orgs). ESPAÇO URBANO E AFRODESCENDÊNCIA: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC, 2007.

ROCHA, Rosa Margarida de. Educação das Relações Étnico-Raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Ilustrações de: Marcial Ávilla. – Belo Horizonte: MAZZA Edições, 2007.
UNIFESP. RACISMO: algumas definições. UND. 2. São Paulo, 2015. Disponível em: www.comfor.unifesp.br . Acesso em: 11/11/2015 às 09:30.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. REFLEXÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E INFORMAÇÃO: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. Recife, 2014.

A ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Alice Farias Silva

Jayne dos Santos Alencar

Poliana Machado Gomes da Silva.

RESUMO

O Serviço Social brasileiro é uma das poucas profissões que estabelece como um dos princípios éticos a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais e com a luta geral dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, este artigo possui como objetivo central analisar a importância da articulação do Serviço Social com os movimentos sociais para a materialização de seu projeto ético-político. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, permitindo afirmar que tal articulação se constitui como um dos alicerces para a efetivação desse projeto profissional.

PALAVRAS - CHAVE: Movimentos sociais. Serviço Social. Articulação. Projeto Ético-Político. Formação profissional.

ABSTRACT

The Brazilian Social Service is one of the few professions that establishes as one of the ethical principles the articulation with the movements of other professional categories and with the general struggle of the workers. In this sense, this article has as main objective to analyze the importance of the articulation of the Social Service with the social movements for the materialization of its ethical-political project. For that, a qualitative research of a bibliographic character was carried out, allowing to affirm that such articulation constitutes one of the foundations for the accomplishment of this professional project.

KEYWORDS: Social movements. Social service. Articulation. Ethical political project. Professional qualification.

1. INTRODUÇÃO

É de grande importância a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais tendo em vista que ambos possuem como objetivos analisar os problemas e contradições que permeiam o sistema capitalista, como também buscam construir uma sociedade livre das suas ideologias alienantes, apontando para mudanças necessárias, no combate às desigualdades sociais.

Segundo Duriguetto (2014), há no Brasil o surgimento de novas demandas, movimentos e identidades que vão desde o acesso a direitos sociais até às políticas sociais de qualidade e universais, bem como ao combate de todas as formas de discriminalização e opressão. Por conseguinte, examinar a compreensão sobre diversidade e como tem sido sua incorporação no debate atual das lutas pela materialização dos direitos é de extrema relevância para que se apreendam os principais desafios postos à consideração da diversidade na agenda de mobilizações coletivas no contexto do capitalismo contemporâneo.

Diante disso, o Serviço Social se constitui como uma profissão que proporciona reflexões que transformem a maneira de pensar, sentir e viver dos indivíduos, levando-os a lutar por melhores condições de vida. Em suma, tem-se como objetivo geral: analisar a importância da articulação do Serviço Social com os movimentos sociais para a materialização de seu projeto ético-político. Ademais, pretende-se como objetivos específicos: problematizar acerca da concepção de movimentos sociais e como eles se apresentam contemporaneamente no Brasil

Este artigo encontra-se dividido em quatro seções: a primeira vem tratar de uma breve definição acerca dos movimentos sociais; a segunda aborda as mobilizações sociais no Brasil contemporâneo; a terceira analisa o que a agenda de lutas do Serviço Social e a quarta, relata o papel do Serviço Social nos movimentos sociais na construção e efetivação do projeto Ético-Político Profissional. Nesse sentido, o tema a ser tratado é de grande relevância, pois, o cenário atual em que o trabalhador sofre com as mudanças conjunturais, os movimentos sociais são frequentes em busca de diminuir os resultados de tais transformações.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: uma breve definição

Os movimentos sociais estão intrinsecamente ligados ao movimento operário, surgindo no íntimo dos revolucionários, podendo ser vistos como anunciadores do novo, com intuito de denunciar as contraditoriedades existentes, entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, proporcionar a difusão das

ideias de emancipação, desafiar os códigos culturais dominantes e fomentar as intenções de liberdade.

Ademais, os movimentos e as lutas desencadeadas pela sociedade são efetuadas pelas camadas subalternas, apresentando-se como rebeliões contrárias à ordem vigente. Nesse sentido, tais ações organizadas, opostas aos ataques capitalistas frente aos direitos sociais, planejam atos de resistência como passeatas e protestos que reúnem diferentes elementos ou categorias de classe. Os movimentos sociais almejam mudanças sociais mediante conflitos políticos no interior de uma determinada realidade social, relacionando-se à ações conjuntas de grupos organizados[27] (PIMMEL, 2014). De acordo com Ribeiro (2014), os mesmos, que contam com ações sistematizadas, apresentam uma bandeira de luta que representam suas demandas. Portanto, essas mobilizações não se reduzem a manifestações pontuais.

Montanõ e Duriguetto (2011) apontam que as lutas sociais são expressões das "lutas de classes" e não são contraditórias, formando parte de um processo comum, alguns momentos em intensidades diferentes, o que as diferencia é a maneira organizativa pela qual se desenvolvem:

> Consideramos que as "lutas sociais", inclusive aquelas orientadas mais diretamente às manifestações e não ao cerne da "questão social", representam desdobramentos das lutas de classes, mesmo tendo objetivos imediatos diferentes (p. ex.: a luta pela instalação de uma creche comunitária não se desenvolve de igual forma que uma luta por melhores salários, nem se utiliza dos instrumentos dessa, como a greve). Mas na medida em que essas diversas "problemáticas" são manifestações, sequelas da "questão social", ou seja, fundadas na contradição capital-trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do MPC, se autonomizarmos ou isolarmos da "questão social" suas manifestações (MONTANÕ E DURIGUETTO, 2011).

Os movimentos sociais viabilizam maneiras diferentes da sociedade se organizar e demonstrar suas demandas, constituindo-se como ações sociais conjuntas de *ethos* cultural e sociopolítico. Nessa perspectiva, as mobilizações sociais, sempre existirão, pois, representam forças sociais organizadas que unem pessoas como campo de atividades e experimentação social, possibilitando inovações sociais e criatividade. Tais organizações populares realizam análises sobre a realidade social, atuando em redes, expressando forças de construção ao novo que liberta e resistência ao arcaico que atormenta (GOHN, 2011).

[27] Atualmente, as redes sociais se apresentam como os principais meios de atuação dos movimentos populares, utilizando-se cada vez mais das novidades de comunicação. Adotam diferentes estratégias, na sua ação concreta, transitando entre a simples denúncia a pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, etc.) e a pressão indireta (GOHN, 2011).

Nesse sentido, os movimentos sociais proporcionam aos trabalhadores a luta por seus direitos, por reconhecimento, melhoria de vida, democracia e visibilidade de suas demandas, buscando alcançar a emancipação humana reivindicando por melhores condições de trabalho e na sociedade como um todo, utilizando-se das novidades tecnológicas em relação aos meios de comunicação para atuarem, facilitando a divulgação de informações e de suas próprias bandeiras de luta.

3. MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No tempo presente existe uma nova conjuntura dos movimentos sociais, resultado da década de 1970, que por meio da luta destes, ganhava visibilidade como questão política as desigualdades nas relações de gênero, o preconceito e a discriminação étnico-racial. Os movimentos reivindicavam uma agenda política em torno da defesa de direitos e do questionamento aos valores culturais conservadores em favor da política de identidade.

Entre as décadas de 1960-1970 o acirramento das lutas de classe no sistema capitalista, tanto nos países desenvolvidos quando subdesenvolvidos, adentrou numa nova dinâmica. Originou-se um cenário favorável para a mobilização das classes submissas na luta por seus interesses imediatos. Nessas organizações o conteúdo das demandas econômicas articula-se com outras demandas culturais e sociais, criticando a racionalidade do Estado burguês e a própria ordem burguesa (NETTO, 2006).

De acordo com Santos (2009), identificou-se que a década de 1980, reconhecida no Brasil como a “década perdida” no que se refere à economia, foi também consagrada como a década da “participação política”, na qual se formaram narrativas culturais centradas na luta pela liberdade e contra a desigualdade econômica, de gênero, entre outras. Nesse período, nota-se um avanço considerável dos movimentos feministas, visto que, além da exploração a qual a classe trabalhadora estava submetida, existiam outras formas de opressão centradas em práticas marcadas pela desigualdade de gênero. A luta contra um quadro de opressões particulares expressa na ação e reivindicação dos movimentos feministas, ambientalistas, anti-racistas e outras modalidades são questões postas pelo processo de complexificação da sociedade.

Na sociedade capitalista, a banalização da vida humana, a violência, a violação de direitos e a exploração intensa da força de trabalho caracteriza a vida presente, uma vez que o apelo ao enaltecimento da individualidade, dos direitos humanos e de um conjunto de questões socioculturais sobre as relações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual alcança grande visibilidade social. Examinar a compreensão sobre

diversidade e como tem sido sua incorporação no debate atual das lutas pela materialização dos direitos é de extrema relevância para que se apreenda os principais desafios postos à consideração da diversidade na agenda de mobilizações coletivas no contexto do capitalismo contemporâneo.

Destarte, é expressivo considerar que os sujeitos coletivos em suas lutas e narrativas contra as diversas formas de opressão não colocaram em evidência os limites mais profundos da sociedade burguesa, mas suas reivindicações sinalizaram para o fato de que o capitalismo não cumpria sua promessa de igualdade e liberdade para todos os indivíduos sociais.

Atualmente, a situação econômica e política tem como função social primordial explicitar a esfera associativista, em que criam-se novidades variadas na área organizacional popular, como a maior conscientização da questão ambiental. As políticas neoliberais propiciam o surgimento de novos organizadores em ONG's, associações e organizações do terceiro setor e desorganizam os antigos movimentos sociais, as reformas que advêm das políticas neoliberais deslocam as tensões para o cotidiano, gerando diminuições de oportunidades na área trabalhista, violência, precarização do emprego, entre outras consequências (GOHN, 2011).

Nesse sentido, o projeto neoliberal, que é o projeto do grande capital, o qual almeja suprimir tudo o que limita o livre desenvolvimento/valorização do capitalismo, tem sido a proposta que sustenta os processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio. Para tanto, o neoliberalismo tem investido no enfrentamento dos movimentos sociais, trabalhistas e sindicais.

O caráter neoliberal, como explicita Iamamoto (2007), apresenta características peculiares por possuir uma cultura coronelista, se apropriando da coisa pública em função dos interesses privados, marcado pela ordem, a obediência e a ideologia do favor. Tal construção somada aos "efeitos modernos" do capitalismo resulta no aumento dos espaços privados e, por conseguinte, na diminuição do espaço público, onde a burguesia torna o Estado sua instituição econômica privada, sendo assim, o neoliberalismo brasileiro denomina moderno o que se tem de mais arcaico, fazendo com que a questão social exponha tanto sinais do passado quanto da atualidade, radicalizando-a.

Nesse contexto, ao aderir o neoliberalismo, o Estado descentralizou operações de atendimento no campo social e fomentou reformas, criando novos programas sociais e mediações que por um lado foram positivas, porque demandas anteriores foram colocadas em prática de gestão pública e reconhecidas como direito, no entanto, a maneira pela qual tem sido implementadas passam a adquirir caráter fiscalizatório ou de redes clientelistas e não realizam o controle social de fato. Diante dessa conjuntura, a

participação da sociedade civil no campo dos movimentos sociais é de suma importância para que se consiga mudar o primado das gestões no que se refere às políticas públicas e extinguir seu caráter focalista e clientelista, democratizando a administração da coisa pública (GOHN, 2005).

Portanto, têm-se um conjunto de novas e antigas variedades de movimentos, demandas e identidades, que buscam principalmente, por igualdade, visibilidade social e políticas públicas. Esse contexto pode ser explicado pela situação econômica e política que cria várias novidades na área organizacional da população advindas, especialmente, das políticas neoliberais.

Desta maneira, o Serviço Social adentra nesse contexto de forte efervescência política no sentido de defender e fortalecer os movimentos sociais organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, permanecendo como sua bandeira de luta central até os dias de hoje, a concepção de lutar por direitos e romper com a desigualdade (CFESS, 2009).

> A década de 1990 tornou-se o palco do enfrentamento, resistência e indignação frente ao aprofundamento das tendências de barbárie escritas na ordem capitalista. Nessa conjuntura, estamos sendo desafiados, então, a reexaminar e aprimorar nossa contribuição político-profissional face às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial. [...] Enquanto categoria politizada, assumimos o posicionamento crítico frente a esse paradigma econômico-social, privatizante e perverso [...] e à necessidade de compreensão do significado de largas mudanças no mundo do trabalho, bem como definimos o apoio às lutas coletivas gerais dos trabalhadores como uma de nossas prioridades. O deslocamento dessa articulação prevista no Código de Ética expressa-se hoje na intensificação da participação nos fóruns de discussão, formulação e controle social das políticas públicas (PAIVA E SALES, 1996, p.199).

Ainda permanece como um grande desafio a afirmação da diversidade humana por meio de um projeto societário[28] fundado na igualdade substantiva e não na lógica capitalista. Logo, o Serviço Social vem contribuir para a objetivação da diversidade humana na vida cotidiana, através do esforço diário em superar a sociabilidade destrutiva do capital, para que se possa então estruturar relações de igualdade de fato, na qual a diversidade venha a ser matéria-prima, mediação necessária e inadiável para a construção de uma vida dotada de sentido e liberdade no percurso de uma sociedade emancipada.

3.1 A importância da articulação do Serviço Social com os movimentos sociais

[28] De acordo com Netto (1999): “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.)”.

Como já foi mencionado, a década de 1980 é marcada pelas lutas e movimentos em prol da redemocratização do Brasil, da organização sindical da categoria profissional que fortificava a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Para tal, a primeira condição imposta à profissão é a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional. Nesse contexto, tem-se como raízes desse projeto, o Movimento de Reconceituação Latino-americano, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista.

O primeiro assinala uma forte crítica ao Serviço Social tradicional, visando enfrentar as incidências psicossociais da questão social para com os indivíduos e grupos. Questiona-se, então, as práticas empiristas, pragmáticas, paliativas, com referenciais acríticos e a-histórico, reclamando-se por um fazer profissional que se comprometesse com a classe trabalhadora. O segundo, conhecido como o "Congresso da Virada", que implicava em rever a formação profissional, o alicerce filosófico do Código de Ética da profissão e sua regulamentação. Há a necessidade de o Serviço Social falar em seu próprio nome, criar um projeto "com" as camadas populares, "com" o povo e "para" o povo (NETTO, 2006). O terceiro é algo que se torna preciso para o Serviço Social: entender e analisar o significado social da profissão baseando-se em uma reflexão da realidade e de suas múltiplas estruturas, ou seja, é necessário fundamentar teoria e prática.

> Como marca desse projeto no Serviço Social brasileiro, notamos ainda a sustentação da ação profissional vinculada à defesa dos direitos sociais na garantia da cidadania e da democracia, buscando capacitar o futuro profissional para a elaboração e execução de políticas sociais, na relação com os diferentes sujeitos sociais presentes na sociedade, em uma visão crítica da relação Estado / sociedade civil. Afirmando, portanto, o papel da profissão na luta pela emancipação política, sem perder de vista, no entanto, o horizonte da emancipação humana (CARDOSO, 2013, p. 211).

Os movimentos sociais, na visão de Abramides e Duriguetto (2014), integram um dos fundamentos da perspectiva ideopolítica da ação profissional do Serviço Social, sendo vistos como uma das possibilidades para enfrentar o empobrecimento da sua dimensão intelectual, ou seja, da centralidade assistencialista na área da proteção social que vem realizando transformações no sentido social da ação profissional, contribuindo também para o assistente social superar as dificuldades de sua condição assalariada de trabalho, onde vivencia a flexibilização das relações trabalhistas e da precarização empregatícia.

A intervenção profissional, em sua perspectiva ideopolítica, pode proporcionar aos indivíduos reflexões que transformam a maneira de sentir, viver e pensar, podendo

suceder em processos coletivos de luta e resistência, o que distancia o assistente social do caráter apenas executor de políticas públicas, citado por Iamamoto (2007) como um dos grandes desafios do profissional de Serviço Social na atual dinâmica, no qual o profissional deve ser criativo e propositivo, desenvolvendo sua capacidade de apreender a realidade, pois, os caminhos estão postos, mas cabe ao assistente social torná-los alternativas, moldando-as e transformando-as em frentes de trabalho e projetos, tendo consciência de que a participação é possível mediante lutas coletivas.

Abramides e Duriguetto (2014) apresentam que a construção do Projeto Ético-Político[29] da profissão do Serviço Social está intrinsecamente ligada com o fortalecimento dos movimentos sociais, pois o primeiro teve como fator importante para o seu desenvolvimento a força organizativa e política de uma junção mista de organizações, lutas e movimentos trabalhistas no campo social, no fim da década de 1970. A tonificação das diretivas do projeto profissional está imbricada com organizações e lutas das classes subordinadas, sendo dependentes do seu avanço e da vontade majoritária da área profissional.

> O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica sócio-histórica das relações entre Estado e as classes sociais no enfrentamento à questão social. Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada (DURIGUETTO, 2014).

A já explícita relação de intervenção do Serviço Social com os movimentos sociais é claramente mostrada na Lei de Regulamentação da profissão, que determina como competência do assistente social "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade" (CFESS, 1993) e no Código de Ética, que afirma como direito do/a profissional "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania" (CFESS, 1993) respeitando a autonomia das organizações populares e da classe trabalhadora.

[29] O Projeto Ético-Político deve representar a autoimagem da profissão, delimitando e privilegiando suas funções e objetivos, prescrevendo diretrizes para a atuação profissional com os usuários, outros profissionais, com organizações e instituições sociais de caráter público e privado, devendo responder as mudanças sociais, sobre as quais a profissão opera, podendo se renovar ou modificar.

Ao se vincular aos movimentos sociais, a categoria profissional se posiciona contrária às diversas formas de exclusão, dominação e preconceito[30], elegendo a emancipação, a democratização e a cidadania como fundamentais para efetivação de seu projeto ético-político. Deve-se, portanto, traçar estratégias que reafirmem o compromisso crítico e qualificado com as mobilizações sociais, buscando alianças na promoção de uma cultura democrática e voltada para efetivação, preservação e respeito aos direitos que historicamente foram conquistados (GUERRA, 2007).

A cada instante que o neoliberalismo sustentar sua ideologia para enfraquecer os movimentos sociais, trabalhistas e sindicais, o Serviço Social deve reafirmar o seu significado social historicamente construído em defesa da classe trabalhadora. Fortalecê-la e procurar solidificar vínculos com suas manifestações sociais, em prol da visibilidade de seus direitos, permite aos assistentes sociais enriquecer seu exercício profissional.

O súpero entendimento das necessidades sociais no cotidiano do indivíduo e o revigoramento de suas estratégias de luta, já existentes ou encobertas, se configura como um embate da intervenção do/a assistente social, entretanto, é uma forma de abrir novos caminhos para sua atuação profissional, propiciando a tonificação de suas ações, criando novos horizontes para intervir na vida dos indivíduos, buscando construir estratégias conjuntas para o encaminhamento de suas demandas. Por conseguinte, é necessário estimulá-los a participar de mobilizações e organizações populares, realizando a criação dos mesmos quando não existirem.

Em suma, a relação do Serviço Social com os movimentos é indispensável e primordial, pois fortifica seu Projeto Ético-político, que foi construído no âmbito das mobilizações, propicia aos Assistentes Sociais se distanciar do caráter de executor das políticas públicas em que obtêm uma melhor apreensão da realidade social, identificando súpero as demandas da sociedade, e assim, realizando uma intervenção mais qualificada que leva ao empoderamento do usuário. A intervenção do mesmo nas mobilizações, em sua perspectiva ideopolítica, pode conscientizar e contribuir para a mudança da maneira de pensar dos indivíduos, motivando-os a lutar por seus direitos e superar as desigualdades, na busca pela ultrapassagem da condição que produz esta desigualdade: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

De acordo com Cardoso (2013), ao/a assistente social se coloca o *status* de "agente transformador", onde incorpora a tradição marxista visando à transformação social ou a superação da sociedade capitalista. Assim, "empoderamento" é uma das

[30] De acordo com Guerra (2007), um projeto profissional com dimensões críticas possibilita questionar esses elementos que dominam os processos sociais na realidade, permite enxergá-los para além do véu que o sistema capitalista excludente os encobre.

palavras-chave tanto para a própria categoria profissional, que necessita estar em consonância às dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica para compreensão dos processos sociais e sua articulação com os movimentos sociais, como para a classe trabalhadora, para que possa analisar as refrações da questão social não como algo natural, mas como uma possibilidade de luta, de expressão contrária ao sistema que os oprime.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, sabe-se que os movimentos sociais são a maneira como os indivíduos expressam suas demandas e se organizam para lutar pelo atendimento das mesmas, por melhorias em sua vida e pelo alcance de seus direitos. Eles nem sempre existiram e estão ligados ao movimento operário partindo da necessidade de se denunciar as contraditoriedades existentes, na busca pela equidade social. Nessa perspectiva, ao se aproximar de tais organizações, a profissão adquire uma nova direção, afirmando a defesa dos direitos da classe trabalhadora, aliando-se a mesma na participação das mobilizações sociais.

No cenário contemporâneo, existem novos e antigos tipos de movimentos, demandas e identidades, no entanto, emergem também demandas já antigas. Tais mudanças são consequências da adesão do modelo neoliberal no Brasil, descentralizando operações de atendimento no campo social e fomentando reformas, criando novos programas sociais e mediações que adquirem caráter fiscalizatório ou clientelista, não realizando o controle social de fato.

Outro desafio é o de afirmar a diversidade humana por meio de um projeto societário fundado na igualdade substantiva e não na lógica capitalista. Nessa perspectiva, o Serviço Social vem contribuir para a objetivação da diversidade humana na vida cotidiana, através do esforço diário em superar a sociabilidade destrutiva do capital.

Logo, o/a profissional de Serviço Social tem como uma de suas atribuições em seu aspecto ideopolítico, proporcionar ao indivíduo reflexões, mudando sua maneira de viver, pensar e sentir, para que tais sujeitos passem a lutar por mudanças, melhorias e igualdade de direitos, de cultura e de gênero, engajando-se em mobilizações ou criando-as, quando necessário. A participação desse profissional nas organizações populares, garantida e protegida pela Lei de Regulamentação da profissão e pelo seu Código de Ética o distancia do caráter de mero executor de políticas públicas e possibilita-o realizar uma melhor compreensão da realidade social, qualificando sua intervenção.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Cfess manifesta. Campanha de gestão. Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade. Brasília, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Questão Social, Sociedade Civil e Lutas Sociais: desafios ao Serviço Social. Minas Gerais: Revista Conexão Geraes,2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Disponível em: http://www.scielo.br, 2011. Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Revista Serviço Social e Sociedade. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In:
MOTA, A. E. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In. Revista Serviço Social e Sociedade nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Cibele Mª Lima. Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. p.144-166.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. Direitos, Desigualdade e Diversidade. In: Política Social no Capitalismo. Tendências Contemporâneas. 2° edição. São Paulo: Cortez, 2009. P. 64-86

EXCLUSÃO SOCIAL A USUÁRIOS DO CAPS III DE JUAZEIRO DO NORTE - CE: um relato de experiência

David Sebastião Barbosa da Silva

Helloara Alves da Costa

Ítalo Pereira Coelho

Luiz Diêgo Farias Santos

Alex Figueiredo da Nobrega
(Orientador)

RESUMO

Este trabalho tem por fim, o objetivo de fazer uma breve avaliação atual do cenário referente aos portadores de transtornos mentais, levando em vista a pós-implantação de políticas públicas e reforma psiquiátrica, em um instituto específico para atender essas demandas, que se trata do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III), onde foram escolhidos 02 de seus usuários e beneficiários, entrevistando-os e coletando alguns dados para avaliação situacional a que o presente tema se refere, sob este prisma, ressaltemos o método qualitativo utilizado para ter acesso, assim, às ideias e pontos de vista dos entrevistados sobre sua condição atual, e em relação a temas como família e trabalho, ouvindo assim a expressão singular de cada um deles sobre o que pensam a respeito do tema proposto em questão. Com isso, pretende-se compreender melhor como a entrada e percepção destes indivíduos no contexto social é percebida em contraponto à seus próprios pontos de vista sobre o tema. Todavia, assim como apresentado por diversos autores como Michael Foucault e Pinel, que não tratam com desdém esse tema tão complexo e importante que é a representação dos direitos inquestionáveis destas pessoas que está acima se sua condição de saúde mental.

Palavras-Chave: transtornos mentais, CAPS, estereótipo.

ABSTRACT

This work has the objective to make a brief assessment of the current scenario for the people with mental disorders, taking into view the post-deployment scripts of public policies and psychiatric reform, in a specific Institute to meet these demands, the Psychosocial Attention Center (CAPS), which were chosen from its users andbeneficiaries 02, interviewing them and collecting some data for situational

evaluation to which this topic refers , from this point of view, mention should be made of the qualitative method used to gain access, so, the ideas and views of respondents on your current condition, and in regard to issues such as family and work, so the singular expression of each one of them about what they think about the theme in question. With this, the aim is to better understand how the input and insight of these

individuals in the social context is perceived in counterpoint to his own views on the subject. However, as presented by several authors such as Michael Foucault and Pinel, who do not treat with disdain this subject so complex and important which is the representation of the unquestionable rights of these people is above if your mental health condition.

Keywords: mental disorders, CAPS, stereotype.

1- INTRODUÇÃO:

Para que o homem seja capaz de manipular os fenômenos que o rodeia é necessário que ele possua conhecimento sobre determinado assunto, sendo assim, a busca pelo conhecimento científico sobre o processo de adoecimento mental surgiu por volta de século XVIII com grande influência do iluminismo (GONÇALVES; SENA, 2001).

Com o desenvolvimento dos diversos campos das ciências e as transformações sofridas pela sociedade, a loucura, acabou adquirindo variadas compreensões no proceder dos séculos. Nessa perspectiva, a conceituação e os significados sobre a loucura acabaram sendo moldados pelas instituições sociais de cada época bem como a forma de tratamento foi desenvolvida e aperfeiçoada de acordo com as descobertas de cada período. (JUNIOR; VENTURA; 2014).

Visto que a loucura é algo inerente ao homem, como diz Michel Foucault em sua obra História da Loucura (1978), a partir de determinado momento na história passou-se a existir locais para os cuidados específicos a estas pessoas. Locais estes que foram de suma importância, embora a priori preparados ainda que de forma rústica, mas já com uma atenção diferenciada e que proporcionou um estopim para futuras reformulações e formas de acolhimento direcionadas e mantidas durante o tempo.

Em meio à vida social moderna, podemos perceber que, apesar de acanhadas, melhorias no que diz respeito a pacientes com transtornos mentais no Brasil, o próprio exemplo do modelo institucional Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), proferido através das leis e embargos de nosso sistema de políticas públicas, onde faz-se frente a luta antimanicomial no quesito acolhimento desses indivíduos, e no que diz respeito a sua reinserção social e familiar usando com base um modelo reformulado de procedimentos cabíveis e cuja intenção seja a preservação da individualidade, cidadania e subjetividade do indivíduo por qualquer tipo de transtorno

mental ou psicopatologia, desviando assim, e refazendo os caminhos, padronizados que afetam por tanto desde os séculos XVI o direito que estes indivíduos possuem, e sempre possuíram de exercer sua individualidade e expressão cidadã.

Nessa perspectiva este trabalho tem como objetivo identificar quais formas de exclusão social são percebidas pelos portadores de transtornos mentais no meio que este se encontra e se existe uma diferenciação na forma de exclusão de acordo com o sexo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semiestruturadas, ocorrida no dia 09 de maio de 2016 com dois usuários do CAPS III de Juazeiro do Norte – CE.

2- REFERÊNCIAL TEÓRICO:

2.1-Breve histórico da reforma psiquiátrica

A reforma psiquiátrica é um conjunto de iniciativas que se coadunam no âmbito de uma psiquiatria atual que atribui a todos o respeito pelo louco, pela sua cidadania, dignidade e direitos, repensando-se todos os aspectos higienistas presentes na sociedade, que se propunham apenas a tirar o louco da convivência social pela sua inaptidão ao convívio com as demais pessoas, pelas questões prementes de normalidade e patologização. (GONÇALVES; SENA, 2001).

Nesse sentido o trabalho da psiquiatria atual é uma postura política, que se enquadra no campo da reivindicação de direitos, uma vez considerando, porém, a dimensão do direito como algo que organiza a sociedade e propõe prerrogativas de convivência e relação, que muitas vezes ocasiona medidas de exclusão, pré-conceito e discriminação, como no caso da questão da loucura. “A exclusão dos portadores de transtorno mental passa, portanto, invariavelmente pela convalidação do direito, que por suas leis e regras legalizou e edificou instituições totais, patrocinando a rotulação e segregação de determinados sujeitos.” (JÚNIOR; VENTURA, 2013).

Os efeitos sociais vindos da existência da reforma psiquiátrica tornaram explícitas as necessidades de se combater à anulação dos direitos humanos diante da rotulação e isolamento reservados aos portadores de doenças mentais. As propostas e ações se concentraram e se deram também,

> Em 1978, embrionariamente, deu-se início à reforma psiquiátrica no Brasil, com o auxílio do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que formulou propostas e alternativas ao sistema de isolamento e internação então vigentes (BASAGLIA *Apud* JÚNIOR; VENTURA, 2014, p. 51).

O surgimento da proposta da reforma psiquiátrica, iniciada nos anos 1970 na Europa e nos Estados Unidos, (MACIEL *et al*, 2008), devido à percepção de

violência e táticas cruéis e desumanas com relação a pacientes dos hospitais portadores de doenças mentais. Esta situação chegou ao Brasil como promessa de solução do caos (JÚNIOR; VENTURA, 2013), proporcionando o debate psiquiátrico atual que repousa em grande medida nas contribuições e pesquisas de caráter social, como as de Michel Foucault para a compreensão da loucura. A loucura é vista como um processo de exclusão de uma sociedade que não sabe lidar com a diferença, e que é determinada por fatores estruturais, que estão presentes na atitude do preconceito e do estigma que recobre o chamado doente mental e a sua culpabilização (WANDERLEY, 2002).

Essa luta chegou ao Brasil de maneira relativamente tarde, mas do ponto de vista das políticas públicas, ganhou espaço e valor ideológico fervoroso:

> No entanto, foi apenas na década de 1980 que tal movimento efetivamente ganhou corpo e se concretizou nas políticas de saúde no Brasil, com o redirecionamento das políticas públicas de saúde, pautadas nas internações por tempo indeterminado, isolacionistas, segregadoras e hospitalocêntricas para políticas abalizadas na cultura antimanicomial, comunitária e ambulatorial. Esse conjunto de políticas visava ao resgate do portador de transtorno mental, sua reinclusão social e à recomposição de sua dignidade (BASAGLIA *Apud* JÚNIOR; VENTURA, 2014, p. 51).

Gonçalves e Sena (2001), em seu trabalho sobre a reforma psiquiátrica, nos falam sobre o papel da psiquiatria como instituição do século XVIII (BEZERRA,1995), mostrando como desde essa época já havia o cuidado com o louco, que ao se desenvolver e ganhar novos desafios e contextos de discussão por parte da reforma psiquiátrica aparece hoje como condição *sinequa non* para o respeito ao ser humano nas práticas de saúde mental.

Num clima de relativa efervescência social no final do século XX, com a consciência social e a conquista de direitos, uma maior participação política e ideológica da sociedade civil, além da atuação das administrações públicas, desencadeou-se um processo de visibilidade e defesa dos direitos de quem vivia em leitos hospitalares sobre o rótulo de doentes mentais (PIOVESAN, 2008). É nesse contexto em que surge a reforma psiquiátrica como nova prática social referente á saúde mental o “Percurso da reforma brasileira, teve momentos em que as denúncias sobre a precariedade da assistência psiquiátrica desencadearam estudos e trouxeram dados e informações de órgãos públicos como por exemplo, do Ministério da Saúde, antes não valorizados, tais como números de leitos, custos e qualidade da assistência” (GONÇALVES; SENA, 2001).

Ocorrida principalmente no âmbito dos “governos municipais.” “Na esfera federal, o Projeto de Lei 3.657, de 1989 (14), depois de aprovado na Câmara dos

Deputados em 1991, tramitou no Senado, e só em janeiro de 1999, foi aprovado um projeto substitutivo."

Com os movimentos e críticas citadas ao modelo tradicional de atenção a saúde mental, formou-se no Brasil, mecanismos legais que combateriam os maus tratamentos aos portadores de doenças mentais, consolidando pouco a pouco, as aspirações de uma reforma psiquiátrica, que no Brasil estaria num estágio mais avançado dos termos iniciais:

> Nessa esteira tivemos o Projeto de Lei 3.657, de 1989, de autoria do deputado Paulo Delgado, que, depois de uma década de debates e audiências realizadas, se tornaria a Lei 10.216/2001, estabelecendo sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. Nesse projeto de lei fica evidenciado que o leque de direitos do portador de transtorno mental consiste, dentre outras coisas, em ser atendido no melhor sistema de saúde, ser tratado com a devida humanidade, ser acolhido com respeito, visando sempre a sua recuperação no seio familiar e social, juntamente com a devida proteção contra abusos e preconceitos. (JÚNIOR; VENTURA, 2014, P. 52)

O direito e a liberdade preconizada pela luta antimanicomial é algo claro, no que tange ao reconhecimento do direito do "louco" como qualquer outro direito de fundamental importância do ser humano:

> A partir de 1990 iniciam-se direta e abertamente as lutas do movimento antimanicomial no tocante às leis e atos normativos (portarias 189, 224, 407, 408, 088, dentre outras) que preconizaram importantes direitos e definiram enormes mudanças, tais como a reintegração social do portador de transtorno mental, a proibição de celas fortes nos hospitais psiquiátricos, a inviolabilidade de correspondências de pacientes e o oferecimento de mínimas oportunidades de lazer a esses. (GUIMARÃES, Apud JUNIOR; VENTURA, 2014, P. 52-53)

O Brasil hoje é resultado inacabado de um tempo em que o tratamento desumano de portadores de doentes mentais se visibilizou. "Assim, no começo do século XXI, a Lei 10.216/2001 sintetizou as duas décadas de discussões e debates acerca dos direitos efetivos dos portadores de transtorno mental que a antecederam." (JUNIOR; VENTURA, 2014).

Todavia podemos depreender que o processo de construção e transformação que marcam a luta antimanicomial deve ser continuo, em um avanço mediado pela contribuição social, viabilizando assim a impossibilidade de um retrocesso. Diante do que pode-se perceber, as melhorias que já se concretizaram aos que por sua vez, na maioria dos casos já não podem mais por sí só, reivindicar ou modificar certos cenários que se formam perante uma construção social, e por todas as limitações que um acometido por alguma psicopatologia possa vir a sofrer.

2.2-Exclusão social

Em várias culturas os diferentes grupos sociais são estereotipados, seja por religião, classe social, etnia entre outros. Esses estereótipos se tratam de crenças previamente estabelecidas ao sujeito ou um grupo, sendo construídos e transmitidos socialmente, podendo ser negativos ou positivos.

Em uma pesquisa realizada por Goldberg (1968) é possível observar a presença desses estereótipos. Em uma universidade foi solicitado a algumas alunas que realizassem a análise de um artigo assinado, para metade das estudantes como homem, e para outras como mulher. Ao final, o artigo com maior número de elogios foi aquele assinado por um homem, concluiu-se que o estereótipo (homens são mais valorizados) é aceito pela própria categoria quando já está efetivamente enraizado (Rodrigues et al, 2009).

O exemplo citado trata-se de um estereótipo negativo, que desvaloriza a capacidade feminina, porém já é tão difundido que a própria mulher passa a dar maior relevância ao trabalho masculino. Em outros casos esse pré-julgamento pode gerar preconceito e/ou exclusão, a partir da não-aceitação à diferença do outro. Em uma tentativa de mostrar o preconceito aos seus alunos, que nunca o haviam vivenciado, a professora Jane divide a classe pela cor dos olhos. No primeiro dia ela mostrou como superiores os alunos de olhos azuis, e esses consequentemente foram tratados de forma melhor, e rapidamente, os alunos que eram todos amigos passaram a desvalorizar os que tinham olhos castanhos, inclusive sugerindo diferentes formas de castigo. No dia seguinte os papeis se inverteram e todos puderam vivenciar esse preconceito (Rodrigues et al, 2009).

Existem vários outros tipos de comportamentos que podem estar ligados à estereotipia. A própria utilização de estereótipos pode trazer uma classificação mais rápida de acordo com características típicas de uma cultura, como ao imaginar uma brasileira, estrangeiros podem ter uma imagem de uma mulata, bonita, impulsiva (Rodrigues et al, 2009), quando podem existir várias outras características que não condizem com essa idealização.

A rotulação é bastante semelhante, nesse tipo de estereótipo pode-se prever a ação de um indivíduo através de um rótulo que lhe é dado (Rodrigues et al, 2009). Como exemplo podemos utilizar uma pessoa desastrada, da qual espera-se que esta caia ou derrube algo. A atribuição de um rótulo pode moldar o comportamento de um indivíduo a fim de que este se adeque ao rótulo, permitindo

desta maneira a visualização de possíveis comportamentos que poderão ser emitidos por este indivíduo.

O preconceito pode ser caracterizado como um sentimento negativo em relação a algum grupo, gerando uma série de atitudes ofensivas baseadas em suas próprias crenças. Acredita-se que grande parte desses comportamentos são adquiridos através da aprendizagem e através de experimentos como o da professora Jane, é possível observar a facilidade com que as atitudes discriminatórias são incorporadas à personalidade do indivíduo.

Contra o âmbito das atitudes de natureza excludente, discriminatória e segregatória aos portadores de doenças mentais, a reforma psiquiátrica, com a contribuição da lei 10.216/2001 tenta se firmar no Brasil, na luta pelo respeito ás diferenças, que, mesmo entre entraves manifestados tanto no âmbito da exclusão social localizada nos hospitais, vislumbra a dimensão de respeito referente ao que se entende por “salvaguardar a dignidade humana” (BRITO, apud JÚNIOR; VENTURA, 2014, P. 54).

A lei 10.2016 estabelece um sentido social a se buscar, ao qual se aspirou, mas não sem duras penas. O preconceito e a exclusão provocaram muitas marcas históricas nos hospitalizados por doença mental. As razões para a discriminação e exclusão se dão pelo binômio “normal versus anormal”, o qual se busca diluir, para um melhor entendimento do que se passa nas relações com os portadores de doenças mentais. (CANGUILHEM, apud JÚNIOR; VENTURA, 2014).

Nenhum direito pretendido pela reforma psiquiátrica ou qualquer medida de evitação ou combate á exclusão social no contexto psiquiátrico e hospitalar, como se mencionou nos dois tópicos anteriores deste artigo, pode acontecer sem que se tenha clara a necessidade e o imperativo presente “de reinserção e reinclusão dos excluídos na tentativa de se efetivarem os direitos e garantias fundamentais preconizados pela Constituição de 1988”. (BRITO, apud JÚNIOR; VENTURA, 2014, P. 54).

Essa luta deve se fazer presente, onde:

> Além da luta institucional (no interior das instituições de saúde, a ocupação de espaços conselhistas, a articulação com a política partidária e com os atores governamentais, etc.) e da ação sociocultural (tendo em vista transformar as representações sociais), há que se preocupar com a formação política dos militantes e com a ampliação de seus quadros. A articulação em forma de redes, a utilização da mídia, a realização de cursos e projetos de qualificação são, entre outros, importantes medidas neste sentido. (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 406)

3- MÉTODO:

3.1-Participantes

O estudo foi realizado no CAPS III de Juazeiro do Norte – CE, tendo como participantes dois usuários ativos da instituição que apresentam idade entre 20 e 50 anos, sendo um de sexo masculino e outro de sexo feminino.

3.2-Instrumento

Optou-se como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, realizada de forma individual, sem o auxílio de gravadores ou qualquer outro aparelho tecnológico.

3.3-Procedimento

Após a autorização dos responsáveis da instituição realizou-se uma pequena reunião com a psicóloga que se encontrava no local para que ela indicasse os pacientes para a entrevista, além de fornecer alguns dados prévios como o diagnóstico, a frequência do paciente na instituição, sua interação com os demais membros e com as atividades propostas pelo estabelecimento.

As entrevistas foram realizadas no CAPS III com a presença da psicóloga e tiveram como garantia de sigilo a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecimento (TCLE). Por ser uma entrevista semiestruturada a duração e respostas obtidas variaram de acordo com o paciente, porém ambas foram direcionadas a como estes veem a exclusão social devido ao transtorno mental.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Informações sobre P1

P1, sexo masculino, com idade entre 20 a 50 anos, tendo como possível diagnóstico F-20 ou F-29 iniciou seu tratamento no CAPS em novembro de 2015 apresentando grande resistência de adesão ao tratamento. Por volta de março de 2016 apresentou agravamento do seu quadro clínico e teve uma maior aceitação ao tratamento. Atualmente realiza tratamento medicamentoso com acompanhamento psiquiátrico além de participar de atendimentos individuais com a psicóloga e terapia ocupacional.

Informações sobre P2

P2, sexo feminino, com idade entre 20 a 35 anos, tendo como diagnostico F-29 iniciou o tratamento no CAPS em maio de 2014 apresentando grande resistência de adesão ao tratamento. Após o agravamento do seu quadro clínico e grande influencia da família passou a frequentar e aderir ao tratamento. Atualmente realiza tratamento medicamentoso com acompanhamento psiquiátrico, participa de atendimento individual com o psicólogo, porém apresenta resistência à terapia ocupacional.

Ao longo do discurso dos participantes percebeu-se que ambos possuem diversos pontos semelhante e alguns diferentes no que diz respeito a sua convivência com o transtorno, como o fato de já ter sofrido algum tipo de exclusão social por meio de aspectos variados que vão desde o simples convívio familiar a sua inserção no mercado de trabalho. Na fala de P2 nota-se que a exclusão social vai ter uma maior evidencia quando diz respeito ao âmbito familiar onde o estigma já é flagrante ao que se refere ao seu transtorno e respectivo tratamento.

> "[...] minha mãe dentro da minha casa diz que eu sou doida, minhas tias diz que eu doida, quando eu começo a falar umas coisas diferentes o povo já diz 'rai tomar remédio que tu tá perturbada' "[...] Aí o povo pensa que eu sou doida, ninguém aceita (Discurso de P2).

Em contrapartida, o paciente P1 demonstra por parte da fala uma certa resistência no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho posto que este já mencionou em um de seus discursos perceber a não aceitação em meio a fala do empregador quando o próprio toma real conhecimento da sua condição.

> [...]"Tem deles que dizia rapaz, é porque nos num tamo butano ninguém agora não sabe? Só que eu conheci que era por má vontade né "[...] (Discurso de P1).

Além disso, algo que é marcante e ao mesmo tempo interessante entre os participantes é a aceitação da doença e a forma com que lidam com tal situação. P1 acredita que devido a sua psicopatologia não pode exercer nenhuma função de grande responsabilidade dentro de um emprego.

> "[...] Não! Eu acho que não posso trabalhar mais não, ficar tomando remédio pro resto da vida... é complicado [...]"(Discurso de P1)

Por outro lado P2 mesmo não apresentando um quadro definido de transtorno mental demostra uma certa resiliência a mais que P1 em relação ao reconhecimento de sua própria psicopatologia.

> "[...] todo mundo lá em casa pensa que eu sou doida, mais eu não sou doida, eu não me acho doida [...]" (Discurso de P2)

Algo que vale a pena ressaltar é que, na fala de ambos os participantes é a forma como estes passaram a ser vistos pela sociedade após o inicio do seu tratamento relatando uma mudança de atitude no que diz respeito a sua lucidez.

> "[...] Szazz (1978), quando diz que a exclusão e a loucura foram efetivadas pela hospitalização e pela psiquiatria, no momento em que os psiquiatras tornaram-se tutores e cuidadores dos "loucos", e esses, por sua vez, passaram a ser rotulados de doentes mentais e de incapazes de conviver na sociedade." (MACIEL *et al*. 2008).
>
> "[...] ficava meio afastadinho, ficava afastado [...] "(Discurso de P1)."[...] é, alguns dizem que eu sou doida, o povo tudo fala que eu sou doida[..] (Discurso de P2).

É interessante também frisar que, apesar de toda exclusão social sofrida pelos pacientes, estes ainda conseguem perceber no CAPS um local de melhorias para o seu quadro clínico e de acolhimento em seus momentos de crise. Podemos perceber também que em relação ao ambiente do estabelecimento, ambos possuem uma visão positiva, tanto quanto as pessoas envolvidas, com exceção do paciente P2 que relatou não gostar de interagir nas oficinas lúdicas com os demais por motivos pessoais.

> "[...] O CAPS é bom, é bom, eu gosto, é onde eu fiquei bom né? Eu tava perturbado, tava ouvindo vozes, ai depois que eu vim pra cá melhorou [...]" (Fala de P1) "[...]eles dizem que é pra mim frequentar o CAPS, o CAPS é a solução dos meus problemas, porque quando eu estou perturbada minha mãe manda eu vim pra cá [..] mas quando eu tô muito duente eu mesmo peço pra vim pra cá [...]". (Discurso de P2)
>
> "[...] Eu não gosto muito de frequentar as oficina que tem, porque eu acho coisa de gente lesado(risos), eu não participo muito das coisas não, tipo maquiagem, fazer cabelo eu não gosto muito não [...]"

5- CONCLUSÃO:

As tensões enfrentadas pelo movimento da reforma psiquiátrica trouxeram para o Brasil e para o mundo, a noção de que o respeito ao "louco" é uma conquista para a qual muitas mudanças precisam se efetivar no imaginário e nas representações sociais. Pois questões referentes à "saudável", "doente", "normal" e "anormal" só desvelam, a medida que se disseca a ideia, os tentáculos das estruturas sociais e a postura que a sociedade tomou historicamente, no tratamento às diferenças. Isso significa que a exclusão de portadores de doenças mentais compartilha com as demais formas de exclusão, de pontos comuns, que podem ser percebidos na lógica de simples e pequenas relações de nosso cotidiano. (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

Esses discursos devem estar pautados ao se considerar ideais de normalidade na sua relação com o respeito as diferenças. Como apresentamos, os autores mostrados veem com olhos de reprovação a noção de normalidade, que se

mostra altamente aversiva ao respeito e a convivência entre as pessoas (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

As armas que se usa para a discriminação do “louco”, são as mesmas armas usadas para nos afastar de nossos direitos e de nossas idiossincrasias na vivência de nossas vidas, que são poderosas e ameaçadoras ao portador de doença mental, visto da negação de seus direitos pela sua condição.

No que diz respeito às formas perceptíveis de exclusão social aos participantes, observou-se nos relatos que esta possui uma maior predominância no convivo familiar, com pessoas próximas a família como, por exemplo, vizinhos e com pessoas que estes não possuem uma relação de convívio como, por exemplo, empregadores ou funcionários de uma empresa.

Sobre a forma diferenciada de exclusão social relacionada ao sexo, podemos constatar que a participante do sexo feminino tem uma maior percepção desse processo no âmbito familiar e por pessoas mais próximas ao seu convívio devido a sua ausência em outros campos sociais. Já o participante do sexo masculino percebe esse processo em uma esfera do campo do trabalho devido este tentar se inserir no mercado de trabalho.

Constatou-se ainda que o processo de aceitação de um transtorno mental e muito doloroso para os pacientes devido estes possuírem uma visão estereotipada da loucura e para a própria família que geralmente não possui conhecimento sobre a loucura, ocasionando uma maior restrição a adesão do tratamento e consequentemente a melhora do quadro clínico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Saulo Teles; PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; **Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise daInfluência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial**; Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, 16(1), pp. 95-107.

BARROS, Daniela Ribeiro; CAMINO, Leôncio F.; MACIEL, Carla Maria Carvalho; MACIEL, Silvana Carneiro; SÁ, Roseane Christhina da Nova; **Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica,** Psico-USF, v. 13, n. 1, p. 115-124, jan./jun. 2008

BEZERRA B.J. R. **Saúde mental ou psiquiatria**. In: 4º Encontro de Pesquisadores em Saúde Mental e 3º Encontro de Especialistas em Enfermagem Psiquiátrica, 1995; Ribeirão Preto. Anais, Ribeirão Preto: EERP, 1995

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, M. **HISTÓRIA DA LOUCURA**. 1. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva,

1978.

GONÇALVES, A. M., SENA, R. R. de. A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. **Rev Latino-am Enfermagem**, 2001.

JUNIOR, R. C., VENTURA, C. A. O tratamento dos portadores de transtorno mental no brasil – da legalização da exclusão à dignidade humana. **Artigo Original**, São Paulo v.15 n.1, p. 40-60, mar./jun. 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(2):399-407, 2007.

MACIEL, et al, Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica. **Psico-USF**, v. 13, n. 1, p. 115-124, jan./jun. 2008

PIOVESAN, F. **Os direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo. Saraiva, 2008.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002

RODRIGUES, A., ASSMAR, E. M. L., JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. 29 ed. Petrópolis, rio de Janeiro, Vozes, 2012. Pag. 150-193.

RODRIGUES, R. C. **LOUCURA E PRECONCEITO NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIATRICA:** Sujeito, Teorias e Políticas Publicas. (Programa de pós- graduação em psicologia clínica e cultura) UnB- Brasília,2013.

SANTOS, J. C. **O ESTIGMA DA DOENÇA MENTAL:** COMPREENSÃO E AÇÕES DOS TRABALHADORES DO CAPS, Dissertação (programa de pós- graduação em enfermagem). São Paulo, 2013.

WANDERLEY, M. (2002). Refletindo sobre a noção de exclusão. Em B. Sawaia (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.

EIXO D - SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES.

DIVERSIDADE DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A "TRANS-FORMAÇÃO" E (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSEXUAL

Erinaldo Gualberto Da Silva
Ticiane Gualberto Sidrim Diniz
Dayanne Nicolau Cruz
Roselândia Gomes Da Silva
Leda Mendes Pinheiro

RESUMO

Gênero em seu conceito amplo, compreende uma diversidade que ultrapassa o masculino e o feminino, abrange o ser por completo, nas 'categorias': corpo, sexualidade, papel sexual e identidade sexual. Com o propósito de focar em uma especificidade, explanou-se sobre o Universo Trans, perpassando por Travestis e Transexuais, na tentativa de ilustrar como se dá o processo de construção de auto-imagem, bem como o processo de transgenitalização e a inserção desse público ao mercado de trabalho, buscando uma articulação entre a visão da Psicologia à atuação do profissional Assistente Social nas Políticas Públicas que possam abarcar essa demanda.

Palavras-chave: Universo Trans, transgenitalização, Diversidade de gênero.

ABSTRACT

Gender in its broad concept, comprising a diversity that goes beyond the masculine and feminine, covers being completely in the 'categories': body, sexuality, sexual identity and sexual role. In order to focus on a specific character, is expounded on the Universe Trans, passing for Transvestites and Transsexuals in an attempt to illustrate how is the process of building self-image as well as the process of reassignment and the inclusion of this public the labor market, looking for a link between the vision of psychology to the work of professional social worker in public policy that can cover this demand.

Keywords: Trans universe, reassignment, gender diversity

1. INTRODUÇÃO

O termo ‘gênero’ é algo muito abrangente diante de sua conceituação e definição, quando se descreve todos os tipos perpassando pelas categorias que eles podem alcançar, pode-se citar além de gênero, que inclui masculino e feminino; corpo, que se refere ao biológico; sexualidade ou orientação sexual, que trata do desejo ou atração sexual; papel sexual, que é como o sujeito se comporta dentro da sociedade, e identidade sexual, que é como ele se percebe.

Diante dessa diversidade, pretende-se explanar um pouco sobre o ‘Universo Trans’, que engloba as pessoas transgêneros (Transexuais e Travestis), tendo em vista todo o processo enfrentado, desde o auto-reconhecimento como pertencente a um gênero que difere do seu corpo biológico, até uma possível adequação a essa realidade através da escolha pela cirurgia de transgenitalização.

Além de ser um processo que causa sofrimento psíquico ao sujeito, provoca também um sofrimento no próprio corpo, uma vez que diante da tentativa de adequação corpo/gênero, muitos dessas pessoas se sujeitam a procedimentos que colocam em risco a própria vida, como por exemplo, a utilização de silicone industrial nas “cadeiras das bombadeiras” – travestis e transexuais que, mesmo não sendo médicos esteticistas, realizam uma série de procedimentos que vão dando formas femininas à corpos masculinos.

Na contemporaneidade se enfrenta uma série de desafios, uma vez que a Medicina ainda considera a Transexualidade como uma patologia, classificando-a como um ‘Transtorno de Identidade de Gênero’, o que por um lado permite o acesso gratuito dessas pessoas à cirurgia e acompanhamento multidisciplinar pelo SUS, por outro, reforça um pensamento ultrapassado de preconceito e discriminação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de gênero está baseada em categorias, que vão indicar através de desinências, uma divisão de nomes que leva em consideração critérios como sexo e associação psicológica, além de uma construção histórica que deve ser considerada em cada individuo como forma de entender os processos de identificação, orientação e opção sexual. A bagagem histórica acerca das questões de gênero envolve também a dificuldade em descaracterizar gênero do conceito apenas gramatical que restringe a definição e classificação apenas em masculino e feminino. (FERREIRA, 2006)

São quatro os tipos de orientação afetivo-sexual: os bissexuais, que se sentem atraídos pelos dois gêneros; os heterossexuais, pelo gênero oposto; e os homossexuais, pelo mesmo gênero. Os assexuados representam um caso singular, uma vez que podem apresentar uma orientação romântica, porém não sexual direcionada a algum dos gêneros (ou a ambos), ou não apresentarem orientação romântica e nem sexual. A identidade de gênero, por sua vez, costuma ser menos compreendida, ao passo que a orientação sexual se refere a outros, a

quem nos relacionamos, a identidade de gênero faz referência a como nos reconhecemos dentro dos padrões de gênero estabelecidos socialmente. (PINHEIRO, 2010)

Existem dois sexos, mulher e homem, e dois gêneros, feminino e masculino. Embora a maioria das mulheres se reconheça no gênero feminino e a maioria dos homens no masculino, isto nem sempre acontece. Fala-se então, de pessoas cujo sexo biológico discorda do gênero psíquico: são os travestis e transexuais, ou transgêneros. (PINHEIRO, 2010)

Há certa complexidade em definir o que se refere aos transgêneros: transexuais e travestis, no que tange à definição em relação aos conceitos de gênero, corpo, sexualidade. Há uma variedade de pessoas que se identificam em algum tipo de gênero que não seja o seu, ou que seja propriamente o seu; o gênero está relacionado à identificação do ser homem e ser mulher.

A transexualidade é reconhecida como uma questão de identidade; não se pode relacionar somente a orientação sexual, pois os mesmo podem ser homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, tendo em vista seu gênero social ou o gênero pelo qual é atraído afetivo-sexualmente.

Já as travestis, que às vezes são confundidas com as transexuais, são identificadas como sujeitos que vivenciam atitudes do gênero feminino, mas não têm uma identificação específica por nenhum gênero. Costumam reconhecer-se como um terceiro-gênero ou de nenhum gênero (JESUS, 2012). Exercem um papel social muitas vezes de homem, que pode ser devido à necessidade de trabalho, mas se travestem de mulher como forma de exercer sua sexualidade, porém, normalmente são ativos durante uma relação sexual, sendo muito procurados por homens que buscam prazer sexual de forma passiva; diferentemente das transexuais que rejeitam seu órgão sexual.

Para que possamos encontrar um termo que possibilite uma breve compreensão e que possa definir as vivencias de um sujeito que não reconhece seu corpo como seu, e busca se desfazer desse em busca de outro, chegamos a uma complexidade de significados que propõem o conceito do que seja realmente travestilidade.

Quando o sujeito se descobre dentro daquela diversidade, sendo essa submissa a um padrão social visivelmente cruel onde suas escolhas se tornaram alvo de rejeição e exclusão, o sujeito depara-se com a realidade vivenciada por todos que assumem um papel no qual não se enquadra nesse padrão heteronormativo que a sociedade preserva como regra para a inserção social.

Assim, os transgêneros passam a vivenciar dentro da sociedade uma incontinência social, devido aos conflitos que sua condição humana propõe aos padrões sociais. A partir da compreensão do sujeito que precisa mudar seu corpo por não se reconhecer, começa assim a construção de uma identidade que possibilitará ao sujeito uma possível completude do seu ser enquanto humano em sociedade.

> "A experiência de ser transexual em um mundo de gêneros binários implica em uma experiência de transição, pois de modo geral há a abdicação da identidade masculina

> e a construção de uma nova identidade feminina a ser reconhecida e afirmada socialmente. O processo de reconhecimento e afirmação da identidade feminina se insere em um contexto de conflitos existentes nas relações de poder baseadas na necessidade de se restringir a identidade que o sexo biológico define" (DUTRA e COSTA JUNIOR, 2014, p.2).

A construção de uma identidade corporal que é almejada pelos travestis que se permeia entre corpo, sexualidade e gênero é algo que o coloca em constante busca por uma feminilidade, dentro de um padrão heteronormativo que impõe a sua condição biológica de ser no mundo e tenta enquadrá-lo dentro de um padrão social. Diante de tal conflito, os travestis vivenciam a necessidade de algo que cada vez mais transforme o seu corpo em um corpo feminino, para que assim possa sentir-se mais completo e realizado. Sua imagem corporal é o fetiche responsável por sua realização e conduta perante a sociedade.

Assim, a configuração de um papel travesti, com suas especificidades sociais, físicas e culturais, é construída na fluidez de significados elaborados em suas práticas ou trocas sociais relacionadas a seu corpo. (BORBA, 2008) Portanto, a reconstrução do corpo é um meio de expressão que os transexuais usam para impor à sociedade sua identidade, assim ele se mantém em uma constante transformação corporal para que cada vez mais conquistem seu espaço, que historicamente vem sendo relegado a uma posição de marginalidade. (TUSSI, 2006)

Nesta perspectiva pensar a homossexualidade ao longo da história é se deparar com uma realidade marcada por processos que vão da aceitação, da divinização até a total rejeição ou ainda a demonização desses sujeitos. Em se tratando da Transexualidade isto ganha um contorno ainda mais complexo, uma vez que o próprio fenômeno ainda não é muito bem compreendido, pois ainda se pensa a sexualidade como sendo uma questão binária de diferença marcada unicamente por questões biológicas, a partir de um modelo médico. No entanto, a ideia de sexualidade vem ganhando uma nova configuração, uma vez que se começa a distinguir, ou pelo menos pensar numa diferenciação entre corpo, gênero e sexualidade.

Ao longo da história a Transexualidade, apesar de não receber este nome, foi tratada de diferentes maneiras, como por exemplo na Grécia Antiga, onde era vista como tendo um caráter sagrado, pois segundo a mitologia, os Sacerdotes da Deusa Cibele, a Deusa da Feminilidade eram todos homens que, além de se automutilarem arrancando seus órgãos genitais, passavam a se travestir de mulher e eram profundamente respeitadas nesta condição.

Nas sociedades Indianas as Hijiras – homens que se travestem de mulher - são ainda hoje considerados sagrados, divinos, como fazendo parte do que eles acreditam ser o terceiro sexo, e que são não só aceitos socialmente, mas também são colocados numa posição de seres divinos.

Mas lamentavelmente não foi só essa visão positiva que se fez presente na história com relação à homossexualidade ou transexualidade. Se olharmos o tratamento que se dava

aos homossexuais ao longo da Idade Média, onde a sodomia era considerada não só um pecado, mas um sacrilégio que deveria ser punido com a morte; é possível imaginar o quanto os sujeitos que não se reconheciam em seu corpo biológico como pertencentes àquele corpo sofreram, ou vítimas silenciosas trancadas em muralhas de medo ou ainda perseguidos por uma sociedade extremamente punitiva e reguladora.

O movimento de luta por direitos e por igualdade sexual e de gênero no Brasil, conseguiu a aprovação da Portaria nº 1707 de 2008 do Ministério da Saúde sobre o Processo Transexualizador, que garantiu a cirurgia, que além de reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina como um procedimento de alta complexidade, é financiada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Posteriormente, a Portaria nº 457, também de 2008, foi instituída para organizar os demais serviços associados ao de readequação sexual e de acompanhamento psíquico, social, emocional e fisiológico, bem como institui a equipe multiprofissional que acompanhará esses sujeitos ao longo de todo o processo. (CARMONA; TEIXEIRA; ALCARÁS. 2014).

Dentre essa equipe, se enquadra o profissional do Serviço Social que é um dos responsáveis dentro do processo transexualizador, visando assegurar a integração desse segmento social, travestis e transexuais, à atenção à saúde, tendo em vista que a orientação sexual e a identidade de gênero abrange uma questão bem complexa que envolve questões sociais arraigadas ao longo da história que os colocam num lugar de vulnerabilidade social, abrangendo a saúde, englobando as práticas sexuais e também os processos discriminatórios, estigma e exclusão social, que acarretam sofrimento psíquico, e que violam seus direitos garantidos pela Constituinte, dentre os quais o direito à saúde, autonomia, dignidade e liberdade. (CASSEMIRO, 2013)

Outro marco de conquistas na luta por direitos de travestis e transexuais, foi a resolução de Nº 12 de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos que cria o direito de Trasnsexuais e travestis serem chamadas pelo nome social nas escolas, o que permite um tratamento digno e de respeito a esses sujeitos que historicamente vem sendo desrespeitados e discriminados. (BRASIL, 2015)

> Apesar de tais mudanças, no que se refere à Transexualidade, o que engloba as pessoas Trans (Transexuais e Travestis), tanto sociais quanto políticas e ainda de toda a luta dessa classe, estas ainda se encontram classificadas no CID – 10 e no DSM – IV como portadoras de um Transtorno de Identidade de Gênero e Disforia do Gênero, respectivamente.
>
> Nesse sentido, podemos falar de um comportamento sendo patologizado, uma vez que este vai contra a conjectura heteronormativa, pois que, para que o indivíduo seja diagnosticado como portador de um transtorno de identidade de gênero, ele tem que, necessariamente, atender a todos os critérios, não levando em conta a subjetividade e autonomia do sujeito.

Um dos argumentos utilizados para manter a patologização de pessoas trans e travestis, é a visão de que estas são potencialmente suicidas, podendo ver isso na fala de BENTO E PELÚCIO:

> "Esse argumento sustenta a defesa da necessidade de um protocolo rígido que obriga as pessoas trans a realizarem acompanhamento terapêutico como forma de protegê-las de seus próprios desejos. Procedimento que, por meios institucionais, escamoteia a posição hegemônica de que essas pessoas são transtornadas, portadoras de subjetividades, desconectadas com a realidade e, portanto, sem condições psíquicas de administrar suas escolhas. Essa é uma estratégica discursiva que retira a autonomia e não reconhece a condição de sujeitos das pessoas transexuais e travestis." (BENTO E PELÚCIO, 2012, p.575)

Outro aspecto que pode acabar colocando as pessoas trans como "cúmplices" desse modelo vigente, é o serviço ofertado hoje a essas pessoas, que podem passar gratuitamente, por um processo de transgenitalização pelo SUS (Sistema Único de Saúde), uma vez que o Estado entende que é de sua responsabilidade "tratar" esta patologia.

De acordo com Amaral (2011), em 1997 no Brasil, o Conselho Federal de Medicina baseado nos princípios de beneficência, autonomia e justiça, consentiu a realização de cirurgias de transgenitalização em pessoas transexuais. Isso foi possível por que, como citado anteriormente, de acordo com a resolução 1.482 este procedimento teria caráter terapêutico para o paciente transexual que é considerado como sendo portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, no qual rejeita o fenótipo e tendência à auto-mutilação ou auto-extermínio.

Para que o transexual tenha direito a cirurgia de transgenitalização é preciso que por no mínimo dois anos o mesmo tenha um acompanhamento médico psiquiátrico e psicológico, dentre outras especialidades, ou seja, para que este sujeito tenha direito a cirurgia ele tem que ser diagnosticado com o transtorno de identidade de gênero e que durante esses dois anos de acompanhamento pela equipe multidisciplinar não haja "duvidas" quanto ao seu desejo de se submeter a esse processo.

Um dos principais desafios frente ao processo 'transexualizador' é encontrado junto à equipe interdisciplinar que acompanha esse paciente, faz-se necessária a capacitação profissional dessa equipe através de medidas de humanização, garantindo um atendimento que tenha qualidade e seja livre de discriminação, compreendendo o paciente como um sujeito que sofre defronte a esse processo. É possível aliar o olhar da Psicologia e a atuação do Serviço Social, como uma profissão historicamente comprometida com as causas sociais, no intuito de elencar as possíveis intervenções cabíveis a cada profissional, evidenciando novas demandas e requisições no âmbito da saúde. (CASSEMIRO, 2013)

Este olhar interdisciplinar se justifica na medida em que os sujeitos trans sentem-se incomodados com o termo "transtorno" contido nos manuais diagnósticos, uma vez que para eles as identidades trans não são doenças e eles lutam pelo direito de decidirem autonomamente sobre seus corpos (SAMPAIO; COELHO, 2013).

Segundo Amaral (2011) vários autores criticam a compreensão da condição transexual como doença. O diagnóstico de transtorno de identidade de gênero vem sendo debatido e

questionado sobre a construção teórica usada e as consequências na vida do sujeito, pois este rótulo reforça a exclusão social enfrentada por eles.

Na luta pela Despatologização das Identidades Trans, é necessário que se trabalhe contra alguns argumentos que servem como estratégia no discurso que mantém a ideia da Patologização; sendo as principais, segundo BENTO e PELÚCIO (2012):

- A diferença natural entre gêneros, que vem defender a premissa de que se nasce homem ou mulher, desconsiderando dessa forma, toda a construção cultural e social que bombardeia os indivíduos já nas primeiras fases de sua vida.
- A visão suicidógena que se tem das pessoas trans, afirmando que estas, são suicidas em potencial; enrijecendo, dessa forma, o processo de acompanhamento. Esse argumento acaba por tirar do indivíduo, a sua autonomia e o destitui de seu papel de sujeito ativo.
- Os direitos atualmente garantidos, estes, acabam por aprisionar as / os transexuais / travestis nesse modelo que está em vigor, tornando-os coniventes.
- A autoridade científica; é necessário que se questione todo o discurso e os conceitos científicos acerca dessa patologização, uma vez que este modelo, enrijece modos de ser e aprisiona os indivíduos em moldes heteronormativos.

2.2 Transgêneros e o Mercado de Trabalho

Tratando da questão do mercado de trabalho, a empregabilidade do público trans ainda é mínima, demonstrando que ainda persevera também nessa esfera, uma forte discriminação e preconceito em se contratar pessoas transgênero, transexuais e travestis. São poucas ou quase nenhuma as oportunidades de adentrarem no mundo produtivo capitalista, muitas vezes tendo a prostituição como único meio de sustento; alguns conseguem se inserir como cabeleireiros e maquiadores, estas sendo algumas das únicas profissões onde conseguem acesso ao mercado de trabalho.

Segundo dados do ANTRA (Associação Nacional dos Travestis e Transexuais), no Brasil, 90% desse público se prostituem. Isso se dá devido à exclusão no mercado de trabalho por um motivo torpe de não se “adequarem” fisicamente à normatividade da sociedade, não importando suas capacidades intelectuais.

Nesses casos, a aparência vai além da capacidade produtiva, e aqueles que conseguem um espaço, sofrem dentro do trabalho, inúmeras formas de discriminação, devido a transfobia, fato que assola a sociedade brasileira. Nascimento assim afirma que:

> “As possibilidades de inserção no mercado de trabalho para as transgêneros são mínimas; mesmo nas situações em que estas executem atividades tidas como femininas, não são consideradas mulheres e pela ambiguidade são alvos de preconceitos por parte da sociedade. Considera-se que a questão da diversidade é colocada a dupla dificuldade enfrentada pelas transgêneros, pois é difícil para a mulher entrar no mercado de trabalho, e ter as mesmas condições trabalhistas e

> salariais do homem, o desafio aumenta para a travesti." (NASCIMENTO, 2003, p.37).

Assim, diante da realidade vivenciada pelos trans, faz-se necessário a busca e concretização de mais políticas voltadas para a inserção desse público no mercado de trabalho onde possa haver uma maior conscientização dos empregadores acerca da questão. Criando assim, mais oportunidades de que os trans possam ter uma melhor qualidade de vida, tendo assegurado seus direitos de cidadãos brasileiros tão defendidos pela Constituição Brasileira, principalmente no que tange no seu artigo Artigo 113, inciso 1, "Todos são iguais perante a lei". (MOURA e LOPES, 2014)

3. SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação do Assistente Social dentro das Políticas Púbicas está embasada pela resolução compreendida pela Lei 8662/93, onde, nos artigos 3 e 4, preconiza, respectivamente, as competências do assistente social e suas atribuições.

Segundo Torres (2013) os profissionais do Serviço Social constroem-se através dos seus saberes, articulando as demandas apresentadas pela população aos serviços oferecidos pelas Políticas Públicas. Há que se considerar que o assistente social trabalha diretamente com questões ligadas à pobreza e a exclusão.

Considera-se, ainda, que a inserção do indivíduo dentro dessas políticas, beneficiando-se desses serviços, é uma condição de proteção social, visto como uma forma de enfrentamento de um problema que é social e que necessita de uma educação voltada para o mesmo.

Dentre as dimensões que o assistente social pode trabalhar, sendo elas as dimensões interventiva, investigativa, analítica, ideopolítica e a ética, destacaremos as duas últimas, pelo seu caráter de significado social assumido pelo assistente social dentro desse contexto. Segundo Torres (2013, p.205), "Essa dimensão reflete a necessária articulação do exercício profissional vinculado ao projeto ético-político e à defesa do projeto societário de uma dada classe social."

De acordo ainda com o autor supracitado, esse modelo exige do profissional que se tome uma posição em relação ao que se apresenta enquanto contraditório na realidade social, buscando dessa forma e através do seu trabalho a garantia da efetivação dos serviços ofertados pelas políticas públicas.

> "A dimensão ética permite ao profissional explicitar o entendimento que tem acumulado acerca dos hábitos, costumes, moral, dinâmica social e contradições que estão presentes nas relações estabelecidas entre os homens, dos homens com eles mesmos e dos homens com a natureza". (TORRES, 2013, p.206)

No que se trata das relações dos homens com eles mesmos podemos destacar as relações que se estabelecem com as pessoas Trans, sendo estas marginalizadas pela sociedade. Mello et al, 2016, destaca que, no tocante às inciativas governamentais, "nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada". Foram implementadas algumas ações e projetos

voltados para o público LGBT nas áreas de saúde, assistência social e previdência social, bem como, educação, trabalho e segurança.

Foi somente, a partir de 2004, que foram implantadas algumas iniciativas, tais quais, a criação do Brasil Sem Homofobia, em 2004; a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2009; a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010 e a implementação do Conselho Nacional LGBT, também em 2010. (Mello et al, p. 408 – 409, 2016)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das evidentes conquistas no Brasil e no mundo, ainda há muito a percorrer nessa luta em busca de direitos que os possibilitem serem tratados igualitariamente como todo o resto da população, como seres humanos, cidadãos, portadores de direitos e possibilidades nos vários campos sociais, seja na educação, no mercado de trabalho, na sociedade, enfim, na vida. Políticas surgiram e surgem em prol de alguns direitos, contudo muitas dessas políticas precisam sair das gavetas a fim de definitivamente, serem colocadas em práticas em todo o Brasil.

É preciso que haja ainda um lugar onde, para além de uma psicoterapia comprobatória de identidade de gênero, - como determina as resoluções nos casos de transgenitalização – se crie um espaço onde as pessoas possam ser, enquanto sujeitos, enquanto humanos, que não necessite de nenhum documento que comprove quem elas são, que na busca pelo profissional psicólogo, encontre aí um lugar de acolhimento, um espaço que faça emergir aquilo que de melhor cada um possa ser, possa fazer, sem estereótipos e sem medo.

Politicas públicas no campo da assistência social, no campo da saúde, educação, precisam ser criadas e/ou reformuladas afim de garantir um espaço que possibilite às pessoas Trans viverem dignamente, construírem seu futuro pautado no respeito, na inclusão, na participação efetiva enquanto cidadãos, enquanto sujeitos, enquanto seres humanos, livres de padrões ideológicos estereotipados, livres de preconceitos, livres de amarras de padrões binários que ao longo da história vem causando tanto sofrimento a milhares de pessoas.

Bem mais do que propor soluções ou responder questões, o presente trabalho pretende suscitar indagações e interesse sobre a temática, possibilitando que haja uma maior discussão acerca do tema e a partir daí se possa construir um conhecimento que permita encarar essa realidade com um olhar novo, mais humano, um olhar de alteridade

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, D. M. **Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência transexuais no Brasil.** In: Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < http://www.academia.edu/2530081/Os_desafios_da_despatologiza%C3%A7%C3%A3o_da_transexualidade_reflex%C3%B5es_sobre_a_assist%C3%AAncia_a_transexuais_no_Brasil> Acesso em: 13/11/15.

BENTO, B. PELÚCIO, L. Despatologização de Gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos feministas, 20(2): 569-581**, Florianópolis, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf> Acesso em: 12/11/15

BRASIL, **Resolução nº 12 de 16 de Janeiro de 2015.** Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>, Acesso em: 14/11/2015

CASSEMIRO, L.C. **Possibilidades e Limites da atuação do Assistente Social no processo transexualizador do SUS**. III Seminário Internacional enlaçando sexualidades. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0SU-H2JgIrUJ:www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Possibilidades-e-limites-da-atua%25C3%25A7%25C3%25A3o-do-assistente-social-no-processo-transexualizador-do-SUS.doc+&cd=4&hl=en&ct=clnk&gl=br>, Acesso em: 05/11/2016

CARMONA, I. M.; TEIXEIRA, M. D.; ALCARÁS, M. J. **Os Estudos Desenvolvidos na Interface entre Psicologia e Transexualidade.** Psicologado. 2014. Disponível em: < https://psicologado.com/psicologia-geral/sexualidade/os-estudos-desenvolvidos-na-interface-entre-psicologia-e-transexualidade> Acesso em: 14/11/15

Classificação de Transtornos mentais e de Comportamento da CID – 10: **Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas** – Coord. Organiz. Mund. da Saúde ; trad. Dorgival Caetano.- Porto Alegre: Artmed, 1993

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização trans: debate mobiliza categoria**, 2014. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/debate-sobre-despatologizacao-trans-mobiliza-categoria> Acesso em: 14/11/15.

DSM-IV-TR – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Cláudia Dornelles. 4ª Ed. rev. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

DUTRA, A. C. de M. COSTA JR, F. M. da. **Corpo Ciborgue e identidades trans: narrativas sobre a construção do corpo na experiência de mulheres transexuais.** USC, Bauru-SP, 2014. Disponível em: < http://www.usc.br/wp-content/uploads/2015/05/Corpo-Ciborgue-e-identidades-trans.pdf> Acesso em: 13/11/15

FERREIRA, G. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social**. Rev. NUFEN vol.5 no.1** São Paulo, 2006. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912013000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 15/11/15

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O%20Servico%20Social%20na%20cena%20contemporanea%20Marilda.pdf> Acesso em: 05/11/2016

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero:** Conceitos e - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2ª Ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Jaqueline_Jesus/publication/234079919_Orientaes_sobre_Identidade_de_Gnero_Conceitos_e_Termos/links/02bfe50eebe482dd4c000000.pdf.> Acesso em: 15/11/15.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2016. Disponível em: < http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645062 > Acesso em: 05/11/2016

MORERA, J. A. C.; PADILHA, M. I. Trans-formação: Uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. **Revista Eletrônica Estácio Saúde** - Volume 4, Número 1, 2015. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/1504/706> Acesso em: 16/11/15

MOURA, R. G. LOPES, P. de L. **O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica.** XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende-RJ, 2014. Disponível em: < http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf> Acesso em: 20/10/15

NASCIMENTO, E. **Alternativas de mercado de trabalho para as travestis de Aracaju**. Aracaju: Ministério da Justiça, 2003

PINHEIRO, L. R. **Entenda identidade de gênero e orientação sexual.** 2010. Disponível em : http://www.plc122.com.br/orientacao-e-identidade-de-genero/entenda-diferenca-entre-identidade-orientacao/#axzz3rc9OjtRP Acesso em: 15/11/15

RODRIGUES, A. **O SUS e o Processo Transexualizador**. Fonte: Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), 2012. Disponível em: < http://www.bulevoador.com.br/2012/01/o-sus-e-o-processo-transsexualizador/> Acesso em: 12/11/15.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D. **A transexualidade no cenário brasileiro atual: a despatologização e o direito à identidade de gênero**, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/A-transexualidade-no-cen%C3%A1rio-brasileiro-atual-a-despatologiza%C3%A7%C3%A3o-e-o-direito-%C3%A0-identidade-de-g%C3%AAnero.pdf > Acesso em: 13/11/15.

TORRES, M. M.; LANZA, L. M. B. Serviço Social: exercício profissional do assistente social na gestão de políticas públicas. **Argumentum**, v. 5, n. 1, p. 197-215, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2979/0> Acesso em: 05/11/2016

TUSSI,F.P. A travesti e o gênero: o corpo "todo feito" de ambiguidades, especificidades e curiosidades. **Horizonte Antropológico. Vol. 12. n.26** Porto Alegre. Julho/Dezembro. 2006

CORPO, SEXO E GÊNERO

Antoniel Dos Santos Gomes Filho

RESUMO: Objetivo nesse estudo, analisar e discutir as categorias: corpo, sexo e gênero com base nas construções históricas e sociais, buscando promover uma desconstrução das ideias de naturalização do corpo e do sexo, além de demonstrar os entrelaçamentos existentes entre o corpo e o sexo com gênero. Na primeira parte do texto, apresento uma discussão sobre as construções históricas e sociais sobre o corpo, o sexo e o gênero, a fim de perceber como o "natural" é constituído socialmente. Na segunda parte trago uma discussão sobre a biopolítica em Foucault e como esse bio-poder exerce uma força normalizadora binária nas categorias apresentadas.
PALAVRAS-CHAVE: CORPO. SEXO. GÊNERO. BIOPOLÍTICA.

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze and discuss the categories: body, sex and gender based on historical and social constructions, seeking to promote a deconstruction of the ideas of naturalization of the body and sex, as well as to demonstrate the interweaving existing between the body and sex with gender. In the first part of the text, I present a discussion about the historical and social constructions about the body, sex and gender, in order to perceive how the "natural" is socially constituted. In the second part I bring a discussion about biopolitics in Foucault and how this bio-power exerts a binary normalizing force in the categories presented.
KEYWORDS: BODY. SEX. GENDER. BIOPOLITICS.

1 INTRODUÇÃO

> Definir o anormal por meio do que é de mais ou menos [em termos biológicos] é reconhecer o caráter normativo do estado dito normal. Esse estado normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição detectável e explicável como um fato, para ser a manifestação do apego a algum valor (CANGUILHEM, 2009, p. 20).

Preparando as reflexões que se seguirá adiante no texto, fui buscar em algumas velhas caixas, os livros do período do ensino médio para aguçar algumas memórias sobre o que aprendi nas aulas de biologia sobre o sistema reprodutivo e sobre genética. Folheando-os pude ver o sistema de determinação cromossômica do sexo, as famosas e velhas conhecidas letrinhas X e Y e suas combinações masculinas (XY) e femininas (XX). Outra forte memória são as das aulas que retratavam as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Não esqueço aquelas imagens horrorosas de pênis e vaginas com uma série de deformações projetadas na parede da sala, que causavam mais medo mais que qualquer outra coisa, e o prazer estampado na face de alguns professores, em causar esse ho/te-rror. Trago essas

memórias, pois imagino que assim como eu, muitas outras pessoas também tem suas recordações sobre os conteúdos escolares que de algum modo tinham como centro de debate o sexo, e que sempre estavam nas aulas de biologia.

A inserção desses conteúdos nas aulas de biologia está correlacionada à forma como as sociedades ocidentais construíram saberes sobre o corpo e o sexo, como diz Le Breton (2002, p. 14) "*La concepición que se admite con mayor frecuencia [sobre o corpo] encontra su formulación en la anatomofisiología, es decir, en el saber que proviene de la biología y de la medicina.".* Assim, como será discutido, veremos como os saberes das ciências biológicas e médicas sobre o corpo, o sexo e o gênero tornaram-se um dispositivo de poder vinculado a uma economia e política, como retrata Foucault, instaurando as "verdades" no seio social.

É perceptível que nas sociedades ocidentais circunda sobre o corpo e o sexo uma ideia de natureza, de naturalização. Não é difícil escutar falas como: "o sexo é algo natural", "é um menino", "você nasceu num corpo de mulher", "você é do gênero masculino, pois tem um pênis", entre outros atos de fala. Em suma, esses atos reduzem o sujeito e o corpo ao pênis e a vagina, como referencias para organização e ordenação da vida, como um dado natural. Mas, estranhando essa naturalização, vem a seguinte questão, como o corpo, o sexo e o gênero foram construídos historicamente e socialmente? Ressalto que as respostas para essa indagação vêm sendo o objetivo de muitos/as investigadores/as de diversos campos do saber, assim, nas leituras e textos que venho desenvolvendo sobre corpo, sexo e gênero (categorias que se entrelaçam), nos últimos anos, tenho me ancorado numa perspectiva transdisciplinar, logo, as contribuições oriundas da filosofia, da sociologia, da antropologia, da história, da psicologia, da psicanálise, da educação e da própria biologia dão subsídios para dialogar sobre as construções históricas e sociais sobre o sexo. Diante disso, objetivo nesse estudo, analisar e discutir as categorias: corpo, sexo e gênero com base nas construções históricas e sociais, buscando promover uma desconstrução das ideias de naturalização do corpo e do sexo, além de demonstrar os entrelaçamentos existentes entre o corpo e o sexo com gênero, uma vez que, é comum que se pense que os dois primeiros estão numa ordem natural e o terceiro numa ordem cultural/social.

Esse estudo segue uma abordagem qualitativa (GAMSON, 2006) com base numa revisão bibliográfica (HOHENDORFF, 2014). Compõem a revisão os seguintes textos: ***Los cinco sexos (1993)*** e **Dualismos em Duelo (2002)**, de Anne Fausto-Sterling; **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (2006)**, de Berenice Bento; ***Antropologia del cuerpo y moderninad (2002)***, de David Le Breton; **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade (2015)**, de Judith Butler, **História da Sexualidade: a vontade de saber (2014) e Nascimento da Biopolítica (2008),** de Michel Foucault e **Biopolítica, biotecnologias e biomedicina (2015)** de Sylvio Gadelha.

Busco nos referenciais teóricos sobre a transdisciplinaridade uma via para tecer uma justificativa do estudo. Ao escrever esse texto para II Simpósio de Serviço Social do Centro

Universitário Dr. Leão Sampaio, realizado em novembro de 2016, compreendo que as discussões sobre o corpo, o sexo e o gênero numa ótica histórica e social atravessam o campo do serviço social, enquanto uma área do conhecimento transdisciplinar. Como dito por Brandão (2008, s/p) “a transdisciplinaridade é uma interação e uma abertura das disciplinas às outras disciplinas quanto ao indisciplinado, conformando-se e contagiando-se reciprocamente, a começar pelo que lhe é marginal ou periférico.”. Desse modo, quando ampliamos os debates sobre o corpo, o sexo e o gênero, em uma perspectiva de desconstrução das ideias de natureza que estão impregnadas nessas categorias, proporcionamos novos movimentos e lugares para observar as questões sociais, que são atravessadas por esses e outros marcadores da diferença, e que é muitas vezes usado como meio para opressão de diversos atores sociais, considerados marginalizados ou estigmatizados socialmente, sendo esses atores e temas periféricos alvos de investigação nos estudos do serviço social, em conexão com outras transdisciplinas.

Finalizo essa introdução assinalando que esses movimentos de trans-escritas criam novos fluxos, que são descontínuos, com diversos sentidos, afixos, mutáveis e instáveis, que conectam fluxos rizomáticos do conhecimento e do pensamento que dificilmente seriam legitimados diante dum olhar acadêmico-positivista-colonizador. Assim, mesmo utilizando referenciais nortistas (euro-americanos) não os tomo como cânones, misturo-os, e junto com os referenciais locais num diálogo, não hierárquico entre o texto produzido em Juazeiro do Norte, a terra do Padim Ciço, no interior do Ceará do nordeste brasileiro e o texto produzido nos grandes centros mundiais como Nova Iorque ou Paris. Logo, busco nas palavras de Deleuze um amparo para tentar realizar essa mistura e burlar as micropolíticas e os micropoderes (familiares, sociais, institucionais, acadêmicas, etc., etc...) que dizem o que podemos ou não pensar, falar e escrever. Por isso,

> Escrever é um fluxo entre outros, sem nenhum privilégio em relação aos demais, e que entra em relações de corrente, contra-corrente, de redemoinhos com outros fluxos, fluxos de merda, de esperma, de fala, de ação, de erotismo, de dinheiro, de política, [de cerveja], etc. (DELEUZE, 1992, p. 17).

2 ENTRELAÇADOS: CORPO, SEXO E GÊNERO

I

> *Nuestras actuales concepciones del cuerpo están vinculadas con el ascenso del individualismo como estructura social, con la emergencia de un pensamiento racional e positivo y laico sobre la naturaleza, con la regresión de las tradiciones populares locales y, también, con la historia de la medicina que representa, en nuestra sociedades, un saber en alguna medida oficial sobre el cuerpo (LE BRETON, 2002, p. 8).*

Para Le Breton as concepções modernas sobre o corpo estão correlacionadas à ascensão do individualismo[31] na estrutura social, que rompe com uma solidariedade social, e que traz as ideias de racionalismo, positivismo e laicismo destronando um estado natural dessa representação corporal. Agregado a essa proposição surge também uma forma de pensamento dual, movimento que permeou diversas ciências que vieram consolidar-se no século XIX. Desse modo, a ideia de paridade com base na oposição de conceitos se solidifica no que tange as diversas taxonomias corpóreas criadas, inclusive quando se trata do sexo e do gênero.

Fausto-Sterling (2002) nos dá uma mostra desse pensamento dualista, quando no primeiro capítulo do livro *Sexing the Body: Gender Politics and Construction of Sexuality*[32], discute sobre os pares: sexo/gênero, natureza/criação e real/construído. Segundo a autora: "Os modos europeus e norte-americanos de entender como funciona o mundo dependem em grande parte do uso de dualismos – pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos." (Id. p. 60), e nos lembra retratando os estudos da antropóloga nigeriana Oyronke Oyewumi que o mundo ocidental "[...] 'organizam seu mundo social segundo uma percepção dos corpos humanos' como machos e fêmea [...] Oyewumi mostra como a imposição de um sistema de gênero – neste caso, pelo colonialismo seguido pelo imperialismo acadêmico – pode alterar nosso entendimento da diferença étnica e racial." (Id. p. 57).

Tal proposição nos mostra que através dos processos de colonização e de circulação do conhecimento sobre o corpo, o sexo e o gênero, produzidos no eixo euro-americano, se difundiu um olhar sobre o sexo com bases nos estudos produzidos no norte global, o que deslegitimou os processos de organização e construção culturais local sobre o sexo e outros marcadores da diferença social. Para Fausto-Sterling,

> O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe isso ou aquilo. Antes existe nuances da diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre gênero – e não sobre as ciências – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 15).

Os sistemas de crenças sobre o gênero são por deveras importante para que se compreendam as construções histórias e sociais sobre o sexo, pois é nesse entrelaçamento sexo/gênero, não como sistemas opostos, sendo um natural e outro cultural, que se pode desconstruir um status de natural do sexo. Como dito por Butler,

> Se o caráter imutável do "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo

[31] Sobre individualismo na sociedade ocidental ver: FIGUEIREDO, L. C.; SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010.

[32] Nesse estudo utilizamos a tradução do Capítulo 1 de **Sexing the Body: Gender Politics and Construction of Sexuality**, Nova Iorque, Basic Books, 2000. Traduzido por Plínio Dentzein e Revisado por Valter Arcanjo da Ponte. Estando publicado no Cardenos Pagu, v. 17-18, 2002.

> e gênero revela-se absolutamente nula. O sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza [...] (BUTLER, 2015, p. 27).

Tanto em Fausto-Sterling como em Butler podemos perceber que o sexo é construído a partir do que é dito e tido socialmente para os gêneros, então o que cremos/construímos como sendo masculino ou feminino são referenciais para dizer e fazer o que é o sexo masculino e o sexo feminino. Retornando a Le Breton quando nos aponta sobre a legitimação dos saberes médicos e biológicos para determinar as atuais concepções sobre o corpo, trazemos para a discussão o estudo de Bento (2006) sobre a "experiência transexual" como exemplo prático desse entrelaçamento do sexo e do gênero, e como as ciências médicas e biológicas se apropriam de construções sociais para dizer o que é o sexo.

> [...] o "dispositivo da transexualidade" é alimentado pelas verdades socialmente estabelecidas para os gêneros. Isso me leva a sugerir que, na formulação dos saberes que o estruturam, nada existe que seja conhecimento neutro. Os indicadores eleitos para medir níveis de feminilidade e de masculinidade presentes nos demandantes às cirurgias são os mesmos adotados para medir as condutas de um homem/uma mulher biológico(a) (BENTO, 2006, p. 23).
>
> Quando chegam ao hospital [os/as transexuais], já trazem em suas biografias estratégias, algumas consolidadas, para se moverem nos campos sociais, e será essas "armas" que irão se inserir no campo do poder médico. [...] O relato dessas histórias mostra que, ao chegarem no hospital, os/as "candidatos/as" têm uma trajetória que os possibilita construir narrativas adequadas às expectativas da equipe (Id. p. 66).

Em sua investigação sobre as transexualidades Bento nos mostra que aqueles sujeitos que se "candidatam" para realizarem a cirurgia de transgenitalização/mudança de sexo, tem seus suas funções biológicas normais, e que é através de uma performance de gênero, que tem suas referências no campo social e cultural que os/as transexuais vão confirmar sua identidade de gênero; pois, uma equipe médica ou multidisciplinar não tem um exame, um aparelho para aferir uma feminilidade ou uma masculinidade normal, para "diagnosticar" um paciente transexual, tomam como referência as condutas socialmente compartilhadas ditas e tidas como de homem e de mulher numa perspectiva heterossexual, e como estratégia para legitimar sua reivindicação identitária, os/as transexuais trazem esses ditos e tidos em suas narrativas durante o tempo de "terapia/tratamento".

Fausto-Sterling ao analisar o livro *Bodies that matter: on the discursive limits of sex* (1993) de Butler, quando a autora fala sobre o corpo material, escreve:

> Temos que falar, diz Butler (e eu concordo) sobre o corpo material. Existem hormônios, genes, próstatas, úteros e outras partes fisiológicas do corpo que usamos para diferenciar o macho da fêmea, que se tornam parte do campo de que emergem variedades de experiência e de desejo sexual. Além disso, variações em cada um desses aspectos da fisiologia afetam profundamente a experiência individual do gênero e da sexualidade. Mas cada vez que tentamos voltar para o corpo como algo que existe antes da socialização, antes do discurso sobre macho e fêmea, diz Butler,

> "descobrimos que a matéria está inteiramente sedimentada com discursos sobre sexo e a sexualidade que prefiguram e limitam os usos que podemos fazer desse termo". (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 62).

Não há uma separação entre sexo e gênero, por isso, mesmo que nos retratemos ou que pensemos no sexo como um dado natural, não há como separar o corpo das construções sociais de gênero, logo, os discursos sobre o que é ser macho ou fêmea, homem e mulher, menino ou menina, mesmo tendo a ajuda do conhecimento científico para diferenciá-los (em termos bio-funcionais), ainda tem seus referentes no social e cultural, ou seja, quando perguntamos a uma mulher ou homens trans grávido qual o sexo do bebê (mesmo quando ainda não é possível saber) estamos materializando nesse corpo (bio-fisiológico) uma interpretação social e cultural, nesse mesmo sentido podemos pensar nos/as transexuais (como já mencionado) ou mesmo dos intersexuais.

Os/as sujeitos/as intersexuais e as formas como estes são observados via ciências médicas podem nos ajudar aqui a compreender como o sexo é uma construção histórica e social. No artigo *Los cinco sexos*, Fausto-Sterling escreve:

> *La cultura occidental está plenamente comprometida com la ideia que existen sólo dos sexos. Incluso el lenguaje niega otras possibilidades [...] Pero si el estado y el sistema legal tienen un interés por mantener un sistema sexual bipartito, se están oponiendo a la naturaleza. Porque, biológicamente hablando, hay una enorme gradación que va de varón a mujer; y dependiendo de cómo llamemos a los diferentes estadios, podemos afirmar que a lo largo de tal espectro subyacen al menos cinco sexos – y quizá incluso más (FAUSTO-STERLING, 1993, p. 80).*

Quando Fausto-Sterling nos apresenta no mínimo uma variação de cinco sexos, e que o Estado e os sistemas legais tem um ferrenho interesse em manter um sistema binário de sexo, nos lembra de que socialmente e institucionalmente só se pode viver ou existir em um ou outro sexo. Por isso, quando uma criança é diagnosticada como intersexual tomam-se providencia com base nas ciências médicas para ajustar esse corpo ou como homem ou como mulher, não o deixam desenvolver-se de modo intersexual, é ai que mais uma vez podemos ver que no âmbito social há uma divisão sexo-binária.

II

"Para determinar las cuestiones de herencia, legitimidad, paternidad, sucesión a um título y elegibilidad para ejercer ciertas profesiones, el sistema legal anglosajón moderno exige que los neonatos sean inscritos como varones o mujeres." (FAUSTO-STERLING, 1993, p. 84). Todas essas tentativas de ajustamento, tratamentos e olhares inquisitores, reguladores e normatizadores sobre os intersexuais, sobre os/as transexuais, sobre as travestis e sobre aqueles corpos que não se ajustam nesse sistema sexo/gênero dual/binário e mesmo aqueles ditos "normais", estão todos inseridos numa biopolítica, como é escrito por Foucault.

> No cerne desse problema econômico e político da população [do século XVIII]: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torna-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas – desses famosos "segredos funestos" que os demógrafos, na véspera da Revolução, sabem já seres conhecidos no campo. É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude de seus cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. [...] Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais -, tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada (FOUCAULT, 2014, p. 29-30).

Como diz o autor no século XVIII e "na véspera da Revolução" industrial um novo modo de governo do corpo começou a instaurar-se na sociedade. A preocupação do Estado para com o corpo e o sexo de seus cidadãos aumenta consideravelmente e nesse sentido há todo um movimento estratégico para dar conta dessa vigilância. Faz-se necessário lembrar que esse movimento biopolítico surge com liberalismo econômico, como novo meio de governo, que instaura uma série de novas práticas e regimes de verdade, inclusive sobre o corpo e o sexo, como pode ser observado na citação anterior (FOUCAULT, 2008).

Percebemos com a introdução de Foucault na tessitura desse texto que ampliamos a noção de sexo, saímos de uma discussão sobre uma suposta natureza do sexo e suas construções históricas e sociais imbricadas com o gênero. Quando nos referindo às formas de bio-poder que de algum modo agem sobre a formação e construção dos corpos, sexos e subjetividades, estamos nos referindo não só ao sexo biológico e o gênero, mas também as práticas sexuais, as identidades de gênero, as orientações sexuais, etc. etc.... assim, a sexualidade é uma instancia que conecta e reconecta todos esses elementos, criando infinitas possibilidades de combinação. Mas, com a atuação das diversas facetas da biopolítica sobre os corpos e os sexos, poderíamos dizer que entre seus diversos objetivos, um deles constitui-se em incorporar nos sujeitos uma combinação que se ajusta no pensamento sexual com base no dualismo macho/fêmea, pênis/vagina, homem/mulher, colocando outras combinações fora do rol das heterossexualidades, em localidades marginais e periféricas.

Faz-se necessário lembrar que tomamos aqui os escritos de Foucault quando ele faz referencia ao "nascimento da biopolítica" (Id. 2008) no século XVIII, e que ainda perpassa as sociedades ocidentais na atualidade, ma, como dito por Gadelha:

> [...] a política de vida de nosso século parece bem diferente. Não está delimitada nem pelos polos de doença e saúde, nem focalizada em eliminar patologias para proteger o destino da nação. Ao contrário, está preocupada com nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes. É, como procuro demonstrar, uma "política da vida em si mesma" (GADELHA, 2015, p. 410).

Gadelha também nos alerta que há diversas "[...] continuidades e rupturas a serem observadas no exercício da biopolítica, na transição entre as sociedades modernas, regidas por uma lógica disciplinar, e as sociedades contemporâneas, regidas por uma lógica do controle." (Id. p. 407). Desse modo, uma analítica da biopolítica na contemporaneidade deve levar em consideração as novas nuances que envolvem os processos sociais e individuais, que promovem novas formas de subjetividades, identidades, assujeitamentos e resistência a esse bio-poder.

3 CONCLUSÃO

Retomo aqui as palavras de Canguilhem (2009, p.20), quando nos lembra de que todo estado normal possui a "[...] manifestação do apego a algum valor.", sejam em termos bio-médicos, e acrescentamos aqui, sócio-históricos. Ao longo da história podemos perceber que esse apego a determinados valores instauraram diversos modos de vida, sendo que a partir do século XVIII, como observamos a partir da obra de Foucault, que os corpos que outrora "pavoneavam"[33] foram e continuam sendo alvo de uma biopolítica (disciplinar e de controle).

Apresentei na primeira parte do texto uma discussão que buscou mostrar como o corpo e o sexo, categorias que socialmente são tidas como naturais, por conta de uma série de discursos que envolvem as instituições religiosas, os sistemas jurídicos, os sistemas educacionais, ou seja, as instituições do Estado que através da biopolítica regula e também "legitima" uma ideia de natureza sexual, mesmo que este esteja equivocado como nos aponta Fausto-Sterling em seu artigo, *Los cinco sexos*. Desse modo, quando estamos falando do sistema sexo/gênero não estamos tecendo considerações de ordem natural (sexo) e de ordem cultural/social (gênero), estamos falando de um sistema que é entrelaçado junto com o corpo, palco para as mais diversas possibilidades de ser e estar nesse sistema sexo/gênero.

Na segunda parte me detive ao conceito de biopolítica apresentado por Michel Foucault, como meio para compreender o porquê desse comprometimento do Estado com um binarismo sexual, onde não legitima outras possibilidades de existência para além do corpo macho-pênis, fêmea-vagina. Como foi possível perceber há todo um investimento por parte do Estado a partir do século XVIII por conta de uma nova forma de organização econômica o liberalismo para disciplinar e vigiar os corpos dos cidadãos, afim de que estes contribuam para o crescimento estatal. É necessário lembrar ao leitor que esse texto deixa grandes lacunas no que diz respeito ao conceito de biopolítica, tanto nos referentes históricos como contemporâneos, por isso, mais uma vez me atento ao texto de Gadelha (2015) quando nos lembra de que é necessário quando estamos pensando/discutindo sobre biopolítica perceber as "continuidades e rupturas" do conceito, inclusive quando trazemos à baila a discussão sobre as sexualidades.

[33] Foucault (2014, p. 7).

Quero dizer ao leitor que esse texto está, assim como qualquer texto, inacabado, e que a partir dele podem surgir novos olhares sobre o assunto. Esse texto é apenas um fluxo, e que ele apresenta possibilidades...

REFERÊNCIAS

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRANDÃO, C. A. L. Introdução a transdisciplinaridade. In: PAULA, J. A. (Org.). **A transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em Duelo. In: **Cadernos Pagu**, v. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 Out. 2016.

_____. ***Los cinco sexos***. 1993. Disponível em: < http://www.sigla.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=94%3Alos-cinco-sexos1&Itemid=104 > | < https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl# >. Acesso em: 20 Out. 2016.

FIGUEIREDO, L. C.; SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução**: uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, S. Biopolítica, biotecnologias e biomedicina. In: **Revista Subjetividades**, n. 15, v. 3, p. 407-416, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://ojs.unifor.br/index.php/rmes/article/view/5109/4550>. Acesso em: 15 Out. 2016.

GAMSON, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LE BRETON, D. ***Antropologia del cuerpo y modernidade***. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: história de negação de direitos e luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Gilmara Pereira da Silva
Cicera Maria dos Santos
Maria Pia Denizia Tavares Dantas
Wallacy Meneses de Moraes Tavares

RESUMO:

O presente artigo traz uma abordagem geral sobre o trabalho infantil como uma negação dos direitos da criança. Para discutir este tema será realizada uma explicação preliminar sobre os antecedentes históricos do trabalho infantil para melhor compreensão de sua origem. Uma análise das normas jurídicas pertinentes ao trabalho infantil também será feita, tomando como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para mais, são questionados os direitos das crianças, sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e os prejuízos causados pelo exercício desta atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Efetivação de direitos da criança.

ABSTRACT:

This article presents a general approach on child labor as a denial of child rights. To discuss this theme will be a preliminary explanation of the historical background of child labor to better understand its origin. An analysis of the legal norms pertinent to child labor will also be made, based on the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 (CRFB / 1988), the Child and Adolescent Statute (ECA). Its peculiar condition as a developing person and the damages caused by the exercise of this activity.

KEYWORDS: Child labor; Child and Adolescent Statute; Effectiveness of the rights of the child.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil e as leis que lhe cercam estão relacionados aos Direitos Humanos de Segunda Geração, uma vez que esse tipo de mão de obra teve origem, no mundo moderno, sobretudo com a Revolução Industrial, quando a criança e o seu trabalho eram enxergados somente sob a ótica econômica, relacionada aos custos de sua mão de obra.

No Brasil, temos registros de forte exploração da mão de obra infantil e da coisificação da criança não apenas a partir da revolução industrial ou da expansão da escravidão, como se imaginaria.

Já desde o período colonial, verificava-se a exploração do trabalho infantil, a exemplo dos grumetes, crianças cuja mão de obra era explorada desde as embarcações que traziam os colonizadores às terras tupiniquins. Eram crianças utilizadas para trabalhos mais perigosos, e cujas integridades física e sexual eram violadas, não raro sendo submetidas a diversos castigos.

Assim, este artigo tem por objetivo traçar um retrato do trabalho infantil no Brasil frente aos atuais Direitos da Criança e do Adolescente. Aborda-se, a princípio, um histórico desse tipo de exploração no Brasil e no Mundo, a fim de se notar a evolução legislativa e de consciência que houve nesses anos e que culminaram com a Constituição de 1988. A partir de então, este trabalho apresenta um retrato da situação do trabalho infantil no Brasil. Descreve-se também as causas, bem como as consequências que o trabalho realizado abaixo dos limites de idade mínima pode trazer para a criança, demonstrando quão agressiva e devastadora é a usurpação de fantasias, desejos e brincadeiras de meninos e meninas.

Por fim, observa-se com base na Constituição da República Federativa do Brasil e no Estatuto da Criança e do Adolescente quais os instrumentos de proteção existentes no Brasil para se combater a exploração do trabalho infantil, tendo como pressuposto básico a Teoria da Proteção Integral.

2. A HISTÓRIA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL ATÉ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A história social da infância no Brasil apresenta-se através de uma tradição de violência e exploração contra a criança e adolescente. A mão de obra infantil e também de mulheres era amplamente explorada, sobretudo por se tratar de trabalhos que não careciam de nenhuma qualificação e força física, como eram os da maioria das máquinas naquele período.

As origens do trabalho infantil no Brasil remontam ao período colonial e à implantação do regime escravagista, tendo sua estrutura mantida praticamente intacta durante todo o processo inicial de industrialização no país, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX. No entanto, ao contrário do período industrial, as crianças do nosso tempo emancipam suas idades atrás de pequenos serviços, inclusive domésticos, e tentam, nas ruas e avenidas das grandes cidades, vender os mais variados produtos artesanais e industriais, para contribuir com a renda familiar e a sua própria subsistência.

Apesar dos relatos históricos, pode-se afirmar que o trabalho infantil recebeu atenção especial por parte dos agentes gestores e da sociedade apenas recentemente, e que as discussões acerca do tema se intensificaram no momento em que se percebeu o grave problema social que estava sendo gerado no país. Sabe-se, porém, que o trabalho infantil encontra-se, muitas vezes, em atividades realizadas na própria residência, portanto, fora do mercado de trabalho. Logo, a idade média de inserção ocupacional poderá estar subestimada.

Desde o período colonial, verificava-se a exploração do trabalho infantil, a exemplo dos grumetes, crianças cuja mão de obra era explorada desde as embarcações que traziam os colonizadores às terras tupiniquins. Eram crianças utilizadas para trabalhos mais perigosos, e cujas integridades física e sexual eram violadas, não raro sendo submetidas a diversos castigos. (CUSTÓDIO, 2007).

Cabe aqui uma colocação de como eram recrutadas as crianças para trabalhar de grumetes:

> O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias. (RAMOS, 1999, p. 17).

Mais tarde, as missões jesuíticas fortaleceram o trabalho infantil ao trazê-lo em suas missões, como atividade que acarretaria a salvação e libertação para a alma, já que conferiria ao homem honestidade e obediência dentro de uma sistemática cristã. (PANINI, 2011, p. 3).

De acordo com Marcílio (1999) a Santa Casa de Misericórdia, criada em 1582 e extinta apenas nos anos 1950, foi não só uma instituição de caráter assistencial, mas também de exploração da mão de obra infanto-juvenil. Se por um lado comprometia-se a atender todas as crianças, por meio da chamada “Roda dos Expostos”, por outro valia-se delas como mão de obra em troca de abrigo e alimentação e, dessa forma, legitimar a exploração de seu trabalho.

Nas primeiras manifestações jurídicas brasileiras, não se teve referência ao trabalho infantil ou aos direitos da criança e do adolescente (ANDRADE, 2011). Foi somente com a conferência de Berlim, em 1890, que se tem manifesta a preocupação com o trabalho na infância e adolescência (BARROS, 2010, p. 289 apud ANDRADE, 2011).

Verifica-se que foi a Constituição de 1934 a primeira a tratar, no Brasil, sobre a proteção da infância e da juventude. Sob essa mesma Constituição continuou-se avançando no debate acerca do assunto, com outras edições de normas intraconstitucionais.

A Constituição de 1937, por sua vez, acrescentou os direitos à proteção da infância e da juventude ao Título dos Direitos e Garantias Fundamentais. Particularmente, em razão da influência da doutrina totalitarista que grassava à época, também lembrou de conferir ao Estado “a disciplina moral e o adestramento físico” aos jovens. É também dessa era, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, em cujo texto se verifica um capítulo dedicado à proteção do trabalho de crianças e adolescentes. (ANDRADE, 2011).

A Constituição de 1988, como se sabe, é a vigente até os dias atuais. Vem elencando uma série de direitos e garantias fundamentais, como se verificará, sendo um dos instrumentos que mais se preocupa com a questão da criança e do adolescente, inclusive com dispositivos protetivos a eles no que se refere à seara trabalhista.

Somam-se, internacionalmente, uma série de normas protetivas ao trabalho da criança e do adolescente que influenciam as práticas e leis dentro do ordenamento jurídico brasileiro. São Convenções, Recomendações da OIT, Declarações dos Direitos da Criança etc. que se relacionam com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Consolidação das Leis do Trabalho. (MARTINS, 2013, p. 27).

3. O TRABALHO INFANTIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, SOB UMA ÓTICA E REGULAMENTAÇÃO

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, incorporou a concepção dos novos direitos de crianças e adolescentes, trazendo

entre seus princípios a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas para a garantia de direitos humanos.

Desse modo, a Constituição Federal apresenta em seu artigo 6º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados.

Nesse sentido, o artigo 227 dispõe:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2008).

Destarte, em 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, elencando um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais da Criança e Adolescente, destinando-se a implantação do sistema de garantias.

Nesse sentido, em relação ao trabalho, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre antes dos dezoito anos e também estabeleceu o limite de idade mínima para o trabalho em dezesseis anos, ressalvando a possibilidade de aprendizagem a partir dos doze anos.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, há ainda a proibição do trabalho penoso, daquele realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente em horários e locais que não permitam a frequência à escola aos adolescentes menores de dezoito anos (BRASIL, 1990).

Dessa maneira, a partir de 1988, surge a responsabilidade da família, sociedade e Estado em lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos em fase de desenvolvimento. Assim, o Estado assume a responsabilidade em assegurar e efetivar os direitos fundamentais, não devendo mais atuar como antes, com repressão e força, mas com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça. A abordagem da criança e do adolescente na Constituição de 1988 tem uma diferença cabal em relação às outras normas semelhantes de outras eras do nosso país, ou seja, deve-se salientar que, nesse texto constitucional, a proteção deve ser assegurada a todas as crianças e adolescentes, e não apenas às que estivessem em situação de risco, à margem da sociedade, como disciplinavam outros dispositivos, como os Códigos de Menores. A Constituição de 1988 entende todas as crianças como sujeitos de direitos, seres humanos em desenvolvimento. (MARTINS, 2013, p. 38).

Diversas outras ações podem ser mencionadas como desdobramentos do ECA e Da CF/88. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por exemplo, está intimamente ligada com a erradicação do trabalho infantil, já que se destina a famílias de extrema pobreza em que a exposição ao trabalho por crianças é uma realidade pungente. (MARTINS, 2013, p. 45-46).

Enfim, o Brasil tem avançado bastante na formulação de políticas públicas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil tanto com implantação de programas como também por meio de Fóruns de Prevenção do Trabalho Infantil (CUSTÓDIO, 2009, p. 56). Porém, é necessário trabalhar ainda mais nessa intenção de acabar de vez com a exploração do trabalho infantil, pois ainda existem formas de exploração de trabalho infantil que atingem inúmeros países e são muito mais difíceis de combater porque muitas vezes são disfarçadas. Veremos estas no tópico seguinte.

3.1 As principais formas de trabalho infantil

O trabalho infantil doméstico é uma das formas mais complexas de exploração do trabalho, pois exige medidas específicas de combate. Trata-se de um trabalho silencioso, que ocorre velado no seio familiar. A grande maioria das vítimas são meninas, uma vez que esse tipo de trabalho é culturalmente destinado a mulheres. Se instaura como um dos trabalhos que mais causa distorções entre idade e série escolar, pois apesar de essas crianças conseguirem frequentar a escola, a excessiva jornada de trabalho não lhes permite estudar fora do ambiente escolar. (LIMA, 2014).

Dentre as peculiaridades do trabalho infantil doméstico, destaca-se por ocorrer fora do sistema econômico, sem fins lucrativos, o que acaba por se tornar uma espécie laborativa que pouco contribui para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. (LIMA, 2014).

A pobreza e a degeneração familiar têm causado consequências catastróficas para crianças e adolescentes no Brasil. Uma delas, como se verifica, é o envolvimento delas não apenas no trabalho precoce, mas em formas de exploração absurdamente degradantes, como a sexual e o envolvimento com o tráfico de drogas. São retratos da desigualdade social e econômica do país que acarretam danos inimagináveis para esses cidadãos, suas famílias e toda a sociedade. (BOAS Práticas de Combate ao Trabalho Infantil: Os 10 Anos do IPEC no Brasil, 2003, p.200).

Um dos problemas que atrapalham o combate a esse tipo de exploração é a forma como ela é tratada, de forma que não raro, essas crianças são vistas como criminosos e

não como vítimas de uma violação de seus direitos. (BOAS Práticas de Combate ao Trabalho Infantil: Os 10 Anos do IPEC no Brasil, 2003, p. 200).

O trabalho artístico é, de longe, aquele que mais levanta discussões e polêmicas. O Presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, Hélio Bicudo, defende a posição de que essa forma de trabalho é sim uma exploração, conforme se verifica:

> Trata-se de exploração do trabalho infantil. Sem dúvida, pois a Constituição Federal, em seu artigo 227, parágrafo 3°, I, dispõe que o direito a essa proteção especial abrangerá dentre outros, os seguintes aspectos: "idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho", e tão somente na qualidade de aprendiz (BICUDO, 2011 apud FIDUNIO, 2014).

Ocorre, todavia, que o Art. 406 da CLT admite a autorização desse tipo de trabalho, desde que outorgada pelo Poder Judiciário. A discussão em torno dessa questão, portanto, trata da recepção desse dispositivo legal pela Constituição de 1988, já que, para muitos autores, conforme se verifica, essa forma de trabalho fere as garantias constitucionais para os menores advindas da Constituição. (MARTINS, 2013, p. 56).

Sabemos que existem muitas outras formas de exploração do trabalho infantil, porém estas acima citadas são as que mais levantam polêmicas e mobilizam as discussões no que tece a temática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores conquistas para a sociedade brasileira com a Constituição de 1988, foi o reconhecimento de todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. O trabalho infantil, semeado desde a nossa gênese e cultivado sob uma cultura distorcida que atendia a anseios econômicos, tem sido um dos maiores empecilhos para que a Prioridade Absoluta das crianças e adolescentes seja alcançada.

A Constituição da República Federativa do Brasil bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxeram a oportunidade de reconhecimento da criança como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, como também estabeleceram os limites de idade mínima para o trabalho e as condições em que este pode ser realizado perante toda a sociedade.

O que se verifica é que as ações de combate e erradicação dessas explorações não pode se assentar somente sobre letra de lei, mas contar com políticas públicas e a mobilização de vários setores da sociedade, do judiciário, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e demais responsáveis.

Ao passo que grandes avanços têm sido conquistados pelas novas ações semeadas desde a redemocratização, a situação ideal ainda é muito aquém do que se espera para uma nação que trate com dignidade os cidadãos que merecem prioridade. Novos desafios e novas questões surgem ao passo que velhas problemáticas não foram totalmente superadas, não raro adquirindo complexidades que lhe dificultam o combate e carecendo de novas e urgentes formas de enfrentamento.

Logo, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre a relevância da participação da sociedade para erradicação do trabalho infantil, como forma de garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, buscando formar uma sociedade menos injusta e desigual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Eduardo Almeida Martins de. Evolução do combate ao trabalho infantil nas Constituições brasileiras. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 91, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10049>. Acesso em: 27 nov.2014.

BARROS, Ardel Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos da Metodologia Cientifica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BOAS práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2003. p. 262.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União,* Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de jul. 1990.

CUSTODIO, Andre Viana. Trabalho infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB/SC, 2007.

FIDUNIO, Cleia. Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. In: Jus Navigandi. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na- televisao-sob-a-otica-juridica>Publicado em 05.2014. Acesso em: 28 nov. 2014.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia cientifica. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6 ed – São Paulo: Atlas 2005.

LIMA, Danilo Chaves. Apontamentos sobre o trabalho infantil doméstico. In: Jus Navigandi. Publicado em 08/2014. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/30711/apontamentos-sobre-o-trabalho-infantil-domestico> Acesso em: 27 nov. 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

MARTINS, Ana Luíza Leitão. O trabalho artístico da criança e do adolescente. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Ribeirão Preto: Ed. USP, 2014.

PAGANINI, Juliana. O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento. In: Amicus Curiae. v. 5.n.5(2008). 2011. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/index.php/amicus/article/viewFile/520/514> Acesso em: 27 nov. 2014.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*. In*: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO: Um estudo acerca da importância do grupo de convivência para as mulheres acompanhadas pelo CRAS João Cabral em Juazeiro do Norte – CE

Elis Regina Lóssio Feitosa
Suelen Saraiva da Cruz
Alexandre
Luciana Bessa Silva
(Orientadora)

Resumo

O presente artigo tem como propósito trazer uma discussão sobre gênero e refletir sobre a importância do grupo de convivência para as mulheres acompanhadas pelo CRAS João Cabral, na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Nessa ótica, objetivamos identificar os fatores que levam ao rompimento de vínculos familiares, refletindo a importância que as mulheres atribuem ao grupo de convivência, bem como analisar a contribuição do assistente social nos trabalhos realizados neste equipamento. Nossa metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva e de cunho bibliográfico. Nesse estudo foi adotada a corrente teórica dialética marxista.

Palavras-chave: Gênero, CRAS, Grupo de Convivência, Mulheres.

Abstract

This article aims to bring a discussion about gender and reflect on the importance of the cohabitation group for women accompanied by CRAS João Cabral, in the city of Juazeiro do Norte - CE. In this perspective, we aim to identify the factors that lead to the breakdown of family ties, reflecting the importance that the women attribute to the coexistence group, as well as to analyze the contribution of the social worker in the works carried out in this equipment. Our methodology consisted of a qualitative research with a descriptive and bibliographical approach. In this study the Marxist dialectical theory was adopted.

Keywords: Gender, CRAS, Coexistence Group, Women.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre gênero foi interpretado de formas diferenciadas ao longo dos anos. Sua definição mais frequente é o do feminismo da diferença, que rejeita a ideia de que homens e mulheres são distintos no que se refere a sua herança biológica, e que as outras diferenças estão relacionadas á cultura, advindas de uma relação de opressão.

Nessa órbita, o estudo em questão buscou apreender como os serviços de convivência do CRAS corroboram com uma possível mudança na vida das mulheres que participam dos grupos.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública de

estatal descentralizada da Politica Nacional de Assistência Social (PNAS) que tem como objetivo atender a população em situação de vulnerabilidade social. O mesmo executa serviços de proteção básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social e é responsável pela oferta

de Programa de Atenção Integral ás Famílias (PAIF). Logo, o CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas de vulnerabilidade social e riscos sociais.

Nesse sentido apresenta-se como objeto de estudo da pesquisa em questão a importância do grupo de convivência para as mulheres acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Joao Cabral, em Juazeiro do Norte.

Para a realização dessa pesquisa for realizado um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e de campo onde foi utilizado como instrumento de coleta de dados a aplicação de formulários com as mulheres usuárias do CRAS João Cabral.

Diante disso acredita-se que a pesquisa irá fornecer subsídios sobre a importância do grupo de convivência para as mulheres no âmbito do fortalecimento de vínculos familiares tendo em vista o cenário contemporâneo de desmonte dos direitos sociais e agudização das expressões da questão social que se revelam nas inúmeras nuances que perpassam a vida em sociedade.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE A ORIGEM DA POLÍTICA DA MULHER

No século XIX com a concretização do modo de produção capitalista, acontecem modificações na sociedade, pois o capitalismo prejudicou o trabalho feminino levando várias mulheres a trabalharem nas fábricas. A mulher que antes era do espaço privado, domiciliar, vai para o espaço público, indo contra a ideia de que os homens são superiores as mulheres e articulam meios para mostrar que podem fazer as mesmas coisas que ele, iniciando uma longa caminhada do movimento feminista (PINAFI, 2007).

O estudo sobre gênero firmou-se no final dos anos de 1970 juntamente com o movimento feminista no Brasil. A definição de gênero foi interpretado de formas diferenciadas ao longo dos anos (FARAH, 2004, p.47).

A definição mais frequente sobre gênero é o do feminismo da diferença, que rejeita a ideia de que homens e mulheres são distintos no que se refere a sua herança biológica, e que as outras diferenças estão relacionadas à cultura, advindas de uma relação de opressão. Conforme o feminismo da diferença o poder estaria na esfera pública e nessa polaridade o surgimento da submissão das mulheres (CARVALHO, 1998 *apud* FARAH, 2004, p.48).

Entende - se por politica púbica uma ação em que Estado realiza por meio de objetivos dirigindo um jogo de interesses. A partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização houve mudanças com relação às politicas publicas, pois o Estado proporcionou uma agenda de reforma com a participação de vários autores tanto em relação a decisões como nos resultados dessas políticas, assim como a inserção de novas frações da população como beneficiários das politicas publicas (FARAH, 2004, p.49).

No primeiro momento as mudanças não se referiam a apenas ao regime político, mas no que diz respeito à ação do Estado. As mulheres dentro do cenário politico se deram inicialmente através de mobilizações pela democratização do país, como também devido a problemas relacionado aos trabalhadores urbanos pobres, onde estes reivindicavam por saneamento básico, escolas, creches e postos de saúde, melhores salários. Também questionavam o alto custo de vida e o acesso precário aos serviços coletivos (FARAH, 2004, p.49).

As mulheres também passaram a lutar por direitos específicos como a saúde da mulher, contracepção e violência doméstica. Os movimentos sociais que tinham a participação da mulher tinham como objetivo modificar a situação da mulher dentro da sociedade visando superar as desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Já o movimento feminista contribuiu para que o tema gênero fosse inserido na agenda do governo, visando assim à superação das desigualdades no regime democrático (FARAH, 2004, p.51).

À medida que o processo de democratização prosseguia aumentavam-se as críticas, com relação ao Estado pela falta de sua ação no que se refere à formulação de politicas públicas que contemplassem a questão de gênero. Contudo através desses movimentos na década de 80 foram implantadas politicas publicas no que se refere ao tema gênero, como é o caso do surgimento do Conselho Estadual da Condição Feminina e da Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ambas criadas respectivamente de 1983 e 1985, as duas no Estado de São Paulo, e consequentemente foram expandindo-se para todo o país. Também em 1985 criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e em 1983 surgiu Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) (FARAH, 2004, p.51).

Conforme a citação abaixo com relação a este último:

> Em termos de políticas públicas, a atenção à saúde da mulher no Brasil, até o surgimento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), traduziu-se na preocupação com o grupo materno-infantil que, inclusive, sempre permaneceu como o mais enfatizado por essas políticas. O enfoque central dos vários programas de saúde materno-infantil estava em intervir sobre os corpos das mulheres-mães, de maneira a assegurar que os corpos

> dos filhos fossem adequados às necessidades da reprodução social (CANESQUI, 1987; OSIS, 1994).

Percebe-se que antes da existência deste programa, as mulheres não eram assistidas diretamente, mas sim, a atenção era voltada para o tempo da maternidade, isto para assegurar à saúde da criança com vistas a garantir mais contingente populacional e, assim futuros trabalhadores para a reprodução do sistema. Com o PAIMS houve uma melhor preocupação com a saúde das mulheres, visando uma atenção integral, isto é, uma atenção voltada para a prevenção, controle e tratamento das doenças.

Na década de 80 aconteceram alguns desacordos entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, pois para alguns grupos a autonomia dos movimentos deveria continuar e, para outros era preciso adentrar nos espaços governamentais, dar um novo direcionamento as políticas públicas. Como resultado desviou-se à participação nos espaços governamentais, indo de encontro para a construção de organizações não governamentais, as quais aumentaram programas no que se refere à saúde, luta contra a violência, dentre outros (FARAH, 2004, p.53).

Ao longo dos anos, através de vários movimentos a favor dos direitos das mulheres como também a partir da Conferência Mundial Sobre a Mulher ocorrida em 1995 em Beijing, o Brasil passou a atuar em diretrizes ligadas a questão de gênero, como: na saúde, estabeleceu o PAISM, como já foi falado acima; com relação a meninas e adolescentes priorizou-se programas de atenção integral protegendo-as quanto aos riscos pessoal e social, de situação de rua, e quanto à exploração sexual; também estabeleceu projetos de capacitação de mulheres criando empregos; proporcionou o acesso informação a esse público e consequentemente levando informação sobre os direitos dos mesmos e; garantiu os direitos trabalhistas das mulheres (FARAH, 2004, p.56).

No ano de 2003 foi inaugurado a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres da Presidência da República, que significou para o Brasil um novo período com relação à formulação e articulação de políticas levando a equidade entre homens e mulheres. Através da I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres (I CNPM) ocorrida em 2004 que reuniu cerca de 120 mil mulheres de todo o país, foi elaborado metas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse plano traz metas e acordos assumidos pelo presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva de lutar pela igualdade entre homens e mulheres e distinguir o papel do Estado e suas ações na luta pelos direitos das mulheres. (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005).

Um dos temas mais abordados pela mídia e acompanhado pela sociedade, tem sido a violência contra a mulher.

De acordo com Pinafi:

> A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica — portanto, passível de desconstrução — que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada (PINAFI, 2007).

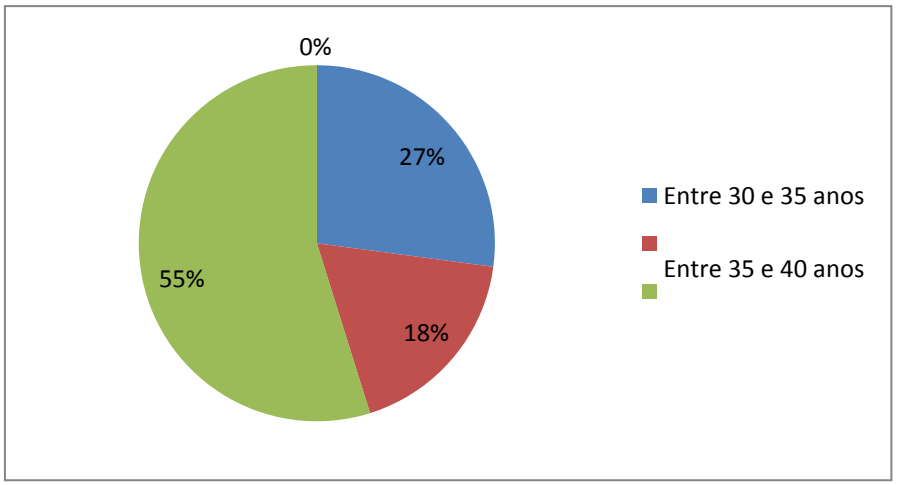
A Lei mais conhecida que age no enfrentamento da violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha n^{0}11. 340/2006. Ela é caracterizada como uma das melhores legislações do mundo nesta causa e representa um grande avanço no que se refere à impunidade dos agressores. Através dela, vidas foram preservadas, as mulheres violentadas ganharam proteção contra o agressor e proporciona meios de que essas mulheres tenham um atendimento mais humanizado.

Assim percebemos que ao longo de toda essa trajetória os movimentos feministas e os movimentos sociais das mulheres proporcionaram grandes avanços para a população feminina vítimas de violência. Pois através deles vieram outras políticas que juntas, garantem a defesa de seus direitos e principalmente contra a qualquer tipo de violência.

3. **A PESQUISA EM LÓCUS:** Limites e possiblidades

Neste ponto iremos apresentar os resultados referentes a pesquisa realizada com onze mulheres que participam do grupo de convivência do CRAS João Cabral na cidade de Juazeiro do Norte-Ce. As três primeiras perguntas estarão em forma de gráficos para que o leitor compreenda e visualize melhor a caracterização dos sujeitos.

GRÁFICO 01: Idade

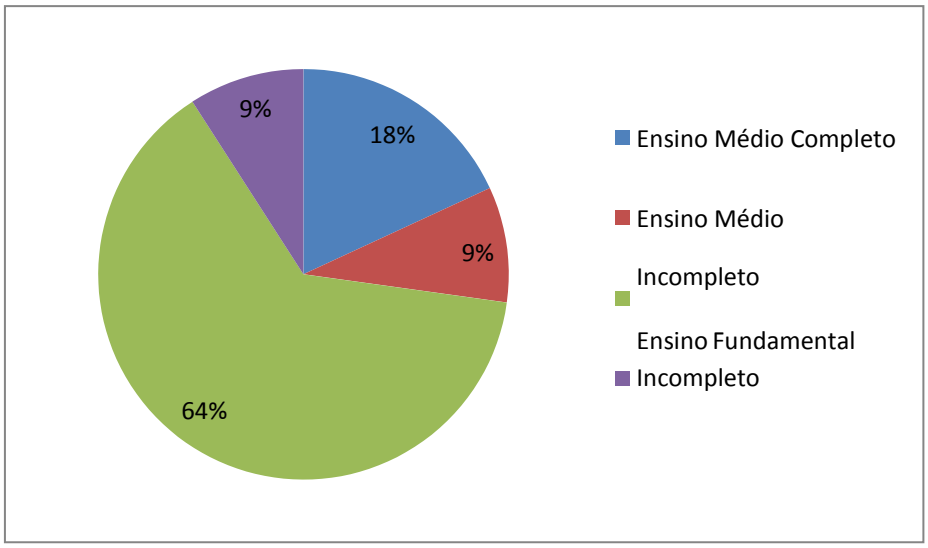


Fonte: Primária, 2013.

No gráfico visualizado na página anterior, observa-se que 27% das mulheres estão entre 30 e 35 anos; 18% encontram-se entre 35 e 40 anos e 55% acima de 40 anos. Nota-se que a maioria das mulheres que participam do grupo de convivência está acima de 40 anos de idade.

De acordo com reportagens e entrevistas, as mulheres aos chegarem aos 40 anos passam a ter mais maturidade, são mais flexíveis, ficam mais equilibras, sabem o que querem, buscam a felicidade. Porem em alguns assuntos, elas ficam preocupadas como a questão da beleza, pois em meio a uma sociedade capitalista em que vivemos tudo é questão de estética, de beleza, pois muitas mulheres querem ter o corpo perfeito. Outro assunto também muito questionado entre o grupo feminino é a gravidez aos 40 anos, pois a grande maioria delas que não conseguiu engravidar antes da referida idade, passa a ser uma preocupação, pois engravidar nessa idade passar a ser uma gravidez de muitos cuidados, pois acaba sendo uma questão de saúde.

GRÁFICO 02: Formação Escolar

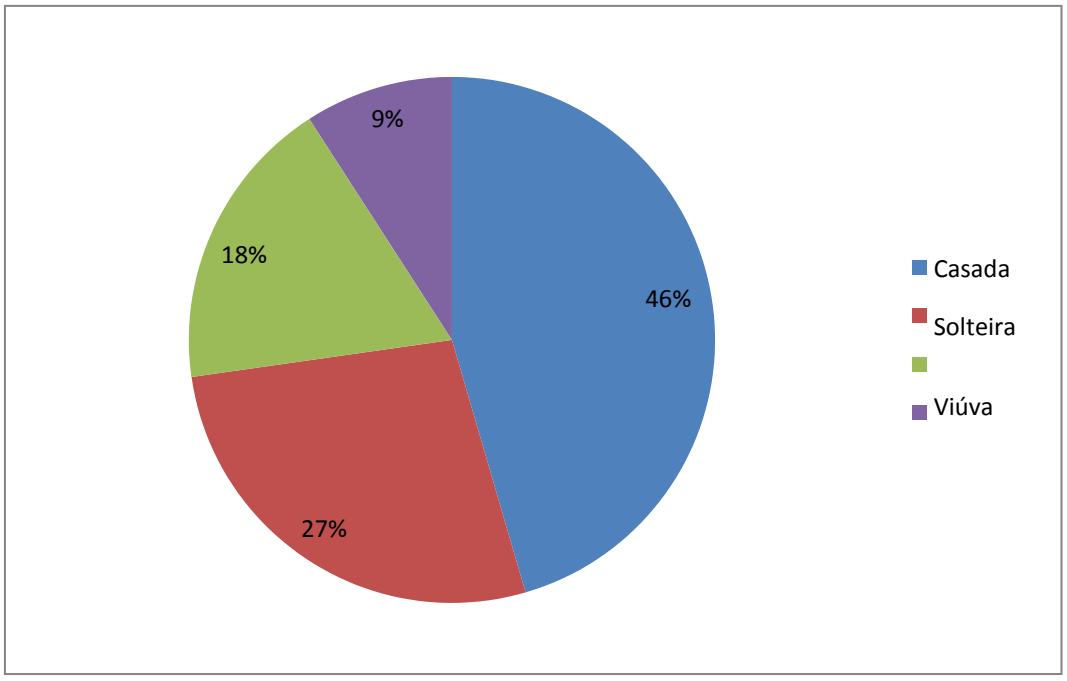


Fonte: Primária, 2013.

Das entrevistadas 18% tem o ensino médio completo; 9% ensino médio incompleto; 64% ensino fundamental incompleto e 9% ensino fundamental completo. Constata-se que a maioria das mulheres não concluíram seus estudos.

Segundo IBGE (2002), as mulheres apesar de terem anos de estudos seja maior ou igual ao estudo dos homens, ganham menos por questão de desigualdade de gênero. Nesse mesmo ano, as mulheres com idade entre 25 e 49 anos que se tornaram mães, não dava continuidade aos estudos, por conta da responsabilidade de cuidar dos filhos, resultando assim em um estudo incompleto.

GRÁFICO 03: Estado Civil



Fonte: Primária, 2013.

O gráfico acima visualizado teve como resultados 46% são casadas; 27% solteiras; 18% viúva e 9% separada. Nota-se que as casadas é quem predominam o grupo de convivência.

De acordo com o IBGE (2002), houve uma redução de 4,5% de casamentos realizados no Brasil. Atualmente as pessoas estão casando menos e mais tarde do que no ano de 1991. Em relação a media de idade entre homens e mulheres no casamento, a região Norte é de 31,1 de anos para os homens e de 27 anos para as mulheres, sendo esta região considerada mais alta no país.

Atualmente as pessoas, principalmente a parcela jovem estão optando por uma união consensual, sem oficialização da união. Muitas vezes esta opção surge por conta da mulher engravidar ou das condições financeiras de ambas as partes. Outro ponto em ralação ao estado civil é a idade. As mulheres grande parte das vezes são mais novas que seus companheiros, o que resulta assim em um casamento mais duradouro.

Em relação à segunda parte da pesquisa é composta por quatro perguntas abertas. A primeira pergunta feita foi em relação se outras pessoas da família frequentam as atividades oferecidas pelo CRAS

> Sim, no grupo de crianças (E. 01).
>
> Sim, no PETI (E. 02).

Em relação à primeira resposta

> O grupo de convivência e fortalecimento de vínculos é um dos serviços ofertados pelo CRAS, na qual possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (RESOLUÇÃO Nº 109, p.9).

Por sua vez,

> O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa do governo federal que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, aquele trabalho que coloca em risco a sua saúde e segurança (CARTILHA PETI – MDS, 2004, p.3).

As crianças e adolescentes acompanhadas por estes grupos vão todos os dias para o CRAS, tanto na parte da manhã, quanto na parte da tarde, na qual desenvolvem atividades socioeducativas juntamente com os técnicos, como também tem seus momentos de laser. Em relação ao PETI, também realizam atividade de dança, desenhos, resultando assim em momentos não só de aprendizagem, como também de entretenimento.

A segunda pergunta a ser feita foi se houve alguma mudança na vida após frequentar o grupo de convivência. Obtivemos como respostas

Melhorou o a convivência com amigos e familiares (E. 01).

Adquiriu conhecimento (E. 02)

O encontro do grupo de mulheres é realizado todas as terças feiras no período da tarde. Durante o período da pesquisa, pode-se observar que realmente acontece o fortalecimento de vínculos, que as mulheres gostam de participar do grupo, cada encontro tem novas integrantes, resultando assim em um número bastante numeroso. No decorrer no encontro realmente a uma interação entre elas, na qual compartilham momento de alegria, troca de experiências, também estão muito atentas às explicações e informações sobre temas diversos explanados pela técnica.

A terceira pergunta foi em ralação aos motivos que levaram ao rompimento dos vínculos entre você e outros membros da família.

Falta de diálogo (E. 01).

Atritos Familiares (E. 02)

Discordância em alguns assuntos (E. 03).

De acordo com o artigo 2º da portaria de n° 177/11, é considerado família a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras em um mesmo domicílio.

Diante das respostas dadas, trazendo para a realidade brasileira, podemos observar é que a maioria das famílias passam o dia fora de casa trabalhando, estão sempre muito ocupadas sem tempo para nada, estão sempre impacientes, e quando restam tempo ou acabam discutindo por algum motivo ou cada um fica isolado em algum canto da casa. Isso caba resultando na falta de diálogo, quando tem algum

assunto para discutir acabam discordando e gerando assim pequenas brigas e com isso acabam resultando no rompimento dos vínculos familiares.

E por fim perguntamos a contribuição do/a assistente social no grupo de convivência.

Acolhimento (E. 01).

Discussão de assuntos (E. 02).

Acompanhamento às famílias (E. 02).

Amor, carinho, amizade (E. 02).

A Questão Social emerge como expressão concreta das contradições entre capital e trabalho no interior do processo de industrialização capitalista. Trata-se das manifestações do operariado contra as condições de vida e de trabalho, reprimidos como ‑desordem‖ (ALMEIDA, 2008).

A partir do momento em que a classe trabalhadora se vê enquanto classe, passando a fazer reinvindicações, é que vai surgir a profissão de assistente social para intervir nas expressões resultantes da questão social.

Nos tempos remotos de forma assistemática, acrítico, filantrópico, caritativo, atrelado aos dogmas da igreja católica, não tinha uma base teórica. Era praticado pelas damas da caridade. Com o passar dos anos, depois de muitas lutas, a profissão foi cada vez mais sendo reconhecida, passando a ser critica, interventiva, de base teórica-metodológica, e foi em 1993 com a lei de nº 8.662 que a profissão passou a ser reconhecida, na qual esta lei vem trazer não somente as competências do assistente social, como também as suas atribuições privativas.

Em síntese, o assistente social é um profissional que atua em diversas áreas, tendo como objetivo intervir nas expressões da questão social, garantir os direitos dos usuários por meio de politicas públicas, lutar pela eliminação da exclusão social, preconceito e desigualdade social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a muitas lutas e reinvindicações, as mulheres foram conquistando espaços na sociedade como o direito ao voto, igualdade no mercado de trabalho, o ingresso das mulheres no ensino superior, dentre outras conquistas. Mas dentre essas conquistas consideradas mais importantes podemos citar a criação da Lei Maria da Penha que vem garantir proteção às mulheres que são vitimas de violência.

Durante o período da pesquisa podemos observar a importância dos grupos de convivência para as mulheres daquela comunidade, trazendo a possiblidade de discussões sobre assuntos até então desconhecidos, inúmeras informações sobre direitos, realização de atividades desenvolvidas por elas a partir das oficinas. Notou-se também a importância da assistente social nesse grupo, desenvolvendo seu trabalho juntamente com elas por meio de palestras temáticas, dinâmicas, acompanhamento às famílias, obtendo assim um trabalho muito bem executado, com resultados bastante positivos.

Contudo, verifica-se que nem sempre as atividades desenvolvidas nos grupos proporcionam um real e efetivo empoderamento dessas mulheres, ou seja, não proporciona uma mudança real das condições de vida de um determinado sujeito. Nessa ótica, podemos apontar que a realização desses grupos deviam objetivar não apenas a prevenção da quebra dos fortalecimentos dos vínculos, mas também mudanças que proporcionem autonomia dessas mulheres para que possam viver em condições de sobrevivência visando a garantia de direitos de suas famílias.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa é que ainda há uma quantidade de pessoas que não sabem o que é o CRAS, quais os serviços ofertados e quais as competências e atribuições do assistente social. Nessa órbita, a equipe profissional necessita no cotidiano do seu fazer profissional realizar mais busca ativa e palestras para a explanação sobre o que realmente o que é o CRAS, quais serviços são ofertados e quais as atividades que cada usuário pode participar.

Portanto, não houve qualquer pretensão de esgotar essa discussão. A realização da pesquisa buscou contribuir para um olhar mais reflexivo de profissionais e acadêmicos para que busquem mudanças efetivas. Assim, objetivamos fomentar o debate acerca dessa temática contribuindo para publicações posteriores.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. **A Emancipação da Questão Social**: o âmbito do privado (fins do século XIX ao inicio do século XX) e sua estatização. João Pessoa, 2008.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate á fome**. Orientações técnicas Centro de referencia de assistência social – CRAS**. 1 ed. Brasília; Ministério do desenvolvimento social e combate á fome, 2009.Disponível em http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/orientacoes-tecnicas-CRAS.pdf Acesso em 22/09/2013.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão de assistente social. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 02/10/2013.

_____. **Lei Maria da Penha.** Nº 11. 340/2006. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 10/10/2013.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate á fome**. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Cartilha do PETI**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome. Brasília, 2004. Disponível em http://bibliotecacrescersemviolencia.org/pdf/2_trabalho_infantil/B17_Cartilha_Peti_MDS_2004.pdf Acesso em 27/09/2013.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS**. Brasília: MDS, 1993. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf Acesso em 15/09/2013

_____.**Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei n 8.662, de 7 de junho de 1993.Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso em: 13/10/2013.

_____.**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**.2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf Acesso em: 17/10/2013.

_____. **Portaria 177**. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 16 de Junho de 2011. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2011/Portaria%20no%20177%20-%20MDS%20%20de%20%2016%20de%20junho%20de%202011.pdf Acesso em: 07/09/2013.

CFESS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. DOU 25 de nov. de 2009. Brasília, 2009. Disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009.pdf Acesso em 08/09/2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. In Revista Estudos Feministas. p. 47-71 jan-abr. Florianópolis, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/8625-25752-1-PB.pdf Acesso em: 14/10/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo 2002**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm Acesso em: 14/10/2013.

OSIS. Maria José Martins Duarte. **Paism**: um marco na abordagem na saúde reprodutiva no Brasil. In Caderno de Saúde Pública .p.25-32. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v14s1/1337.pdf Acesso em: 30/05/2013.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher**: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Artigo nº 21. Abril/ maio 2007. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf Acesso em: 11/10/2013.

A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO E A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ENFRENTAMENTO DESSA REALIDADE NO BRASIL

Daniel Cortez Marques
Caique Monteiro Rocha
Emilly Karísia Barbosa Torres
Calheiros
Erlânia Alves Lopes

RESUMO

Este Artigo tem como objetivo discutir sobre a violência contra o idoso no Brasil e a ação interventiva do Assistente Social nessa expressão da Questão Social, o estudo foi constituído através de pesquisa e discussão sobre a bibliografa encontrada sobre o tema. Percebendo se que o trabalho do Assistente Social juntamente com uma maior propagação de informações e ações coletivas da Sociedade é essencial para combate da violência contra a pessoa idosa.

Palavras-chave: Violência, Idoso, Assistente Social.

ABSTRACT

This article aims to discuss violence against the elderly in Brazil and the intervention of the Social Worker in this expression of Social Question, the study was constituted through research and discussion on the bibliography found on the topic. Realizing that the work of the Social Worker together with a greater dissemination of information and collective actions of the Society is essential to combat violence against the elderly.

Keywords: Violence, Elderly, Social Worker

1. INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (2007), a violência contra a pessoa idosa no Brasil é um fenômeno

que cresce em proporções cada vez maiores, considerando que a agressão perpassa o ataque físico e encontra-se às vezes embutida no próprio seio familiar. O enfrentamento

gradativo da situação deve ser arquitetado de forma a incentivar o trabalho entre a sociedade civil e estado, considerando se a ação do Assistente Social como ponte para o desdobramento dessa questão.

A temática foi escolhida justamente por ser uma das expressões da Questão Social que mais necessita de novas discussões e debates frente às correntes mudanças e crises oriundas do mundo do capital atual e a importância do tema fez, então, definir-se como objetivo a discussão sobre a ação do Assistente Social frente à violência conta a pessoa idosa no Brasil.

Através de análise bibliográfica de algumas produções sobre violência contra o idoso e Assistência Social foi se procurando traçar novos caminhos a partir do que foi iniciado em outras obras. Podemos reter também que “A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informação advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. (Barros e Lehfeud, 2007, pg.85). Objetivando-se também acrescentar novos pontos de vista sobre o tema com o intuito de aumentar a produção teórica sobre o mesmo.

Percebe se então que o processo de envelhecimento acarreta diversas consequências, e muitas vezes não seguem como parte da vida em que se deveria ter extremo proveito e consideração, o avesso que se tem em determinadas circunstancias que eclode na falta de autonomia e despeito para com esse segmento, cria uma naturalização que em diversas ocasiões é ponto inaugural de um espiral que segue as expressões da questão social e rompe-la requer uma mobilização de população, estado e politicas sociais para que se possa iniciar com a transformação.

Conclui-se então que é de fundamental importância o estudo sobre a temática, percebendo se que a mesma crescer em proporções cada vez maiores igualmente o ato de violência com o cidadão idoso e somente com uma ação informativa, prática e criativa de Assistentes Sociais, população e governo é que pode se fazer no menor tempo possível à melhoria na qualidade de vida de todos.

2. OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ROMPIMENTO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO BRASIL

A relação entre a Assistência Social e o combate da violência contra o idoso é um questão que precisa ser considerada frente a diversos desafios que a profissão e a população idosa enfrentam nessa nova etapa de transformações pela qual o país passa,

considerando que a visibilidade dessas questões nem sempre são discutidas de maneira ampla e simples.

Perceber se que essa questão não é algo que surgiu der repente e mesmo com as muitas dificuldades e desafios, a luta pode seguir segundo Brasil (2007, pg.6) “o fenômeno do envelhecimento no Brasil veio para ficar, configurando, ao mesmo tempo, uma conquista da qualidade de vida no país e um desafio que precisa ser enfrentado pelas famílias, pela sociedade e pelo Estado”.

Nesse sentido o trabalho coletivo é meio fundamental para a superação do presente desafio, observando que a garantia de direitos requer a distribuição de recursos e a mobilização de toda a nação famílias em prol de criar uma rede interventiva entre ambas às partes para uma ação cada vez mais efetiva.

Para Minayo (2004), questões como o fato de ser considerado como idosa apenas as pessoas com 60 ou mais, faz com a intervenção do Estado seja bastante especifica, privilegiando com politicas sociais apenas essa faixa etária, porém o envelhecimento começa antes disso e a vulnerabilidade também.

As transformações no país em virtude das demandas capitalista e os impactos gerados na vida dos brasileiros são inúmeros, pode se perceber que a perda de determinados direitos são diretamente ligadas a tentativa do sistema econômico ergue-se frente as crises, mas somente com a luta de todos é que se pode reconquistar e prosseguir melhorando, fator já ocorreu na década de 1960 como traz Simões (2009, pg.143):

> Entre os anos de 1960 e 1964, os institutos incorporaram as reivindicações sindicais sobre a ampliação de benefícios previdenciários, revogando a exigência de idade mínima de 55 anos para aposentadoria por tempo de serviço (que viria a ser restabelecida, em outros parâmetros, para os servidores públicos, com a EC n.72, de 22/11/1966), ficando a exigência de 35 anos de tempo de serviço, como único requisito.

O Assistente Social como profissional que atua juntamente com o Estado pode perceber em uma Questão Social como a Violência contra o idoso um de suas funções interventivas, considerando que a política de Assistência tem no seu histórico a responsabilidade de solucionar as demandas que são feitas ao Estado, considerando que “a profissão, tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado”. (IAMAMOTO, 2000, pg.150). Pode se notar o deslocamento da profissão para uma posição cada vez mais representativa e atuante como se fosse uma solução Estatal.

Pode se considerar de que o fenômeno da violência contra o idoso poderá ser amenizado de forma satisfatória, desde que seja buscado mecanismos que visem a garantia de direitos e um olhar mais centrado em questões que passam a ser vistas como normais.

As formas de Violência contra a pessoa idosa são muitas e variadas, ocorrendo em diferentes situações e contextos.

As formas mais comuns são: Violência física, psicológica, sexual, financeira, o abandono, a negligência e a auto-negligência. Como a maior parte das formas de violência contra o idoso ocorrem no âmbito familiar, torna-se necessária a retirada e acompanhamento da pessoa idoso, o que na maioria das vezes vai demandar a intervenção profissional, em que um dos principais representantes nessas questões é o técnico do Serviço Social que por intermédio das Politicas Públicas poderá propor iniciativas para combater a violência e restabelecer o idoso na sociedade buscando a plena qualidade de vida.

2.1 POLÍTICAS SOCIAIS INTERVENTIVAS E AÇÃO COLETIVA

Segundo Iamamoto (2000), o profissional da Assistência Social tem na gestão, elaboração e execução de Politicas Sociais seu instrumental para responder as mais variadas demandas oriundas das expressões da Questão Social e nesse sentindo deve-se buscar o auxilio dessas politicas para o enfrentamento da falta de garantia de direitos, o que é de fundamental importância principalmente em relação a um sistema institucional que muitas vezes não está preparado para novas expressões que surgem em decorrência do período histórico.

Percebe-se também a violência que pode estar presente nas próprias instituições na "aplicação ou omissão na gestão de políticas sociais pelo estado e pelas instituições de assistência, maneira privilegiada de reprodução das relações assimétricas de poder, de domínio, de menosprezo e de discriminação". (MINAYO, 2005, pg.14).

A avaliação constante dos principais problemas estruturais que geram a violência é a mesma fonte de conhecimento que se usada em seu reverso, pode ser a resolução dos problemas que a causa, ou seja, o conhecimento e a cooperação coletiva é um dos principais caminhos para o inicio de uma mudança societária que independente do período em que esteja ocorrendo para poder combater os desequilíbrios do conflito societário e nesse sentido as conquistas advindas no artigo 194 da Constituição Federal trazem novos parâmetros que são base para alcançar uma mudança na vida do cidadão, e a seguridade social é meio para alcançar essa completude, dizendo que:

> Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
> Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
> I - Universalidade da cobertura e do atendimento;
> II - uniformidade E equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
> III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
> IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
> V - Equidade na forma de participação no custeio;
> VI - diversidade da base de financiamento;
> VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL,1988).

Nesse sentindo deve ser compreender o processo emancipatório pelo qual o sujeito se envolve ao ser beneficiado com a garantia de direitos, principalmente por meio de políticas publicas e isso é evidentemente algo a ser considerado. Além de ferramentas criadas em função da dificuldade enfrentada no cenário brasileiro, como o estatuto direcionado à pessoa idosa, tem se também uma grande consideração no setor da assistência, e alguns buscam cumprir a premissa de aquele que necessita é o foco dessa política não contributiva e sua importância torna-se exuberante em face ao processo de luta pela garantia da efetivação das garantias do ser humano.

O fator exclusão e suas consequências na vida do idoso permeiam o campo de ativação de interesse que conflitem do geral para o particular. A necessidade de determinado segmento que sofre com a negação da garantia de uma vida digna, geralmente não chega a afetar a maioria dos que não sentem essa falta de inclusão.

O foco brasileiro em trazer leis específicas para determinadas camadas sociais, coloca em prática uma noção de desigualdade que não pode ser desconsiderada. A lei N° 10.741 popularmente conhecida como o Estatuto do Idoso é uma forma de dizer que a pessoa idosa, não está inserida no campo de direitos que vem com a Constituição Federal de 1988, sendo necessário dizer que o já deveria estar sendo feito.

Sitcovsky (2010) assinala a questão da falta de renda no País e como isso se torna um agravante no âmbito familiar. Nesse sentido programas como o Beneficio de Prestação Continuada (BPC) entra como ponto de garantia e limitação, uma vez que só tem acesso o idoso ou deficiente em que a família tenha renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, ou seja, caso passe um pouco desse limite à pessoa não ira recebe e continuara na mesma situação, o fato inegável é que tratar de uma parte do problema sem considerar o todo não é solução.

2.2 AÇÃO COLETIVA: ESTADO, FAMÍLIA E SOCIEDADE

Como afirma Brasil (2007) à violência contra o idoso torna-se muitas vezes um problema sem muita visibilidade uma vez que é no âmbito familiar que ocorre a maior parte dos casos de agressão, sendo necessária a conscientização uniforme de sua importância para o enfrente desse rompimento de direitos.

Torna se perceptível a contrariedade que o sistema do capital impõe, e uma grande característica é a falta de informação que torna a maior parte da população numa situação em que desconhece os direitos e naturaliza a falta deles.

Iamamoto (2000) vem ressaltar que o papel do Assistente Social desenvolve se juntamente com a rotineira responsabilidade que o Estado lhe atribui de lidar com as politicas públicas e expressões da questão social tais como a violência contra a pessoa idosa, fazendo-se necessária ainda à junção com a família e a sociedade para que se possa criar nessas condições um ambiente mais favorável para enfrentamento dessas demandas e sua possível superação.

O Estado nesse sentido aparece como possibilidade de materializar através de seus recursos a qualidade de autonomia do sujeito, esse momento antes de ser palpável, precisa esta colocado em um ciclo que vise a correlação dos diversos fatores e elementos particulares a atuação, colocando no planejamento as diversas variáveis que poderão participar seja na prevenção, promoção ou proteção e por em consideração os benefícios para o individuo, a cautela e resposta será mais acurada, como sinaliza Mioto (2010, pg.49):

> Nessa direção se encaixa todo o processo de definição e garantia de direitos individuais promovidos pelo Estado, favorecendo especialmente os membros mais frágeis — crianças, idosos e mulheres. As observações sobre nossa realidade indicam, por exemplo, como a pensão consentida aos idosos lhes permite uma autonomia maior, mais dignidade pessoal, e por isso podem ter sua posição fortalecida nas negociações familiares, ao contrario do que aconteceria se dependesse apenas da solidariedade familiar.

Nesse espaço podemos ressaltar o fato de que isoladamente não se pode concretizar uma ação mais efetiva sobre o direito que existe e precisa ser concreto. Tem se de colocar todos os aspectos em linha para escolher os melhores mecanismos e estratégias para o trabalho. O Estatuto do Idoso em seu terceiro artigo torna obrigação da família, estado e sociedade garantir a efetivação dos direitos da pessoa idosa e nesse sentido todos tem que efetivar essa ação coletiva para que os idosos possam ter uma maior qualidade de vida.

Ressaltando sempre que a atuação do profissional da assistência por meio de prevenção ou proteção é peça fundamental para se alcançar novos patamares, considerando também que a informação trabalhada por ele é uma das primeiras formas de tornar consciente a coletividade para a gravidade existe nas expressões de violência contra o idoso, e a falta de respeito para com os direitos do mesmo, isso deve ser sempre tratado com o máximo de empenho e entusiasmos para que os resultados almejados possam corresponder as expectativas que são criadas, diante de todo um segmento que muitas vezes não sai do papel, BRASIL (2003).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra o idoso tem crescido cada vez mais, e tornado se um ato que tem se naturalizado na sociedade capitalista, esse fator não pode ser visto como um ato isolado e encoberto apena no âmbito familiar, é uma questão que envolve toda a sociedade. Fatores meticulosos como o fato de os maiores agressores serem os próprios filhos, na maioria das vezes é um empecilho que arrebata a alma dos idosos, reduzindo drasticamente as denuncias por motivos como o medo, amor fraternal ou por também se colocar na condição de problema.

Nesse quesito podemos destacar durante o estudo a importância do assistente social como profissional que pode auxiliar na recuperação e garantia dos direitos da pessoa idosa. O seu trabalho desenvolvido, sua ação, seus meios de articulação, viabilizando seus direito garantidos por lei, as dificuldades encontradas a necessidade de um apoio maior das instituições e do Estado que tem como obrigação da a sua proteção.

Como foi visto no estudo é preciso mais programas e projetos sociais direcionando para o idoso é mais que dever do assistente social atuar principalmente por ser peça fundamental nesse processo, e buscar desenvolver e ampliar todo o seu conhecimento e por meio da fusão entre teoria e prática, ser um dos agentes de mudanças que poderá transformar a realidade.

É nesse sentido que o aprofundamento da temática e sua relação com demais áreas das ciências sociais, pode ser um impacto muito positivo, principalmente se for praticado o que é estipulado para lidar com a situação. Deve se por em jogo, não somente a garantia de direitos de apenas um segmento da sociedade, mas ir fundo no que esse conjunto de expressões da questão social, buscando colocar o conhecimento e a ação como principal forma de emancipar o homem de toda a condição agravante a que o contexto lhe submeteu.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ardel Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. **Plano de ação para enfrentamento da violência conta a pessoa idosa**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência contra idosos**: O avesso do Respeito à experiência e à sabedoria. Brasília, 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. In: **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. LEAL, M.C. MATOS, M.C de. SALES, A. (orgs.). 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.43-59.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. MOTA, A.E. (org.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.147-179.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL: o contexto da violência contra a mulher

Isaura Caroline Abrantes Silva
Brennda Martinelli Pinho Silva
Larissa Maria Linard Ramalho
(Orientadora)

RESUMO

Considerando a violência de gênero, com ênfase na violência contra a mulher, este trabalho busca discutir a importância do diálogo entre as ciências psicológicas e do serviço social no desenvolvimento de intervenções psicossociais nas políticas de atenção à mulher em situação de violência. A metodologia se baseará em uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e a partir dos aparatos metodológicos foi possível apresentar as características teórico-práticas que compõem essas atuações profissionais. Destarte, o trabalho desenvolvido volta-se para o embate da violência propriamente dita, além da fomentação de uma conscientização e da atividade política visando transformação social.

Palavras-chave: Psicologia; Serviço social; violência de gênero; mulher.

ABSTRACT

Considering gender violence, with emphasis on violence against women, this study seeks to discuss the importance of the dialogue between the psychological and social services sciences in the development of psychosocial interventions in the policies of attention to women in situations of violence. The methodology will be based on a qualitative research, based on a bibliographical review, from the methodological apparatuses it was possible to present the theoretical-practical characteristics that compose these professional performances. Thus, the work developed turns to the clash of violence itself, in addition to fostering an awareness and political activity aimed at social transformation.

Keywords: Psychology; Social service; Violence; Woman.

1 INTRODUÇÃO

As relações de dominação de gênero são fundamentadas em ideologias que atravessam o contexto da violência contra a mulher. Podendo assumir diversas formas (psicológica, física, patrimonial e etc.) e variando entre os contextos que podem ocorrer (doméstica, institucional e etc.), a violência contra a mulher vem ocupando um espaço central em discussões nacionais e internacionais, não somente por constituir-se enquanto

uma violação de direitos humanos, causando danos individuais e/ou coletivos, mas também por evidenciar proporções, conforme Menezes et. al (2014), que somam aos índices de morbimortalidade em todas as camadas da sociedade.

Os movimentos sociais, destacando a organização do movimento feminista, segundo Hanada (2007), vêm denunciando desde a década de 1970 as disparidades de gênero presentes nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. É como reflexo dessa relação assimétrica que a autora evidencia a violência contra a mulher, apontando que a fim de combatê-la, a discursão de gênero foi incorporada ao espaço jurídico internacional, garantindo, como resultado da mobilização das mulheres, medidas protetivas aos seus direitos e a "formulação de diretrizes políticas baseadas na igualdade entre os sexos nos campos da saúde, trabalho, violência e poder" (HANADA, 2007, p. 13).

Nesse contexto, também são incorporadas às políticas públicas de assistência social e saúde as reflexões acerca da relação de dominação entre os gêneros, garantindo a possibilidade de pensar programas e desenvolver ações que abarquem a multiplicidade de fatores ideológicos, sociais, históricos e psicológicos que participam da construção da identidade e da subjetividade feminina e que regulam sua relação com o meio em que vivem. De acordo com Engerani-Camon (2000) *apud* Oliveira et. al (2012) interdisciplinaridade se configura como uma relação entre disciplinas, enfatizando o trabalho de profissionais de forma colaborativa e uniforme, havendo interação entre os membros da equipe. É nesse sentido, que se destaca a atuação interdisciplinar entre a psicologia e o serviço social nas políticas de atenção à mulher em situação de violência como forma de construir fundamentações teóricas e possibilidades práticas.

Considerando esses aspectos, o presente artigo busca discutir acerca das práticas profissionais de psicólogos (as) e assistentes sociais no que concerne à atenção a mulher nas políticas públicas voltadas para situações de violações de direitos sociais e, mais precisamente, a violência contra esse público. Nesse sentido, serão evidenciados os aspectos sócio-históricos que fomentam a ideologia presente nas relações de opressão do feminino, apresentando a caracterização geral das principais formas de violência contra a mulher. Em conseguinte, serão discutidas as políticas públicas voltadas para assistir a essas questões, bem como a legislação que ampara esse público no que tange a violação de direitos. Por fim, serão apontadas possibilidades teórico-práticas de atuação que unem as áreas da Psicologia e do Serviço Social.

A fim de atingir os objetivos propostos nesse trabalho, a metodologia aplicada será o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2003), também denominada de fontes secundárias, a pesquisa desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica confere ao pesquisador um contato amplo com todo material tido enquanto público sobre o tema de interesse. Fornecendo ao pesquisador uma vasta quantidade de formulações teóricas acerca do tema, a revisão bibliográfica ultrapassa a mera

caracterização de repetição do material consultado, garantindo "o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Compreendendo o exposto, justifica-se socialmente o desenvolvimento desse trabalho na perspectiva de apreender os fatores sociais nos modos de subjetivação do ser humano, enfatizando o recorte do gênero feminino, empreendendo-os na relação que o sujeito tem com o ambiente social em que está inserido. Levando isso em consideração, é possível analisar as políticas públicas e a atividade que os profissionais nesse âmbito desenvolvem, fornecendo bases para intervenções práticas que dialoguem com essa multiplicidade de fatores promovendo a transformação social e que combatam efetivamente as diversas formas de exposição à violência que mulheres estão submetidas.

Academicamente, ressalta-se a relevância dessa produção no que se refere à ausência de publicações sobre a intersecção dos profissionais das áreas de conhecimento da Psicologia e do Serviço Social na proteção aos direitos das mulheres em situação de violência. Dessa forma, enveredar por esse caminho possibilita o contato de acadêmicos, assistentes sociais e psicólogos com a produção científica sobre o tema, garantindo aprofundamento teórico que viabilize práticas no desenvolvimento da atuação profissional.

O fenômeno social referente à violência contra a mulher retrata relações culturais permeadas pelo patriarcalismo e pela crença na submissão do gênero feminino. Essa configuração é capaz de gerar sofrimento e dificultar o empoderamento social de mulheres que se encontram em vulnerabilidade mediante as situações de violência as quais estão imersas. Dessa forma, além de perceber a importância de refletir sobre esse tema para a ciência, é fundamental compreender a relevância de lutar como cidadãs, que também predispostas a situações de violência vista a hierarquização dos gêneros, pela transformação social e pelo fortalecimento da sororidade, exercendo um papel enquanto seres políticos.

O trabalho, então, busca entender a legislação brasileira e as políticas públicas voltadas para a assistência às mulheres, discutindo a relevância da interlocução entre a atuação do profissional psicólogo e do assistente social perante esse contexto. Destarte, parte-se de uma fundamentação centrada em aspectos histórico-sociais da hierarquização dos gêneros, dos direitos garantidos a essas mulheres e à interligação entre asáreas Psicologia e Serviço Social. Por fim, cabe ressaltar que não é objetivo deste artigo invalidar a atuação prática de outras áreas de conhecimento na atenção à mulher em situação de violência, reafirmando a importância de um trabalho interdisciplinar entre outros profissionais que ocupam esses espaços e evidenciando os âmbitosde conhecimento supracitados.

2 DESENVOLVIMENTO

Caracterização da violência conta a mulher e legislação brasileira

Em cartilha sobre a violência contra a mulher, a Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de São Paulo - OAB/SP (2009) salienta que o gênero feminino e o gênero masculino são determinados culturalmente a seguirem papeis sociais específicos. Nesse sentido, as construções simbólicas os definem, também delimitam atividades ligadas a homens ou a mulheres, e por consequência, características e atributos para cada um dos sexos. Dessa forma, desde a educação, a sociedade prevalece os meninos, incentivando-os a agressividade, a fazer uso da força física, a exibir sua dominação e a satisfação precoce de seus desejos sexuais. Em contraponto, as meninas são admiradas pela delicadeza, calma, submissão, passividade e afetuosidade. Ao se referir a violência de gênero, afirma-se uma relação de poder e hierarquização entre os gêneros, que coloca o feminino como submisso e vulnerável à subordinação masculina, o que pode variar da mais sutil coerção até as mais cruéis formas de tortura.

Essa organização social corrobora para as situações de violência, pois, muitas vezes, a mulher acredita que será culpada e que o companheiro tem o direito de aplicar punições ao desobedecê-lo. Nesse ínterim, foi promulgada a Lei nº 11.340 em 2006, visando a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Intitulada como "Lei Maria da Penha", em homenagem a uma mulher que sofreu várias agressões de seu companheiro, se configura como grande passo rumo ao apoio as mulheres violentadas. Desse modo, alterando o Código Penal brasileiro, possibilita a prisão dos agressores em flagrante ouprisão preventiva, não sendo mais punidos a partir de penas alternativas, aumentando-se também o tempo de detenção de um ano para três anos. Ademais, além dessas mudanças quanto ao sistema penal, a lei propiciou uma maior agilidade do processo na denúncia da violência (OAB/SP, 2009).

Destarte, a violência doméstica e familiar, definida no artigo 5° da Lei Maria da Penha, incide em "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Os incisos desse mesmo artigo definem as seguintes circunstâncias: a ocorrênciaem um espaço doméstico, entendendo esse como âmbitoem que ocorra permanente convívio entre indivíduos, mesmo na ausência de vínculos familiares, compreendendo inclusive os

agregados; a família é percebia como uma comunidade composta por pessoas que são ou se reconhecem como aparentados, havendo união quer seja ela por afinidade, laços naturais ou vontade expressa; considerar qualquer relação íntima afetuosa, em que a ofendida apresente convivência no presente ou no passado com o agressor, independendo de coabitação. A Lei dispõe ainda que todas as colocações expressas nesse artigo equivalem a relações pessoais que independem da orientação sexual da vítima (BRASIL, 2006, art. 5°).

A partir das disposições formuladas em lei, a Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte (2015) discorre sobre os tipos de violência de acordo com sua natureza: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Caracterizam-se por violência física, quaisquer condutas capazes de ofender a integridade física, ou seja, degradante a saúde corporal através da força física ou de armas que possam causar lesões. A violência psicológica é compreendida como danos ao âmbito emocional, à autoestima, prejudicando o desenvolvimento como ameaças, insultos, humilhações e tentativas de isolamento de relações familiares ou de amizade. A partir de uma relação de poder, as condutas referentes ao uso de força física, coercitiva e utilizando intimidação psicológica, no intuito de obrigar outra pessoa a relações sexuais ou quaisquer atos libidinosos não desejados dizem respeito à violência sexual, limitando ou anulando os direitos reprodutivos e sexuais da vítima. A violência patrimonial é configurada pela exploração ilegal referente ao uso não permitido de patrimônios econômicos e financeiros, implicando em subtração ou dano de documentações pessoais ou bens. É considerada violência moral, ações configuradas com assimétricas que apontam para calúnia, difamação ou injúria.

Visando a coibição da violência doméstica contra a mulher, há uma articulação de ações federais, estatais e municipais, além de incentivos não-governamentais. A assistência social é assim aplicada consonante as diretrizes previstas na Lei Orgânica de Assistência Social, o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Segurança Pública, dentre outras normatizações e políticas públicas atuantes da proteção da mulher. Será assegurada a mulher violentada a preservação da integridade física e psicológica, incluindo o afastamento da instituição de trabalho mantendo os vínculos trabalhistas ou serviços ligados a promoção da saúde contra as doenças sexualmente transmissíveis e ao cuidado em casos de abuso sexual (BRASIL, 2006).

Conforme as disposições previstas em lei, há também a disseminação de campanhas educativas em prol da prevenção das agressões domésticas contra a mulher, como forma de difundir a lei e alertar quanto a importância da denúncia do sofrimento. É proposta prevista, destacar aspectos referentes aos direitos humanos, a busca pela

equidade de gênero e etnia, ressaltando o contexto sociocultural acarretador da violência contra a mulher (BRASIL, 2006).

Políticas públicas que assistem a mulher em situação de violência

A rede de enfrentamento a violência contra as mulheres correspondem à articulação formulada entre os serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, tendo por objetivo desenvolver estratagemas efetivas quanto à prevenção da violência e a criação de políticas que assegurem os direitos humanos, o empoderamento feminino, a responsabilização de agressores e a prestação de assistência adequada e qualificada. Essa rede deve ser entendida como produção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), responsável pelo estabelecimento de diretrizes e intervenções de prevenção ao combate a violência. Sobre a rede de atendimento a mulher, ressalta-se:

> [...] faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento. A constituição da rede de enfrentamento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outros (BRASIL, 2011, p.8).

Para a consolidação desses dispositivos, Brasil (2011) afirma que houveram dois marcos fundamentais: a Lei 11.340/2006 e a formação da Central de Atendimento à Mulher em 2005. Configurando-se como a mais abrangente rede de atendimento às mulheres violentadas, situa-se atendendo a todos os eixos estabelecidos na Política Nacional, sendo eles as ações visando combater, prevenir, prestar assistência e garantir direitos. Assim, a rede de atendimento se refere a um eixo da assistência, restringindo-se ao atendimento seja ele especializado ou não, sendo uma ferramenta que compõe a rede de enfrentamento a violência.

De acordo com Secretaria de Políticas Públicas (2011, p. 14), "a rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro principais setores/áreas (saúde, justiça, segurança pública e assistência social)". Ademais, são divididas em duas principais classificações de serviço de acordo com suas categorias: serviços não-especializados e serviços especializados. O primeiro se constitui como o primeiro contato da mulher na rede de enfretamento, podendo atuar como porta de entrada, tais políticas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), defensorias públicas, instituições hospitalares, delegacias). O serviço

especializado concentra a especialização no atendimento à mulher, atendendo exclusivamente o público feminino, situando-se como:

> Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos Rede de Enfrentamento Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos). Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento. É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2011, p.15-16)

Nesse ínterim, acentua-se que a rede de enfrentamento em prol do apoio às mulheres e do empoderamento feminino é marada por uma ampla multiplicidade de serviços. Visando contemplar a complexidade do fenômeno cultural da violência contra a mulher, ressalta-se o grande número de instituições e estratégias envolvidas como forma de perceber a multidimensionalidade dos fatores envolvidos nesse processo. No tocante ao âmbito assistencial, é imprescindível aos serviços que os trabalhos partam da intersetorialização, elucidando os fluxos de atendimento condizentes com as realidades socioculturais, singulares e locais, as quais devem abranger as mulheres em seu caráter de diversidade. Contudo, essa perspectiva estampa um desafio, pois rompe com o paradigma tradicional de gestão pública, a qual tende a perceber as políticas públicas de maneira desarticulada e departamentalizadas.

Atuação interdisciplinar do psicólogo e do assistente social no contexto da violência contra a mulher

No contexto da atuação na atenção a mulher em situação de violência, Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010) evidenciam que a formulação de programas e as ações desenvolvidas voltadas para a prevenção da exposição à violência, atinge não somente o que se refere aos serviços públicos ofertados, mas também a prática dos profissionais que neles atuam. Assim, são suscitadas questões relativas aos valores pessoais e a atividade profissional, envolvendo o processo de adequação das intervenções a esse público específico, bem como a postura ética junto ao trabalho desenvolvido.

Ressaltando o trabalho interdisciplinar no âmbito assistencial, Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010) discorrem sobre a relevância da integralidade do trabalho de diversos

profissionais que compõem esse setor. Dentro dessa perspectiva, as autoras afirmam que a exposição à violência do público feminino, cria demandas de ações voltadas para o campo da saúde, jurídico, intervenção policial, assistência social, psicológica e, por vezes, atenção a questões básicas, como o abrigo emergencial.

Dentro dessa perspectiva, fica clara a emergência do desenvolvimento de atividades integrais, que abarquem toda a multiplicidade de questões que estão imbricadas no contexto da violência contra a mulher nos âmbitos da proteção social voltadas para a assistência. Assim, faz-se necessário desde a atividade profissional desenvolvida dentro de equipes multiprofissionais, como abarcar as redes intersetoriais, articulando a atenção à mulher a outros serviços públicos.

Entretanto, Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010, p. 36) afirmam que esses executar essas necessidades "não é tarefa fácil de concretizar e apresenta-se como um dos desafios para as instituições e os profissionais". Além disso, as autoras concluem acerca da formação dos profissionais atuantes nessa área que

> No Brasil, protocolos e normatizações que orientam as ações assistenciais são recentes e provavelmente não estão completamente disseminados pelos serviços existentes. Esses documentos são instrumentos importantes na implantação de uma política pública, pois orientam as ações assistenciais dos serviços, estabelecendo diretrizes técnicas e políticas para a organização da assistência e para as intervenções (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010, p. 36).

Esse problema é ainda evidenciado na escassez de produções científicas que apresentem intervenções multidisciplinares na atenção à mulher em situação de violência, quer seja abrangendo profissionais da saúde, da assistência ou do âmbito jurídico. É nesse sentido que Velloso(2013, p. 49) aponta que "os serviços disponíveis, tanto na saúde, como na assistência e a segurança pública, atendem com déficit as mulheres vítimas de violência".

No queconcerne o trabalho do assistente social nas instituições que assistemas mulheres violentadas, Velloso (2013, p. 49)afirma que o assistente social trabalha objetivando três dimensões: "a dimensão ético-política, a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa". A autora aponta que na perspectiva daquela primeira, os profissionais do serviço socialatuam orientados pelas diretrizes estabelecidasno Código de Ética da profissão, fomentando a conscientização do papel da mulher na sociedade, visualizando a inserção destas no campo dos movimentossociais e das lutas por políticas que supram as demandas específicas desse público e que promovam a transformação social, sem prender-se apenas a soluções temporárias que atenuam a situação, sem combatê-la de maneira radical.

As outras duas dimensões, teórico-metodológica e técnico-operativa, norteiam ações possibilitando medidas estratégicas e instrumentalizam a atuação e a intervenção, respectivamente, frente às demandas próprias apresentadas pelas situações específicas da prática diária profissional. Velloso (2013) aponta que a instrumentalização da prática do assistente social precisa ser precedida dos preceitos éticos estabelecidos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, de forma a assegurar principalmente o sigilo da mulher assistida pela política e sua atuação. Nesse sentido, a autora apresenta que

> O conjunto dos instrumentos utilizados pelos assistentes sociais é bastante diverso. Para escolher qual será o mais adequado para o enfrentamento das demandas apresentadas, o profissional necessita articular sua escolha às dimensões teórica e ético-política. Isso se faz necessário devido ao dia a dia profissional ser um espaço muitas vezes limitado, impondo, dessa forma, desafios ao assistente social, tornando a reflexão, a investigação e a criticidade elementos constantemente utilizados para articular essas dimensões (VELLOSO, 2013, p. 50).

Destarte, a organizaçãodo trabalho do assistente social orientado por essas três perspectivas, além da utilização de instrumentos, possibilita ao profissional estabelecer e executar estratégias que visem combater efetivamente a violência com o recorte de gênero. Para além, possibilita um olhar voltado para a transformação social por meio de canais de diálogo com os movimentos sociais que vão ao embate da questão ideológica existente por trás dessa forma de violênciaque estrutura as relações de dominação e regula a opressão entre gêneros.

No tocante a atuação do psicólogo no contexto da violência contra a mulher, a Dra. Valeska Zanello apresenta algumas considerações em publicação veiculada pelo Jornal do Federal (2016) do Conselho Federal de Psicologia. A psicóloga destaca que é necessário enfatizar as discussões de gênero ao falar sobre saúde mental. Nesse sentido, é papel dessa área visibilizar as formas de violência de gênero e, conseguinte, trabalhar a sensibilização do profissional que atua na atenção às mulheres vilipendiadas para que se identifique a violência em relatórios e prontuários. Ressalta-se também a necessidade de desenvolver pesquisas e produções científicas na interlocução da violência, gênero e sofrimento psíquico.

Considerando a perspectiva psicossocial da atuação do psicólogo nos aparelhos assistenciais públicos, Souza e Sousa (2015) defendem que o papel da psicologia deve se desenvolver a fim de realizar o acolhimento do sofrimento das mulheres e, dessa forma, efetivar intervenções práticas que visem desenvolver a autonomia e empoderamento social. As autoras afirmam ainda que, por extensão, compreendendo as limitações, é relevante desenvolver ações que abarquem membros familiares próximos, implicados direta ou indiretamente na situação de exposição à violência.

Ademais, Meinhardt e Maia (2015, p. 134), apresentando concepções da psicologia sobre o tema, afirmam que "adiscussão da violência de gênero na saúde mental se faz necessária para o enfrentamento da violência contra as mulheres enquanto demanda da rede, considerando que, este é um problema grave de saúde pública". Assim, compreender esses aspectos sociais e sua relação com a saúde mental, o foco da psicologia, apresenta-se como necessário no trabalho do psicólogo na assistência à mulher em situação de violência, a fim de promover ações que empreendam a multideterminação de fatores no problema da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, compreender a interlocução entre o foco da psicologia e do serviço social (as implicações psicológicas de fenômenos sociais e sua multiplicidade de expressões) apresenta-se como relevante na tentativa superar a interpelação do movimento dialético sob o qual que constituem as relações de dominação e sua expressão enquanto a exposição às situações de violência no que tange o gênero feminino. É consonante a esse pensamento que Baremblitt (1992, apud Eidelwein, 2007) defende que esses focos compõem uma intersecção que pode ser visualizada quando se reconhece que as relações assimétricas e desiguais constituem o processo de marginalização e, consequentemente, de exclusão social, são objeto final da organização (re)produção da materialidade e da subjetivação imbicada nesse processo. O autor conclui afirmando que o movimento dessa subjetividade pode dirigir-se a mera reprodução ou a ações que vão de encontro à estrutura do sistema a qual estão imersas.

Destarte, Eidelwein (2007, p. 311) conclui afirmando que no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar entre a Psicologia e o Serviço Social ressalta-se a importância de realizar uma reflexão epistemológica sobre “a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção do conhecimento coletivo.” Dessa forma, a autora evidencia que essa reflexão possibilita compreender quais intervenções teórico-metodológicas fomentam e garantem uma atuação que se sustente dentro do compromisso social de ambas as profissões, visando à garantia dos direitos sociais, civis e políticos conquistados e suscitando ainda, o papel do Código de Ética Profissional do Psicólogo e o Projeto Ético-Político do Serviço Social enquanto referências principais sobre a prática ético-política desses profissionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo os avanços no que se refere às políticas assistenciais à mulher em situação de violência, percebe-se a centralidade do movimento que se iniciou com as reivindicações feministas. A incorporação da discussão sobre a assimetria que caracteriza as relações de gênero aos âmbitos da saúde, jurídicos e assistenciais vem somar as etapas que se apresentaram enquanto fundamentais na conquista de direitos que venham sanar as demandas específicas desse público exposto às situações de vulnerabilidade social e violência.

A inserção de profissionais da psicologia e da assistência social nas ações que assistem as mulheres no contexto descrito representa um avanço teórico-metodológico no espaço da proteção social. A interlocução dos focos dessas profissões (subjetividade, saúde mental e a realidade e as expressões das desigualdades sociais) constitui um terreno de produções teóricas pouco explorado e desenvolvido, mas que debruçar-se sobre apresenta-se como solução aos problemas apresentados, como a superação das dificuldades de desenvolver um trabalho interdisciplinar e intersetorial, que se adequem de forma efetiva ao contexto de exposição à violência ao qual está sujeita a população feminina.

Entendendo esses pontos, ressalta-se ainda a emergência de identificar as dificuldades na compreensão da violência enquanto um fator social, histórico e cultural, atravessado por construções ideológicas que estruturam e sustentam relações de dominação entre os gêneros, além de perceber os obstáculos presentes na assistência, no acolhimento, na referencia e na contrarreferência, que evidenciam os déficits na formação e da atuação prática articulada dos profissionais inseridos nas equipes multiprofissionais.

Destarte,destaca-se a construção de um programa voltado a assistência com base comum aos profissionais que o compõe, voltado para uma atuação que compreenda a importância de um trabalho interdisciplinar e intersetorial no contexto supracitado. Dessa forma, a possibilidade de sobrepujar a perspectiva ações assistencialistas e desarticuladas das demais políticas públicas voltadas à assistência social, emerge da relação dialógica entre profissionais inseridos nesses espaços, da construção de conhecimento e formulações teóricas e do desenvolvimento e aplicação de metodologias e práticas profissionais e educativas que compreendam a relevância de um trabalho articulado na saúde coletiva e na assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL.**Lei Maria da Penha**. Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Disponível em: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional. Acesso em: 03 fev. 2017. 2011.

EIDELWEIN, K. Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinarna direção da produção de conhecimento. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre,** v. 6 n. 2, p. 298- 313, 2007.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência.**222 f.Dissertação (mestrado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

HANADA, H.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência.**Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1,2010, p. 33-59.

Jornal do Federal. **Conselho Federal de Psicologia.**Ano XXVII, n. 112, mar., 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MEINHARDT, Y. M.; MAIA, G. F. da. Não é uma rede que fliu - da invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar: a violência contra as mulheres na saúde mental. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.44, 2015, p.120-136.

MENEZES, P. R. de M. et. al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 23, n. 3, 2014, p.778-786.

OAB SP. **Cartilha sobre violência contra a mulher.** São Paulo: OAB SP, 2009.

SOUZA, T. M. C.; SOUSA, Y. L. R.Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59-74.

TAVARES, S. O. et. al. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade. In: 5° Interfaces no psicológico – Direitos humanos, diversidade e diferença. 2012, Santa Maria, **(Anais),** 2012, pp. 1-8.

VELLOSO, B. B. **A violência contra a mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da Casa da Mulher**: Analisando percalços, limites e potencialidades. Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013, 104 p.

A ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Maria Raquel Simeão de Oliveira
Maria da Conceição Monteiro da Costa
Tamiris Ines Pereira
Maria Nicaele Nogueira Santana

RESUMO

Este artigo traz uma abordagem histórica do capitalismo e suas contradições que desencadearam a questão social. Nos objetivos discorreremos o conceito da questão social e capitalismo, analisar a origem da questão social no Brasil, descrever a consolidação do capitalismo. Realizamos pesquisas bibliográficas, de campo e pesquisa-ação. Destarte, os moldes capitalistas trouxeram e trazem consequências, mesmo com os avanços tecnológicos a problemática ainda existe.
Palavras-chave: Política. Classes Sociais. Capitalismo. Questão Social.

SUMMARY

This article brings a historical approach to capitalism and its contradictions that triggered the social question. In the objectives we will discuss the concept of the social question and capitalism, analyze the origin of the social question in Brazil, describe the consolidation of capitalism. We perform bibliographical, field research and action research. Thus, the capitalist molds have brought and bring consequences, even with technological advances the problem still exists.
Keywords: Politics. Social Classes. Capitalism. Social Issues.

1. INTRODUÇÃO

Para Iamamoto et ol (2006), a “questão social” em seu processo de surgimento, se deu por meio da generalização do trabalho livre em decorrência dos resultados de moldes capitalista. Tal fato acarretou contradições para a sociedade.

Por via disso, no Brasil, a “questão social” também é proveniente do desenvolvimento capitalista. Logo, especificamente no Brasil a “questão social” não era compreendida como problemas sociais em decorrência do desenvolvimento capitalista, mas era vista como a organização da classe proletária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Diante desse contexto, nosso objeto de estudo é a origem da questão social no Brasil.

Para tanto, traçamos alguns objetivos: Traçar o conceito da questão social e do

capitalismo, analisar a origem da questão social no Brasil e descrever a consolidação do capitalismo no Brasil.

Logo, escolhemos essa temática por sermos acadêmicas do curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, por ela nos proporcionar um olhar crítico e amplo da sociedade.

Conclui-se que, é relevante observar as várias dimensões que possibilitam desvendar as expressões da “questão social” em meio ao modo de produção capitalista e suas particularidades na formação da sociedade. Logo, tais dimensões possibilitam a assistência social da contemporaneidade um olhar crítico e diferenciado, no qual os mesmos contribuam significativamente para amenizar essas questões. Não deixando de lado o método marxista que em sua análise do real e concreto da questão social, nos faz refletir sobre os desafios que a classe trabalhadora enfrentou no decorrer da história do contexto capitalista entre capital e trabalho nas particularidades Brasileiras.

2. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA

Mudança na sociedade Inglesa ocorreu a partir do século XVIII com a revolução industrial, que foi um fator fundamental para a ruptura com o mundo feudal que se fundamentou no Iluminismo, que pregava uma visão racional do mundo, indo à contradição com o poder absoluto dos reis, a hegemonia da Igreja católica. (SANTOS, 2009).

Para atender as demandas das indústrias, os latifundiários cercaram as terras, para a criação de carneiros, pois, a lã estava se tornando uma mercadoria cara, por esse motivo os camponeses foram expulsos do campo, e não tendo mais como sobreviver, foram para as cidades, e com esse êxodo rural foi disponibilizado uma grande quantidade de mão de obra para trabalhar nas fábricas. (SANTOS, 2009).

As condições de trabalho dos operários nas fabricas são angustiante, eram submetidos a longas jornadas de trabalho, salários que não supria sua subsistência e a utilização da mão de obra de mulheres e também infantil. Por melhorias nas condições de trabalho os operários se organizaram através de manifestações como os luditas, que

usavam a violência e quebravam maquinas. (SANTOS, 2009).

A revolução industrial centra suas atividades na acumulação do capital através da exploração do operário, distanciando do trabalhador o produto final do seu trabalho e por esse motivo a produção em larga escala e os investimentos em maquinas, para acumular cada vez mais capital. (SANTOS, 2009).

Portanto, o processo de Revolução Industrial trouxe transformações significativas para economia, política e em consequência na sociedade inglesa, a partir do cerceamento o qual ampliou o domínio da classe dominante, e ainda acelerou a urbanização disponibilizando mão de obra para trabalhar nas fabricas que estavam surgindo. E com a mecanização do modo de produção os capitalistas obtiveram mais lucros e em consequência ouve um aumento na exploração dos operários.

3. SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O CAPITALISMO

A sociedade brasileira só pode ser compreendida através do processo colonial e escravista, que era dependente das condições econômicas que dominavam o mercado europeu. (VITA, 2001).

A civilização ocidental foi incorporada a sociedade colonial brasileira, através do comércio, essa relação comercial que a colônia mantinha com a metrópole propiciou a acumulação de riquezas para a metrópole no qual comprava os produtos agrícolas, que eram produzidos por mão de obra dos escravos negros nas colônias e os metais preciosos, e revendiam na Europa, por um preço mais caro do qual comprava, monopolizando o comércio com a colônia, a exportação de produtos manufatureiros e o trafico de escravos. (VITA, 2001).

Por causa das grandes extensões de terras que era necessário para a produção de produtos tropicais, foi escolhida a mão de obra escrava negra, pois, se tivessem que assalariar os trabalhadores que eram necessários para manter esses latifúndios, teriam muitos custos, e não era isso que a metrópole almejava, a implantação da colônia brasileira seguia a lógica capitalista, que era baixos custos na produção, para obter altos lucros. (VITA, 2001).

O principal motivo que levou a implantação do trabalho escravo estava no trafico

de escravos. Permite a acumulação de lucros para a metrópole através dos lucros auferidos da captura dos negros e ainda da sua venda na colônia brasileira. (VITA, 2001).

Na colônia além do senhor de engenho que era o proprietário da terra e do escravo, existiam um grupo de homens livres que eram formados por mestiços, esse grupo estava deslocados na sociedade colonial, pois, o modo de produção era fundamentado na exploração da mão de obra escrava, então só poderiam suprir suas necessidades de subsistência através das áreas aproveitadas para a produção de produtos tropicais, e exerciam nas fazendas tarefas secundarias, como por exemplo, o desmatamento, o comercio de animais de cargas e o transporte de mercadorias. (VITA, 2001).

Mudanças na sociedade e na economia brasileira só ocorreram a partir de meados do século XIX, no qual o trabalho escravo foi alvo de substituição pelo trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. (VITA, 2001).

Essas mudanças ocorreram a partir da influência da Revolução Industrial da Inglaterra que mudou as suas necessidades, que eram supridas pelo comércio com a metrópole através das colônias. A Inglaterra começou a necessitar de matéria prima e alimentos em grande escala e de mercados consumidores para consumir seus produtos. (VITA, 2001).

O comércio capitalista inglês necessitava de homens livres para ampliar seu mercado consumidor, em consequência começou a pressionar D. Pedro II e os proprietários de terras brasileiras, por causa dessa pressão em 1850 foi decretada a lei Eusébio de Queirós, na qual proibia o tráfico de escravos para o Brasil, a partir dessa data começou o processo de abolição da escravatura que só foi consolidado em 1888 com o decreto da Lei Áurea. (VITA, 2001).

Durante muito tempo da história Brasileira apenas o relacionamento comercial com a metrópole era considerado capitalista, enquanto a vida na sociedade e o modo de produção eram baseados na escravidão. (VITA, 2001).

A partir da abolição da escravatura, começou a se formar no Brasil uma classe de trabalhadores livres que é fundamental para a mudança do modo de produção brasileiro. Esse período marcado pela mudança da mão de obra é considerado como o inicio do desenvolvimento capitalista brasileiro. (VITA, 2001).

Portanto a relação colonial brasileira com o capitalismo nascente na Europa estar na comercialização dos produtos que eram produzidos na colônia e revendidos pela metrópole no mercado europeu, pois, apesar de ser produzido pelo modo de produção escravista mantinha alógica capitalista de acumulação de riquezas, e para atender a necessidade do mercado europeu foi introduzida mão de obra livre que foi fundamental para a mudança do escravismo para o capitalismo.

4. AMPLIAÇÃO DAS FAZENDAS DE CAFÉ BRASILEIRAS

A expansão das fazendas de café em São Paulo a partir de 1870 teve grande importância para a formação do Brasil, pois, na medida em que ampliavam as fazendas eram incorporados os trabalhadores livres. (VITA, 2001).

A ampliação das fazendas de café traz consigo o desenvolvimento para a sociedade brasileira, nesse momento foi construído as estradas de ferros, as fábricas que estavam voltadas para a produção de máquinas agrícolas ainda proporcionou o desenvolvimento do sistema bancário. (VITA, 2001).

Com a crise do trabalho escravo e as expansões das fazendas, os latifundiários começaram a necessitar de um grande numero de trabalhadores livres, esse problema foi solucionado com a chegada de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café. (VITA, 2001).

Porém os cafeicultores temiam que os imigrantes se apropriassem das terras que não eram cultivadas, em consequência elaboraram em 1850 a Lei das terras, na qual proibia a apropriação de terras que não fosse por meio da compra. (VITA, 2001).

Através dessa Lei, os latifundiários substituíram os escravos pelas terras, que eram considerados como mercadorias, sendo a terra o seu principal capital, pois, começou a ser comercializada e tinha preços muito alto que somente os próprios fazendeiros poderiam comprá-las. (VITA, 2001).

Nessa época os imigrantes europeus vieram trabalhar no Brasil sob regime de parceria, no qual os fazendeiros disponibilizavam a terra para a produção, e os imigrantes sua força de trabalho. (VITA, 2001).

Nessa relação os latifundiários se apropriavam de uma parte da produção do

imigrante, e ainda depois que o produto fosse colhido era dividido entre os dois, os imigrantes já chegavam às fazendas com dívidas com os proprietários de terras, pois, eram cobrado juros em cima dos custos de transportes, para a vinda dos mesmos para o Brasil, e essa situação se agravava ainda mais com os preços que eram cobrados nos armazéns que eram dos fazendeiros e os produtos estavam com um valor acima do mercado. (VITA, 2001).

Por causa das condições de vida que os imigrantes eram submetidos no Brasil, vários países proibiram a emigração para o Brasil, e por esse fato o regime de parceria fracassou. (VITA, 2001).

Com a implantação de uma nova forma de trabalho livre, o colonato e sob influencia do estado entre 1870 a 1930 foi retomada a imigração europeia, o colono foi um termo dado aos trabalhadores rurais que moravam nas fazendas, e era uma mistura de varias relações de trabalho. (VITA, 2001).

O colono e sua família cuidavam de uma quantidade de cafeeiros e da sua colheita, e por isso recebiam por ano em dinheiro uma quantidade equivalente a sua produção, no entanto era um pagamento pequeno que não era suficiente para suprir suas necessidades, por esse motivo ele mantinha sua plantação para o seu próprio cultivo. Então o colono tinha uma jornada de trabalho dupla, uma na plantação de café e outra na sua própria plantação para sua subsistência. (VITA, 2001).

Nesse período a relação de trabalho não era capitalista, pois, na relação de trabalho capitalista, o trabalhador está separado do meio de produção, e para obter os produtos que necessitavam, usavam exclusivamente o pagamento do salário. (VITA, 2001).

O Estado, através da província de São Paulo, interviu para ampliar a vinda de imigrantes para as fazendas de café brasileiras, através do pagamento dos custos dos transportes com os imigrantes, essa intervenção era resultante do poder que os cafeicultores tinham na sociedade brasileira. (VITA, 2001).

Mas, esse privilégio era concebido para os latifundiários que formassem novos cafezais, essa subvenção do Estado era para incentivar o crescimento das plantações do café para o Oeste paulista, em consequência, expulsaram os agricultores pobres de suas moradias, e de sua única forma de obter suas necessidades de subsistência. (VITA, 2001).

A ampliação das fazendas de café foi muito importante para o desenvolvimento industrial brasileiro, disponibilizou mão de obra necessária para trabalhar nas fábricas, através dos imigrantes que vieram a principio para as fazendas de café e permitiu a acumulação de riquezas, que foi investida na compra de maquinas para as fabricas e ainda proporcionou o desenvolvimento da urbanização brasileira.

5. BASES PARA IMPLANTAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A partir de 1940 a 1960 ocorreram transformações na economia e na sociedade brasileira, nas regiões de Minas Gerais e no Paraná sucedeu a valorização das terras, que não eram ocupadas para a agricultura cafeeira. (VITA, 2001).

As pessoas que ocupavam essas terras eram colocadas para fora, ou eram incorporadas as fazendas sob regime de trabalho de parceria eram obrigados a trabalhar na derrubada do mato, na pastagem e na lavoura. (VITA, 2001).

Geralmente, quando as fazendas estavam estabilizadas, e os proprietários não precisavam mais de tantos trabalhadores, eles eram expulsos para muitas vezes ficarem desempregados ou trabalhavam como temporário esse processo de desapropriação das terras resultou em revoltas. (VITA, 2001).

Esse processo de expulsão dos colonos foi bastante acelerado pelo estatuto do trabalhador rural em 1963, no qual estendia para os trabalhadores rurais, os mesmo direitos dos trabalhadores urbanos. (VITA, 2001).

Com a implantação desse estatuto, os usineiros e os donos dos canaviais não queriam pagar os direitos trabalhistas, por esse motivo contratavam diaristas e trabalhadores temporários, ou até mesmo empreitas de mão de obra. (VITA, 2001).

Na década de 30, o comércio de café entrou em crise em consequência da crise mundial de 1929, e em seu lugar surgiu o comercio de algodão, laranja, e principalmente a cana de açúcar, que se tornou um setor agroindustrial que é caracteristicamente capitalista. (VITA, 2001).

Com o surgimento do setor agroindustrial o colonato deixou de existir, e os trabalhadores viraram exclusivamente capitalistas, a única maneira de sua sobrevivência era através do seu salário, ficaram mais conhecidos como volantes ou boias frias que eram os trabalhadores assalariados ou temporários. (VITA, 2001).

A instauração do modo de produção capitalista nas fazendas de café significou uma piora nas condições de vida do trabalhador, a partir desse momento, além de ter que comprar os produtos alimentícios que necessitavam, tinha que reservar parte do seu salário para a moradia, com isso começou a se formar as periferias das cidades. (VITA, 2001).

Outro fator importante que levou a expulsão dos colonos dos campos foi a alta nos preços do açúcar, que induzira os fazendeiros colocar para fora os moradores, para poder retomar o cultivo do açúcar entre 1939 a 1945. (VITA, 2001).

Em 1955 tentando resistir à expulsão das terras, os camponeses criaram a sociedade agrícola e pecuária dos plantadores de Pernambuco, depois chamada de liga camponesa da galileia isso ocorreu no município de vitória de santo Antão. (VITA, 2001).

As ligas camponesas lutavam por uma reforma agrária radicais, na qual, os latifundiários seriam expulsos das terras e os seus respectivos moradores seriam os proprietários, coletivo ou individual, essa organização camponesa foi duramente reprimida pelo governo, após o golpe militar de 1964. (VITA, 2001).

A mudança da mão de obra escrava para assalariada, principalmente dos

imigrantes europeus que vieram para o Brasil, a principio para trabalhar nas plantações

de café, chegaram a uma quantidade maior que o necessário, por esse excesso de trabalhadores nas fazendas, começou a ir para as áreas urbanas onde se formou um mercado de mão de obra a disposição das indústrias, e ainda foi ampliado o mercado consumidor. (VITA, 2001).

Outro fator importante para a implantação industrial foi à formação de um mercado interno, no qual produtos que eram importados começaram a ser produzida no Brasil. A abolição da escravatura liberou uma quantidade de capital disponível, o qual, eram utilizados para a compra dos escravos, a partir desse momento poderia ser aplicado para investir na outras áreas da economia. (VITA, 2001).

Os cafeicultores investiram grande parte desse capital livre nas indústrias que surgiram em São Paulo, seguindo a lógica capitalista, pois, o capital que era acumulado era investido em atividade econômicas que gerassem lucros, apesar de explorarem nas suas fazendas uma forma de trabalho não capitalista o colonato. (VITA, 2001).

O investimento no setor industrial era baixo, foi disponibilizado para a importação das maquinas, e por esse motivo o setor de bens não duráveis, só veio se desenvolver com investimento estrangeiro a partir de 1930. (VITA, 2001).

Com o investimento estrangeiro na formação da industrial brasileira e a implantação de grandes empresas, propiciou junto com o capital cafeeiro, foi fundamental para a formação e crescimento da grande indústria no Brasil. (VITA, 2001). Portanto a valorização das terras e em consequência o aumento do mercado consumidor brasileiro, a transformação da mão de obra exclusivamente capitalista e o investimento estrangeiro junto com o investimento cafeeiro foram pré-requisitos para industrialização brasileira. Através do desenvolvimento capitalista no Brasil, surgiram duas classes sociais características do capitalismo: a burguesia industrial, e o proletariado.

6. A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Com a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, surge no Brasil à classe operaria, no final do século XIX. Como a lei da terra de 1850 dificultou a

apropriação das terras pelos imigrantes, que foram obrigados a viverem como

camponeses, é provável que grande quantidade deles tenham ido para São Paulo e Rio de Janeiro. (VITA, 2001).

A presença dos imigrantes europeu no Rio de Janeiro e principalmente em São Paulo foi bastante importante, foram eles que influenciaram um movimento operário. Em 1920 os imigrantes europeus eram 51% dos trabalhadores das indústrias de São Paulo, no Rio de Janeiro eram 35,2%%. Sendo responsáveis por transformações na sociedade e na política brasileira. (VITA, 2001).

A formação da questão social no Brasil estar relacionada a difusão da mão de obra livre, essa generalização ocorreu devido a separação entre homens e meios de produção, e através da apropriação e acumulação na mão da burguesia da riqueza que a sociedade produzia o seu desenvolvimento estar relacionado a formação da classe operaria e seu ingresso na política, exigindo outra forma de intervenção social além da caridade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Os capitalistas buscam no mercado a força do trabalho que foi transformada em mercadoria, na qual o operário depende exclusivamente da venda de sua mão de obra em troca do salário para sua sobrevivência e de sua família. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Os operários industriais eram submetidos a condições de vida angustiantes, moravam em bairros insalubres, e na maioria das vezes com ausência de água, luz e esgoto, as fabricas onde trabalhavam funcionavam em prédios que eram adaptados, e muitas vezes aconteciam acidentes de trabalho, pois, os prédios não tinham condições mínimas de segurança e nem de higiene. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Os salários que eram pagos em troca da venda da sua força de trabalho não supria sua própria subsistência, mesmo que todos os membros de uma família media trabalhassem de uma maneira esgotante ainda o ganho era insuficiente para supri-la todas as suas necessidades, os salário serão baixos por causa do exercito industrial de reserva, essa pressão salarial obrigava mulheres e crianças entrarem no mercado de trabalho, essa ampliação de trabalhadores disponíveis, faz com que os salários fique mais baixos, as jornadas de trabalho que eram submetidos eram geralmente de 14 horas diárias. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

As crises frequentes que atingiam o setor industrial, pois, o capitalismo ainda

estava se consolidado, resultavam em demissões de grande numero de trabalhadores

piorando cada vez mais sua situação, para sua educação, lazer e cultura, dependiam de caridade e de obras filantrópicas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Os primeiros movimentos dos operários surgiram em consequência às condições de vida e trabalho que eram submetidos. Quando os imigrantes europeus vieram para o Brasil eles traziam expectativas de enriquecimento através do seu próprio trabalho, mas, apesar de alguns ter alcançado esse objetivo, a grande maioria não conseguiu realizar seus sonhos, traziam também as ideologias políticas revolucionárias, anarquismos, e o conhecimento sobre formas de organização operaria o sindicato. (VITA, 2001).

O anarquismo é uma forma de pensamento que critica a lógica capitalista, a exploração da força de trabalho humano. Propõe a substituição do capitalismo, por um modo de produção gerenciado pelos operários, sua característica mais marcante é sua repulsão pelo estado e pelas lutas políticas partidárias, consideram o estado como um modo de dominação imposto pela classe dominante, para a submissão das demais classes sociais. (VITA, 2001).

Critica o estado de maneira geral, e não apenas o estado capitalista, por esse motivo se diferencia de outras ideologias revolucionárias, como por exemplo, socialismo que idealiza a substituição do estado capitalista pelo estado gerido pelos trabalhados, renuncia a formação de partidos políticas dos operários, e por esse motivo os anarquistas não participa de eleições. Defendem a participação em associações livres, sem representantes de suas decisões. (VITA, 2001).

O pensamento anarquista no Brasil influenciou as primeiras formas de organização dos operários e ainda forneceu fundamentos para uma analise da saciedade brasileira. Os anarquistas tiveram grandes influencia na formação dos sindicatos e também na formação de jornais de circulação operaria. O anarquismo limitou o operário apenas a luta corporativa, aumento do salario, reconhecimento dos sindicatos, liberdade de greve, e direitos trabalhistas. (VITA, 2001).

No momento que o capitalismo está se desenvolvendo os proletários é explorado pelos capitalistas de uma maneira desmedida, na qual a existência como classe social só se torna possível com as reivindicações, para garantir uma melhor condição de vida. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Entre 1917 e 1920 esse período foi marcado por grandes greves, e manifestações operaria, na defesa do aumento do salário, diminuição da jornada de trabalho, na proibição do trabalho infantil, no direito a ferias, seguro contra acidentes e doenças e o reconhecimento dos seus sindicatos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Essas lutas que os operários travam com a classe capitalista, aparecem para a sociedade burguesa, como ameaça aos seus valores, a moral, e a ordem, e a partir desse momento os capitalistas veem a necessidade da implantação do controle social, através do controle da exploração da força de trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Apenas em 1919 é decretada a primeira mediada que abrange a legislação social, responsabilizando as fabricas pelos acidentes de trabalho, mas, não foi uma grande mudança, pois, os operários já conseguiam que os industriais arcarem com as despesas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A revolução de 30 transformou a economia, a sociedade e a política brasileira, pois fim na republica velha, foi comandada por Getúlio Vargas, a partir desse momento o poder vai ser compartilhados por varias forças sociais. (VITA, 2006).

Getúlio Vargas entre 1930 a 1937 promulga algumas leis trabalhistas, a diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado para os operários e os trabalhadores do comercio, direito a férias. (VITA, 2001).

O desenvolvimento da questão social começa a ser vista por toda a sociedade brasileira, através das leis sociais, é resultado das manifestações do proletariado para ser reconhecido como classe social deixa de ser apenas a contestação entre pobres e ricos, e começa a se entendida como a manifestação da contradição que existe na sociedade, e que exigiam intervenção, além de assistencialismo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A origem da questão social no Brasil estar diretamente relacionada à mudança da mão de obra escrava para a mão de obra livre, com a separação do homem e do meio de produção, que gerou na sociedade brasileira o pauperismo da maioria da população, pois, a burguesia industrial se apropriava da riqueza produzida pela sociedade, enquanto o proletário tinha apenas uma forma de sobreviver, a venda de sua força de trabalho, e o desenvolvimento da questão social foi através da formação

da classe operaria e sua entrada no cenário político, para reivindicar.

7. METODOLOGIA

Segundo Barros e Lehfett (2007), pesquisa é um conjunto de ações para descobrir e conhecer algo, é um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. O presente artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica, de campo e pesquisa ação. A primeira é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado. A segunda se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo, o investigador coleta os dados no local em que surge o fenômeno. A terceira é realizada em conjunto com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes da situação estão envolvidos de modo colaborativo ou participativo.

Esse trabalho foi realizado na escola Centro Educacional de Referencia Ernane Vitorino Abolim Silva localizado Avenida Castelo Branco Bairro Romeirão, na cidade de Juazeiro do Norte Estado do Ceará, no qual, atende aos alunos do ensino fundamental e médio no turno da manha e tarde, e no turno da noite funciona educação de jovens e adultos (EJA), que é destinada as pessoas que não tiveram acesso ou por algum motivo pararam de estudar na idade própria. Nosso publico foram 22 alunos do ultimo ano da educação de jovens e adultos, do turno da noite.

Apresentamos a equipe, falamos do tema proposto que é o surgimento da questão social, em seguida entregamos a revista para os alunos. Explicamos o sentido do mosaico na capa para uma interpretação voltada ao tema, pedimos aos alunos que abrissem a revista na primeira pagina para explicarmos a definição do capitalismo, na segunda pagina conceituamos a questão social. Colocamos a musica de Ana Carolina problema social e pedimos para os alunos acompanhar a letra da musica na pagina 3, ao termino da musica fizemos uma analise da música, na pagina 5 explicamos a relação do capitalismo com o surgimento da desigualdade social. Lemos a charge na pagina 6 e analisamos. Pedimos para os alunos resolver o caça-palavras na pagina 7, em seguida conferimos junto com eles.

Na pagina 8 trabalhamos com 5 perguntas em relação ao conteúdo exposto por nos, lemos as perguntas e lançamos um questionamento para a resolução, terminamos nossa apresentação com uma mensagem reflexiva, agradecemos aos aluno e professor por sua atenção.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conhecimento da questão social é um processo que resulta em uma visão mais ampla e critica da realidade que vivemos e através disso nos traz conhecimento para podermos mudar a realidade.

O Professor Romão que estava na sala de aula no momento da nossa apresentação comentou sobre nosso trabalho, falando das formas de acender na sociedade, que a primeira era cansando-se com uma pessoa rica, a segunda era ganhar na mega-sena, a terceira era através do conhecimento fazendo analogia com a realidade que levamos para os alunos.

No decorrer da nossa apresentação fomos questionados por um aluno sobre o objetivo do nosso trabalho, respondemos que era uma forma de conscientização da realidade que vivem, e que era através do conhecimento da exploração que todos nos somos submetida que poderíamos lutar por nossos direitos.

Conclui-se que foi uma apresentação bastante produtiva para ambas as partes, apesar de que no início os alunos estavam um pouco dispersos, mas ao decorrer da nossa apresentação começaram a participar e demostrar interesse sobre o assunto que focamos, demostraram ter uma base de conhecimento que facilitou absorção de uma parte do que queríamos transmitir.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, desde a colonização aos dias atuais houve a concentração da riqueza aos donos do meio de produção, lembrando que na colonização o capital era movido pela ligação da colônia com a metrópole e a produção desenvolvida era

realizada pela mão de obra escrava, restando para classe do trabalho livre, a conformação e a venda da sua mão de obra como meio para sua sobrevivência.

Com a vinda dos imigrantes para suprir a necessidade da área agrária e dar suporte ao desenvolvimento industrial surgem às primeiras ideias de reivindicação aos direitos sofridos, além da alienação de um prospero crescimento traziam consigo uma bagagem do mundo europeu sobre direitos trabalhistas ao Brasil.

Surgem a esse meio de efervescência a liga operária para conter a população que gritava dentro das fábricas sobre seus direitos, sendo visto pelo estado como alvo de desaprovação.

O meio industrial deveria funcionar a todo custo e que essas reivindicações deveriam ser contidas com o exército de reserva e todas más condições vivenciadas pelo proletariado eram de suas responsabilidades, pois a educação familiar deveria partir deles.

Na segunda metade da década de 1920 no governo do estado novo, surgem os primeiros direitos trabalhistas estabelecidos no governo de Vargas, com a criação do Conselho Nacional do Trabalho, através destes houve uma regulamentação do trabalho sendo alcançada nestes documentos a redução da carga horária, direitos aos acidentes de trabalho à assinatura da carteira de trabalho a proibição do trabalho infantil entre outros.

Com o desenvolvimento deste trabalho podemos perceber que à questão social remete a ampla desigualdade entre as classes causando várias expressões pela má condição que o capital proporciona sendo umas delas o salário mínimo pago simplesmente para suprir sua necessidade mais básica não dando a oportunidade para tal família que sobrevive a base deste numerário um dia de lazer.

Com base neste contexto abordado, podemos dar uma solução para alguns um tanto utópicos que seria a divisão equitativa do capital tornando uma classe totalmente igual sem divisão.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. A questão social nas décadas de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do serviço social In: **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. P. 125 a 164.

SANTOS, Vania Martins dos. A revolução industrial e a transformação da sociedade In: **Sociologia da administração**. Rio de Janeiro: LTC, 2009. P.11 a 21.

VITA, Álvaro de. Sociedade Colonial Brasileira e Capitalismo In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.11 a 23.

VITA, Álvaro de. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.29 a 42.

VITA, Álvaro de. Desenvolvimento capitalista e lutas sociais no campo (1940-1964) In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.91 a 99.

VITA, Álvaro de. O Processo de industrialização no Brasil In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.132 a 146.

VITA, Álvaro de. As lutas operárias das primeiras décadas do século XX In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.167 a 180.

VITA, Álvaro de. Estado e classes sociais no Brasil pós-1930 In: **Sociologia da Sociedade Brasileira.** 9º ed. São Paulo: Ática, 2001. P.186 a 197.

ISBN: 978-85-65221-29-0

REALIZAÇÃO
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio
Departamento do Curso de Serviço Social

ISBN: 978-85-65221-29-0